

Corregedoria-Geral
da Justiça Federal

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da

4ª REGIÃO



2017

Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES
Corregedor-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

REVISÃO E EDITORAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	5
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	7
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	10
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	22
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	22
Presidência: Des. Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	22
Vice-Presidência: Des. Fed. CARLOS E. THOMPSON FLORES LENZ	26
Corregedoria Regional: Des. Federal CELSO KIPPER	31
II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS	35
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA	35
Desembargador Federal JORGE ANTONIO MAURIQUE (Pres.)	35
Desembargadora Federal MARIA DE FÁTIMA LABARRÈRE	45
Desembargador Federal AMAURY CHAVES DE ATHAYDE	55
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA	65
Desembargadora Federal LUCIANE CORRÊA MÜNCH (Pres.)	65
Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI	74
Juiz Federal convocado LUIZ CARLOS CANALLI	84
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA	93
Desembargadora Federal MARGA INGE BARTH TESSLER (Pres.)	93
Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	102
Desembargador Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA	111
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA	120
Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA (Pres.)	120
Desembargador Federal LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	130
Desembargador Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	139
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA	148
Desembargador Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ (Pres.)	148
Desembargador Federal ROGERIO FAVRETO	157
Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS	166
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA	176
Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA (Pres.)	176
Desembargador Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	187
Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE	197

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA -----	207
Desembargadora Federal CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI (Pres.) -----	207
Desembargador Federal MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA -----	216
Desembargador Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ -----	225
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA -----	234
Desembargador Federal JOÃO PEDRO GEBRAN NETO (Pres.) -----	234
Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS -----	243
Desembargador Federal LEANDRO PAULSEN -----	252
GABINETES DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS -----	262
Juíza Federal TAÍS SCHILLING FERRAZ -----	262
Juiz Federal MARCELO DE NARDI -----	272
Juiz Federal HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR -----	281
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO -----	291
Diretoria Judiciária -----	291
Secretaria de Recursos -----	295
Secretaria de Registros e Informações Processuais -----	301
Secretaria de Precatórios -----	304
Secretaria dos Órgãos Julgadores (Turmas, Seções, Corte Especial e Plenário) -	308
F. UNIDADES ESPECIAIS -----	339
Coordenadoria de Juizados Especiais Federais -----	339
Sistema de Conciliação -----	342
Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região -----	345
Estatística -----	350
G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO -----	353

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 11.798/2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria CJF-PCG-2017/00006, de 19 de abril de 2017, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrangendo as seguintes áreas: unidades jurisdicionais, unidades processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 29 de maio a 2 de junho de 2017, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Marcos Augusto de Sousa (1ª Região) e Mônica Autran Machado Nobre (3ª Região); a Juíza Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral Jaiza Maria Pinto Fraxe – que coordenou os trabalhos de inspeção no TRF 4ª Região; bem como o Juiz Federal Auxiliar Reginaldo Márcio Pereira; as Juízas Federais Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand (2ª Região); Leila Paiva Morrison (3ª Região) e Niliane Meira Lima (5ª Região);

Foram designados, para auxiliar na inspeção, os servidores Adriana Gerhard Delforge, André de Azevedo Machado, Antonio Carlos Guimarães Junior, Carla Lucena Baptista, Denise Guimarães Tângari, Eduardo Vital Morel Lara, Evandro Lucas Faleiros, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Fabiano da Rosa Tesolin, Felipe Inácio Michetti Souza, Fernanda Teotonia Vale Carvalho, Joelmir Rodrigues da Silva, Luciana Macêdo Barcelar Caneca, Maisa Elizabete de Paula, Maria Alice Alcântara Rodrigues, Marina Oliveira de Faria, Mirela Saldanha Rocha, Paula Estela Souza de Queiroz, Renato de Oliveira Paes, Ricardo Odakura Costa Silva, Rosa Miriam Farias Prysthon e Savina Menezes Scampini;

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem de todos os processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Ressalto, que foi utilizado pela primeira vez o novo sistema eletrônico desenvolvido pelo CJF, denominado Sistema de Inspeção – SINSIP, em sete dos trinta gabinetes inspecionados.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as comunicações e convites ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil, nas seções judiciárias em que o TRF 4ª Região possui jurisdição, quais sejam, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 4ª da Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos tribunais regionais federais sofreram evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos tribunais regionais federais, com continuidade nas autoinspeções, e destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, à eficiência e à celeridade na prestação jurisdicional.

Observa-se que, em função da necessidade de ajuste do calendário das inspeções anuais a cargo desta Corregedoria-Geral, excepcionalmente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi inspecionado em período inferior a dois anos.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas e inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativa e processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição e permita formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, nivelando e democratizando o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros, de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma ampla gama de informações das unidades jurisdicionais, que são analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no Tribunal, a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, levando-se em consideração importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no Tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade

de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do Tribunal, a título de “observações gerais”, levantando dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 4ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos e para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separa os gabinetes do corpo diretivo – com atribuições muito específicas – dos demais gabinetes vinculados a seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete dentro da respectiva seção e turma, para permitir exposição baseada em condições semelhantes de trabalho com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando análise fundada em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais básicos do magistrado com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, turma e seção; dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade fim, que são analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são pesquisadas e registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual com o intuito de levantar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo também ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando inclusive a

existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos tribunais regionais federais. Nesse espaço, tem atuado e trabalhado constantemente a Corregedoria-Geral, objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e dados colhidos na verificação de aproximadamente 1.500 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre/RS, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 29 de maio a 2 de junho de 2017. Na ocasião, compunham o quadro diretivo do TRF da 4ª Região os Desembargadores Federais Luiz Fernando Wowk Penteadó (Presidente), Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz (Vice-Presidente) e Celso Kipper (Corregedor Regional). Conforme a especialização por seção, os demais 24 cargos de desembargadores federais estavam assim ocupados:

1ª Seção – Trabalhista e Tributária:

- Maria de Fátima Labarrére;
- Amaury Chaves de Athayde;
- Jorge Antonio Maurique;
- Rômulo Pizzolatti;
- Luciane Corrêa Münch;
- Luiz Carlos Canalli.

2ª Seção – Administrativa, Civil e Comercial:

- Marga Inge Barth Tessler;
- Ricardo Teixeira do Valle Pereira;
- Fernando Quadros da Silva;
- Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle;
- Cândido Alfredo Silva Leal Junior;
- Vivian Josete Pantaleão Caminha.

3ª Seção – Previdência e Assistência Social:

- Paulo Afonso Brum Vaz;
- Rogerio Favreto;
- Roger Raupp Rios;
- João Batista Pinto Silveira;
- Vânia Hack de Almeida;
- Salise Monteiro Sanhotene.

4ª Seção – Penal:

- Márcio Antônio Rocha;
- Cláudia Cristina Cristofani;
- Sebastião Ogê Muniz;
- Victor Luiz dos Santos Laus;
- João Pedro Gebran Neto;
- Leandro Paulsen.

Além dos gabinetes dos 24 desembargadores federais, foram inspecionadas ou visitadas as seguintes unidades: Diretoria Judiciária, Secretaria de Recursos, Secretaria dos Órgãos Julgadores, Secretaria de Registros e Informações Processuais, Secretaria de Precatórios, Coordenadoria de Juizados Especiais Federais, Sistema de Conciliação e Escola da Magistratura, além do setor responsável pelas estatísticas.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados aproximadamente 1.500 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, e cujo exame físico ou eletrônico coube a equipes formadas por um magistrado e três servidores.

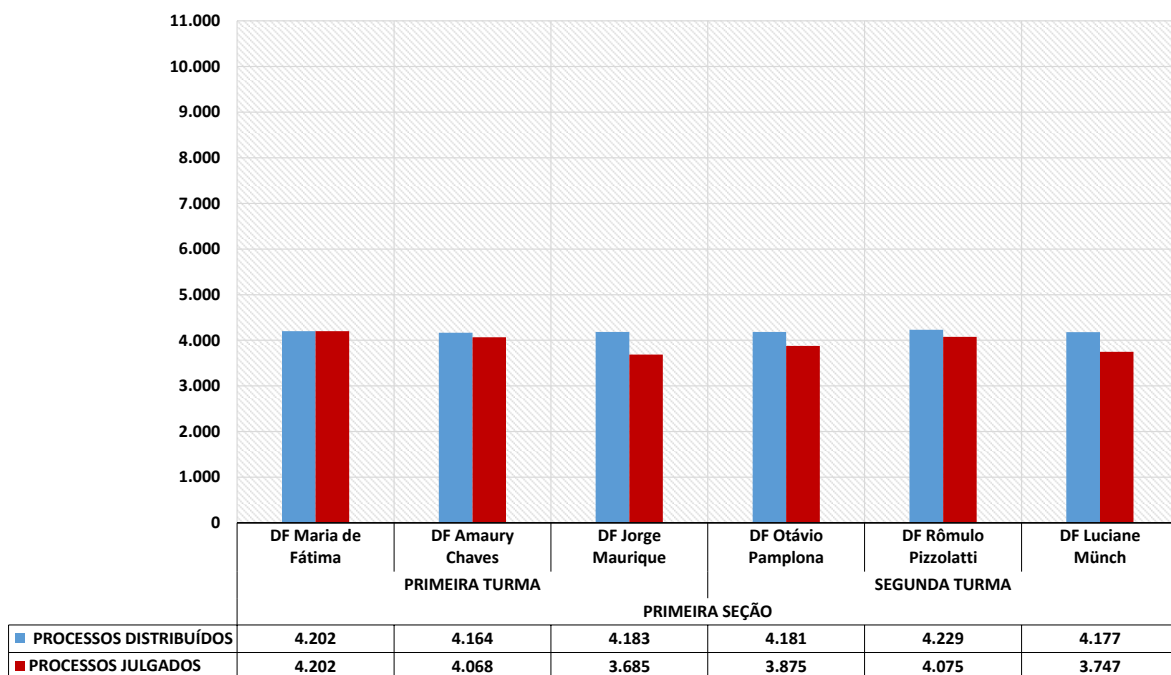
O resultado da avaliação concreta de cada acervo, por amostragem, consta dos relatórios individuais das unidades, no qual se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão pessoal e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações. Por seu turno, a avaliação conjunta da equipe, ao apreciar pontos de divergência e convergência – por meio de reuniões e troca de experiências durante a inspeção – resultou nesta parte geral do relatório, na qual se buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Adotou-se, como referência, o período de maio/2016 a abril/2017, últimos 12 meses. Os dados constantes das tabelas e gráficos apresentados nos relatórios das unidades são oficiais, porquanto fornecidos pelo Setor de Estatística vinculado à Assessoria de Planejamento Estratégico – APLANG do TRF da 4ª Região e extraídos do sistema de acompanhamento processual físico (Siapro) e do eletrônico (e-Proc).

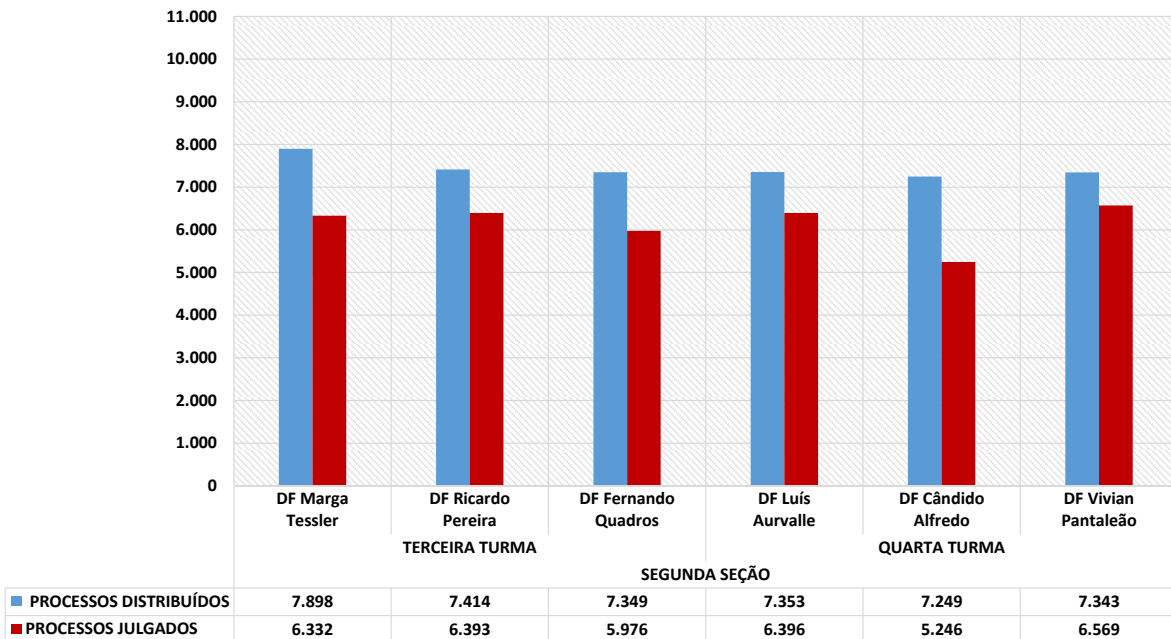
A avaliação da gestão foi verificada, primeiramente, no tocante ao índice de produtividade, em face da distribuição nas quatro diferentes seções do TRF da 4ª Região, as quais possuem competências especializadas (art. 10, §§ 1º ao 4º, do Regimento Interno).

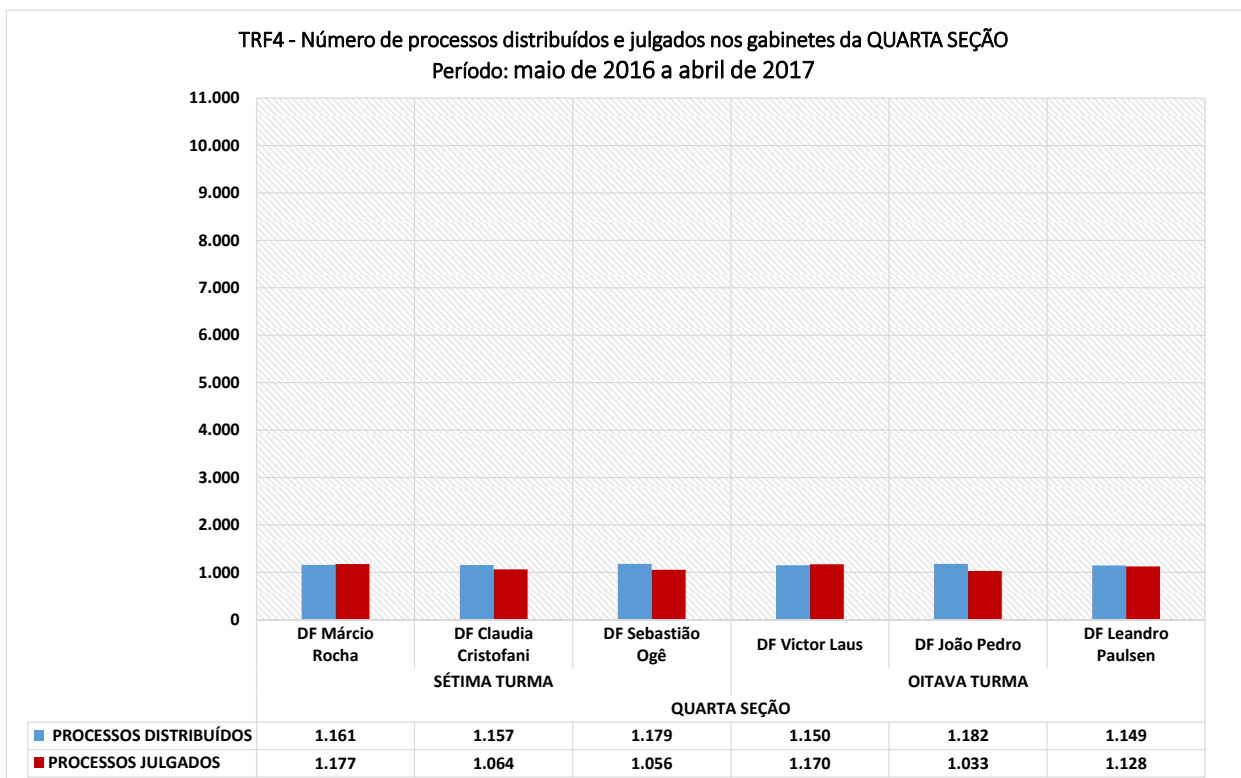
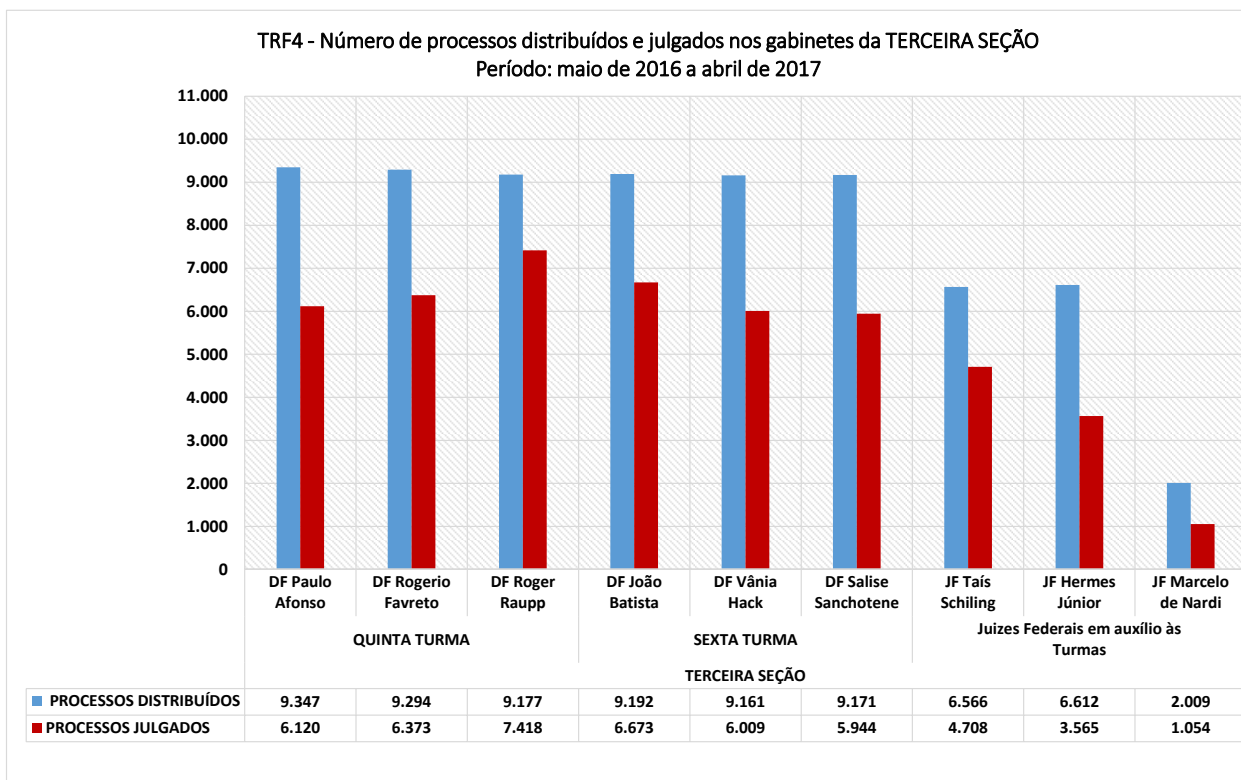
Os gráficos abaixo demonstram essa dinâmica processual nos gabinetes integrantes das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções do Tribunal:

TRF4 - Número de processos distribuídos e julgados nos gabinetes da PRIMEIRA SEÇÃO
 Período: maio de 2016 a abril de 2017



TRF4 - Número de processos distribuídos e julgados nos gabinetes da SEGUNDA SEÇÃO
 Período: maio de 2016 a abril de 2017



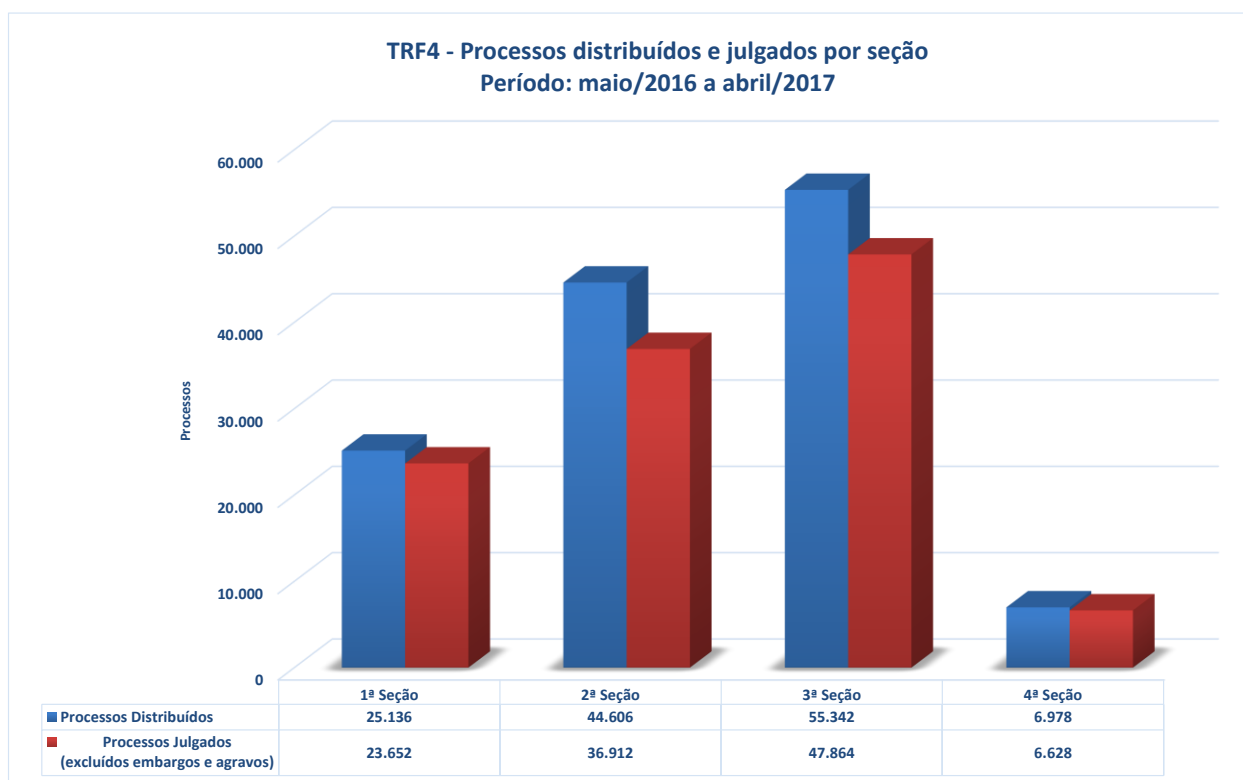


Verifica-se que, no período considerado, a distribuição processual concentrou-se em duas Seções, a 2ª e a 3ª, que receberam conjuntamente 75,68% de todo o volume distribuído no TRF (respectivamente, 33,78% e 41,91%), enquanto a 4ª Seção recebeu 5,28% e a 1ª Seção os demais 19,03%, somando, ambas, o montante de 24,32%.

Em produtividade média – considerando que o percentual retrata a média e não significa que todas as unidades estejam em situação idêntica, existindo casos extremos em relação à média, conforme evidenciado nos gráficos acima –, a 1ª Seção julgou 94% da distribuição, a 2ª Seção julgou 83%, a 3ª Seção julgou 86% e a 4ª Seção julgou 95%.

O objetivo da análise de desempenho geral por seções, a partir de critérios objetivos definidos, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça, é o de identificar boas práticas a serem disseminadas e eventuais problemas de gestão, que devem ser igualmente conhecidos pela Corregedoria-Geral para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento e indicar soluções efetivas por parte do próprio Tribunal, antes de qualquer medida interventiva externa.

A relação entre distribuição e julgamento nas quatro seções do TRF é mostrada abaixo:



A produtividade média e geral do TRF 4ª Região é de aproximadamente 87% do volume distribuído.

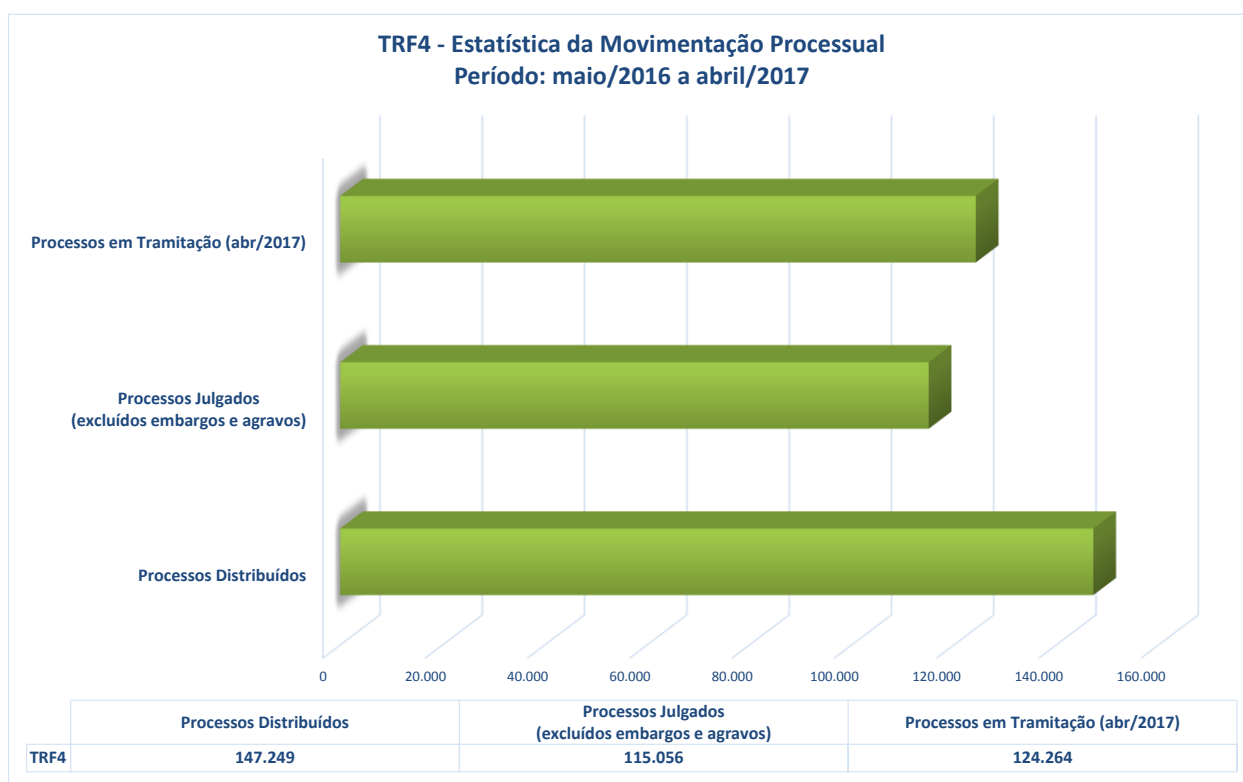
A análise correlata à da produtividade trata do efeito gerado pelo fluxo processual sobre o acervo preexistente, onde se verifica que a produção em todas as Seções do Tribunal são inferiores à distribuição.

Merece destaque a observação de que os julgados da 3ª Seção, que conta com o auxílio de três Juízes Federais convocados, são 13,51% inferiores à distribuição, enquanto os da 2ª Seção têm o percentual de 17,25% inferiores à distribuição.

Esses resultados contribuíram para a elevação do acervo no TRF 4ª Região que, no período de maio/2016 a abril/2017, cresceu 12% (12.991 processos).

A curva relativa ao índice de produtividade em face da distribuição, comparativamente à inspeção de 2016, quando a distribuição superava 20.408 processos, demonstra que o número de julgados permaneceu com tendência negativa.

Nos últimos 12 meses, o Tribunal julgou 115.056 processos contra 132.062 distribuídos.

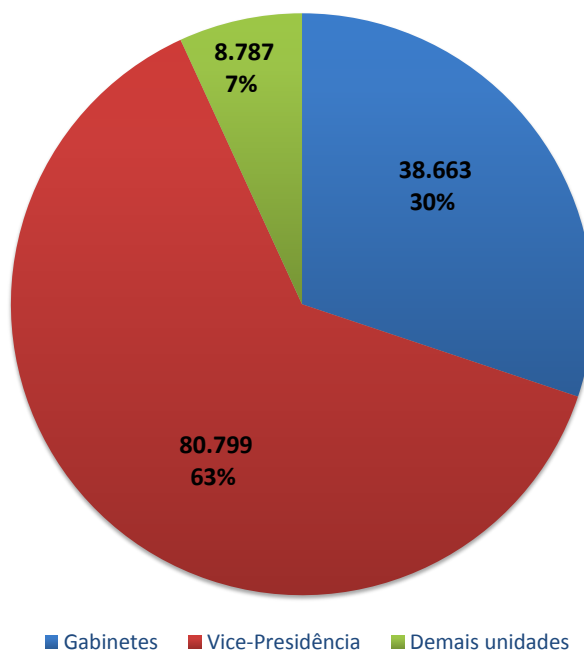


Observe-se que para esses dados de tramitação, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos que estão suspensos ou sobrestados.

Atualmente o Tribunal possui o total de 252.513 processos, dos quais 51% estão suspensos/sobrestados (128.249 processos) e 49% ativos (124.264 processos):

Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 63% (80.799) estão localizados na Vice-Presidência, 30% (38.663) nos gabinetes dos desembargadores federais e 7% em outras secretarias:

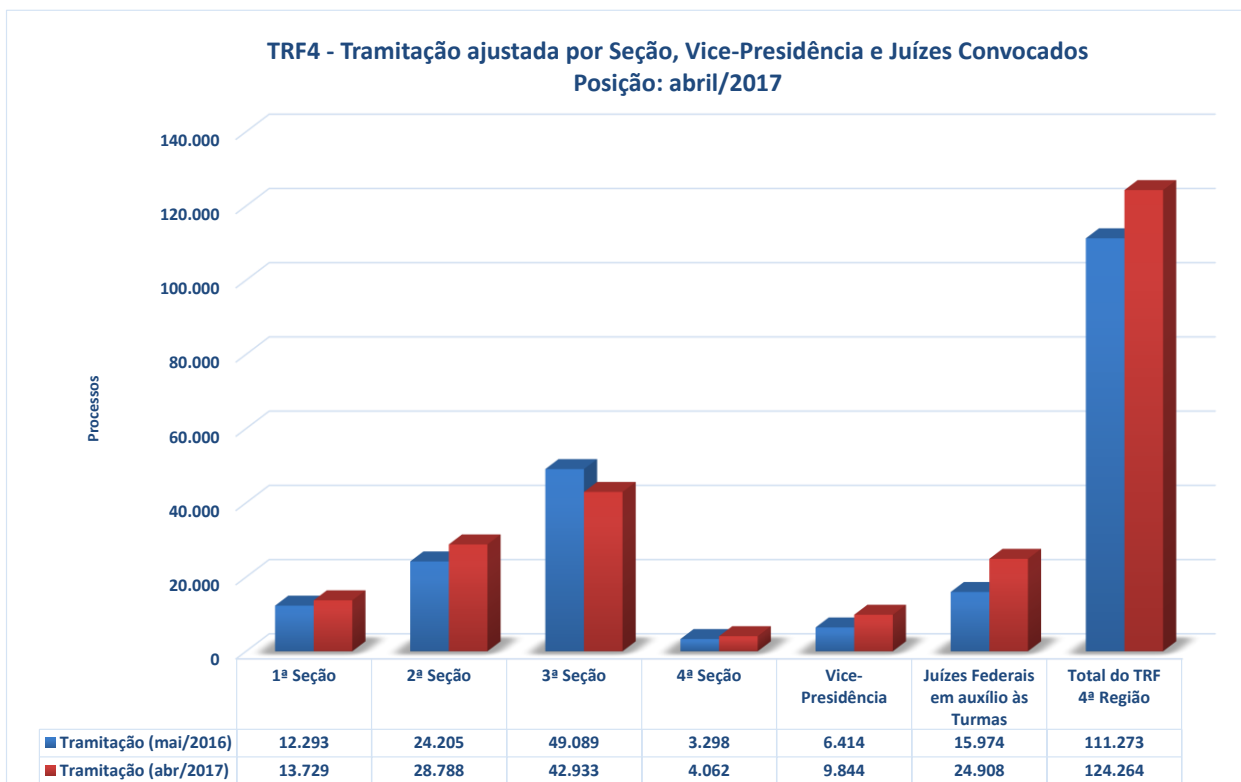
TRF4 - Processos sobrestados na Vice-Presidência, Gabinetes e demais unidades processantes - Posição: Abril/2017



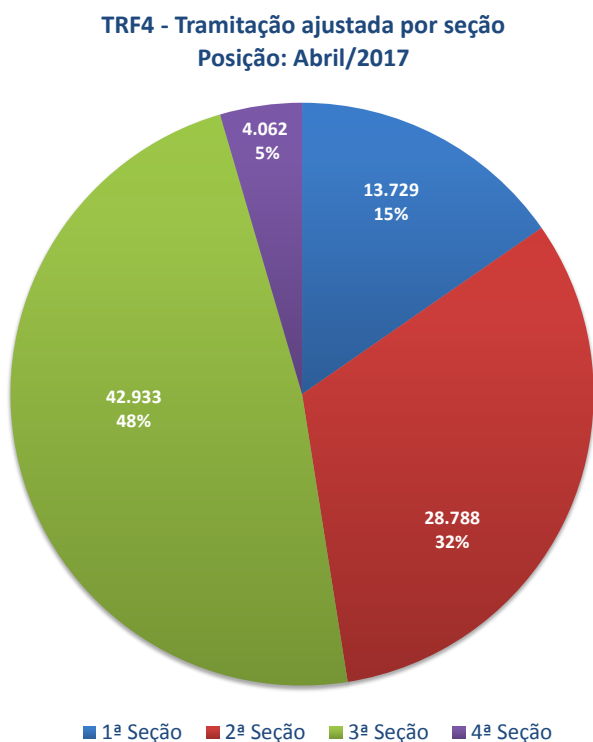
Particularmente, chama a atenção o acervo de processos em trâmite nos gabinetes que integram as turmas da 3ª Seção (Previdência e Assistência Social), que têm, em média, 7.155 processos por gabinete e julgam, para o período analisado, 86% da distribuição. Para atingir essa estimativa, o Tribunal adotou como medida alternativa a convocação de juízes em auxílio às turmas. Esses magistrados foram responsáveis, nos últimos 12 meses, pelo julgamento de 19% dos processos dessa Seção e, por essa razão, fizeram parte do escopo da inspeção.

Outro ponto relevante é a análise comparada dos feitos em tramitação em todo o Tribunal, nas Seções, na Vice-Presidência e os atribuídos aos Juízes Federais convocados.

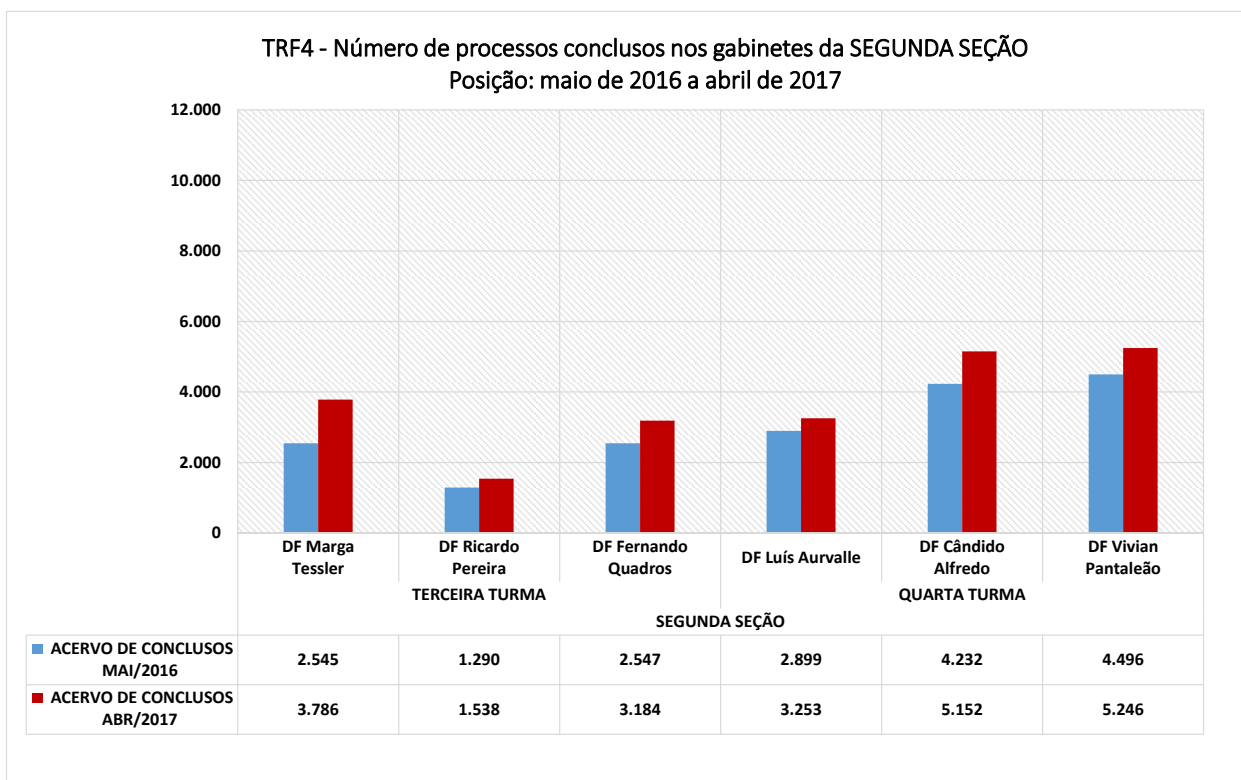
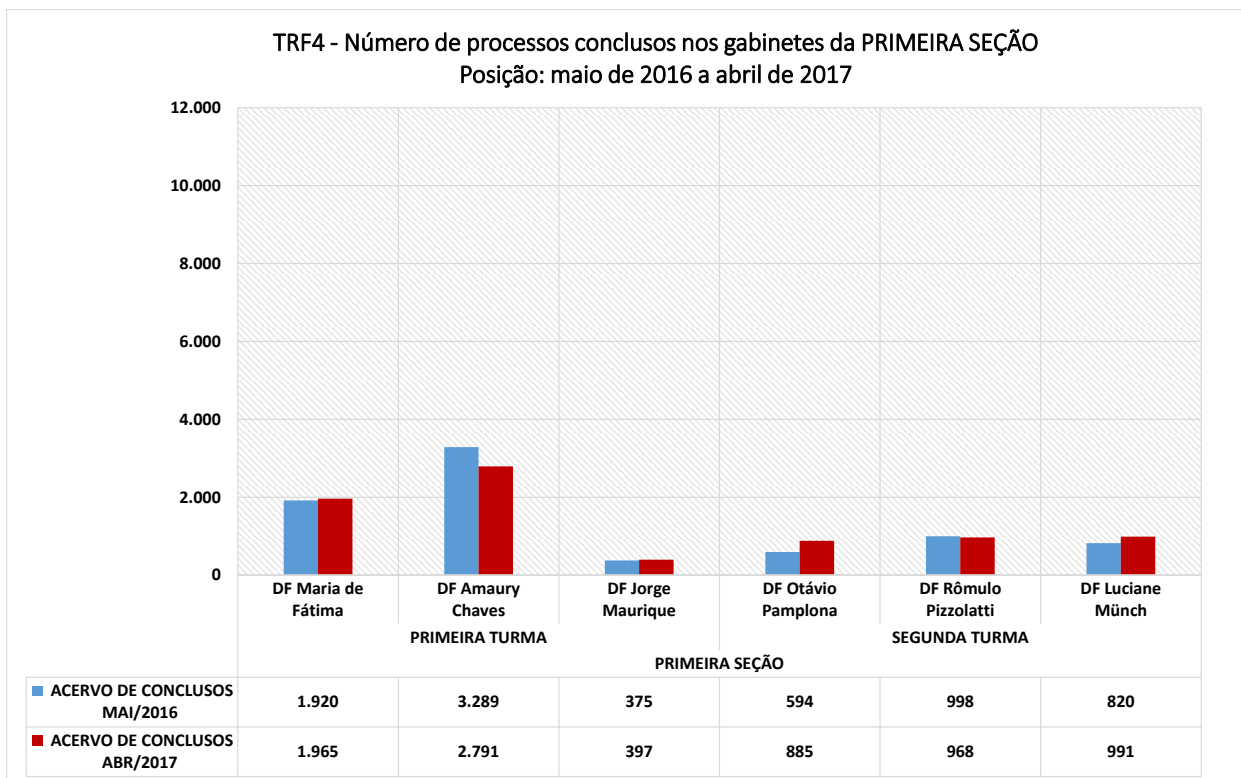
O gráfico abaixo demonstra que: i) em abril de 2017, cerca de 11% (13.729) dos processos em tramitação eram estoque da 1ª Seção; ii) 23% (28.788) eram estoque da 2ª Seção; iii) 34% (42.933), eram estoque da 3ª Seção; iv) 3% (4.062), estoque da 4ª Seção; v) 20% (24.908), estoque dos juízes convocados em auxílio às turmas; e vi) 7% (9.844), estoque da Vice-Presidência:

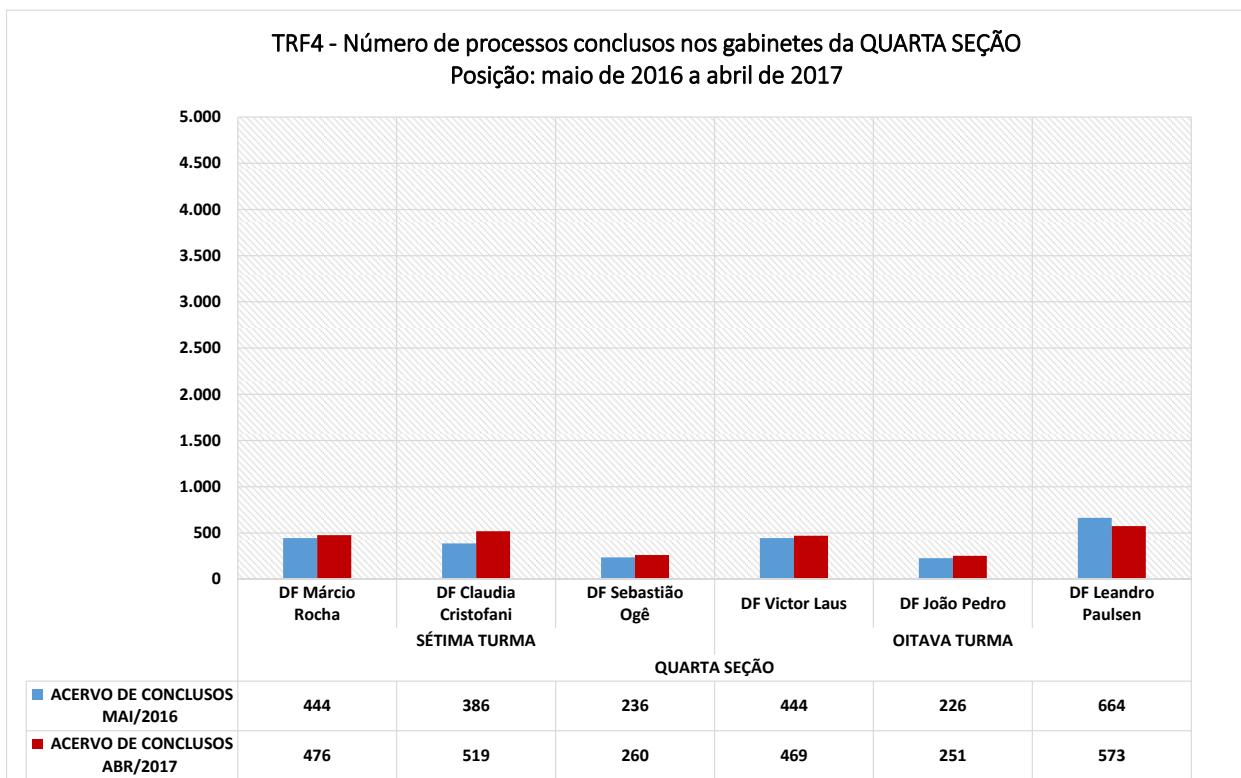
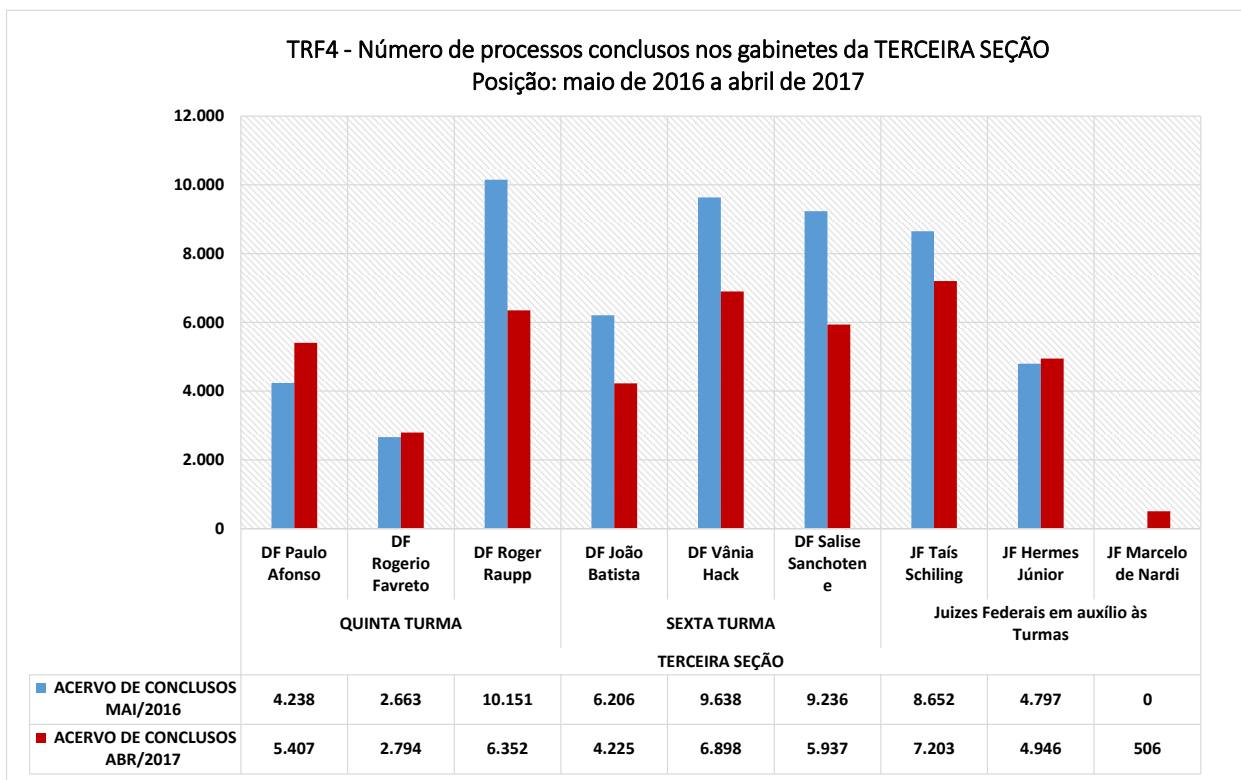


Considerando-se apenas os processos que se encontram nas seções, temos as seguintes estimativas apresentadas no gráfico abaixo:



Os gráficos abaixo ilustram a situação do acervo de processos concluídos por seções, nas posições de maio/2016 e abril/2017, demonstrando o aumento ou diminuição do acervo em cada gabinete:

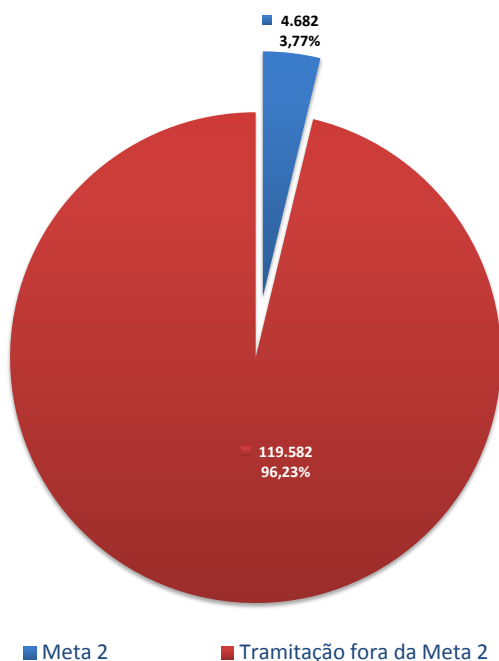




Outro aspecto de importância da gestão processual diz respeito ao perfil do acervo e, em particular, por tempo de tramitação, considerada a data de distribuição originária no TRF.

O dado mais importante diz respeito a feitos da META 2 do CNJ (processos distribuídos até 2013), que, em abril/2017 somavam 4.682 feitos em tramitação, equivalentes a 3,77% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados, conforme gráfico abaixo:

TRF4 - Número de Processos de Meta 2 em Tramitação
Excluídos os processos suspensos/sobrestados



A inspeção não se ateve à tarefa de identificar problemas, mas sim elaborar um diagnóstico da situação geral do TRF da 4ª Região a partir de dados importantes para orientar soluções respectivas.

No campo estatístico, a evolução do controle dos dados, por meio de ferramenta de relatórios estruturados, foi preponderante para a boa gestão dos gabinetes e unidades processantes do Tribunal ao longo dos últimos anos. O TRF 4ª Região, por intermédio da Assessoria de Planejamento Estratégico – APLANG e do Setor de Estatística, melhorou a ferramenta de *Business Intelligence* – BI e, ao longo dos últimos dois anos, desenvolveu e aperfeiçoou diferentes tipos de relatórios dinâmicos. As informações são modeladas em diferentes tipos de perfis que servem, hoje, como recurso estratégico para a administração do acervo de gabinetes e unidades processantes.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região tem excelentes estrutura e organização que resultam em alta produtividade, cumprindo o preceito constitucional da razoável duração dos processos, contudo foram elaboradas recomendações específicas para algumas áreas inspecionadas, objetivando a Corregedoria-Geral contribuir para a busca de eficiência máxima.

Além das recomendações contidas nos relatórios de cada unidade inspecionada, a Corregedoria-Geral determina também ao Sr. Presidente do TRF da 4ª Região as seguintes providências, a serem cumpridas:

1) Apresentar estudo sobre:

a- manutenção ou redefinição das matérias de competência das seções, visando ao equilíbrio na distribuição/trabalho; e

b- distribuição/redistribuição de servidores e funções gratificadas aos gabinetes e secretaria, buscando a lotação proporcional aos trabalhos/processos distribuídos.

2) Adotar medidas para que ocorra a digitalização dos processos físicos restantes, pois eliminará a necessidade de controle manual e de práticas processuais diversas daquelas aplicadas aos feitos eletrônicos.

3) Implementar rotina adequada ao aperfeiçoamento do e-Proc, a fim de se obter o máximo controle do processo e de suas movimentações, tendo em vista a constatação de que o processo eletrônico não permite a remessa do acórdão para publicação da secretaria quando existe algum voto sem assinatura, o que vem gerando a dependência de atuação de outros gabinetes sem a fixação de prazo determinado ou sem uma rotina que permita o controle específico e a correção de pendências.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: Plenário, Corte Especial Judicial e Corte Especial Administrativa.

1.2. Tempo de atuação: desde 19/6/2015.

1.3. Órgãos vinculados: Assessoria Judiciária, Chefia de Gabinete, Coordenadoria Jurídica Administrativa (COJAD), Controle Interno, Comunicação Social, Cerimonial, Ouvidoria e Secretaria de Assuntos da Magistratura.

Existem dois juízes federais em auxílio à Presidência: o Dr. Artur César de Souza, convocado pelo Ato n. 317, de 19/6/2015 – atua diretamente junto à Presidência. A Dra. Daniela Tocchetto Cavalheiro (Ato n. 320, de 19/6/2015) atua nos gabinetes auxiliares da Coordenadoria dos Juizados (COJEF). O Dr. Luiz Carlos Canalli (Ato n. 354, de 29/6/2015), que também atuava nos gabinetes auxiliares da COJEF, deixou de prestar auxílio à Presidência desde maio do corrente ano.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo servidor João Zurlo Filho.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete Presidência	TOTAL
Servidores efetivos	102	102
Servidores sem vínculo		
Servidores requisitados		
Servidores prestando serviços em outros setores		
Terceirizados		
Vagas não ocupadas		
Estagiários	20	20
TOTAL	122	122
Servidores em área fim	102	102

1.4.1 Cargos e funções comissionadas em atividade: 92, assim distribuídos:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete da Presidência	2	12	12	3	12	24	12	8	7
Gabinete do Desemb. Fed.									
Total	2	12	12	3	12	24	12	8	7

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

Vinculadas à Presidência funcionam a Assessoria Judiciária, composta por dois assessores e o juiz auxiliar, que é responsável pela análise dos processos judiciais e pela elaboração de minutas, e a Chefia de Gabinete, encarregada do apoio administrativo ao Presidente.

Integram ainda a Presidência os seguintes órgãos: Ouvidoria, Controle Interno, Cerimonial, Comunicação Social, Coordenadoria Jurídica Administrativa (responsável pela gestão dos processos administrativos, inclusive elaboração de minutas para a Corte Especial Administrativa e o Plenário, quando a relatoria incumbe ao Desembargador Presidente) e Secretaria de Assuntos da Magistratura.

Quanto às funções jurisdicionais, a Presidência não aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior, atribuição integralmente delegada à Vice-Presidência.

O acervo judicial conta com 6 processos, sendo que não remanesce pendência da inspeção anterior. Pode-se observar pela tabela abaixo a evolução do acervo, de acordo com a classificação/localização.

ACERVO EM TRAMITAÇÃO	mai-16	abr-17
Avocatória	0	0
Carta de ordem/ Precatório	-	-
Suspensão Liminar/ antecipação de tutela	2	3
Suspensão Execução de Sentença	-	-
Exceção Suspeição Criminal	-	-
Cautelar	-	-
Outros	1	3
Total	3	6

Fonte: TRF 4ª Região

Segundo a assessoria da Presidência, como o número de processos judiciais é muito reduzido, não há necessidade de um controle mais apurado do acervo, uma vez que os feitos recebidos são analisados de imediato e, depois de discutidos com o Desembargador Presidente, são elaboradas minutas de decisões ou acórdãos, conforme o caso.

Em relação ao acervo administrativo, seu controle é feito por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), sendo que atualmente pendem de julgamento, conforme dados fornecidos pela assessoria da Presidência, no Plenário Administrativo, 1 processo, de relatoria do Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz; na Corte Especial Administrativa, 7 processos, 2 de relatoria do Desembargador Víctor Luiz dos Santos Laus, 1 de relatoria do Desembargador Celso Kipper e 4 de relatoria do Desembargador Rogério Favreto; e, no Conselho de Administração, 1 processo de relatoria do Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, 1 processo e 32 relatórios de correções de relatoria do Desembargador Celso Kipper e 3 processos de relatoria da Desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, tendo sido relatada a realização de cursos de capacitação de servidores pelo Tribunal.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Em relação à metodologia de trabalho da Presidência, é necessário distinguir o processamento dos feitos judiciais dos administrativos. No primeiro caso, como o número é bastante reduzido, os processos são analisados tão logo recebidos no órgão e, após discutidos com o Presidente, os assessores preparam minutas de decisões ou acórdãos, conforme o caso, as quais são disponibilizadas para assinatura ou para sessão de julgamento.

Os processos com prioridade legal de tramitação estão devidamente identificados. Porém, como o processamento de todos os feitos é imediato, não se justifica tratamento diferenciado para as prioridades, o mesmo ocorrendo em relação às metas do CNJ.

Os processos administrativos, que tramitam pelo SEI, são inicialmente distribuídos por sorteio e encaminhados ao relator. Quando a relatoria incumbe ao próprio Presidente, a Coordenadoria Jurídica Administrativa é responsável pela elaboração de minutas. Depois de julgados, os processos – de relatoria do Presidente ou não – ficam a cargo da COJAD, que realiza a juntada de notas taquigráficas, publicação dos acórdãos e comunicações necessárias.

Como os processos tramitam na forma eletrônica, não há necessidade de classificação e separação física destes. Ademais, o controle do acervo é realizado por meio do próprio SEI.

A boa prática a ser destacada é a adoção do sistema de Gestão da 4ª Região (G4), a cargo da APLANG – Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão, órgão vinculado à Direção-Geral, mas que presta auxílio direto à Presidência e à Corregedoria Regional.

O G4 é um sistema disponível no portal do Tribunal na internet que permite a rápida visualização de todos os dados estatísticos, fornecendo um panorama de todo o acervo do Tribunal, seções, varas e turmas recursais, possibilitando o planejamento das medidas necessárias ao aprimoramento das atividades da Corte.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou que a Presidência está muito bem organizada, inclusive no que diz respeito à estrutura física, material e de pessoal, não havendo acúmulo de processos.

5) RECOMENDAÇÕES:

Não há recomendações específicas.

Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: Plenário, Corte Especial, Vice-Presidência, Conselho de Administração, Comissão de Regimento Interno, Comissão de Jurisprudência, 1ª, 3ª e 4ª Seções, a partir de 22/6/2015, e 2ª Seção, desde fevereiro de 2002.

1.2. Tempo de atuação: desde 21/6/2015

1.3. Órgãos vinculados: Secretaria de Recursos e Secretaria dos Órgãos Julgadores (no que diz respeito aos agravos regimentais, cuja competência incumbe às seções, de acordo com a matéria).

Não há juízes federais em auxílio à Vice-Presidência.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Vice-Presidente, pela Secretária-Geral da Vice-Presidência e Chefe de Gabinete.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete Vice-Presidência
Servidores efetivos	24
Servidores sem vínculo	2
Servidores requisitados	-
Terceirizados	-
Vagas não ocupadas	-
Estagiários	6
TOTAL	32
Servidores em área fim	26

1.4.1 Cargos e funções comissionadas em atividade: 22, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete Vice-Presidência	3	2	0	1	7	7	2	0	0

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

A Vice-Presidência aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior quanto às matérias de competência de todas as Seções, bem como os agravos internos e embargos de declaração interpostos contra suas decisões.

O processamento de recursos especiais e extraordinários é feito pela Secretaria de Recursos, que após a juntada das contrarrazões, encaminha o feito em conclusão ao Vice-Presidente.

Em relação ao acervo relativo à admissibilidade de recursos, tem-se a seguinte análise:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO (Apenas para admissibilidade de recursos)	
Acervo Ajustado no TRF* (maio/2016)	525
Acervo Ajustado no TRF* (abril/2017)	651
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	525
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	651
Acervo de sobrestados no Gabinete** (maio/2016)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete** (abril/2017)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de acervo ajustado no tribunal, vinculado à vice-presidência, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

** Os processos suspensos/sobrestados da Vice-Presidência estão computados nas estatísticas da Secretaria de Recursos

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 126.

Cumprе ressaltar, no tocante aos processos sobrestados, que estes passaram a constar no acervo da Secretaria de Recursos.

Ademais, importante destacar que o sobrestamento dos processos pela Vice-Presidência decorrente das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça envolve diversas matérias, sendo as principais:

- Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório (Tema 96 STF): 13.202 recursos sobrestados;

- Validade da correção monetária e dos juros moratórios sobre condenações impostas à Fazenda Pública com base no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009 (Tema 810 STF): 13.943 recursos;

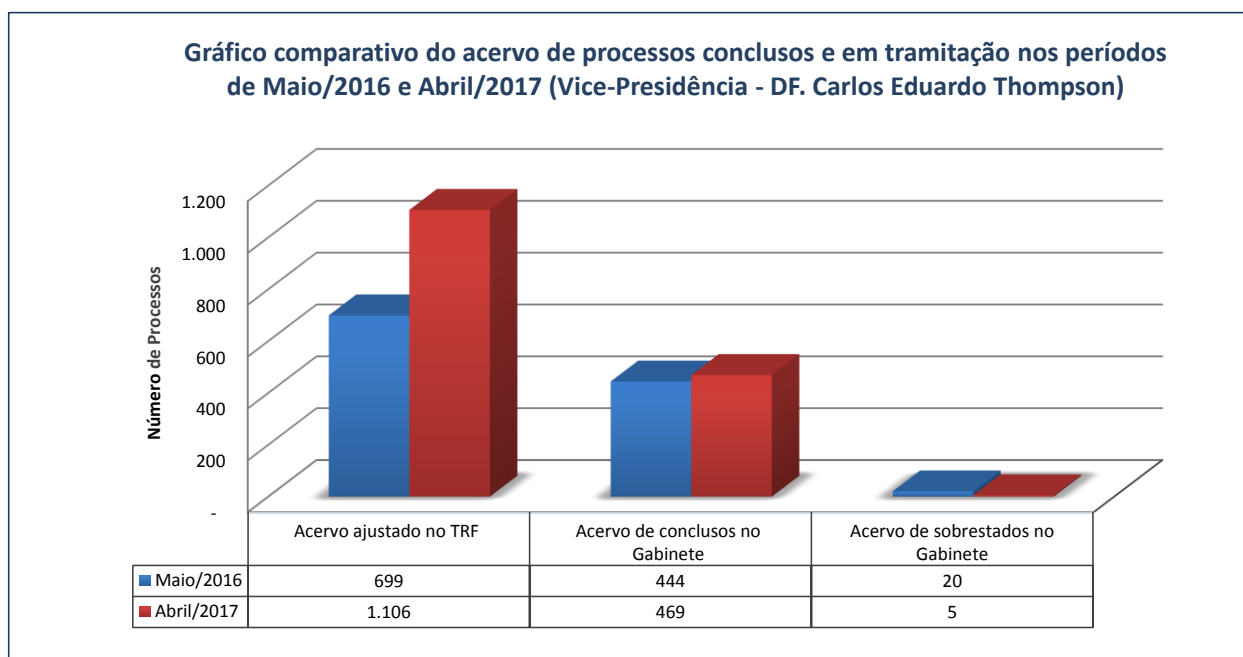
- Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral, por meio do instituto da desaposentação (Tema 503 STF): 5.560 recursos;

- Aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora (Tema 905 STJ): 8.262 recursos;

- Definição de qual o pedido de suspensão por parte da Fazenda Pública inaugura o prazo de 1 (um) ano previsto no art. 40, § 2º, da LEF, para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Tema 566 STJ): 2.148 recursos.

O gabinete da Vice-Presidência apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação, de 651 processos concluídos, que quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em sua atividade fim, resultou em aproximadamente 25 processos por servidor.

O histórico estatístico da unidade está representado no gráfico abaixo:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos (entradas)	54.670
Total de Processos (saídas)	54.365
Fluxo Processual na Vice-Presidência (entradas - saídas)	305

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: Para efeito de cálculo do fluxo e considerando que na vice-presidência um processo recebido para exame de admissibilidade de recurso normalmente apresenta mais de uma decisão em recursos diferentes, essa estatística deve considerar para o item "Total de processos (saídas)" somente a unidade do processo julgado, independente do número de decisões incidente sobre ele.

Segundo dados informados pela Estatística, extraídos do sistema, no período de doze meses, houve entrada de 54.670 processos e saída de 54.365 decorrentes de decisões em exame de admissibilidade de REsp e RE, resultando, assim, em pequeno aumento do acervo, em número não significativo.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados:

DECISÕES PROFERIDAS (maio/2016 a abril/2017)	
Decisão monocrática terminativa	6.470
Decisão homologatória de desistência de recursos	206
Decisão em exame de admissibilidade de Resp e Rext	37.104
Embargos de Declaração	187
Agravos Legais e Regimentais	5.279
Demais decisões	46.454
TOTAL	95.700

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Verifica-se que foram proferidas 95.700 decisões nos últimos doze meses, enquanto o volume de processos (entrada) foi de 54.670.

Tendo em vista que, em geral, um único processo pode conter mais de um recurso, resultando, portanto, em mais de uma decisão, a prolação de 95.700 decisões não significa que a mesma quantidade de feitos tenha sido subtraída do acervo da Vice-Presidência, como visto na tabela acima.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, resultantes do novo CPC, foi relatado o oferecimento de cursos de capacitação dos servidores pelo Tribunal.

Foi informado ainda que não houve a criação e implantação do Núcleo de Gestão de Precedentes (NUGEP), conforme a determinação da Resolução n. 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 36 processos selecionados para inspeção, apenas um não foi inspecionado por não estar na unidade. Destes, 10 físicos e 26 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, o processo deverá ser incluído pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção: 0016740-17.2006.4.04.7100.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos identificados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é bastante satisfatória, não havendo acúmulo do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A estrutura organizacional da Vice-Presidência manteve-se a mesma desde a última inspeção realizada em fevereiro de 2016: Secretaria-Geral, Chefia de Gabinete, Setor de Triagem, quatro grupos de trabalho especializados por matéria (administrativo, tributário, previdenciário e penal) e o NURER.

Não houve ainda a implementação do NUGEP (Núcleo de Gerenciamento de Precedentes), conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Parte das atividades correspondentes permanecem sendo desenvolvidas pelo NURER.

As boas práticas apontadas pelo órgão foram a edição da Portaria 36, de 14 de janeiro de 2016, aprimorada pela Portaria 618, de 30 de junho de 2016, que estabelece os atos a serem praticados de ofício pela Secretaria de Recursos e as hipóteses em que as petições dirigidas à Vice-Presidência devam ser encaminhadas ao juízo de origem para a realização das diligências cabíveis.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe observou que a Vice-Presidência é um órgão bem estruturado, com excelente organização de pessoal e material.

6) RECOMENDAÇÕES:

Pelas estatísticas fornecidas pelo órgão, verificou-se um percentual de admissão dos recursos excepcionais em patamar acima de 70% dos recursos interpostos. Considerando que não há equipe permanente vinculada à atividade, renovando-se, conseqüentemente, sempre que há a mudança de Vice-Presidente, recomenda-se a adoção, durante a transição ou logo no início do período da gestão, de medidas que viabilizem a capacitação dos servidores para a realização de análise na admissibilidade dos recursos dirigidos às Cortes Superiores, segundo os critérios legais, bem como que seja dada prioridade na criação do Núcleo de Gestão de Precedentes (NUGEP), conforme a determinação da Resolução n. 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
DESEMBARGADOR FEDERAL CELSO KIPPER**

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: Corregedoria Regional, Plenário, Corte Especial Administrativa e Conselho de Administração.

1.2. Tempo de atuação: desde 19/5/2015 até junho de 2017.

Há 2 juízes federais em auxílio à Corregedoria, Dra. Eliana Paggiarin Marinho (convocada pelo Ato n. 203, de 16/5/2016) e Dr. Marcelo Malucelli (convocado pelo Ato n. 3, de 7/1/2016).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Corregedor Regional.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Corregedoria
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	
Servidores requisitados	2
Servidores prestando serviços em outros setores	-
Terceirizados	-
Vagas não ocupadas	2
Estagiários	5
TOTAL	22
Servidores em área fim	17

1.3.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 16, assim distribuídas:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Corregedoria	2	2	-	2	1	7	2	-	-

2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

Além dos feitos específicos da Corregedoria, o Desembargador não recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional.

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições:

a) Assessoria Jurídica: responsável pelo acompanhamento e assessoramento do Corregedor nos procedimentos administrativos, tais como promoções e vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos. Processa e instrui as investigações preliminares, as sindicâncias e processos administrativos contra Juízes Federais. É responsável, também, pela minuta de voto ou decisão monocrática para julgamento de recursos em processos administrativos contra servidores. Coordena o Setor de Vitaliciamento;

b) Assessoria de Gestão: responsável pelo acompanhamento do plano de gestão das unidades judiciárias. Planeja, conforme determinação superior, a inspeção judicial anual e gerencia os dados constantes dos relatórios produzidos. Propõe ações e projetos quanto à melhora na gestão de unidades judiciárias. Coordena o Núcleo de Equalização de Cargas de Trabalho das Unidades Judiciárias e o Setor de Readequação de Competências;

c) Núcleo de Afastamentos: cuja incumbência é marcar/alterar férias e afastamentos em geral dos magistrados, bem como as designações de substituições em suspeições e impedimentos. Coordena o Setor de Instrução e Acompanhamento de Afastamentos; e

d) Assessoria Administrativa: responsável pelo assessoramento do Corregedor nas correições realizadas nas Varas Federais e Turmas Recursais. Também assessora o Corregedor na execução e acompanhamento das recomendações e determinações às unidades judiciárias correcionadas. Coordena: a Seção de Apoio às Correições, o Setor de Pré-Correições, e o Setor de Pós-Correições.

Um dos juízes auxiliares atua no setor de afastamentos e de correições e inspeções, especialmente, no que diz respeito ao afastamento de magistrados até cinco dias, aos processos de vitaliciamento e ao acompanhamento das recomendações das inspeções. O outro juiz atua no acompanhamento especial das varas que apresentem algum problema de funcionamento.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso encontram-se cadastrados eletronicamente no Sistema SEI, que controla os prazos de sua tramitação, verificando eventuais extrapolações.

O controle estatístico da unidade é feito mensalmente.

A distribuição interna das atividades ocorre de acordo com as atribuições dos setores, conforme já discorrido.

A Meta 10/2010 do CNJ vem sendo cumprida pela unidade. Não há realização de mutirões.

Em relação às inspeções nas unidades jurisdicionais, estas são realizadas obedecendo aos critérios:

a) situação da vara, observada nos indicadores disponibilizados no sistema G4, sendo priorizadas aquelas que se encontram em situações mais críticas; e

b) antiguidade da vara em relação à inspeção da gestão anterior.

Há formulários padronizados, nos quais existe item sobre a alienação antecipada de bens (conforme orientação do Fórum de Corregedores). Tais formulários são enviados às varas que serão inspecionadas com antecedência de um mês.

No tocante às metas do CNJ e do CJF, os dados são obtidos diretamente pelo sistema G4, não havendo necessidade de ser incluído item próprio nos formulários.

Não foram listados processos para inspeção na unidade. Não há recomendações pendentes da inspeção anterior ou da autoinspeção.

A Unidade informou que não existem processos que apuram responsabilidade de juízes de primeiro grau.

Quanto às boas práticas:

A inspeção em novo formato. Todas as varas participam da semana de inspeção na qual, além da verificação dos registros e processos, são realizados debates diários sobre os problemas cotidianos enfrentados pelas unidades, planejar a unidade, a subseção e a Região, identificar problemas comuns e apresentar soluções. São feitas reuniões com juízes e servidores presenciais e por videoconferência.

A Corregedoria disponibilizou um plano de gestão simplificado na forma que orienta e atende as unidades.

Nove unidades foram selecionadas para participar do piloto do projeto Gestão e Tecnologia com o objetivo de aprimorar a tecnologia já instalada, por meio de intercâmbio de experiências de acordo com a realidade de cada unidade.

Em relação às correições, anote-se, como boa prática, a adoção da pós correição, isto é, após o compilamento dos relatórios, são identificados os problemas comuns, bem como são propostas soluções. As varas são acompanhadas para fins de verificação de cumprimento das proposições e das metas, verificando-se, ainda, a regularidade do cumprimento de prazos para a prolação de sentenças e despachos.

O Corregedor Regional aduz que a implantação da automatização interoperacional do BACEN-JUD irá simplificar muito o trabalho dos juízes e auxiliares, reduzindo o tempo de trabalho na ferramenta.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) boa organização da unidade.
- b) equipe muito bem qualificada e capacitada.

4) RECOMENDAÇÕES:

Sem recomendações específicas.

Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JORGE ANTONIO MAURIQUE

Especialidades: Trabalhista e Tributária.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 1ª Turma desde 8/8/2012; 1ª Seção desde 8/8/2013; e Corte Especial desde 25/2/2016.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde agosto de 2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17	0	0	0	0	17	14
Inspeção/2017	17	0	0	0	1	18	14

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à situação existente na inspeção realizada no mês de fevereiro de 2016, contando, atualmente, com mais um auxiliar estagiário. Não houve incremento quanto ao número de servidores trabalhando na área fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	1.153
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	1.366
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	375
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	397
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	29
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	36

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

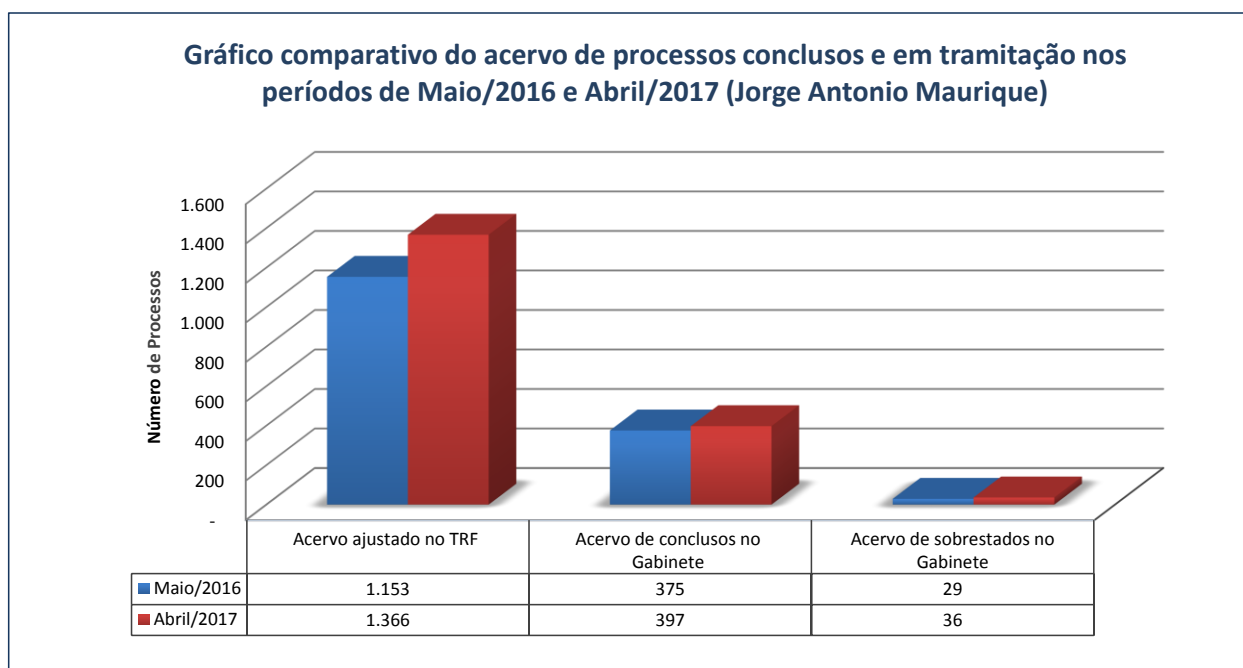
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos cresceu em 22 processos e o número de sobrestados aumentou em 7 processos.

No tocante aos processos suspensos ou sobrestados, importante destacar que decorrem de decisão que determina aguardar solução de IRDR (1); de decisões proferidas pelo STF ou STJ (3); e os demais em razão de espera de julgamento de incidente de arguição de inconstitucionalidade.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 397 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 28,35 processos por servidor.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 213 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	4.183
Total de Processos julgados*	3.685
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	498

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 4.183 e julgamento de 3.685 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, embora se possa verificar que o saldo de processos é equivalente à distribuição média mensal.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	3.302
Total de processos julgados em mesa	10
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	373
Total geral de processos julgados*	3.685
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	35
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	9,4%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.685 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.183; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 10 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 373 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado apenas em 9,4%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	136
b. Agravo Legal/Regimental	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 136 embargos de declaração e 3 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com tutela provisória há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 5 processos, representando 1,26% do acervo de processos conclusos na unidade (397).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com um processo distribuído no ano 2008, dois distribuídos em 2011 e 2 em 2012, portanto, com mais de quatro anos de tramitação no Tribunal. A quantidade é pequena e revela a triagem apropriada de processos antigos, mas deve ser mantido o tratamento prioritário a esses feitos.

Não há, na unidade, processos das Metas 4/2016 ou 6/2016 do CNJ.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição:

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	1	-	-
1995	-	-	-
1996	2	-	-
1997	1	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	1	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	1	-	-
2007	1	1	-
2008	1	-	1
2009	2	-	-
2010	-	-	-
2011	10	2	2
2012	16	2	3
2013	22	1	1
2014	53	2	2
2015	318	21	1
2016	-	292	64
2017	-	-	323
Total	429	321	397

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os distribuídos em data mais recente, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril de 2016 era de 321 processos; atualmente, há 397 processos concluídos. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela como dado muito positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	12
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	1
TOTAL	13

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão.

Há 12 processos do gabinete que estão aguardando voto-vista de desembargadores de outras unidades, dentre os quais 9 foram enviados para o autor do pedido de vista há mais de 30 dias, conforme informação constante do sistema de tramitação processual, o que configura pendência externa. São eles:

1. 5058602-62.2015.4.04.7100 (remessa para o gabinete do autor do pedido de vista em 16/12/2016);
2. 5032457-89.2016.4.04.0000 (conclusão para voto-vista em 31/1/2017);
3. 5008643-91.2016.4.04.7002 (conclusão para voto-vista em 6/2/2017);
4. 5009244-85.2016.4.04.7200 (remessa para o gabinete do autor do pedido de vista em 20/3/2017);
5. 5013840-97.2016.4.04.7108 9 (remessa para gabinete do autor do pedido de vista em 23/3/2017);
6. 5053046-05.2016.4.04.0000 (remessa para gabinete do autor do pedido de vista em 20/3/2017);
7. 5066526-27.2015.4.04.7100 (remessa para gabinete do autor do pedido de vista em 20/3/2017);
8. 5052729-07.2015.4.04.0000 (remessa para gabinete do autor do pedido de vista em 23/3/2017);
9. 5001917-62.2016.4.04.7209 (remessa para gabinete do autor do pedido de vista em 6/4/2017).

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 4 processos conclusos para voto-vista, sendo que todos eles há menos de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade tem procedimentos atualizados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 16 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados: 2 físicos e 14 eletrônicos.

Os autos do processo físico 0003998-07.2012.4.04.0000 foram localizados na unidade; estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

O processo físico 0016721-29.2015.4.04.9999 – que tramitava em apenso ao processo 0016722-14.2015.4.04.9999, baixado em 16/2/2017 – foi inspecionado com base no respectivo extrato processual, tendo em vista o registro de baixa lançado apenas na localização do processo no sistema SIAPRO. Em diligência empreendida pela SOJ na Secretaria do Juízo de Primeira Instância, mediante contato telefônico, constatou-se a inexistência de embargos de declaração opostos nos autos, verificando-se, assim, a validade da certidão de trânsito em julgado lançada em 24/11/2016. Foi recomendada a regularização da baixa no sistema SIAPRO.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram outras discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se adotar as seguintes providências, conforme relatório de análise da inspeção:

a) Observar a aplicação do art. 940, § 1º, do CPC nos autos remetidos há mais de 30 dias para prolação de voto-vista (5 processos):

5001480-58.2015.4.04.7208	5008643-91.2016.4.04.7002
5032457-89.2016.4.04.0000	5053046-05.2016.4.04.0000
5058602-62.2015.4.04.7100	

b) Aguardar e acompanhar o julgamento do processo 509047-43.2014.4.04.7100, pautado para o dia 31/5/2017. Caso retirado de pauta, adotar medidas para julgamento célere;

c) Aguardar e acompanhar o julgamento do processo 5000331-39.2010.4.04.7002, pautado para o dia 21/6/2017. Caso retirado de pauta, adotar medidas para julgamento célere.

Em relação ao restante da amostra, cabe pontuar que os seguintes processos apresentam trâmite regular, encontrando-se, pois, em ordem:

- Processos julgados em 10/5/2017, aguardando o decurso do prazo:

5003319-23.2012.4.04.7209	5005766-59.2013.4.04.7108
5013247-18.2017.4.04.0000	

- Embargos de Declaração com conclusão há menos de 30 dias: 5003640-52.2016.4.04.7101 e 5038729-18.2011.4.04.7100;
- Agravo de Instrumento com conclusão há menos de 30 dias: 0003998-07.2012.4.04.0000;
- Processos com baixa definitiva: 5008970-56.2017.4.04.0000 e 5009406-15.2017.4.04.0000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito satisfatória, não havendo acúmulo ou sequer situações que demandem ajustes.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade tem triagem de processual pelo assunto, prioridades legais e tipo de recurso/ação, utilizando para tanto as fases e localizadores do sistema de informação processual.

Separados no sistema, os casos são triados por servidor que já examina minuciosamente a admissibilidade recursal, não tendo sido necessária a criação de setor específico destinado a tal análise, mesmo após alteração normativa acerca do exame da admissibilidade recursal pelos Tribunais.

Após a triagem, os feitos são distribuídos aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, segundo a matéria do recurso/ação e sua espécie.

O sistema de tramitação processual e-PROC, bem como o sistema de gestão de acervo G4, possuem ferramenta destacada que aponta a existência de ações/recursos subsumidos nas metas do CNJ, permitindo, assim, que a unidade dê tratamento prioritário a eles.

Atualmente, notadamente em razão da celeridade que vem sendo alcançada, a unidade não adota medida concentrada de estímulo à conciliação e desistência de recursos, sendo suas ocorrências verificadas isoladamente em cada caso.

Adota-se com afinco a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, o que deve ser registrado como elogio, sendo o resultado desse esforço claramente verificado pelos excelentes números da unidade.

Quanto às metas e controle de prazo para julgamento dos recursos, a unidade mantém acompanhamento diário de cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos) por meio do sistema G4, estando, atualmente, com 92,0% de cumprimento dessa meta, mas trabalhando apenas com o acervo mensal. A diferença percentual é decorrente de organização de pautas mensais prioritárias por relator. Além disso, há meta fixada por quantidade de dias de tramitação e, ainda, controle por meio das ferramentas da certificação ISO 9001 pela unidade.

As metas de desempenho são fixadas em conjunto pelo desembargador e os servidores, sendo um processo dinâmico a cada perfil de acervo; o desembargador as estima a fim de que o objetivo de redução de acervo seja atingido e os servidores as especificam e sintetizam a metodologia de trabalho necessária para o seu atingimento.

O planejamento, a avaliação periódica de desempenho e os resultados de produtividade e metas são verificados pelos sistemas e-PROC e G4 e pelo controle interno da unidade.

A gestão de pessoas e de recursos materiais é organizada e é feita pela chefia de gabinete.

Há atendimento diário a advogados, ressalvados os dias em que há sessão de julgamento.

A unidade dá prioridade ao tratamento de recomendações de inspeções anteriores, não tendo sido verificada qualquer pendência nesse tocante.

Na inspeção dos registros e números da unidade, bem como na entrevista realizada por ocasião da inspeção, percebeu-se se tratar de unidade com equipe integrada, ciente de todos os detalhes de seu acervo e atenta às medidas necessárias ao alcance e manutenção dos excelentes resultados verificados, sendo o afinco, a organização, o empenho e o zelo pelo perfil da unidade dignos de elogio.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada – todas elas pontos positivos da unidade:

- a) notável redução de acervo entre a sua assunção, em 8/2012, e a data atual;
- b) pequena quantidade de recursos/ações em andamento e distribuídos antes de 2017;
- c) monitoramento diário do cumprimento da Meta 1;

d) monitoramento do acompanhamento de julgamento de feitos incluídos em meta do CNJ e conclusos há mais de 40 dias.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Prosseguir na adoção e cumprimento de metas objetivas de bom desempenho baseadas inicialmente em índices de celeridade conforme a data de conclusão da ação/recurso e de número de julgamentos compatível com o número de processos distribuídos;

c) Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DE FÁTIMA LABARRÈRE

Especialidades: Trabalhista e Tributária.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 1ª Turma desde 4/9/2009; 1ª Seção desde 4/9/2009; e Corte Especial desde 14/5/2002.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde agosto de 2009.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	16	0	1	0	5	22	16
Inspeção/2017	16	0	2	0	4	22	15

A força de trabalho em exercício, em número total, não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	2.726
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	2.989
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	1.920
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	1.965
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	67
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	109

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

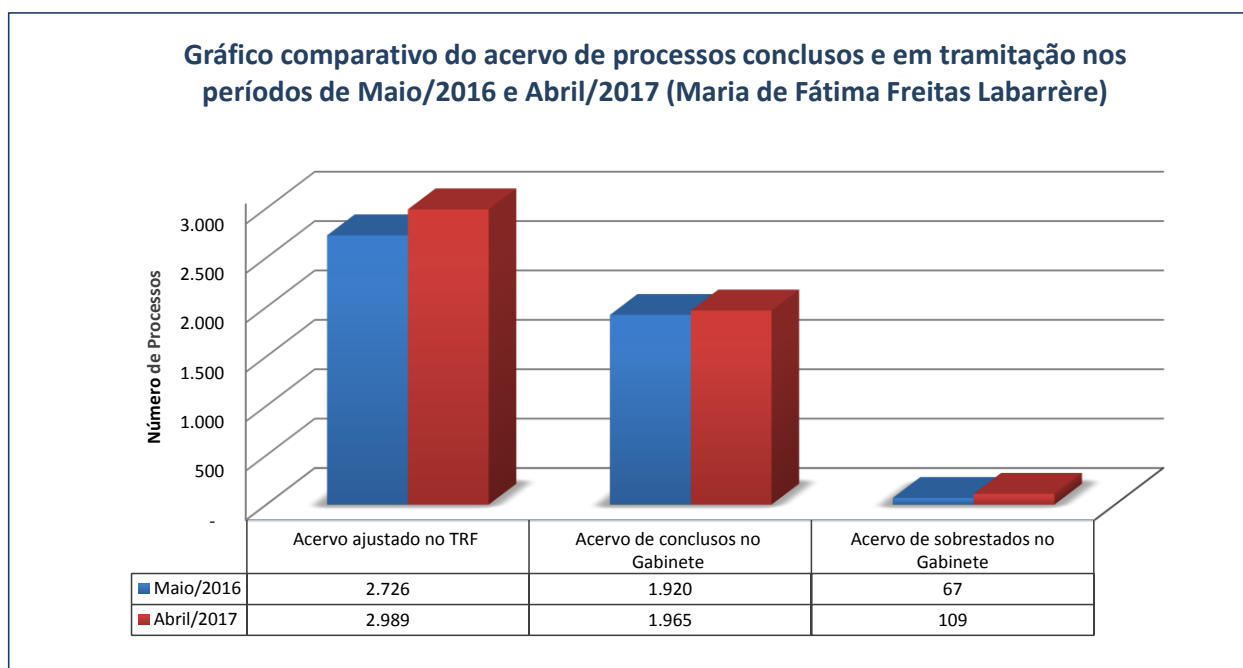
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 45 processos e o número de sobrestados subiu em 42 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, bem como casos que aguardam julgamento nos termos do art. 942 do CPC ou relativos à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial. Foi verificado, ainda, que a unidade alimenta o *status* do processo para 'suspense' no caso de necessidade de diligências (conforme localizador do sistema, Processos n. 00034412020124040000, 00090793420124040000 e 50014473720164047110) o que deve ser repensado pela unidade, eis que esta condição não é compatível com a situação de processo suspenso, estando ele, sim, em andamento. Ademais, dentre tais processos, no de n. 00034412020124040000 há anotação, no sistema de informação processual, de expedição de carta precatória em 27/8/2014, devendo ser verificado se o caso é de cobrança de devolução.

O gabinete apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.965 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 131 processos por servidor.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 263 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	4.202
Total de Processos julgados*	4.202
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	3.886
Total de processos julgados em mesa	3
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	313
Total geral de processos julgados*	4.202
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	19
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	6,1%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.202 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.202; ou seja, o número de julgados não superou o número de processos distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 3 processos em mesa e proferidas 313 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em apenas 6,1%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	333
b. Agravo Legal/Regimental	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 333 embargos de declaração e 3 agravos legais/regimentais.

Existem 14 processos com tutela provisória há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	4
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	6
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	36
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril de 2017, era de 51 processos, representando 2,59% do acervo de processos conclusos na unidade (1.965).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade, notadamente em comparação com os números de processos com enquadramento em metas do CNJ apurados na inspeção realizada em fevereiro de 2016, já que houve uma grande redução do número deles. Porém, a unidade precisa continuar priorizando o tratamento dos feitos ainda pendentes para cumprimento da Meta 2, distribuídos até 2012.

Atualmente, a unidade também trabalha com processos distribuídos no ano 2005, 2009, 2011 e 2012, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal, embora a grande maioria seja de processos distribuídos há menos de 3 anos.

Quanto às Metas 4/2016 ou 6/2017 do CNJ, não há processos na unidade.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	2	-	-
1993	4	-	-
1994	2	-	-
1995	2	-	-
1996	-	-	-
1997	1	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	1	-	-
2001	-	2	-
2002	1	1	1
2003	1	1	-
2004	1	-	-
2005	1	-	3
2006	2	1	-
2007	2	1	1
2008	2	-	-
2009	2	4	3
2010	7	1	-
2011	182	25	6
2012	383	144	26
2013	480	177	55
2014	1.054	291	137
2015	906	571	195
2016	-	725	716
2017	-	-	822
Total	3.036	1.944	1.965

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 1.944; atualmente, há 1.965 processos. Houve uma notável diminuição dos feitos concluídos entre 2015 e 2016 e se percebe a continuidade de redução de julgamento de processos antigos, o que, em conjunto, revela-se ser um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	5
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos liberados para revisão.

Há 5 processos que aguardam voto-vista, todos encaminhados para o gabinete do autor do pedido de vista em 24/3/2017, portanto, há mais de 30 dias, o que configura pendência externa. São os seguintes processos: 5001182-07.2012.4.04.7100; 5003984-42.2016.4.04.7001; 5020781-04.2013.4.04.7000; 5032358-76.2013.4.04.7000; e 5070890-42.2015.4.04.7100.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não há processos de outros relatores conclusos para revisão e nem pedidos de vista pendentes, fruto, conforme colhido durante a inspeção, da persistência no cumprimento da meta de voto-vista na sessão seguinte à de formulação do pedido de vista.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade tem seus procedimentos devidamente atualizados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 53 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados: 15 físicos e 38 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes, ressalvados os processos de n. 0013032-11.2014.4.04.9999, 2001.71.04.002602-1, 2005.04.01.016589-5, 2006.71.00.010969-7, 2007.72.09.001411-0 e 2008.72.12.000670-9, nos quais se constatou a ausência de termo de conclusão.

Não houve inspeção por extrato na unidade, tendo sido todos os processos físicos localizados.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se adotar as seguintes providências, conforme relatório de análise da inspeção:

a) levar a julgamento, no prazo de 30 dias, os processos:

a.1 Embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias (4 processos)

0013032-11.2014.4.04.9999	2007.72.09.001411-0
2009.04.00.035077-4	5038188-82.2011.4.04.7100

a.2 Conclusos há mais de 60 dias com liminar/tutela deferida (1 processo):

5053574-39.2016.4.04.0000	
---------------------------	--

b) levar a julgamento, até o final de 2017, os seguintes processos (META CNJ: 2/2017, distribuídos em 2013 – 3 processos):

0003801-91.2013.4.04.9999	0012066-82.2013.4.04.9999
5002356-27.2012.4.04.7205	

c) levar a julgamento, em prazo razoável (processos não incluídos em meta e conclusos há mais de 90 dias – 6 processos):

0018502-86.2015.4.04.9999	0018503-71.2015.4.04.9999
2000.72.00.008266-7	2004.72.03.001241-7
2008.72.12.000670-9	5031396-49.2010.4.04.7100

d) aguardar e acompanhar o julgamento dos seguintes processos, pautados para o dia 8/6/2017. Caso retirados de pauta, adotar medidas para julgamento célere:

d.1 Embargos Infringentes conclusos há mais de 90 dias (2 processos):

5001611-53-2013.4.04.7127	5016243-44.2013.4.04.7205
---------------------------	---------------------------

d.2 Processos conclusos há mais de 90 dias (2 processos):

0002115-88.2013.4.04.0000	5000587-85.2010.4.04.7000
---------------------------	---------------------------

e) aguardar e acompanhar o julgamento dos seguintes processos, pautados para o dia 21/6/2017. Caso retirados de pauta, adotar medidas para julgamento célere:

e.1 Agravo Regimental (1 processo):

5005087-04.2017.4.04.0000	
---------------------------	--

e.2 Embargos de Declaração conclusos há mais de 30 dias (8 processos):

5000783-17.2013.4.04.7011	5002105-09.2012.4.04.7205
5002229-67.2013.4.04.7007	5003692-78.2012.4.04.7104
5005283-62.2013.4.04.7000	5005733-18.2012.4.04.7104
5016015-39.2012.4.04.7000	5047289-55.2011.4.04.7000

e.3 Conclusos há mais de 60 dias com liminar/tutela deferida (3 processos):

5009721-77.2016.4.04.0000	5016001-64.2016.4.04.0000
5025061-61.2016.4.04.0000	

e.4 Conclusos há mais de 90 dias (5 processos):

5006509-18.2012.4.04.7104	5008535-34.2013.4.04.7110
5009710-73.2011.4.04.7000	5020153-46.2012.4.04.7001
5028023-28.2014.4.04.0000	

f) Observar a aplicação do art. 940, § 1º, do CPC nos autos remetidos há mais de 30 dias para prolação de voto-vista (3 processos):

5001182-07.2012.4.04.7100	5020781-04.2013.4.04.7000
5070890-42.2015.4.04.7100	

Em relação ao restante da amostra, cabe pontuar que os seguintes processos apresentam trâmite regular, encontrando-se, pois, em ordem:

- Processos julgados, aguardando o decurso do prazo:

50361017420154040000	Julgado em 26/4/2017
50057071620174040000	Julgado em 10/5/2017
50000882220114047015	Julgado em 24/5/2017
50043210720114047001	Julgado em 24/5/2017
50118674920124047108	Julgado em 24/5/2017
50212508020144047205	Julgado em 24/5/2017
50478218320124047100	Julgado em 11/5/2017

- Execução conta a Fazenda Pública com Requisição de Pequeno Valor expedida em 29/3/2017, aguardando pagamento e baixa definitiva: processo n. 0006928-61.2013.4.05.8100;

- Embargos de Declaração com conclusão há menos de 30 dias: 2001.71.04.002602-1 e 2005.04.01.016589-5;

- Processo com recurso pendente de julgamento, concluso há menos de 90 dias: 2006.71.00.010969-7;

- Processo concluso há menos de 30 dias para apreciação de requerimento diverso: 5023965-90.2012.4.04.7100;

- Processos com diligências em curso, aguardando manifestação das partes: 5004232-90.2016.4.04.7200 e 5006006-90.2017.4.04.0000.

- Processo com baixa definitiva: 5014403-57.2012.4.04.7100.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, demandando apenas ajustes pontuais na sistemática adotada na unidade, a fim de atingir a redução do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade tem triagem de processual pelo assunto, prioridades legais e tipo de recurso/ação, utilizando para tanto as fases e localizadores do sistema de informação processual.

Separados no sistema, os casos são triados por servidor que já examina minuciosamente a admissibilidade recursal, não tendo sido necessária a criação de setor específico destinado a tal análise, mesmo após alteração normativa acerca do exame da admissibilidade recursal pelos Tribunais.

Após a triagem, os feitos são distribuídos aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, segundo a matéria do recurso/ação e sua espécie.

O sistema de tramitação processual e-PROC, bem como o sistema de gestão de acervo G4, possuem ferramenta destacada que aponta a existência de ações/recursos subsumidos nas metas do CNJ, permitindo, assim, que a unidade dê tratamento prioritário a eles.

Atualmente, a unidade não adota medida concentrada de estímulo à conciliação e desistência de recursos, sendo suas ocorrências verificadas isoladamente em cada caso.

Adota-se a priorização de feitos adiados, com pedido de vista e pendentes de julgamento em mesa, o que deve ser registrado como elogio.

Quanto às metas e controle de prazo para julgamento dos recursos, a unidade mantém acompanhamento de cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos), estando, atualmente, com 99,3% de cumprimento dessa meta.

As metas de desempenho são fixadas em conjunto pela desembargadora e os servidores.

O planejamento, a avaliação periódica de desempenho e os resultados de produtividade e metas são verificados pelos sistemas e-PROC e G4.

A gestão de pessoal e de recursos materiais é organizada e é feita pela chefia de gabinete.

Há atendimento diário a advogados, ressalvados os dias em que há sessão de julgamento.

A unidade dá prioridade ao tratamento de recomendações de inspeções anteriores, mas houve considerável atraso no cumprimento da recomendação feita no Processo n. 5038188-82.2011.4.04.7100.

Na inspeção dos registros e números da unidade, bem como na entrevista realizada por ocasião da inspeção, percebeu-se tratar de unidade com equipe integrada, ciente de todos os detalhes de seu acervo e atenta às medidas necessárias ao alcance e à melhoria dos resultados verificados.

Não há processos de outros relatores conclusos para revisão e nem pedidos de vista pendentes, fruto, conforme colhido durante a inspeção, da persistência no cumprimento da meta de voto-vista na sessão seguinte à de formulação do pedido de vista, o que é motivo de elogio.

5) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações que constem dos itens 2 e 3;
- b) Acompanhar o cumprimento da recomendação em autoinspeção nos Processos n. 50097107320114047000 e 5038188-82.2011.4.04.7100, em razão de sua data de distribuição;
- c) Adotar medida para redução do acervo de embargos de declaração pendentes de apreciação (333), tendo em vista sua representatividade frente ao número do acervo de processos conclusos;
- d) Diligenciar no sentido de concluir a tramitação dos processos com medida antecipatória/liminar há mais de 90 dias, a fim de que sejam apreciados pelo colegiado;
- e) Verificar a pertinência de anotação, como processo suspenso, de processos com diligência em fase de cumprimento;
- f) Adotar mecanismo que permita a análise periódica de processos suspensos segundo o motivo da suspensão, notadamente aqueles com diligência pendente de cumprimento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL AMAURY CHAVES DE ATHAYDE

Especialidades: Trabalhista e Tributária.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 1ª Turma desde 9/5/2016; 1ª Seção desde 9/8/2016; e Corte Especial desde 5/5/2016.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 9/5/2016.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	16	0	0	0	4	20	15
Inspeção/2017	16	0	1	0	4	21	16

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais, que incrementou a força de trabalho na área fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	3.897
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	3.807
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	3.289
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	2.791
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	112
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	202

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

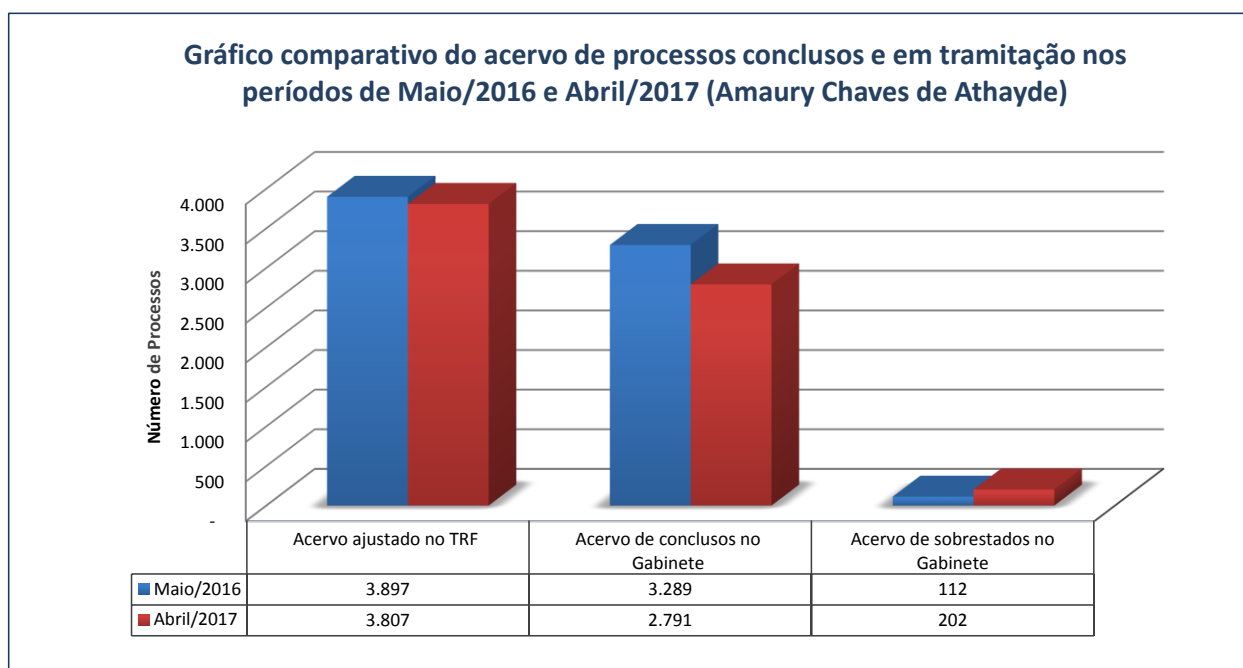
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 498 processos e o número de sobrestados aumentou em 90 processos.

No tocante aos processos suspensos ou sobrestados, importante destacar que decorrem de decisão que determina aguardar solução de IRDR; de decisões proferidas pelo STF ou STJ; e, em sua maioria, em razão de espera de julgamento de incidente de arguição de inconstitucionalidade.

O gabinete apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.791 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 174 processos por servidor.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 90 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	4.164
Total de Processos julgados*	4.068
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	96

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 4.164 e julgamento de 4.068 processos, resultando em descumprimento da Meta 1 do CNJ, embora por muito pouco. Porém, mesmo assim houve uma expressiva redução de acervo de processos conclusos, já que no número de processos julgados não está computado número de julgamento de embargos declaratórios e de agravos legais/regimentais.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	3.685
Total de processos julgados em mesa	42
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	341
Total geral de processos julgados*	4.068
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	28
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	8,2%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

No período em análise, foram julgados 42 processos em mesa e proferidas 341 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em apenas 8,2%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	285
b. Agravo Legal/Regimental	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 285 embargos de declaração e 1 agravo legal/regimental.

Existem 30 processos com tutela provisória há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	3
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	3
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	3
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	4
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	6
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	8
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril de 2017, era de 30 processos, representando 1,07% do acervo de processos conclusos na unidade.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados, mas deve haver uma maior esforço da unidade para julgamento dos processos mais antigos, pois ainda há processos distribuídos até 2005, em 2006, em 2007, ou seja, há mais de 10 anos, conforme tabela acima.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

Evolução do acervo de processos conclusos nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	1	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	4	-	-
1995	1	-	-
1996	3	-	-
1997	1	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	1	-
2001	-	2	1
2002	-	3	2
2003	1	1	-
2004	-	1	1
2005	-	4	3
2006	-	3	2
2007	1	4	4
2008	1	5	5
2009	-	9	1
2010	4	3	-
2011	11	5	5
2012	122	12	9
2013	445	104	15
2014	981	569	218
2015	877	1.315	511
2016	-	1.048	1.093
2017	-	-	921
Total	2.453	3.089	2.791

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dessa forma, observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril de 2016 era de 3.089 e atualmente há 2.791 processos conclusos. Houve um acréscimo de acervo de conclusos entre 2015 e 2016, mas a contar de 2016 foi retomada a diminuição de processos conclusos, sendo percebida a redução de processos conclusos de anos anteriores, o que se revela um dado positivo, apesar da necessária continuidade de concentração desse esforço.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	5
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que há 5 feitos que aguardam voto-vista, mas nenhum deles há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	15
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
TOTAL	16

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se, pela estatística do Tribunal, a existência de 15 processos conclusos para voto-vista e 1 para lavratura de acórdão. Porém, pelo controle interno da unidade, extraído do sistema de informação processual, foram identificados 23 processos, dentre os quais 19, há mais de 30 dias, sendo eles os seguintes:

PROCESSO	DATA DA REMESSA
5001480-58.2015.4.04.7208	20/6/2016
5071686-67.2014.4.04.7100	20/10/2016
5040113-74.2015.4.04.7100	18/8/2016
5004240-40.2016.4.04.7112	19/9/2016
5004448-55.2015.4.04.7210	23/11/2016
5001392-95.2016.4.04.7107	20/10/2016
5058602-62.2015.4.04.7100	16/12/2016
5032457-89.2016.4.04.0000	31/1/2017
5008643-91.2016.4.04.7002	6/2/2017
5066526-27.2015.4.04.7100	20/3/2017
5053046-05.2016.4.04.0000	20/3/2017

5013840-97.2016.4.04.7108	20/3/2017
5009244-85.2016.4.04.7200	20/3/2017
5052729-07.2016.4.04.0000	23/3/2017
5020781-04.2013.4.04.7000	24/3/2017
5032358-76.2013.4.04.7000	24/3/2017
5070890-42.2015.4.04.7100	24/3/2017
5003984-42.2016.4.04.7001	24/3/2017
5001182-07.2012.4.04.7100	24/3/2017
5001917-62.2016.4.04.7209	6/4/2017
5015147-98.2016.4.04.7201	5/5/2017
5016719-14.2010.4.04.7100	12/5/2017
5000147-22.2016.4.04.7116	12/5/2017

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade tem seus procedimentos atualizados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 52 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados: 12 físicos e 40 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes, ressalvados os Processos de n. 0013377-11.2013.4.04.9999 e 2003.71.00.039227-8, nos quais se constatou a ausência de termo de conclusão.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. Foi o caso dos Processos n. 0000934-47.2016.4.04.0000, 1998.04.01.052462-1 e 1998.04.01.077583-6.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se adotar as seguintes providências, conforme relatório de análise da inspeção:

a) julgar, no prazo de 30 dias, o Processo n. 510165-47.2015.4.04.0000, por tratar-se de embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias;

b) julgar, até o final de 2017, o Processo n. 0013377-11.2013.4.04.9999, por tratar-se de feito distribuído em 2013 (META CNJ: 2/2017);

c) julgar, em prazo razoável (processos não incluídos em meta e conclusos há mais de 90 dias – 7 processos):

0000821-40.2010.4.04.9999	0000884-65.2014.4.04.9999
0001881-48.2014.4.04.9999	0002177-70.2014.4.04.9999
0003186-67.2014.4.04.9999	0003643-02.2014.4.04.9999
0014668-75.2015.4.04.9999	

d) decidir, em 10 dias, conforme requerimento nos autos, o pedido formulado no Processo 2003.71.00.039227-8, concluso há mais de 30 dias;

e) juntar, em 10 dias, relatório e acórdão do julgamento nos seguintes Processos julgados em 24/5/2017 (5 processos):

5007817-89.2012.4.04.7201	5012438-28.2017.4.04.0000
5024430-65.2013.4.04.7100	5037344-73.2013.4.04.7000
5048890-53.2012.4.04.7100	

f) providenciar publicação, em 10 dias, do acórdão prolatado no Processo n. 5006119-26.2013.4.04.7100, julgado em 24/5/2017;

g) aguardar e acompanhar o julgamento dos seguintes Processos, pautados para o dia 31/5/2017 (5 processos). Caso retirados de pauta, adotar medidas para julgamento célere:

5003169-27.2016.4.04.7104	5005131-09.2016.4.04.7000
5011057-40.2013.4.04.7205	5054592-95.2016.4.04.0000
5067254-73.2012.4.04.7100	

h) aguardar e acompanhar o julgamento dos seguintes Processos, pautados para o dia 21/6/2017. Caso retirados de pauta, adotar medidas para julgamento célere:

h.1 Embargos Infringentes conclusos há mais de 90 dias (1 processo):

5002357-67.2011.4.04.7101	
---------------------------	--

h.2 Embargos de Declaração conclusos há mais de 30 dias (8 processos):

5001112-28.2014.4.04.7000	5001647-90.2010.4.04.7001
5004825-30.2013.4.04.7102	5008499-11.2015.4.04.0000
5013716-55.2013.4.04.7000	5020613-79.2015.4.04.0000
5029199-24.2010.4.04.7100	5041822-07.2015.4.04.0000

h.3 Conclusos há mais de 90 dias (12 processos):

5000417-10.2015.4.04.7204	5000526-95.2013.4.04.7009
5004143-83.2015.4.04.7206	5006410-28.2015.4.04.7206
5008190-20.2012.4.04.7202	5008764-62.2011.4.04.7110
5010870-44.2013.4.04.7201	5023622-05.2014.4.04.7107
5023650-82.2014.4.04.7200	5028000-93.2012.4.04.7100
5028049-45.2014.4.04.7107	5036303-28.2014.4.04.7100

i) cumprir o despacho proferido no Processo 5000701-62.2016.4.04.0000. Decorrido o prazo, priorizar o julgamento, por tratar-se de embargos de declaração conclusos, originariamente, em 7/6/2016;

j) aguardar o decurso do prazo das diligências determinadas nos Processos 5006274-13.2013.4.04.7208 e 5006583-17.2013.4.04.7208. Após, priorizar julgamento, por tratar-se de processos distribuídos em 2014.

Em relação ao restante da amostra, cabe pontuar que os seguintes Processos apresentam trâmite regular, encontrando-se, pois, em ordem:

- Sobrestados por um ano, a contar de 17/4/2017: 1998.04.01.052462-1 e 1998.04.01.077583-6;
- Sobrestado aguardando julgamento de processo na instância superior (REsp): 5009508-24.2010.4.04.7100.
- Processos julgados, aguardando o decurso do prazo:

5009807-14.2017.4.04.0000	Julgado em 3/5/2017
0000934-47.2016.4.04.0000	Julgado em 4/5/2017
5012907-11.2016.4.04.0000	Julgado em 11/5/2017
5049639-25.2015.4.04.0000	Julgado em 11/5/2017

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, demandando apenas ajustes pontuais na sistemática adotada na unidade, a fim de atingir a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade tem triagem processual pelo assunto, prioridades legais e tipo de recurso/ação, utilizando para tanto as fases e localizadores do sistema de informação processual.

Separados no sistema, os casos são triados por servidor que já examina minuciosamente a admissibilidade recursal, não tendo sido necessária a criação de setor específico destinado a tal análise, mesmo após alteração normativa acerca do exame da admissibilidade recursal pelos Tribunais.

Após a triagem, os feitos são distribuídos aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, segundo a matéria do recurso/ação e sua espécie.

O sistema de tramitação processual e-PROC, bem como o sistema de gestão de acervo G4, possuem ferramenta destacada que aponta a existência de ações/recursos subsumidos nas metas do CNJ, permitindo, assim, que a unidade dê tratamento prioritário a eles.

Atualmente, a unidade não adota medida concentrada de estímulo à conciliação e desistência de recursos, sendo suas ocorrências verificadas isoladamente em cada caso.

Adota-se a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, mas há processos com pedido de vista que devem ser priorizados, posto que formulados há mais tempo do que o permitido pela legislação.

Quanto às metas e controle de prazo para julgamento dos recursos, a unidade mantém acompanhamento de cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos), estando, atualmente, com 103% de cumprimento dessa meta, o que se revela um excelente resultado.

As metas de desempenho são fixadas em conjunto pelo desembargador e os servidores; o desembargador as traça a fim de que o objetivo de redução de acervo seja atingido e os servidores especificam a metodologia de trabalho necessária para o seu atingimento.

O planejamento, a avaliação periódica de desempenho e os resultados de produtividade e metas são verificadas pelos sistemas e-PROC e pelo controle interno da unidade.

A gestão de pessoas e de recursos materiais é organizada e é feita pela chefia de gabinete.

Há atendimento diário a advogados, ressalvados os dias em que há sessão de julgamento.

A unidade dá prioridade ao tratamento de recomendações de inspeções anteriores, tendo sido verificada pendência de cumprimento, porém, no Processo n. 50184902720104047100, já que há informação, pela União, de não ter sido firmado acordo na via administrativa, desde 21/11/2016.

Na inspeção dos registros e números da unidade, bem como na entrevista realizada por ocasião da inspeção, percebeu tratar-se de unidade com equipe integrada, ciente de todos os detalhes de seu acervo e atenta às medidas necessárias ao alcance e manutenção dos resultados verificados, devendo prosseguir no esforço para permanência de cumprimento da Meta 1 do CNJ, mas também direcionar método destinado à redução do acervo de processos antigos.

5) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Monitorar o quantitativo de embargos de declaração conclusos para apreciação, em razão de sua considerável representatividade dentre os processos julgados mensalmente;

c) Adotar medidas à conclusão para apreciação, pelo colegiado, dos processos com medida antecipatória/liminar há mais de 90 dias;

d) Providenciar a inclusão em pauta dos processos com pedido de vista há mais de 30 dias;

e) Providenciar o julgamento no Processo n. 50184902720104047100, já que, em fevereiro de 2016, houve recomendação da inspeção anterior e há informação, pela União, de não ter sido firmado acordo na via administrativa, desde 21/11/2016.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LUCIANE CORRÊA MÜNCH

Especialidades: Trabalhista e Tributária.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 1ª Seção e 2ª Turma, ambos desde 26/11/2007, e Corte Especial.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 26/11/2007.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período de 26/3/2015 a 19/12/2016, a desembargadora esteve afastada para cursar doutorado.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	16	0	0	0	3	19	16
Inspeção/2017	15	0	1	0	5	21	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro/2016, contando, atualmente, com 2 estagiários a mais. Não houve modificação no número de servidores na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	1.387
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	1.721
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	820
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	991
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	213
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	272

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

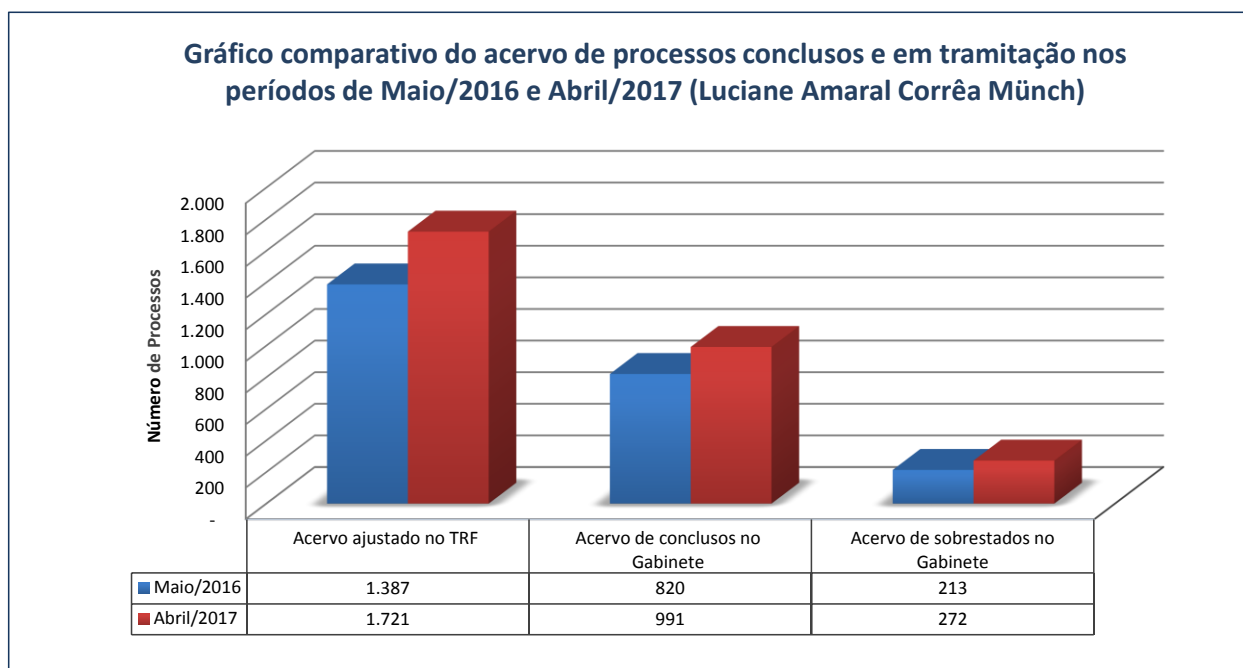
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos cresceu em 171 processos e o número de sobrestados aumentou em 59 processos.

No tocante aos processos suspensos ou sobrestados, importante destacar que decorrem de decisão que determina aguardar solução de IRDR; de decisões proferidas pelo STF ou STJ; e os demais em razão de espera de julgamento de incidente de arguição de inconstitucionalidade.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 991 concluídos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 61,93 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 334 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	4.177
Total de Processos julgados*	3.747
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	430

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 4.177 e julgamento de 3.747 processos, resultando, assim, em aumento do acervo.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	3.097
Total de processos julgados em mesa	267
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	383
Total geral de processos julgados*	3.747
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	20
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	5,2%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.747 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.177; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos, resultando em descumprimento da Meta 1/CNJ.

No período em análise, foram julgados 267 processos em mesa e proferidas 383 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade destas foi identificado em 5,2%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	175
b. Agravo Legal/Regimental	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 175 embargos de declaração e 2 agravos legais/regimentais.

Existem 2 Processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado (5053598-67.2016.4.04.0000 e 5006199-08.2017.4.04.0000).

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	3
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	4
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 10 processos, representando 1,01% do acervo de processos conclusos na unidade (991).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com apenas um processo distribuído no ano 2008, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não há processos da Meta 4/2016 do CNJ (distribuídos até 31/12/2014) nem da Meta 6/2016, apurados em maio/2017.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	1	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	1	-	-
1999	-	-	-
2000	-	1	-
2001	-	1	-
2002	-	-	-
2003	2	-	-
2004	2	1	-
2005	1	-	-
2006	-	1	-
2007	1	-	-
2008	2	7	1
2009	-	8	2
2010	6	3	-
2011	16	6	5
2012	25	3	3
2013	19	3	5
2014	135	6	2
2015	624	48	6
2016	-	587	130
2017	-	-	837
Total	834	676	991

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 676; atualmente, há 991. Houve aumento dos feitos concluídos, apesar de ter havido redução expressiva entre os anos de 2015 e 2016. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	8
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão.

Há 8 feitos que aguardam voto-vista, mas nenhum aguardando providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 2 processos conclusos para voto-vista. Nessa situação, há 2 feitos sem movimentação há mais de 30 dias: 5027955-50.2016.4.04.7100, remetido desde 15/2/2017 para voto-vista; e 5033467-73.2014.4.04.7200, com registro de pendência de voto-vista desde 25/5/2016. Contudo, em relação ao último, as tarefas realizadas no processo indicam tramitação posterior, com devolução do processo ao gabinete de origem, devendo a unidade adotar as medidas necessárias à correção dessa inconsistência.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está com seus procedimentos atualizados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 28 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados: 3 físicos e 25 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Todos os processos selecionados para inspeção estavam disponíveis para análise. Não houve inspeção com base no extrato processual nesta unidade.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Não foi constatada a existência de Conflito de Competência pendente de apreciação na unidade.

Não se constatou a existência de Agravo de Instrumento ou Ação Cautelar sem qualquer decisão desde a conclusão.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se levar a julgamento em 30 dias o Processo 200904000181850, devolvido para o TRF4 em 25/5/2011 para novo julgamento, em virtude de anulação de acórdão proferido em Embargos de Declaração (pelo STJ; processo indevidamente remetido à Primeira Instância e restituído ao TRF4 em 16/12/2016).

Em relação a todo o restante da amostra, cabe pontuar que os seguintes Processos apresentam trâmite regular, encontrando-se, pois, em ordem:

a) Processos julgados em 23/5/2017, aguardando decurso do prazo:

a.1) Embargos de Declaração (9 processos):

50133364620144040000	50393093220164040000
50165278120154047205	50393110220164040000
50373182120164040000	50400740320164040000
50383636020164040000	50418989420164040000
50385454620164040000	

a.2) Agravo de Instrumento (5 processos):

50022021720174040000	50283648820134040000
50038962120174040000	50378829720164040000
50094472120134040000	

a.3) Apelação Cível (2 processos):

50013685320104047115	50030635120104047112
----------------------	----------------------

a.4) Apelação/Reexame necessário (1 processo): 50637483020144047000.

b) Processo 200270000425083, julgado em 9/5/2017 para juízo de adequação, aguardando decurso do prazo.

c) Processo 50072679520154047102, julgado em 4/5/2017, aguardando decurso do prazo.

d) Processo 50128093120134040000, aguardando decurso de prazo para apresentação de contrarrazões em embargos de declaração.

e) Embargos de Declaração com conclusão há menos de 30 dias (2 processos):

50095299720104047100	50097412120104047100
----------------------	----------------------

f) Processos não incluídos em meta com conclusão há menos de 90 dias, sem pedido suspensivo (1 processo): 50076766620174040000.

g) Processos remetidos há menos de 30 dias para prolação de voto-vista (1 processo): 50175526620144047205.

h) Processos com baixa definitiva (2 processos):

50067655420174040000	50035766820174040000
----------------------	----------------------

i) Processo 00089592520164049999, sobrestado aguardando pronunciamento da Corte Especial no Processo n. 0024181-04.2014.4.04.9999/PR, que se encontra com pedido de vista desde 3/11/2016.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito satisfatória, demandando apenas ajustes pontuais na sistemática adotada, apenas para evitar que continue o aumento verificado no acervo de processos conclusos no gabinete, conforme detectado entre os anos de 2016 e 2017.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade tem triagem de processual pelo assunto, prioridades legais e tipo de recurso/ação, utilizando para tanto as fases e localizadores do sistema de informação processual.

Separados no sistema, os casos são triados por servidor que já examina minuciosamente a admissibilidade recursal, não tendo sido necessária a criação de setor específico destinado a tal análise, mesmo após alteração normativa acerca do exame da admissibilidade recursal pelos Tribunais.

Após a triagem, os feitos são distribuídos aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, segundo a matéria do recurso/ação e sua espécie.

O sistema de tramitação processual e-PROC, bem como o sistema de gestão de acervo G4, possuem ferramenta destacada que aponta a existência de ações/recursos subsumidos nas metas do CNJ, permitindo, assim, que a unidade dê tratamento prioritário a eles.

Atualmente, notadamente em razão da celeridade que vem sendo alcançada, a unidade não adota medida concentrada de estímulo à conciliação e desistência de recursos, sendo suas ocorrências verificadas isoladamente em cada caso.

Adota-se com afinco a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, o que deve ser registrado como elogio, sendo o resultado desse esforço claramente verificado pelos excelentes números da unidade.

Quanto às metas e controle de prazo para julgamento dos recursos, a unidade mantém acompanhamento diário de cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos) por intermédio do sistema G4, estando, atualmente, com 89,7% de cumprimento dessa meta. Além disso, há meta fixada por quantidade de dias de tramitação, qual seja, o julgamento do recurso em, no máximo, 60 dias de sua conclusão.

As metas de desempenho são fixadas em conjunto pela desembargadora e os servidores.

O planejamento, a avaliação periódica de desempenho e os resultados de produtividade e metas são verificados pelos sistemas e-PROC e G4 e pelo controle interno da unidade.

A gestão de pessoal e de recursos materiais é organizada e feita pela chefia de gabinete.

Há atendimento diário a advogados, mas preferencialmente nos dias anteriores aos das sessões.

A unidade dá prioridade ao tratamento de recomendações de inspeções anteriores, não tendo sido verificada qualquer pendência nesse tocante, conforme relatório fornecido pela unidade.

Na inspeção dos registros e números da unidade, bem como na entrevista realizada por ocasião da inspeção, percebeu tratar-se de unidade com equipe integrada, ciente de todos os detalhes de seu acervo e atenta às medidas necessárias ao alcance e manutenção dos excelentes resultados verificados, sendo o afinco, a organização, o empenho e o zelo pelo perfil da unidade dignos de elogio.

5) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Adotar medidas voltadas a aumentar o grau de atingimento da Meta 1/CNJ, evitando o crescimento do acervo de processos conclusos no gabinete, conforme detectado entre os anos de 2016 e 2017.
- c) Monitorar e levar a julgamento os processos com tutela provisória há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RÔMULO PIZZOLATTI

Especialidades: Trabalhista e Tributária.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 2ª Turma desde 28/9/2011; 1ª Seção desde 28/9/2011; e Corte Especial desde 10/6/2013.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 28/9/2011.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	13	0	0	0	3	16	12
Inspeção/2017	14	0	0	0	2	16	13

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	1.845
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	2.027
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	998
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	968
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	224
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	239

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

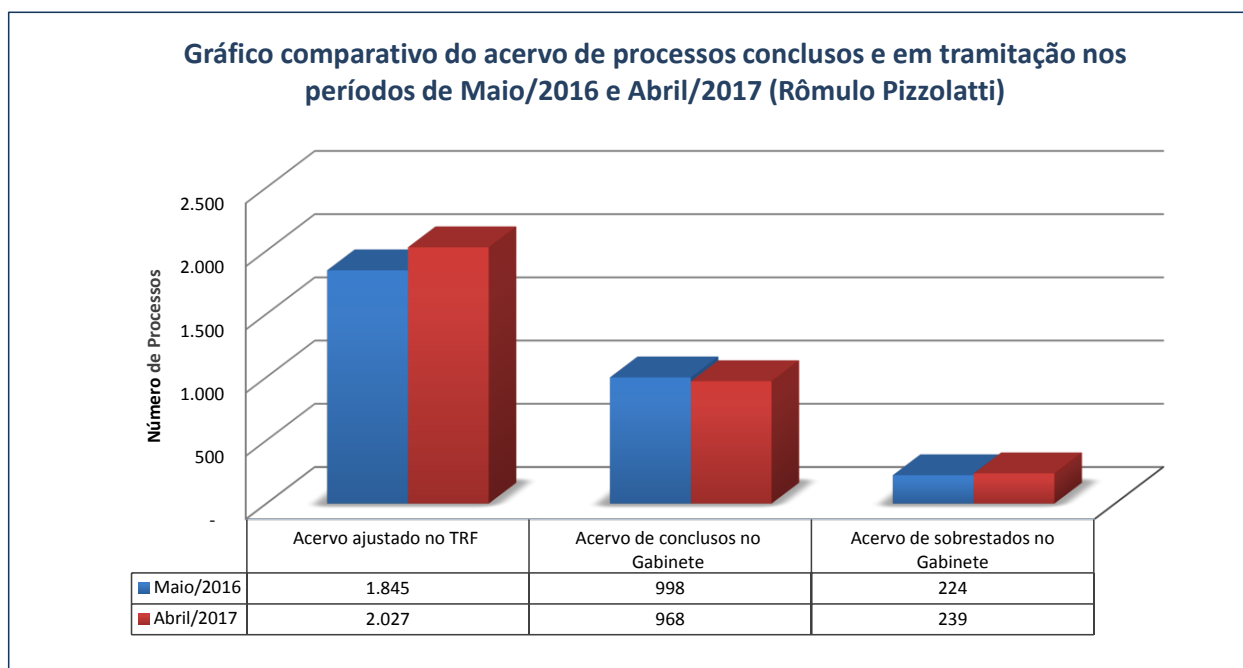
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos diminuiu em 30 processos e o número de sobrestados aumentou em 15 processos.

No tocante aos processos suspensos ou sobrestados, importante destacar que decorrem de decisão que determina aguardar solução de IRDR; de decisões proferidas pelo STF ou STJ; e os demais em razão de espera de julgamento de incidente de arguição de inconstitucionalidade.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de efetiva tramitação de 968 processos concluídos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 74,46 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 182 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	4.229
Total de Processos julgados*	4.075
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	154

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 4.229 e julgamento de 4.075 processos, resultando, assim, em aumento do acervo.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	3.599
Total de processos julgados em mesa	19
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	457
Total geral de processos julgados*	4.075
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	85
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	18,6%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.075 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.229; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 19 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 457 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 18,6%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	273
b. Agravo Legal/Regimental	33

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 273 embargos de declaração e 33 agravos legais/regimentais.

Existem 13 processos com tutela provisória há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 4 processos, representando 0,41% do acervo de processos conclusos na unidade (968).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com apenas 1 processo distribuído no ano 2011, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em maio/2017, bem como à Meta 6/2016, não há processos na Unidade.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição:

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	1	-	-
1995	-	-	-
1996	1	1	-
1997	-	-	-
1998	1	1	-
1999	-	-	-
2000	1	1	-
2001	-	1	-
2002	-	1	-
2003	2	-	-
2004	1	3	1
2005	-	1	-
2006	-	2	-
2007	-	3	-
2008	-	2	-
2009	2	2	-
2010	3	3	-
2011	14	11	4
2012	14	9	2
2013	66	8	4
2014	452	30	6
2015	758	300	10
2016	-	714	224
2017	-	-	717
Total	1.316	1.093	968

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 1.093; atualmente, há 968. Houve diminuição dos feitos concluídos, tendo havido redução expressiva entre os anos de 2015 e 2016. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	8
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Há 8 feitos que aguardam voto-vista. Nesse universo, há 1 processo que aguarda providências há mais de 30 dias, qual seja, o Processo n. 5027955-50.2016.4.04.7100, o qual foi encaminhado para o Gabinete do autor do pedido de vista em 15/2/2017, configurando pendência externa.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 7 processos conclusos para voto-vista. Nessa situação há feitos sem movimentação há mais de 30 dias: 5050420-24.2014.4.04.7100, devendo ser agilizado seu julgamento.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está com seus procedimentos atualizados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 39 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados: 2 físicos e 37 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Todos os processos selecionados para inspeção estavam disponíveis para análise. Não houve inspeção com base no extrato processual nesta unidade.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Não se constatou a existência de Agravo de Instrumento ou Ação Cautelar sem qualquer decisão desde a conclusão.

Verificou-se discrepância entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, consistente na ausência de termo de conclusão nos autos físicos no Processo 00096267420124040000.

Na listagem, não constam processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados para inspeção, recomenda-se a adoção das seguintes providências, conforme relatório de análise:

a) Levar a julgamento em 30 dias os seguintes processos, conclusos há mais de 30 dias:

a.1) Embargos de Declaração (6 processos):

50041267220144047112	50322137420144047100
50225698220154047000	50375184420114047100
50297653120144047100	50465322720124047000

a.2) Agravos Regimentais (6 processos):

50081913820164040000	50459625020164040000
50082347220164040000	50467150720164040000
50459555820164040000	50477157620154040000

b) Levar a julgamento em 90 dias:

b.1) Processos de Meta 2 – até Meta 2/2016 (1 processo):

00096267420124040000	Meta CNJ: 2/2016, distribuídos em 2012
----------------------	--

c) Providenciar, em 10 dias, a publicação do acórdão prolatado em 16/5/2017 no Processo n. 200370000273044.

d) Aguardar e acompanhar o julgamento do Conflito de Competência n. 50119048420174040000, pautado para o dia 8/6/2017. Caso retirado de pauta, adotar medidas para o julgamento célere.

e) Observar o procedimento do art. 940, § 1º, CPC, no Processo 50279555020164047100, cujos autos foram remetidos há mais de 30 dias para voto-vista.

Em relação ao restante da amostra, cabe pontuar que os seguintes processos apresentam trâmite regular, encontrando-se, pois, em ordem:

a) Processos julgados em 16/5/2017, aguardando decurso do prazo:

a.1) Embargos de Declaração (7 processos):

50015710820114047203	50130048520154047003
50055658120154047113	50201579520164040000
50064523420114047201	50335244220104047100
50076543420114047108	

a.2) Agravo Regimental (3 Processos):

50473412620164040000	50556053220164040000
50550926420164040000	

a.3) Agravo de Instrumento (2 processos):

50005367820174040000	50005757520174040000
----------------------	----------------------

a.4) Apelação Cível (1 processo): 50092442120124047202.

a.5) Apelação/Reexame Necessário (1 processo): 50106019420114047000.

b) Embargos de declaração no Processo 50474382620164040000, julgados em 30/5/2017, aguardando decurso de prazo.

c) Embargos de declaração com conclusão há menos de 30 dias (4 processos):

50024401120104047104	50239312720124047000
50165575420124047001	50587411920124047100

d) Processos não incluídos em Meta do CNJ com conclusão há menos de 90 dias (2 processos):

50088552220104047100	50277611520134040000
----------------------	----------------------

e) Processos remetidos há menos de 30 dias para prolação de voto-vista (1 processo): 50679513520144047000.

f) Processo com baixa definitiva (1 processo): 50149291820114040000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação é satisfatória, não havendo acúmulo, demandando apenas ajustes pontuais na sistemática adotada pela unidade, a fim de atingir a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade tem triagem processual por assunto, prioridades legais e tipo de recurso/ação, utilizando para tanto as fases e localizadores do sistema de informação processual.

Separados no sistema, os casos são triados por servidor que já examina minuciosamente a admissibilidade recursal, não tendo sido necessária a criação de setor específico destinado a tal análise, mesmo após alteração normativa acerca do exame da admissibilidade recursal pelos Tribunais.

Após a triagem, os feitos são distribuídos aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, segundo a matéria do recurso/ação e sua espécie.

O sistema de tramitação processual e-PROC, bem como o sistema de gestão de acervo G4, possuem ferramenta destacada que aponta a existência de ações/recursos subsumidos nas metas do CNJ, permitindo, assim, que a unidade dê tratamento prioritário a eles.

Atualmente, notadamente em razão da celeridade que vem sendo alcançada, a unidade não adota medida concentrada de estímulo à conciliação e desistência de recursos, sendo suas ocorrências verificadas isoladamente em cada caso.

Adota-se com afinco a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, o que deve ser registrado como elogio, sendo o resultado desse esforço claramente verificado pelos excelentes números da unidade.

Quanto às metas e controle de prazo para julgamento dos recursos, a unidade mantém acompanhamento diário de cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos) por meio do sistema G4, estando, atualmente, com 93,7% de cumprimento dessa meta. Além disso, há meta fixada por quantidade de dias de tramitação, qual seja, o julgamento do recurso em, no máximo, 90 dias de sua conclusão.

As metas de desempenho são fixadas em conjunto pelo desembargador e os servidores, sendo um processo dinâmico a cada perfil de acervo; o desembargador as estima de forma a que o objetivo de redução do acervo seja atingido e os servidores indicam a metodologia de trabalho necessária para sua especificação e atingimento.

O planejamento, a avaliação periódica de desempenho e os resultados de produtividade e metas são verificadas pelos sistemas e-PROC e G4 e pelo controle interno da unidade.

A gestão de pessoas e de recursos materiais é organizada e feita pela chefia de gabinete.

Há atendimento diário a advogados, preferencialmente às quartas-feiras, ressalvados os dias em que há sessão de julgamento.

A unidade dá prioridade ao tratamento de recomendações de inspeções anteriores, não tendo sido verificada qualquer pendência nesse tocante, conforme relatório fornecido pela unidade.

Na inspeção dos registros e números da unidade, bem como na entrevista realizada por ocasião da inspeção, percebeu tratar-se de unidade com equipe integrada, ciente de todos os detalhes de seu acervo e atenta às medidas necessárias ao alcance e manutenção dos excelentes resultados verificados, sendo o afinco, a organização, o empenho e o zelo pelo perfil da unidade dignos de elogio.

5) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Monitorar o número de embargos de declaração pendentes de apreciação em razão de sua representatividade no acervo de processos conclusos;
- c) Monitorar a tramitação dos processos com tutela provisória há mais de 90 dias, a fim de que sejam apreciados pelo colegiado;
- d) Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO LUIZ CARLOS CANALLI

Especialidades: Trabalhista e Tributária.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: Corte Especial, 1ª Seção e 2ª Turma, desde 11/5/2017.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 11/5/2017 (convocação pela vacância em decorrência do falecimento do Desembargador Federal Otávio Roberto Pamplona).

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Federal Convocado.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17	0	0	0	3	20	15
Inspeção/2017	15	0	0	0	2	17	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro/2016, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	1.285
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	1.819
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	594
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	885
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	204
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	211

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

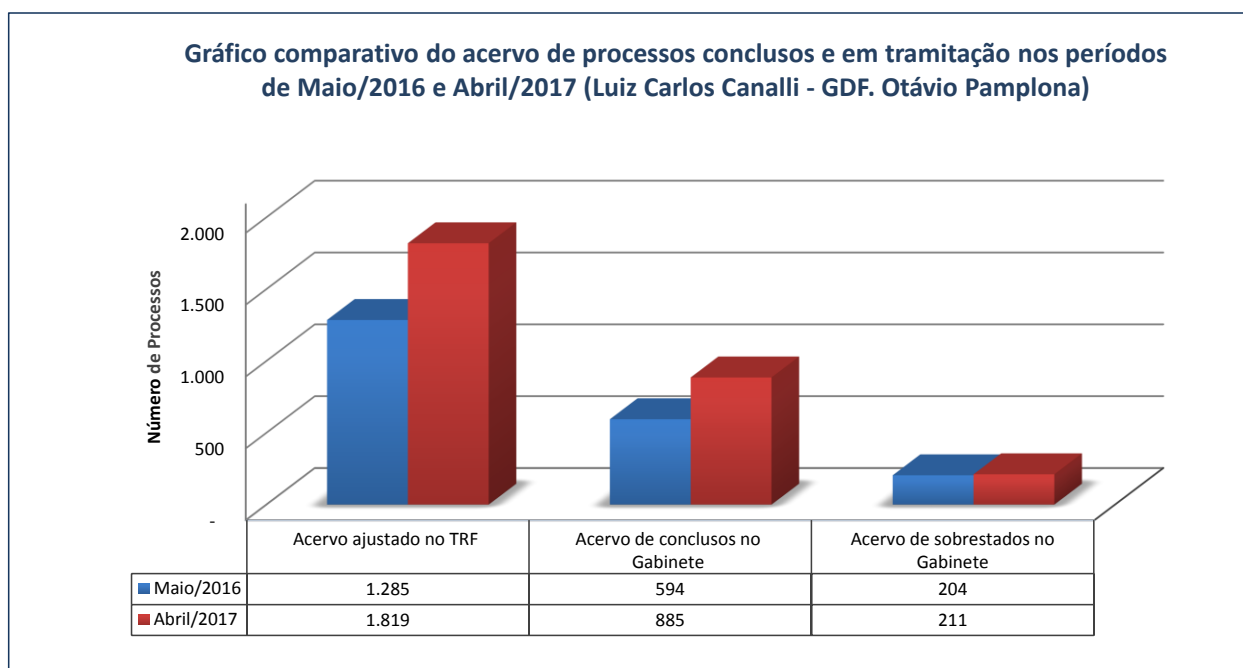
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 291 e o número de sobrestados subiu em 7.

No tocante aos processos suspensos ou sobrestados, importante destacar que decorrem de decisão que determina aguardar solução de IRDR; de decisões proferidas pelo STF ou STJ; e os demais em razão de espera de julgamento de incidente de arguição de inconstitucionalidade.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 885 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 63,21 processos por servidor.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 534 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	4.181
Total de Processos julgados*	3.875
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	306

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 4.181 e julgamento de 3.875 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	3.368
Total de processos julgados em mesa	37
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	470
Total geral de processos julgados*	3.875
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	23
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	4,9%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.875 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.181; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 37 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 470 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em apenas 4,9%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	150
b. Agravo Legal/Regimental	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 150 embargos de declaração e 1 agravo legal/regimental.

Existem 3 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	3
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	3
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 10 processos, representando 1,13% do acervo de processos conclusos na unidade (885).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 2 processos distribuídos até 31/12/2005; 1, em 2008; 1, em 2011 e 3, em 2012, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em maio/2017, bem como à Meta 6/2016, não há processos na unidade.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos conclusos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	1	-	-
2003	-	-	1
2004	-	-	1
2005	-	-	1
2006	1	2	-
2007	2	-	-
2008	2	-	1
2009	1	1	-
2010	2	-	-
2011	24	3	5
2012	16	-	4
2013	32	1	4
2014	215	1	1
2015	540	60	5
2016	-	404	180
2017	-	-	682
Total	836	472	885

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2016 era de 472; atualmente, há 885. Houve aumento dos feitos conclusos, apesar de ter havido redução expressiva entre os anos de 2015 e 2016. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	1
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Há 1 feito que aguarda voto-vista, mas todos formulados há menos de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	8
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 8 conclusos para voto-vista. Nessa situação, há 2 feitos sem movimentação há mais de 30 dias: 0012565-61.2016.404.9999 (recebido no gabinete em 24/11/2016) e 5053835-04.2016.4.04.0000 (recebido no gabinete em 26/4/2017). Ressalte-se que ambos encontram-se pautados para o dia 13/6/2017.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está com seus procedimentos atualizados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 26 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados: 6 físicos e 20 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Todos os processos selecionados para inspeção estavam disponíveis para análise. Não houve inspeção com base no extrato processual nesta unidade.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Não foi constatada a existência de Conflito de Competência pendente de apreciação na unidade.

Não se constatou a existência de Agravo de Instrumento ou Ação Cautelar sem qualquer decisão desde a conclusão.

Verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, consistente na ausência de termo de conclusão nos autos físicos, nos seguintes Processos (3 processos):

00125656120164049999	200772010004702
200404010366057	

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se a adoção das seguintes providências, conforme relatório de análise da inspeção:

a) Aguardar e acompanhar o julgamento dos seguintes processos, pautados para o dia 13/6/2017. Caso retirado de pauta, adotar medidas para o julgamento célere:

a.1) Embargos de Declaração (10 processos):

200404010366057	50084922420134047005
200772010004702	50113236120124047108
50008821520164047000	50190940320154047200
50010475120104047104	50397917720164040000
50010940720104047110	50494891020164040000

a.2) Agravo Regimental (1 processo): 50131849020174040000.

a.3) Processos incluídos na Meta 2 do CNJ (2 processos):

50008518320124047210	META CNJ: 2/2017, distribuídos em 2013
50042145020134047208	META CNJ: 2/2017, distribuídos em 2013

a.4) Apelação cível (2 processos):

00125656120164049999	200071050015337
----------------------	-----------------

a.5) Apelação/Reexame necessário (2 processos):

50132177220124047108	50135311820124047205
----------------------	----------------------

a.6) Reclamação (1 processo): 50489236120164040000.

b) Providenciar, em 10 dias, a intimação das partes do despacho proferido em 24/5/2017, o qual determinou a suspensão, até a publicação do acórdão paradigma no STF – RE 718.874, do Processo n. 50042821720154047115.

c) Providenciar, em 10 dias, a intimação das partes da penhora realizada em 8/5/2017, no Processo n. 00077932120124040000.

Em relação ao restante da amostra, cabe pontuar que os seguintes Processos apresentam trâmite regular, encontrando-se, pois, em ordem:

a) Processo 50014178420164047115, com decisão terminativa publicada em 24/5/2017, aguardando decurso de prazo.

b) Processos suspensos pelo prazo de um ano, a partir de 11/5/2017 (1 processo):
00064242620114040000.

c) Processos baixados (4 processos):

50052862620174040000	50133900720174040000
50055175320174040000	50253809720144040000

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação é muito satisfatória, demandando apenas ajustes pontuais na sistemática adotada pela unidade, para evitar que continue o aumento verificado no acervo de processos conclusos no gabinete, conforme detectado entre os anos de 2016 e 2017.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade tem triagem processual por assunto, prioridades legais e tipo de recurso/ação, utilizando para tanto as fases e localizadores do sistema de informação processual.

Separados no sistema, os casos são triados por servidor que já examina minuciosamente a admissibilidade recursal, não tendo sido necessária a criação de setor específico destinado a tal análise, mesmo após a alteração normativa acerca do exame da admissibilidade recursal pelos Tribunais.

Após a triagem, os feitos são distribuídos aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, segundo a matéria do recurso/ação e sua espécie.

O sistema de tramitação processual e-PROC, bem como o sistema de gestão de acervo G4, possuem ferramenta destacada que aponta a existência de ações/recursos subsumidos nas metas do CNJ, permitindo, assim, que a unidade dê tratamento prioritário a eles.

Atualmente, notadamente em razão da celeridade que vem sendo alcançada, a unidade não adota medida concentrada de estímulo à conciliação e desistência de recursos, sendo suas ocorrências verificadas isoladamente em cada caso.

Adota-se com afinco a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, o que deve ser registrado como elogio, sendo o resultado desse esforço claramente verificado pelos excelentes números da unidade.

Quanto às metas e controle de prazo para julgamento dos recursos, a unidade mantém acompanhamento diário de cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos) pelo sistema G4, estando, atualmente, com 93,3% de

cumprimento dessa meta. Além disso, há meta fixada por quantidade de dias de tramitação, qual seja, o julgamento do recurso em, no máximo, 60 dias de sua conclusão.

As metas de desempenho são fixadas em conjunto pelo magistrado e os servidores, sendo um processo dinâmico a cada perfil de acervo; o magistrado as estima de forma a que o objetivo de redução de acervo seja atingido e os servidores especificam a metodologia de trabalho necessária para seu alcance.

O planejamento, a avaliação periódica de desempenho e os resultados de produtividade e metas são verificados pelos sistemas e-PROC e G4 e pelo controle interno da unidade.

A gestão de pessoas e de recursos materiais é organizada e feita pela chefia de gabinete.

Há atendimento diário a advogados, ressalvados os dias em que há sessão de julgamento.

A unidade dá prioridade ao tratamento de recomendações de inspeções anteriores, não tendo sido verificada qualquer pendência nesse tocante, conforme relatório fornecido pela unidade.

Na inspeção dos registros e números da unidade, bem como na entrevista realizada por ocasião da inspeção, percebeu tratar-se de unidade com equipe integrada, ciente de todos os detalhes de seu acervo e atenta às medidas necessárias ao alcance e manutenção dos excelentes resultados verificados, sendo o afincamento, a organização, o empenho e o zelo pelo perfil da unidade dignos de elogio.

5) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Adotar medidas voltadas a aumentar o grau de atingimento da Meta 1/CNJ, evitando o crescimento do acervo de processos conclusos no gabinete, conforme detectado entre os anos de 2016 e 2017;
- c) Monitorar a tramitação dos processos com tutela provisória há mais de 90 dias, a fim de que sejam apreciados pelo colegiado;
- d) Apresentar o voto-vista nos processos com pedido de vista há mais de 30 dias.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

Especialidades: Administrativa, Civil e Comercial.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 3ª Turma, 2ª Seção, Corte Especial e Plenário.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 21/6/2013.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17	0	0	0	5	22	15
Inspeção/2017	17	0	0	0	5	22	16

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	3.115
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	4.712
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	2.545
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	3.786
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	921
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	1.064

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

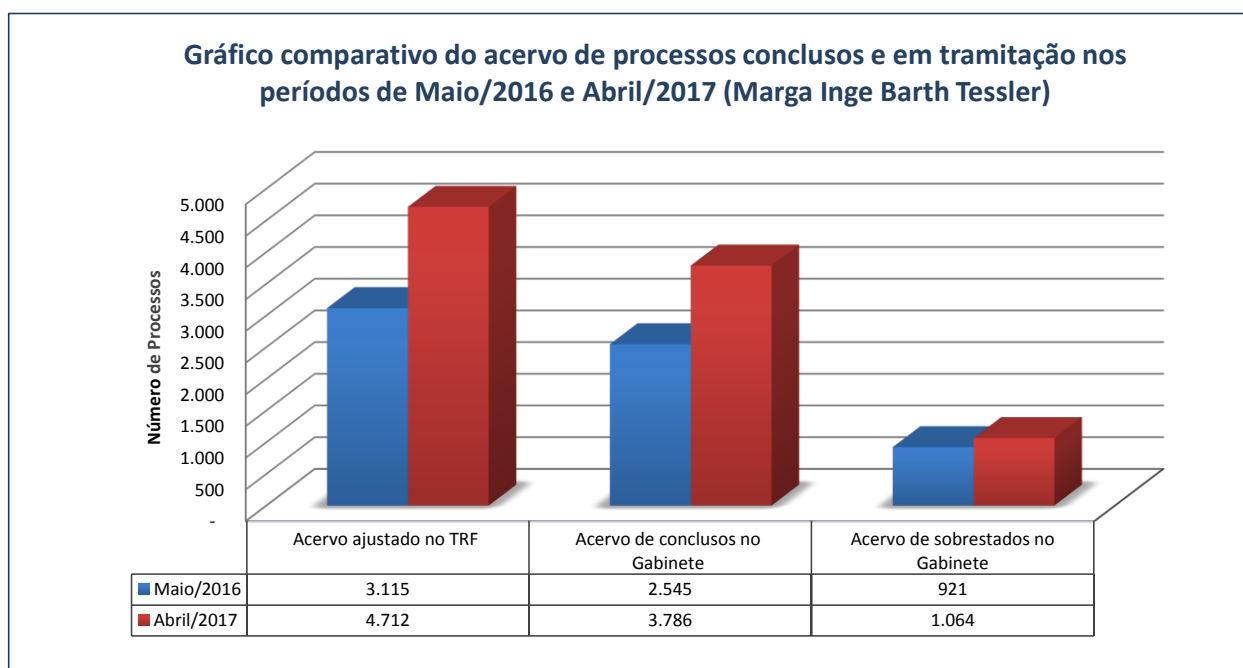
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 1.241 e o número de sobrestados subiu em 143.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: correção monetária do FGTS; cumprimento/execução individual de sentença oriunda da Ação Civil Pública n. 2003.72.00.004511-8 (digitalizada e renumerada para 5004151-15.2014.404.7200), movida pelo Instituto PROJUST contra a Caixa Econômica Federal, em que a ré foi condenada a remunerar os depósitos anteriores a 15/6/87 e/ou 15/1/1989, mantidos em cadernetas de poupança por todos os poupadores do Estado de Santa Catarina; pagamento de diferenças relativas a expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos na correção monetária de depósitos em caderneta de poupança; competência do DNIT para aplicar penalidade por excesso de velocidade, conforme informações repassadas pelo gabinete; e aplicabilidade da Lei n. 11.960/09 nos precatórios. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.786 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em, aproximadamente, 237 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.597 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	7.898
Total de Processos julgados*	6.332
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	1.566

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 7.898 e julgamento de 6.332 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	5.071
Total de processos julgados em mesa	38
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.223
Total geral de processos julgados*	6.332
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	23
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	1,9%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.332 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 7.898; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 38 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.223 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 1,9%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	540
b. Agravo Legal/Regimental	167

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 540 embargos de declaração e 167 agravos legais/regimentais.

Existem 85 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, conforme questionário respondido pela unidade.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	3
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	3
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	3
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	34
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	5
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	10
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	1
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 66 processos, representando 1,74% do acervo de processos conclusos na unidade (3.786).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos nos anos de 2015 a 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em maio/2017, havia 1 processo. Não havia feito da Meta 6/2016. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	1	1
1996	1	1	-
1997	-	-	-
1998	-	1	-
1999	-	-	-
2000	1	-	-
2001	-	1	-
2002	-	1	1
2003	2	-	-
2004	1	3	-
2005	2	1	1
2006	-	2	2
2007	2	2	1
2008	2	4	5
2009	5	10	5
2010	1	10	9
2011	18	33	34
2012	26	23	9
2013	37	20	14
2014	401	72	47
2015	679	861	413
2016	-	1.347	1.187
2017	-	-	2.057
Total	1.178	2.393	3.786

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril de 2015 era de 1.178; atualmente, há 3.786. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2016 e 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	6
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como há 6 feitos que aguardam voto-vista e nenhum aguardando declaração de voto e lavratura de acórdão. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, conforme informações repassadas pelo gabinete.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	27
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	27

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, havendo 27 para votos-vista e nenhum para declaração de voto e lavratura de acórdão. Nessas situações, não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias, conforme informações repassadas pelo gabinete.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, a unidade não informou se está ou não atualizando os seus procedimentos, conforme questionário respondido.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 41 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 6 físicos e 35 eletrônicos.

Os autos de processos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

O processo que tramitava em unidade externa e que não estava fisicamente disponível foi inspecionado com base no respectivo extrato processual. De todo modo, o Processo deverá ser incluído pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção: 2008.04.00.033295-0.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar no prazo de até 30 dias:

200570000046231	50161413720134047200	50174675520104047000
-----------------	----------------------	----------------------

b) Julgar no prazo de até 60 dias:

50001681420104047211	50008315520134047114	50013244620104047111
50016989820154047204	50019145020154047013	50029332620124047101
50031298720124047200	00095011420144049999	00150840920114040000
200872000094565	50110996820164040000	50115855320164040000
50140876920114047200	50170694920164040000	50217740920114047100
50428299720164040000	50543075020134047100	50690085020124047100

c) Julgar no prazo de até 90 dias:

50015041120174040000	50035158920134047004	50049154420134047100
50119274520144047110	50311377220144040000	50329896520144047200
50284176420164040000	50671317520124047100	

d) Incluir na próxima autoinspeção: 200804000332950.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é preciso adotar medidas no intuito de promover a estabilização ou até a redução contínua do acervo que, apesar de não apresentar número elevado, vem enfrentando aumento nos últimos anos.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No que tange à metodologia e às boas práticas da unidade, destaca-se a relativa à triagem inicial dos processos, ocasião em que se verifica, inicialmente, que os processos físicos e eletrônicos são distribuídos aos assessores, seja diretamente em mesa ou pelos localizadores do sistema, por matéria, competência, fase processual, juízo de conformidade com os precedentes do próprio colegiado, crivo da assessoria e da Desembargadora.

Há dois assessores e um chefe de gabinete que, juntamente com a Desembargadora, encarregam-se da administração dos trabalhos, do controle do acervo, da distribuição das tarefas entre os demais integrantes do grupo, sempre de acordo com a competência temática preestabelecida.

O gabinete não adota metas individuais de trabalho, estabelecendo metas coletivas mensais. A meta coletiva consistia, inicialmente, na divisão do número de processos distribuídos na semana anterior mais 10% entre os servidores dedicados à elaboração de relatórios e votos. Tal meta coletiva estimula a cooperação entre os membros da equipe e permite o controle coletivo de resultados. A meta permanente é a diminuição do acervo e a eliminação dos processos mais antigos.

O gabinete adota tratamento específico para feitos com prioridade legal ou incluídos em metas do CNJ, bem como prioriza os feitos adiados e os pendentes de julgamento em mesa, sendo tais feitos identificados pelo sistema do Tribunal.

O controle de acervo é feito mediante a utilização da ferramenta própria (Controle de Acervo) oferecida pelo Sistema Informatizado do Tribunal. Tal controle do conteúdo e da situação do acervo realizado pela ferramenta G4, disponível no sistema do Tribunal, que permite visualizar o acervo quantitativa e qualitativamente. A estrutura do gabinete mostra-se muito bem organizada, havendo controle do acervo processual.

O planejamento e a avaliação periódica dos servidores são uma constante na unidade. O desempenho dos servidores é satisfatório.

As metas de produtividade são estabelecidas e revistas mensalmente.

Os advogados são atendidos pela Desembargadora, em regra, mediante prévio agendamento. Estando presente, entretanto, a Desembargadora atende aos advogados, quando solicitada.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade apresenta um bom andamento processual, sendo de 197 dias o tempo médio de tramitação dos feitos;

b) A inspeção realizada, a partir das amostras e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelou que, na unidade, não há acúmulo de feitos incluídos nas metas do CNJ;

c) Houve aumento do acervo, apesar do compromisso da unidade e do elevado número de processos julgados, o que requer a adoção de plano de trabalho que busque elevar ainda mais a produtividade, fazendo com que o número de processos julgados supere a distribuição;

d) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, razão pela qual o maior volume de processos conclusos se encontra dentre os feitos distribuídos entre os anos de 2015 a 2017.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Aplicar as recomendações feitas nos processos listados para todos os eventuais processos do acervo que se encontrem em situação processual semelhante;
- c) Promover o controle específico de processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, procurando inseri-los em pauta, com urgência;
- d) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e dando-lhes motivação;
- e) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias e dar-lhes andamento;
- f) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de julgamento, se for o caso, realizando um mutirão com tal finalidade; e
- g) Priorizar o julgamento dos 67 feitos incluídos nas metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

Especialidades: Administrativa, Civil e Comercial.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 3ª Turma, 2ª Seção, Plenário e Corte Especial.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 19/6/2015.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoção interna, a saber: da 5ª Turma para a 3ª Turma (5ª Turma até 18/6/2015 e 3ª Turma a partir de 19/6/2015).

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17	0	0	0	5	22	14
Inspeção/2017	17	0	0	0	4	21	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com o mesmo número de servidores, estando apenas com 1 estagiário a menos no quadro de pessoal. Não houve incremento ou redução de servidores na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	2.370
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	3.069
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	1.290
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	1.538
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	474
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	752

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

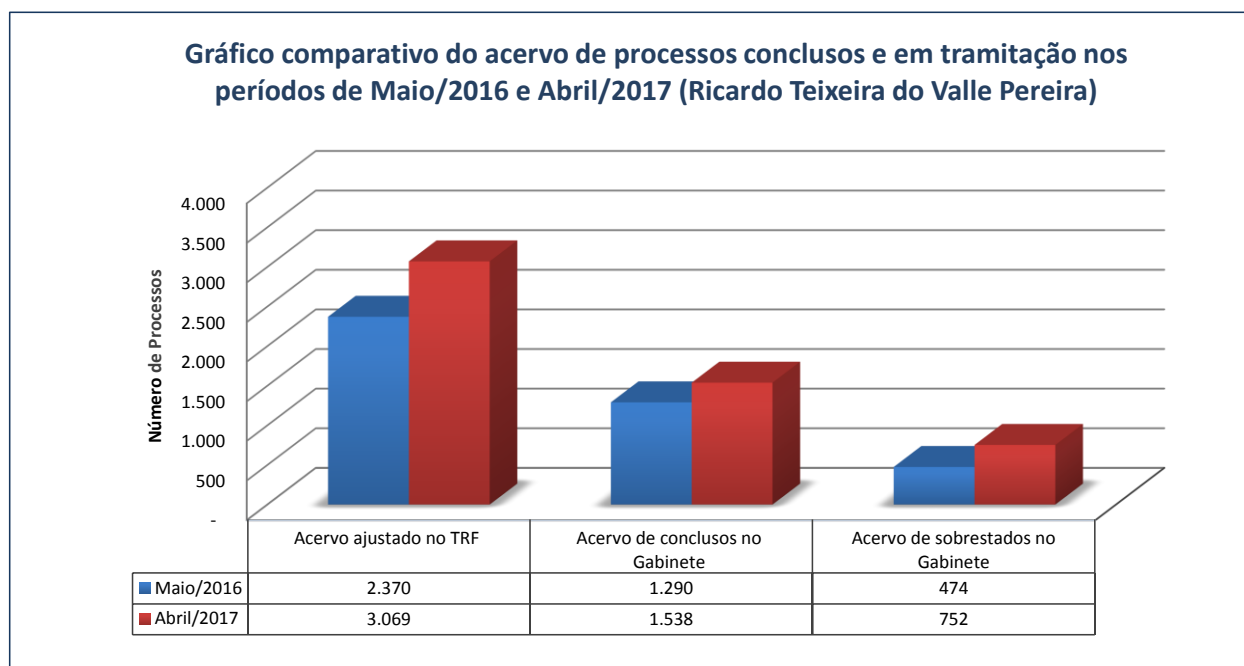
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 248 e o número de sobrestados subiu em 278.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: competência do DNIT para a questão da aplicação de multas por excesso de velocidade, juros e gratificação de fronteira.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.538 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em aproximadamente 110 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 699 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	7.414
Total de Processos julgados*	6.393
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	1.021

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 7.414 e julgamento de 6.393 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	5.562
Total de processos julgados em mesa	63
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	768
Total geral de processos julgados*	6.393
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	66
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	8,6%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.393 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 7.414; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta n. 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 63 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 768 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 8,6%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	218
b. Agravo Legal/Regimental	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 218 embargos de declaração e 8 agravos legais/regimentais.

Existem 36 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, conforme questionário respondido pela unidade. São eles:

200771000226839	50430438820164040000	50517868720164040000
201604000001206	50468562620164040000	50519309520154040000
201604000007208	50486952320154040000	50522423720164040000
50018197320164040000	50496043120164040000	50527042820154040000
50018560320164040000	50496476520164040000	50538689120164040000
50041190820164040000	50496748220154040000	50542663820164040000
50126499820164040000	50499484620154040000	50348845920164040000
50166243120164040000	50503182520154040000	50404551120164040000
50347616120164040000	50507911120154040000	50422029320164040000
50354527520164040000	50510198320154040000	50499438720164040000
50370523420164040000	50510709420154040000	50510576120164040000
50387662920164040000	50511080920154040000	50524736420164040000

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	1
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 11 processos, representando 0,72% do acervo de processos conclusos na unidade (1.538).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha, principalmente, com processos distribuídos nos anos 2016 e 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, não havia processo; enquanto os da Meta 6/2016 eram apenas 2. Tendo em

vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de feitos existente, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição:

Evolução do acervo de processos concluídos nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	1	-
1998	-	-	-
1999	1	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	1	1
2004	-	1	-
2005	-	1	1
2006	1	-	-
2007	-	2	-
2008	-	-	-
2009	-	2	1
2010	2	2	-
2011	6	10	6
2012	2	5	3
2013	3	16	2
2014	50	16	4
2015	306	349	71
2016	-	1.021	165
2017	-	-	1.284
Total	371	1.427	1.538

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2015 era de 371; atualmente, há 1.538. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos

anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado positivo. Entretanto, como não houve diminuição dos feitos conclusos, tal fato se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	10
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há qualquer processo do gabinete liberado para revisão, bem como há 10 feitos que aguardam votos-vista e nenhum aguardando declaração de voto e lavratura de acórdão. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão, havendo 4 para votos-vista e nenhum para declaração de voto e para lavratura de acórdão. Nessas situações, não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias, conforme informado pelo gabinete.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, a unidade informou que está atualizando os seus procedimentos, a exemplo do julgamento dos embargos declaratórios, atualmente sempre pautados, salvo se julgados na sessão imediatamente posterior, conforme questionário respondido.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 25 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 1 físico e 24 eletrônicos.

Os autos do processo físico inspecionado estavam localizados na unidade, identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar no prazo de até 60 dias: 50023473220124047216.

b) Julgar no prazo de até 90 dias:

504674542201640400	50432229620154047100	50430438820164040000
50352735520144047100	50348845920164040000	50056327420174040000
50040452520154047101	50030014420104047101	50026072620134047200

c) Dar andamento em até 10 dias: 50404551120164040000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é preciso adotar medidas no intuito de promover a estabilização ou até a redução contínua do acervo que, apesar de não apresentar número elevado, vem enfrentando aumento nos últimos anos.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No que tange à metodologia e às boas práticas da unidade, destaca-se a relativa à triagem inicial dos processos, ocasião em que se verifica, inicialmente, o preenchimento dos requisitos de admissibilidade dos recursos e, em seguida, realiza-se a separação dos feitos por matéria ou por classe processual.

A unidade encontra-se organizada a partir da divisão de tarefas administrativas ou jurídicas. Alguns servidores dedicam-se essencialmente às administrativas (triagem, recebimento e remessa de processos, elaboração de pautas, administração de material de consumo etc.), outros (quase a totalidade), exclusivamente às jurídicas (elaboração de minutas de despachos, decisões, votos, pesquisas etc.) e alguns a ambas, inclusive à supervisão.

O acervo, tanto físico quanto eletrônico, é alocado diretamente nas mesas ou pastas dos servidores. O controle da movimentação interna é feito mediante a realocação do processo no localizador de destino, a cada movimentação, a fim de que se possa

verificar, a qualquer momento, aonde encontra-se com servidor, magistrado, em pauta ou outros órgãos.

Destaca-se, também, a especialização dos servidores por matéria ou fase processual.

O gabinete adota tratamento específico para feitos com prioridade legal ou incluídos nas metas do CNJ, bem como prioriza os feitos adiados e os pendentes de julgamento em mesa.

Há metas de trabalho fixadas pelo Desembargador, que sempre determina um certo número de processos a serem levados para cada sessão, sendo a participação individual dos servidores aferida de acordo com a complexidade dos processos em que atuam.

Por trabalhar essencialmente com processos com distribuição recente no Tribunal (2016 e 2017), o gabinete adota a sistemática de mutirão na eventual hipótese de haver mais de 20 processos por localizador de servidor/estagiário.

O planejamento e a avaliação periódica dos servidores são uma constante na unidade. O desempenho dos servidores é satisfatório. No planejamento, considera-se, sempre, o número de servidores em atividade, o seu perfil e o número de processos em distribuição para cada matéria, tudo visando à redução do acervo, a fim de dar vazão ao acúmulo de processos.

A estrutura do gabinete mostra-se muito bem organizada, havendo absoluto controle do acervo processual. Este é feito mediante a utilização de ferramenta própria (Controle de Acervo) oferecida pelo Sistema Informatizado do Tribunal.

Os advogados são atendidos pelo Desembargador, preferencialmente, às segundas-feiras.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade apresenta um excelente andamento processual, sendo de 156 dias o tempo médio de tramitação dos feitos;

b) A inspeção realizada, a partir das amostras e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelou que, na unidade, não há acúmulo de feitos antigos, aí incluídos aqueles previstos nas metas do CNJ;

c) Houve aumento do acervo, apesar do compromisso da unidade e do elevado número de processos julgados, o que requer a adoção de plano de trabalho que busque elevar ainda mais a produtividade, fazendo com que o número de processos julgados supere a distribuição;

d) Como o gabinete prioriza o julgamento de processos incluídos nas Metas do CNJ, restam poucos em tal situação em tramitação; e

e) O gabinete adota sistemática de trabalho que busca priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, razão pela qual o maior volume de processos conclusos se encontra dentre os feitos distribuídos em 2017.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Aplicar as recomendações feitas nos processos listados para todos os eventuais processos do acervo que se encontrem em situação processual semelhante;

c) Promover o controle específico de processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, procurando inseri-los em pauta, com urgência;

d) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e dando-lhes motivação;

e) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias e dar-lhes andamento; e

f) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração pendentes de julgamento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO QUADROS DA SILVA

Especialidades: Administrativa, Civil e Comercial.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 3ª Turma, 2ª Seção, Plenário e Corte Especial.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 15/3/2010.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17	0	0	0	4	21	15
Inspeção/2017	17	0	0	0	3	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. A quantidade de servidores na força de trabalho destinada à atividade fim permaneceu a mesma.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	4.306
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	5.131
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	2.547
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	3.184
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	8
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	539

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

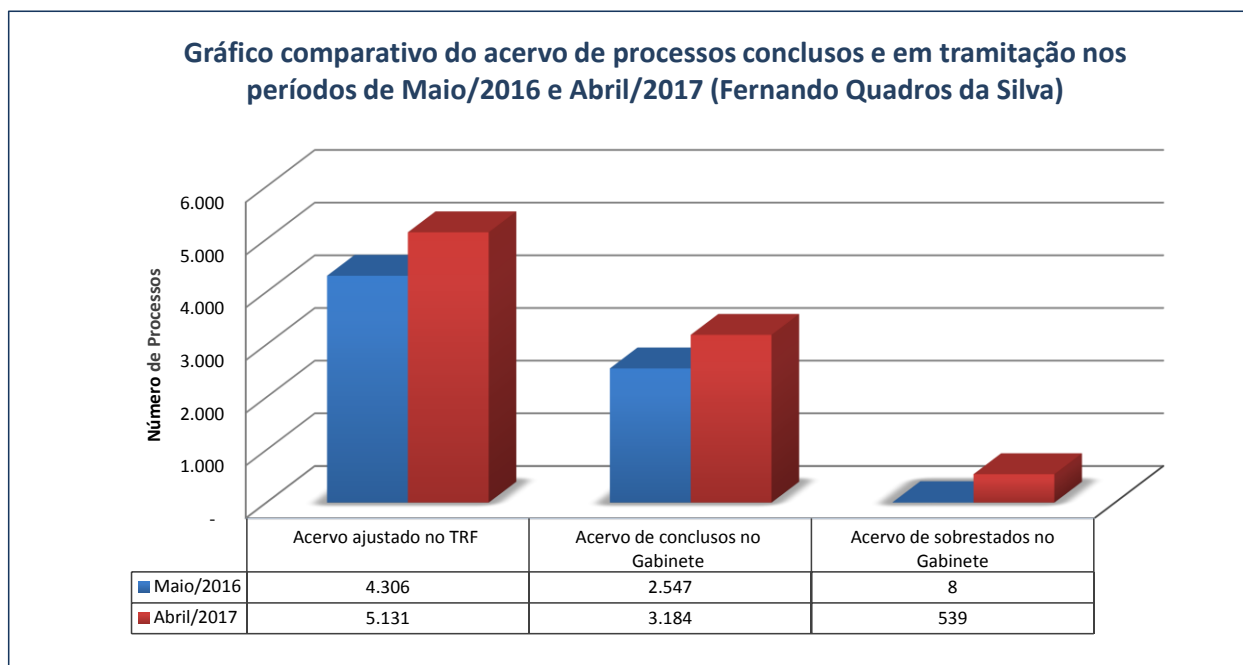
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 637 e o número de sobrestados subiu em 531.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: competência do DNIT na aplicação de multas por excesso de velocidade, correção do saldo do FGTS e poupança, conforme informações colhidas junto ao gabinete. Outros poucos processos encontram-se sobrestados em virtude de arguição de inconstitucionalidade ou por determinação do próprio relator, sendo diversos os motivos para tal.

O gabinete apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.184 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em aproximadamente 212 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 825 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	7.349
Total de Processos julgados*	5.976
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	1.373

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 7.349 e julgamento de 5.976 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual, revelando o descumprimento da Meta n. 1 do CNJ.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	5.135
Total de processos julgados em mesa	58
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	783
Total geral de processos julgados*	5.976
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	27
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	3,4%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.976 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 7.349; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 58 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 783 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 3,4%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	162
b. Agravo Legal/Regimental	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 162 embargos de declaração e 4 agravos legais/regimentais.

Existem 71 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, conforme informações extraídas do questionário respondido pela unidade. Ressaltou-se que, a partir do NCPC, com contagem de prazos em dias úteis, o tempo de processamento do recurso, por si só, supera tal prazo.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	5
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	5
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	1
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 16 processos, 0,50% do acervo de processos conclusos na unidade (3.184).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha, em sua grande maioria, com processos distribuídos nos anos de 2016 e 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2017 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, havia 1 processo; quanto à Meta 6/2017, também havia apenas 1 processo. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	1	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	1
2004	-	1	-
2005	-	1	-
2006	1	3	-
2007	-	-	1
2008	4	2	1
2009	5	-	1
2010	4	1	1
2011	12	3	2
2012	7	5	7
2013	20	12	8
2014	1.531	97	19
2015	1.636	743	27
2016	-	1.594	1.073
2017	-	-	2.043
Total	3.221	2.462	3.184

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2015 era de 3.221; atualmente, há 3.184. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2016 e 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	18
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	18

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como que há, atualmente, 22 feitos que aguardam votos-vista, conforme informação repassadas pelo gabinete, e nenhum aguardando declaração de voto. Neste universo, há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa. São eles:

0000399-21.2016.404.0000	5000183-09.2016.404.7005	5001019-79.2016.404.7005
5002253-05.2016.404.7003	5003431-48.2014.404.7200	5004192-24.2015.404.7110
5005086-43.2014.404.7010	5005191-35.2014.404.7005	5007481-86.2015.404.7102
5008255-26.2014.404.7111	5009539-90.2014.404.7104	5011509-43.2014.404.7002
5013318-45.2012.404.7000	5014984-89.2014.404.7201	5021773-08.2016.404.0000
5022197-66.2011.404.7100	5025034-46.2015.404.7200	5052213-03.2011.404.7100
5054999-04.2016.404.0000	5055188-79.2016.404.0000	5059679-09.2015.404.7100
5080131-40.2015.404.7100		

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se, na presente data, que não há processos conclusos para revisão, havendo 1 para voto-vista e nenhum para declaração de voto e lavratura de acórdão. Nessas situações, não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, tendo sido ressaltado que o Tribunal disponibilizou cursos de atualização no novo CPC aos servidores do gabinete, os quais passaram então a dominar os novos institutos e/ou eventuais modificações trazidas pela lei nova. Quanto à Lei n. 13.140/15, são encaminhados ao sistema de conciliação deste Tribunal aqueles processos onde há possibilidade de composição, desde que haja pedido pelas partes ou pelo próprio Sistema de Conciliação – SISTCON. No tocante à Lei n. 13.146/15, os processos correlatos são previamente separados com vistas à prioridade da sua tramitação.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 31 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 3 físicos e 28 eletrônicos.

Os autos de processos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

O processo que tramitava em unidade externa e não estava fisicamente disponível foi inspecionado com base no respectivo extrato processual. De todo modo, tal processo deverá ser incluído pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. Vejamos: 200904000118865.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar no prazo de até 30 dias: 00103501520114040000.

b) Julgar no prazo de até 60 dias:

50181721920114047000	50238880220164040000	50518639620164040000
50553147720134047100		

c) Julgar no prazo de até 90 dias:

50000637520124047208	50002930220164047201	50006727520174040000
50010197920164047005	50029673820124047121	50031974120154047100
50051913520144047005	50163876220154047200	50164846520144040000
50228289020144047201	50233578720154047100	50250344620154047200
50266871820164040000	50539942620124047100	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é preciso adotar medidas no intuito de promover a estabilização ou até a redução contínua do acervo, que, apesar de não apresentar número elevado, vem enfrentando aumento nos últimos anos.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No que tange à metodologia e às boas práticas da unidade, destaca-se a relativa à triagem inicial dos processos, ocasião em que se verifica, inicialmente, o preenchimento dos requisitos de admissibilidade dos recursos e, em seguida, realiza-se a separação dos feitos por matéria ou por classe processual.

O acervo de processos eletrônicos do gabinete é organizado internamente por meio de localizadores distintos de assuntos, classe processual, servidores e estagiários e fases processuais. Os localizadores temáticos são identificados por códigos que indicam a matéria; os de classe indicam a classe do processo e são exclusivamente para os feitos originários; os localizadores de servidores e estagiários indicam que o processo está sendo examinado por um servidor ou estagiário e os identificam; e os localizadores de fases processuais, por sua vez, possibilitam o controle e monitoramento dos processos movimentados no gabinete.

Os processos físicos são localizados diretamente com os servidores para exame e elaboração de minutas.

Destaca-se, também, a especialização dos servidores por matéria ou fase processual.

O gabinete adota tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, bem como prioriza os feitos adiados e os pendentes de julgamento em mesa.

Há metas de produtividade fixadas pelo Desembargador, geral e individuais. A meta geral, fixada no início, estabelece um percentual de redução do acervo de processos remanescentes a ser atingido no período. As metas individuais são estabelecidas em períodos menores durante o ano, geralmente de um a dois meses, observadas as peculiaridades de cada lote de processos destacado. Tais metas estabelecem o julgamento de um número de processos em um determinado período de tempo, levando-se em conta a produtividade média diária. Por trabalhar essencialmente com processos com distribuição recente no Tribunal (2016 e 2017), o gabinete adota a sistemática de mutirão na eventual hipótese de haver mais de 20 processos por localizador de servidor/estagiário.

O planejamento e a avaliação periódica dos servidores são uma constante na unidade. O desempenho dos servidores é satisfatório.

A estrutura do gabinete mostra-se muito bem organizada, havendo absoluto controle do acervo processual. O controle de acervo é feito mediante a utilização da ferramenta própria (Controle de Acervo) oferecida pelo Sistema Informatizado do Tribunal.

Os advogados são atendidos pelo Desembargador, preferencialmente, às segundas-feiras.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade apresenta um bom andamento processual, sendo de 277 dias o tempo médio de tramitação dos feitos;

b) A inspeção realizada, a partir das amostras e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelou que, na unidade, não há acúmulo de feitos antigos, aí incluídos aqueles previstos nas metas do CNJ;

c) Houve aumento do acervo, apesar do compromisso da unidade e do elevado número de processos julgados, o que requer a adoção de plano de trabalho que busque elevar ainda mais a produtividade, fazendo com que o número de processos julgados supere a distribuição;

d) Como o gabinete prioriza o julgamento de processos incluídos nas Metas do CNJ, restam poucos em tal situação em tramitação; e

e) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, razão pela qual o maior volume de processos conclusos se encontra dentre os feitos distribuídos em 2016 e 2017.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Aplicar as recomendações feitas nos processos listados para todos os eventuais processos do acervo que se encontrem em situação processual semelhante;

c) Promover o controle específico de processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, procurando inseri-los em pauta, com urgência;

d) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e dando-lhes motivação;

e) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias e dar-lhes andamento; e

f) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração pendentes de julgamento.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

Especialidades: Administrativa, Civil e Comercial.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 4ª Turma, 2ª Seção, Corte Especial (Suplente) e Plenário.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 11 de março de 2013.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	16	0	0	0	4	20	14
Inspeção/2017	16	0	0	0	5	21	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 1 estagiário na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	5.494
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	5.689
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	4.496
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	5.246
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	941
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	1.610

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

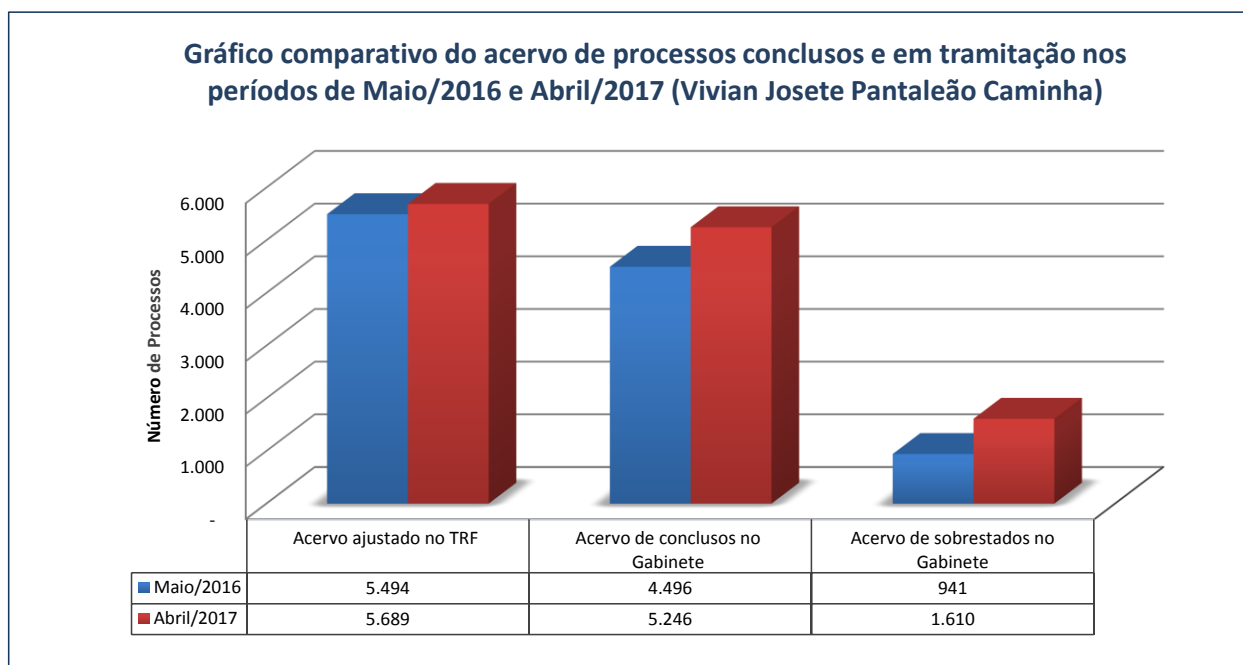
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 750 e o número de sobrestados subiu em 669.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: correção monetária do FGTS; aplicabilidade da Lei n. 11.960/09 nos precatórios; prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário fundadas em atos tipificados como ilícitos de improbidade administrativa; cumprimento/execução individual de sentença oriunda da Ação Civil Pública n. 2003.72.00.004511-8 (digitalizada e renumerada para 5004151-15.2014.404.7200), movida pelo Instituto PROJUST contra a Caixa Econômica Federal, em que a ré foi condenada a remunerar os depósitos anteriores a 15/6/87 e/ou 15/1/1989, mantidos em cadernetas de poupança por todos os poupadores do Estado de Santa Catarina; pagamento de diferenças relativas a expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos na correção monetária de depósitos em caderneta de poupança; e competência do DNIT para aplicar penalidade por excesso de velocidade, conforme informações repassadas pelo gabinete. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pela própria relatora, sendo apenas 2 os processos em tal situação.

O gabinete apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.246 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em, aproximadamente, 350 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 195 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	7.343
Total de Processos julgados*	6.569
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	774

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 7.343 e julgamento de 6.569 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	5.616
Total de processos julgados em mesa	18
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	935
Total geral de processos julgados*	6.569
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	65
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	7,0%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.569 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 7.343; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 18 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 935 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 7,0%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	1.164
b. Agravo Legal/Regimental	283

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 1.164 embargos de declaração e 283 agravos legais/regimentais.

Existem 145 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, conforme questionário respondido pela unidade.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	3
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	3
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	3
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	15
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	7
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	27
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	29
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	29
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	16
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	6
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril de 2017, era de 117 processos, representando 2,23% do acervo de processos conclusos na unidade (5.246).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha principalmente com processos distribuídos entre os anos de 2014 a 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em maio/2017, havia 18 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 8. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	1	1	1
2003	1	-	-
2004	-	1	-
2005	2	4	-
2006	4	5	3
2007	3	5	4
2008	7	13	3
2009	15	11	16
2010	19	17	10
2011	106	62	37
2012	243	92	51
2013	675	242	84
2014	1.787	833	410
2015	1.566	1.952	1.295
2016	-	1.699	1.705
2017	-	-	1.627
Total	4.429	4.937	5.246

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril de 2015 era de 4.429; atualmente, há 5.246. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2014 a 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	2
Remetidos para declaração de voto	1
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e para lavratura de acórdão, bem como há 2 feitos que aguardam voto-vista e 1 aguardando declaração de voto. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, conforme informado pelo gabinete.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	9
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para a lavratura de acórdão, havendo, entretanto, 9 processos para votos-vista e 1 para declaração de voto. Nessas situações, há feitos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias, a saber:

0021486-77.2014.404.9999	0024181-04.2014.404.9999	5052577-13.2013.404.7000
5006359-34.2012.404.7105	5004879-06.2016.404.7000	5003431-48.2014.404.9999
5001697-85.2011.404.7000		

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, a unidade informou que está atualizando os seus procedimentos, tendo ressaltado, no questionário, que busca sempre manter-se atualizada em relação às alterações legislativas, principalmente, àquelas que impactam profundamente o trabalho, tanto no aspecto judicial como operacional. O gabinete informa que está se adaptando às novas regras de ordem de julgamento, dando prioridade aos processos mais antigos e com preferência legal. Em relação ao NCPC, o grupo participou de curso oferecido pelo Tribunal e sempre consulta a doutrina e a jurisprudência sobre o assunto. Além disso, faz saber que a assessoria fica atenta aos informativos dos tribunais superiores, a fim de acompanhar a interpretação conferida pela jurisprudência, sobretudo quanto às novas regras processuais.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 56 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 19 físicos e 37 eletrônicos.

Os autos de processos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

O Processo que tramitava em unidade externa e não estava fisicamente disponível foi inspecionado com base no respectivo extrato processual. De todo modo, o Processo deverá ser incluído pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção: 00271109320084047000.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar no prazo de até 30 dias:

200571020003975	200671000183782	200572070080244
200872000030733	200871000061259	200670060015840
200571080069279	200172000088212	200204010213207
50067929620114047000	50112281720104047200	50255795620134040000
50112281720104047200	50119003420104047100	50038672120114047100

b) Julgar no prazo de até 60 dias:

00044274220104040000	200871000087583	200370050006736
200672050003819	00061419220014047100	50018356120124047212
50051507320114047005	50065406020114047205	50150614220164047100
50174254920134040000	50247021420164040000	50391284720114047100
50469966020164040000	50483077720124047000	50016978520114047000
50391284720114047100		

c) Julgar no prazo de até 90 dias:

00241810420144049999	50025819720144047004	50026529120164040000
50043986120124047007	50113924720134047112	50136372920164047208
50170727420124047200	50173558120134047000	50457528720124047000
50490153920164040000	50496667120164040000	50134680320154047200
50034314820144047200	50048790620164047000	

d) Dar andamento no prazo de até 10 dias:

00061419220014047100	200671000177411
----------------------	-----------------

e) Incluir na próxima inspeção: 00271109320084047000.

f) Dar andamento no prazo de até 30 dias: 200604000192547.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é preciso adotar medidas no intuito de promover a estabilização ou até a redução contínua do acervo que, apesar de não apresentar número elevado, vem enfrentando aumento nos últimos anos.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No que tange à metodologia e às boas práticas da unidade, destaca-se a relativa à triagem inicial dos processos, ocasião em que se verifica, inicialmente, o preenchimento dos requisitos de admissibilidade dos recursos e, em seguida, realiza-se a separação dos feitos por matéria ou por classe processual. Os pedidos de urgência, as prevenções, as incompetências e os impedimentos são prontamente identificados.

Os processos físicos são diretamente repassados aos servidores para análise.

Destaca-se, também, a especialização dos servidores por matéria ou fase processual.

O gabinete adota tratamento específico para feitos com prioridade legal ou incluídos em metas do CNJ, bem como prioriza os feitos adiados e os pendentes de julgamento em mesa, sendo tais feitos identificados pelo sistema do Tribunal.

Para racionalizar a atividade dos servidores e otimizar os resultados, os processos são distribuídos por matéria e nível de complexidade da causa. Alguns servidores analisam os processos de acordo com a ordem de antiguidade, respeitada a tramitação prioritária de alguns feitos, ao passo que outros examinam os processos que envolvem matérias repetitivas, para dar vazão ao grande volume de distribuição diária.

Os embargos de declaração são atribuídos ao servidor que elaborou, originariamente, a minuta da decisão impugnada, salvo se visarem exclusivamente ao questionamento.

O controle de movimentação interna dos processos é realizado por localizadores, com base em relatórios estatísticos periódicos extraídos do sistema de informações processuais.

O planejamento e a avaliação periódica dos servidores são uma constante na unidade. O desempenho dos servidores é satisfatório.

As metas de produtividade são estabelecidas e revistas periodicamente, com a redistribuição de tarefas, a realização de mutirões e a priorização de determinadas matérias, conforme critérios traçados pela Desembargadora.

A estrutura do gabinete mostra-se muito bem organizada, havendo absoluto controle do acervo processual. O controle de acervo é feito mediante a utilização da ferramenta própria (Controle de Acervo) oferecida pelo Sistema Informatizado do Tribunal.

Os advogados são atendidos pela Desembargadora sempre que ela se encontra disponível no Tribunal.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade apresenta um bom andamento processual, sendo de 286 dias o tempo médio de tramitação dos feitos;

b) A inspeção realizada, a partir das amostras e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelou que, na unidade, há acúmulo de feitos incluídos nas metas do CNJ, o que merece atenção especial;

c) Houve aumento do acervo, apesar do compromisso da unidade e do elevado número de processos julgados, o que requer atenção do gabinete na busca de elevar ainda mais a produtividade, fazendo com que o número de processos julgados supere a distribuição;

d) O gabinete adota uma sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, razão pela qual o maior volume de processos conclusos se encontra dentre os feitos distribuídos entre os anos de 2014 a 2017.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Aplicar as recomendações feitas nos processos listados para todos os eventuais processos do acervo que se encontrem em situação processual semelhante;

c) Promover o controle específico de processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, procurando inseri-los em pauta, com urgência;

d) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e dando-lhes motivação;

e) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias e dar-lhes andamento;

f) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de julgamento, se for o caso, realizando um mutirão com tal finalidade; e

g) Priorizar o julgamento dos 143 feitos incluídos nas metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE

Especialidades: Administrativa, Civil e Comercial.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 4ª Turma, 2ª Seção, Plenário e Corte Especial.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 26/1/2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	16	0	0	0	5	21	15
Inspeção/2017	16	0	0	0	5	21	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	4.024
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	4.415
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	2.899
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	3.253
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	769
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	1.205

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

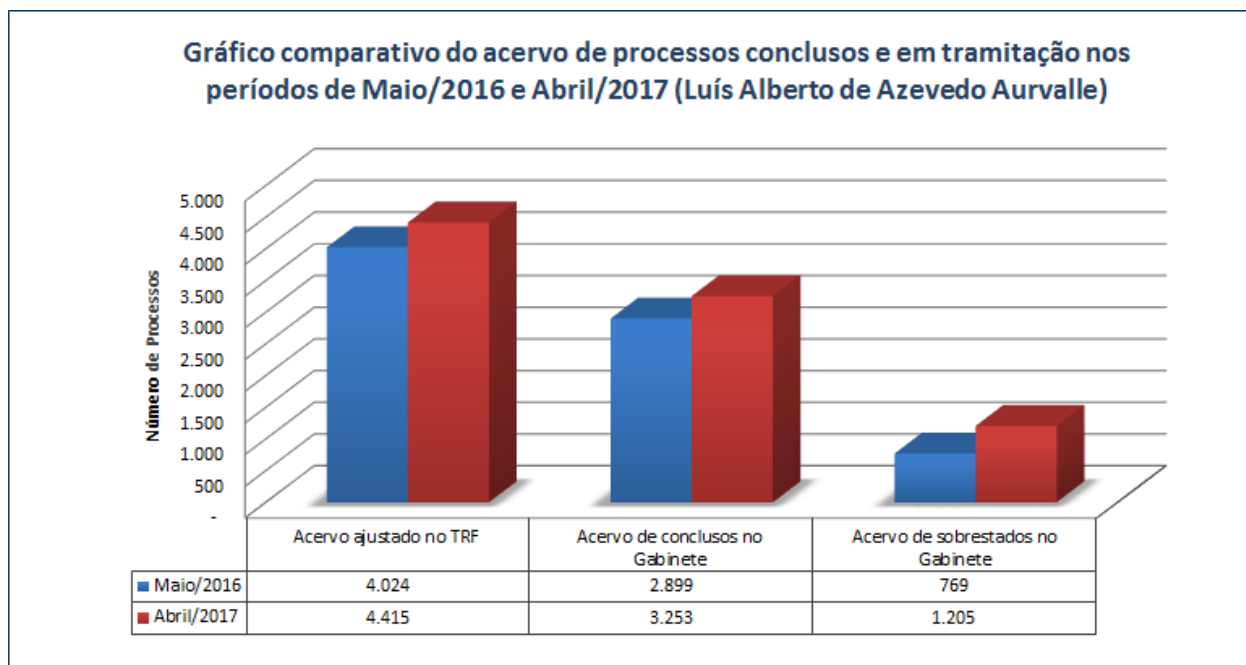
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 354 e o número de sobrestados subiu em 436.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: índice de juros e correção monetária contra a Fazenda Pública (Lei n. 11.960/2009); correção do saldo do FGTS, poupança e competência do DNIT para multa por alta velocidade. Não há processos sobrestados em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.253 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em aproximadamente 217 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 391 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	7.353
Total de Processos julgados*	6.396
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	957

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 7.353 e julgamento de 6.396 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	5.237
Total de processos julgados em mesa	26
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.133
Total geral de processos julgados*	6.396
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	105
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	9,3%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.396 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 7.353; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta n. 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 26 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.133 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 9,3%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	424
b. Agravo Legal/Regimental	277

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 424 embargos de declaração e 277 agravos legais/regimentais.

Existem 233 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, conforme questionário respondido pela unidade.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	5
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	8
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	8
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	8
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	24
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	2
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	1
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 55 processos, representando 1,69% do acervo de processos conclusos na unidade (3.253).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são relativamente triados e julgados por ordem de antiguidade, em que pese ainda possuir 55 processos em tal situação, o que merece atenção especial. Atualmente, a unidade trabalha com a grande maioria dos processos distribuídos entre os anos de 2015 a 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2017 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, havia 3 processos; enquanto os da Meta 6/2017 eram 3. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade do número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	1	-	-
2002	1	1	-
2003	-	-	-
2004	1	-	-
2005	1	1	-
2006	4	-	-
2007	2	-	1
2008	4	4	2
2009	9	2	5
2010	12	7	8
2011	122	15	11
2012	209	39	10
2013	518	66	24
2014	1.352	265	52
2015	1.168	1.309	399
2016	-	1.298	1.142
2017	-	-	1.599
Total	3.404	3.007	3.253

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2015 era de 3.404; atualmente, há 3.253. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2016 e 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	9
Remetidos para declaração de voto	2
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

De acordo com a estatística do TRF da 4ª Região, constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, nem remetidos para lavratura de acórdão, havendo 9 feitos que aguardam votos-vista e 2, declaração de voto.

No entanto, de acordo com as informações repassadas pelo gabinete, há 15 feitos que aguardam votos-vista e nenhum pendente de declaração de voto, sendo que os seguintes Processos aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa. São eles:

5052577-13.2013.4.04.7000	5019878-12.2016.4.04.0000	5000408-49.2014.4.04.7118
5052073-50.2016.4.04.0000	5004879-06.2016.4.04.7000	5007091-10.2015.4.04.7202
5005842-93.2016.4.04.7200		

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

De acordo com a estatística do TRF da 4ª Região, dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, constatou-se que não há processos conclusos para revisão, nem para lavratura de acórdão, havendo 4 feitos recebidos para votos-vista e 1 para declaração de voto.

No entanto, de acordo com as informações repassadas pelo gabinete, há 2 processos para votos-vista e nenhum para declaração de voto, sendo que, nessa situação, há 1 feito sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação desse Processo em 60 dias, a saber:

5033645-07.2014.4.04.7108 (pedido de vista em 16/3/2017)
--

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 40 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 7 físicos e 33 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os Processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. São eles:

00004311420084047208	00009708920164040000	00087014920104040000
200072000066820	200271020007440	

A amostragem revelou a existência de 2 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2013. São eles:

50399872920124047100	50412389120124047000	
----------------------	----------------------	--

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar no prazo de 30 dias:

50025383120114040000	50113315320124047200	
----------------------	----------------------	--

b) Julgar no prazo de 60 dias:

200570000015362	00355419620104040000	50688430320124047100
50547231820134047100	50018730920124047104	50167302920134047200

c) Julgar no prazo de 60 dias e incluir na próxima inspeção:

50480029320124047000	50412389120124047000	50399872920124047100
----------------------	----------------------	----------------------

d) Julgar em 90 dias:

50468138920164040000	50219515420164040000	50015041120174040000
50021059720124047014	50027223220134047205	50027919320104047100
50044261920144047214	50045938920114047101	50050622720144047006
50078454120134047001	50094073420164040000	50188626820134047100

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, havendo poucos problemas específicos avistados, porquanto 2 feitos da amostragem estavam sem movimentação processual desde a distribuição (em 2013 e 2014), exigindo imediato andamento.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é preciso adotar medidas no intuito de promover a estabilização ou até a redução contínua do acervo que, apesar de não apresentar número elevado, enfrentou aumento no último ano.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No que tange à metodologia e às boas práticas da unidade, destaca-se a relativa à triagem inicial dos processos, ocasião em que o servidor responsável distribui os feitos para as pastas específicas do sistema eletrônico de tramitação processual, inclui minutas de despachos de diligências iniciais (exemplo: vista ao MPF), insere decisões com modelos padrão e verifica os requisitos de admissibilidade recursal.

Os processos são distribuídos por matéria e por classe processual (originários/recursos com maior urgência, agravos de instrumento, pedidos de tutela antecipada em apelação e pedidos de suspensão). Os servidores são especializados por matéria ou por tipo de provimento a ser analisado, sendo que todos os servidores e estagiários trabalham na área fim e alguns servidores acumulam tarefas administrativas e jurídicas.

Os processos físicos são poucos e, quando chegam, são encaminhados diretamente para os servidores, que os examinam e elaboram as minutas respectivas.

Há critérios internos para a organização do acervo e controle da movimentação dos processos. Procura-se sempre julgar o maior número de processos antigos e as preferências legais, sem descuidar dos novos, tudo visando à redução de acervo.

O gabinete continua adotando o sistema de teletrabalho para alguns servidores, o que se mostra uma experiência exitosa do ponto de vista da produtividade.

O gabinete adota tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, bem como prioriza os feitos adiados e os pendentes de julgamento em mesa, sendo que tais processos são colocados em um localizador especial para feitos em tais situações.

O planejamento e a avaliação periódica dos servidores são uma constante na unidade. O desempenho dos servidores é satisfatório.

A estrutura do gabinete mostra-se muito bem organizada, havendo absoluto controle do acervo processual. O controle de acervo é feito mediante a utilização da ferramenta própria (Controle de Acervo) oferecida pelo Sistema Informatizado do Tribunal.

Os advogados são atendidos pelo Desembargador, preferencialmente, por agendamento, sem prejuízo de outras ocasiões quando se mostrarem necessárias.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade apresenta um bom andamento processual, sendo de 234 dias o tempo médio de tramitação dos feitos;

b) A inspeção realizada, a partir das amostras e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelou que, na unidade, não há acúmulo de feitos antigos, aí incluídos aqueles previstos nas metas do CNJ;

c) Houve um pequeno aumento do acervo, apesar do compromisso da unidade e do elevado número de processos julgados, o que requer atenção do gabinete na busca de elevar ainda mais a produtividade, fazendo com que o número de processos julgados supere a distribuição;

d) Como o gabinete prioriza o julgamento de processos incluídos nas Metas do CNJ, restam poucos em tal situação em tramitação; e

e) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, razão pela qual o maior volume de processos conclusos se encontra dentre os feitos distribuídos entre os anos de 2015 a 2017.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Aplicar as recomendações feitas nos processos listados para todos os eventuais processos do acervo que se encontrem em situação processual semelhante;

c) Promover o controle específico de processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, procurando inseri-los em pauta, com urgência;

d) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e lhes dando motivação;

e) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias e dar-lhes andamento; e

f) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos legais/regimentais pendentes de julgamento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

Especialidades: Administrativa, Civil e Comercial.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 4ª Turma, 2ª Seção, Corte Especial e Plenário.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 8 de agosto de 2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	16	0	0	0	5	21	15
Inspeção/2017	17	0	0	0	5	22	14

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações significativas em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais no total, sendo que, por outro lado, houve a redução de 1 servidor destinado à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	4.896
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	5.772
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	4.232
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	5.152
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	1.180
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	1.657

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

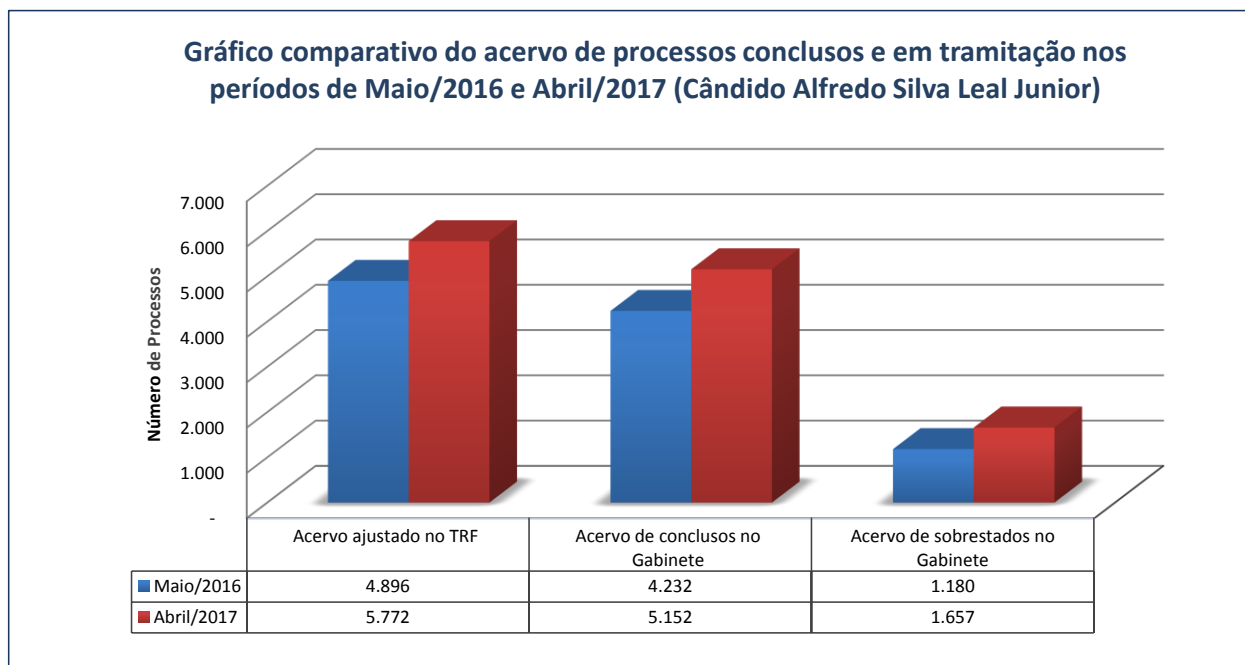
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 920 e o número de sobrestados subiu em 477.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: correção monetária (Lei n. 11.960/09); FGTS; poupança; competência do DNIT em multa de trânsito por alta velocidade; crédito rural e questão da legitimação para execução da poupança de poupadores do Estado de Santa Catarina (ACP 2003.72.00.004511), conforme questionário respondido pela unidade. Não há processos com suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.152 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 368 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 876 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	7.249
Total de Processos julgados*	5.246
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	2.003

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 7.249 e julgamento de 5.246 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	4.167
Total de processos julgados em mesa	20
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.059
Total geral de processos julgados*	5.246
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	71
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	6,7%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.246 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 7.249; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 20 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.059 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 6,7%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	420
b. Agravo Legal/Regimental	279

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 420 embargos de declaração e 279 agravos legais/regimentais.

Existem 189 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, conforme questionário respondido pela unidade.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	5
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	4
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	4
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	11
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	20
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	10
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	13
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 70 processos, representando 1,36% do acervo de processos conclusos na unidade (5.152).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são relativamente triados e julgados por ordem de antiguidade, em que pese o gabinete ainda possuir 70 processos em tal situação, o que merece atenção especial. Atualmente, a unidade trabalha, principalmente, com processos distribuídos entre os anos de 2015 a 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, havia 2 processos; enquanto o da Meta 6/2016 era 1. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	1	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	2	1
1997	1	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	2	-	-
2004	1	2	5
2005	1	2	-
2006	2	3	2
2007	11	9	7
2008	10	9	5
2009	11	8	5
2010	15	22	15
2011	421	123	28
2012	677	83	24
2013	998	156	29
2014	1.870	432	92
2015	1.314	1.641	607
2016	-	1.708	2.240
2017	-	-	2.092
Total	5.335	4.200	5.152

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2015 era de 5.335; atualmente, há 5.152. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	7
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

De acordo com a estatística do TRF da 4ª Região, constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e existem 7 feitos que aguardam votos-vista.

No entanto, de acordo com as informações repassadas pelo gabinete na presente data (31/5/2016), há 4 feitos que aguardam votos-vista e declaração de voto, sendo que, neste universo, os seguintes Processos aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa. São eles:

5002493-50.2014.404.7201	5020433-04.2014.404.7112	5033645-07.2014.404.7108
5013468-03.2015.404.7200		

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	9
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

De acordo com a estatística do TRF da 4ª Região, dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, constatou-se que não há processos conclusos para revisão, nem para declaração de voto e lavratura de acórdão, mas há 9 feitos recebidos para votos-vista.

Entretanto, de acordo com as informações repassadas pelo gabinete na presente data (31/5/2016), há 8 processos para voto-vista. Nessa situação, não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade tem buscado atualizar os seus procedimentos, tendo relatado que desde a implementação das últimas alterações legislativas, os assessores e servidores têm participado de cursos oferecidos pelo Tribunal.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 54 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 47 físicos e 7 eletrônicos.

Os autos de processos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar no prazo de até 30 dias:

200770000075010	50011237520104047007	50034043420144040000
-----------------	----------------------	----------------------

b) Julgar no prazo de até 60 dias:

00025830720044047004	200770000235012	200372000016015
00027151720154049999	00053170520154040000	50002814820124047000
50045483720154047201	50069681820154047200	

c) Julgar no prazo de até 90 dias:

50911585420144047100	50583330320134047000	50547194420144047100
50536457520154040000	50440771220144047100	50006129420124047205
50435637320114047000	50078720620134047201	50101040620134047002
50110619520134047102	50119481320124047200	50143093020164040000
50143093020164040000	50012868020174040000	50182080720144040000
50007264620154047005	50278726220144040000	50206418120144040000
50210689420144047205	50011514120134047200	50225206020134040000
50004084920144047118		

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é preciso adotar medidas no intuito de promover a estabilização ou até a redução contínua do acervo que, apesar de não apresentar número elevado, vem enfrentando aumento nos últimos anos.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No que tange à metodologia e às boas práticas da unidade, destaca-se que a gestão do gabinete é efetuada pela assessoria, sob a orientação do Desembargador, procurando, a partir de reuniões, definir diretrizes de trabalho, fixar estratégias para o

melhor desempenho da equipe e discutir acerca do desempenho da produtividade do grupo, sempre visando melhorar os resultados.

As metas são variáveis e fixadas de acordo com a realidade do gabinete. Tratando-se de gabinete que trabalha com matérias diversas e um grande volume de processos, é comum a adoção de métodos de trabalho diferenciados de forma a concentrar esforços para atingir as metas prefixadas.

Os autos físicos ficam dispostos em prateleiras, com etiquetas próprias que identificam o tipo de recurso ou a matéria, através de localizadores cadastrados no sistema eletrônico que controla a movimentação dos processos físicos.

O gabinete adota tratamento específico para feitos com prioridade legal ou incluídos em metas do CNJ, bem como prioriza os feitos adiados e os pendentes de julgamento em mesa, sendo tais feitos identificados pelo sistema do Tribunal.

Destaca-se, também, a especialização dos servidores por matéria ou fase processual. Para racionalizar a atividade dos servidores e otimizar os resultados, as atribuições dos servidores são estabelecidas por matéria de forma a especializar o trabalho, garantindo maior produtividade e qualidade dos votos. Ainda, há servidores responsáveis pela análise de efeito suspensivo ou antecipação de tutela em agravo de instrumento, bem como pela confecção de decisões terminativas.

O controle de movimentação interna dos processos é realizado por localizadores, com base em relatórios estatísticos periódicos extraídos do sistema de informações processuais.

O planejamento e a avaliação periódica dos servidores são uma constante na unidade. O desempenho dos servidores é satisfatório.

A estrutura do gabinete mostra-se muito bem organizada, havendo absoluto controle do acervo processual. O controle de acervo é feito mediante a utilização de ferramenta própria (Controle de Acervo) oferecida pelo Sistema Informatizado do Tribunal.

Os advogados são atendidos pelo Desembargador mediante agendamento prévio ou sempre que ele se encontre disponível no Tribunal.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade apresenta um bom andamento processual, sendo de 332 dias o tempo médio de tramitação dos feitos;

b) A inspeção realizada, a partir das amostras e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelou que, na unidade, há acúmulo de feitos incluídos nas metas do CNJ, o que merece atenção especial;

c) Houve aumento do acervo, apesar do compromisso da unidade e do elevado número de processos julgados, o que requer a adoção de plano de trabalho que busque elevar ainda mais a produtividade, fazendo com que o número de processos julgados supere a distribuição;

d) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, razão pela qual o maior volume de processos conclusos se encontra dentre os feitos distribuídos entre os anos de 2015 a 2017.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Aplicar as recomendações feitas nos processos listados para todos os eventuais processos do acervo que se encontrem em situação processual semelhante;

c) Promover o controle específico de processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado, procurando inseri-los em pauta, com urgência;

d) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e dando-lhes motivação;

e) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias e dar-lhes andamento;

f) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de julgamento, se for o caso, realizando um mutirão com tal finalidade; e

g) Priorizar o julgamento dos 73 feitos incluídos nas metas do CNJ.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO AFONSO BRUM VAZ

Especialidades: Previdência e Assistência Social.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 5ª Turma (competência: previdência e assistência social).

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 21/6/2015.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Há uma Juíza Federal em auxílio ao gabinete, convocada pelos Atos n. 778/2014 e n. 206/2017.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	18	--	--	--	04	22	15
Inspeção/2017	17	--	--	--	05	22	14

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	5.465
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	6.620
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	4.238
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	5.407
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	4.103
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	3.437

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

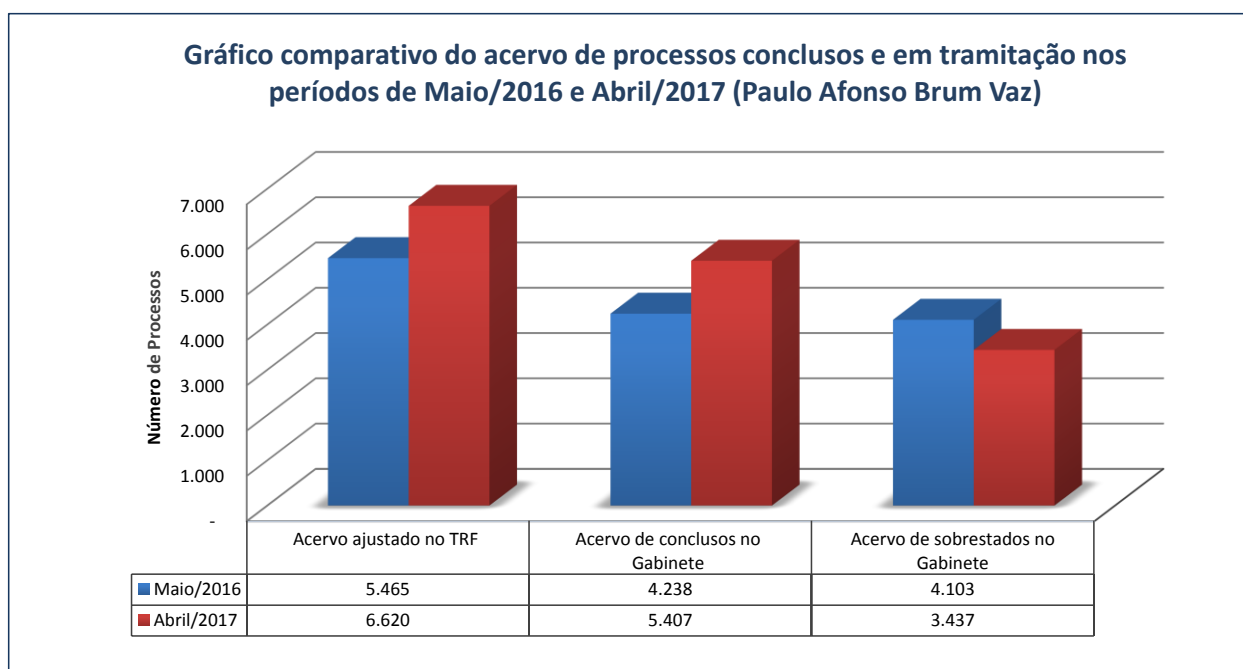
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 1.169 e o número de sobrestados reduziu em 666.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo a matéria de desaposentação.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.407 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 386 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.155 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	9.347
Total de Processos julgados*	6.120
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	3.227

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 9.347 e julgamento de 6.120 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	4.660
Total de processos julgados em mesa	23
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.437
Total geral de processos julgados*	6.120
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	57
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	4,0%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.120 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.347; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 23 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.437 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 4,0%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	218
b. Agravo Legal/Regimental	34

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 218 embargos de declaração e 34 agravos legais/regimentais.

Existem 32 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	9
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	6
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	7
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	31
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	76
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 131 processos, representando 2,42% do acervo de processos conclusos na unidade (5.407).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos nos anos de 2008 a 2013, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal. Deve-se ressaltar que a grande maioria foi distribuída em 2012 e 2013.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, não havia processo, e nem da Meta 6/2016.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição:

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	2	-
2008	1	2	9
2009	-	9	10
2010	1	28	4
2011	5	81	17
2012	15	37	37
2013	11	25	97
2014	240	47	50
2015	1.270	1.881	736
2016	-	1.933	2.527
2017	-	-	1.920
Total	1.543	4.045	5.407

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 4.045; atualmente, há 5.407. Não houve diminuição dos feitos concluídos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2016 e 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2012, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	2
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	3
TOTAL	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que, embora haja indicação de 2 processos do gabinete que aguardam voto-vista e 3 processos que aguardam lavratura de acórdão, conforme informação obtida junto ao Gabinete, existe apenas 1 processo que aguarda voto-vista, nos termos do art. 942 do NCP. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	18
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	18

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, embora haja indicação de 18 processos que aguardam voto-vista, conforme informação obtida junto ao Gabinete, não existem mais processos nesta condição.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 52 processos selecionados para inspeção, 39 foram inspecionados. Destes, 6 físicos e 33 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

00001348220174040000	00008297020164040000	00009950520164040000
00009994220164040000	00025268920094047205	00144236420154049999
00186612920154049999	00188036720144049999	00194982120144049999
50351531120154049999	50368557920164040000	200870080009609

A amostragem revelou a existência de 11 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2015.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 90 dias:

00143624820114049999	200872050000475	200872990017650
50034031920104047201	200804000392880	50042254520144047111
50050258220144047108	50060490720124047112	50062877520114047107
50092986320124047112	50097096120114047009	50134693020154049999
50142530720154049999	50142938720144047003	50145406720154049999
50167437620144047108	50168972020154049999	50188278320144047000
50189949020154049999	50203473320144047112	50222772420154049999
50224574020154049999	50253908320154049999	50405473420134047100
50423631620154049999	50525187820154049999	

b) Apreciar/julgar em 60 dias:

00009910220154040000	00035087720154040000	50036378920104047107
50017273620104047007	50027751220144047000	50056161820124047107
50121663420174040000	50298631520154049999	50310532820114047000

c) Dar andamento no prazo de 10 dias:

50110353820114047112	50137742520134047108	50173786220114047108
----------------------	----------------------	----------------------

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Triagem inicial de processos: a triagem é de responsabilidade de um servidor. Os processos são movimentados para as pastas do Sistema e-Proc. Os processos físicos ainda remanescentes estão localizados em prateleiras no Gabinete;

b) Classificação e separação física de processos: Os processos são classificados e separados por matéria dentro do ramo do Direito Previdenciário;

c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual: os servidores trabalham com feitos que lhe são atribuídos a partir do conhecimento que possuem sobre as matérias de atuação do Gabinete. Há servidores com atribuições eminentemente administrativas, tais como inclusão de feitos em pauta ou movimentação processual;

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: o Gabinete informa dar prioridade aos processos sempre que uma meta é lançada. Os processos de meta são repassados aos servidores na medida da competência de cada um deles;

e) Medidas de conciliação e desistência de recursos: o Gabinete informa não ter problemas com a realização de conciliação. O Desembargador afirma que encaminhou dois projetos ao Coordenador da Conciliação, o primeiro para que se adotasse a reafirmação da DER e o outro para a conciliação dos feitos que versem sobre pedido de benefício por incapacidade e que tenham perícia conclusiva, mas, segundo ele, não obteve resposta;

f) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: os processos adiados ou pendentes de julgamento em mesa são, imediatamente, incluídos na próxima sessão;

g) Controle de prazo para julgamento de feitos: o Gabinete informa que o controle da dinâmica dos processos (e também de produtividade) é realizado a partir do sistema G4. De acordo com o Gabinete, o tempo médio para a tramitação dos processos é de 498 dias;

h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: conforme informado pelo Desembargador, a fixação de Metas depende de planejamento estratégico do Tribunal (o que dificulta a estipulação de metas fixas). Mesmo assim, afirma que a principal meta é alcançar um número de julgamentos maior do que o número de distribuição de processos;

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades: o Gabinete informa realizar avaliações por meio do controle do acervo da unidade;

j) Desempenho: o Gabinete informa atribuir metas individuais conforme o grau de complexidade da matéria trabalhada por processo. Espera-se uma maior quantidade de minutas do servidor com processos de menor complexidade;

k) Produtividade e metas: a produtividade individual é analisada a partir da conjugação entre quantidade de minutas por dia e o grau de complexidade de cada processo. Há uma meta mensal conjunta do Gabinete. Afirma a realização de mutirões para exame de processos relacionados a benefício assistencial e benefício por incapacidade;

l) Gestão de pessoal e recursos materiais: as funções são atribuídas conforme empenho e competência dos servidores. As férias de servidores são concedidas por meio de escala (para garantir a manutenção das atividades da unidade);

m) Atendimento a advogados: os advogados são atendidos pessoalmente ou por telefone. O Gabinete informa que os processos físicos são enviados à Secretaria quando há necessidade de extração de cópias; e

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: o Gabinete informa que existem 5 processos remanescentes de inspeções anteriores (Processos n.

2008.70.00.004156-8; 5000755-27.2010.4.04.7214; 5007406-33.2013.404.7000; 5001727-36.2010.404.7007; e 5002112-59.2011.404.7003). Todos pautados para a sessão do dia 13/6/2017.

Quando da entrevista, o Desembargador informou que há um movimento de contrafluxo nos juizados especiais federais, em razão, segundo ele, do modelo de cognição limitada adotada pelos juízes, em detrimento do jurisdicionado. Ademais, aponta problemas de gestão, eis que a distribuição de feitos para as Turmas Previdenciárias é muito superior às demais, porém, contam com a mesma estrutura dos demais gabinetes.

Anotou, a título de boas práticas, que há uma interação entre os julgadores da Turma e essa convergência de posições facilita o julgamento dos feitos, apesar do excessivo número de processos julgados a cada sessão.

Informou que os servidores são incentivados a escrever, em atividade conjunta, artigos científicos sobre temas relacionados às matérias previdenciárias para publicação em seu nome e do servidor, a fim de estimular o desempenho de todos.

É favorável, também, ao Projeto de Turmas Avançadas, eis que, segundo afirma, ajudará a reduzir o número excessivo de feitos.

O Desembargador sugere o cumprimento, pelo Tribunal, das recomendações constantes da última inspeção (2016).

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Verificou-se, também, um aumento no número de processos em trâmite no Gabinete.

A 5ª Turma adotou o sistema de “Relatoria exclusiva por sessão”, onde apenas os processos do relator e os que foram distribuídos em seu nome e redistribuídos à Juíza Auxiliar são votados.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Julgar os processos ainda remanescentes da inspeção anterior;
- c) Aumentar o número de processos nas pautas de julgamento;
- d) Determinar metas individualizadas para os servidores.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

Especialidades: Previdência e Assistência Social.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 5ª Turma.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 11/7/2011.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Há uma Juíza Federal em auxílio ao gabinete, convocada pelos Atos n. 778/2014 e n. 206/2017.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17	--	--	--	05	22	15
Inspeção/2017	16	--	--	--	05	21	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. A quantidade de servidores na força de trabalho destinada à atividade fim se manteve a mesma.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	4.081
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	4.474
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	2.663
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	2.794
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	4.508
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	4.947

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

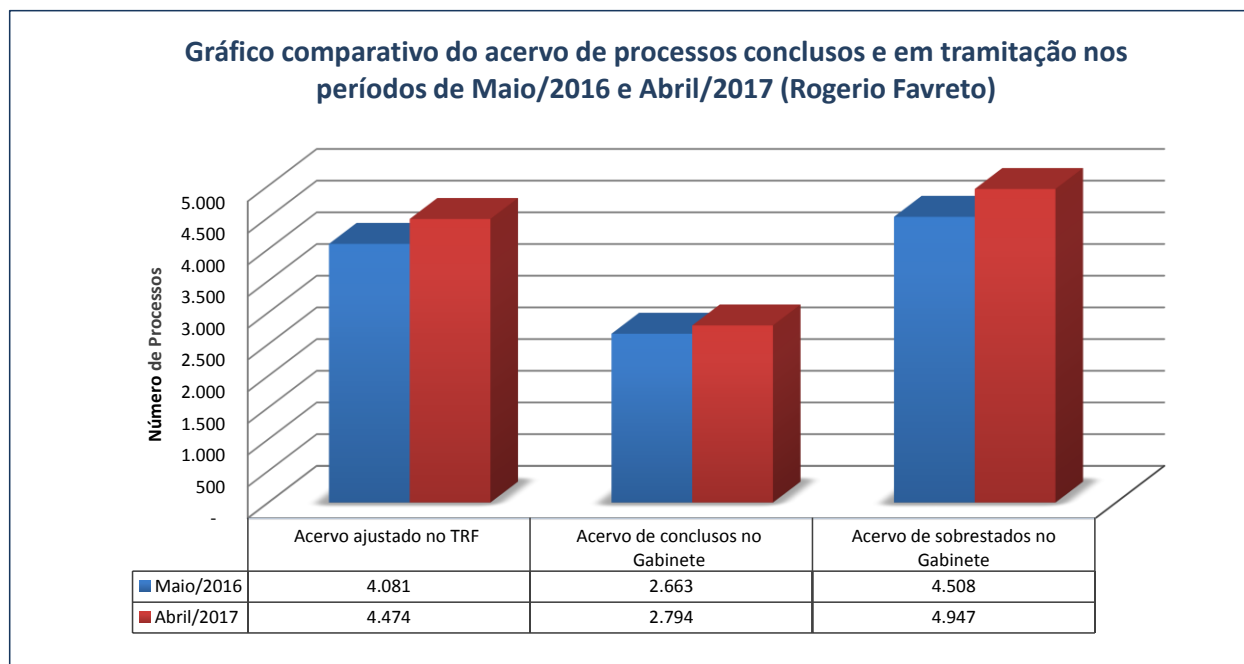
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 131 e o número de sobrestados subiu em 439.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo a matéria de desaposentação.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.794 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 186 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 393 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	9.294
Total de Processos julgados*	6.373
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	2.921

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 9.294 e julgamento de 6.373 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	5.529
Total de processos julgados em mesa	124
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	720
Total geral de processos julgados*	6.373
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	10
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	1,4%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.373 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.294; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 124 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 720 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 1,4%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	243
b. Agravo Legal/Regimental	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 243 embargos de declaração e 4 agravos legais/regimentais.

Existem 48 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	5
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	7
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	11
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	12
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 42 processos, representando 1,5% do acervo de processos conclusos na unidade (2.794).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos nos anos 2005 a 2013, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal. No entanto, deve se ressaltar que o número de processos nestas condições é bem pequeno.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, não havia processo, e nem da Meta 6/2016.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição:

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	1	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	1	1
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	1	-
2003	-	-	1
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	1	-
2007	-	-	-
2008	1	9	-
2009	7	42	5
2010	3	56	5
2011	15	71	11
2012	9	63	14
2013	25	34	13
2014	287	54	20
2015	1.229	1.014	78
2016	-	1.914	929
2017	-	-	1.717
Total	1.577	3.260	2.794

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 3.260; atualmente, há 2.794. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de 2017. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2016 e 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	7
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que, embora haja indicação de 7 processos do gabinete que aguardam voto-vista, conforme informação obtida junto ao Gabinete, e em consulta ao sistema processual, já foi elaborado o voto-vista em todos estes feitos. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	4
TOTAL	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, embora haja indicação de 4 processos que aguardam voto-vista e 4 processos para lavratura de acórdão, conforme informação obtida junto ao Gabinete, bem como em consulta ao sistema processual, só existe 1 processo para lavratura de acórdão. Nessas situações há 1 feito sem movimentação há mais de 30 dias: 50402981420164049999.

Recomenda-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque que, em relação à Lei n. 13.140/15, havendo manifestação das partes em realizar uma composição da lide, os autos são imediatamente encaminhados para o SISTCON (Sistema de Conciliação do TRF4).

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 43 processos selecionados para inspeção, 31 foram inspecionados. Destes, 9 físicos e 22 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os Processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

00001218320174040000	00035165420154040000	00039420820164049999
00041213920164049999	00202291720144049999	50007498420174040000
50098946720174040000	50113124020174040000	50226034720164049999

A amostragem revelou a existência de 3 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2016.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Dar andamento no prazo de 30 dias:

50113146920114047000	50158748820104047000
----------------------	----------------------

b) Julgar, no prazo de 90 dias:

00009388420164040000	00031237120164049999	00033860620164049999
00039464520164049999	00049545720164049999	50044368620154047001
50056140320124047122	50061456420124047001	50110646220134047001
50113838720144047003	50188136920144047107	50202357520154047000
50279064820124047100	50385383120154047100	

c) Julgar, no prazo de 60 dias:

00197831420144049999	00218975720134049999	200971990048260
50044813620104047108	50050585120174040000	50105831420174040000
50395952020154049999	50427059020164049999	

d) Dar andamento no prazo de 10 dias:

50504054420164040000	200304010199940	50041229820104047201
50099622620144047112	50401189520164049999	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, verificando-se que o aumento da quantidade de processos conclusos foi muito pequeno.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Triagem inicial de processos: a triagem dos processos é realizada pela assessoria do Gabinete (Chefe de Gabinete e um Assessor). Eles utilizam o e-Proc para triar os processos a partir de uma previsão de julgamento de cada processo. O Gabinete informa que os processos físicos são movimentados para um armário, onde são organizados por datas;

b) Classificação e separação física de processos: são classificados a partir de sua matéria. A organização física dos processos possibilita que os servidores os analisem por ordem de antiguidade. Há especialização das matérias dentro do Gabinete. Além do exame de questões processuais, a unidade informa que criou equipes para tratar de matérias específicas dentro do Direito Previdenciário.

c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual: os servidores trabalham com feitos que lhe são atribuídos dentro de sua equipe. Caso exista acúmulo em determinada matéria, pode ocorrer o deslocamento de algum servidor para a equipe com feitos acumulados. A divisão de matérias por equipes também tem a finalidade de padronização de julgamento;

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: o Gabinete informa que há priorização dos processos que se encontram em alguma dessas situações. Porém, destaca que a maior parte de seus processos já é de prioridade legal. Assevera, também, que as metas do CNJ são sinalizadas nos processos;

e) Medidas de conciliação e desistência de recursos: o Gabinete informa que tem dificuldade em promover a conciliação entre as partes por questões alheias ao funcionamento da unidade;

f) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: os processos adiados ou pendentes de julgamento em mesa são, imediatamente, incluídos na próxima sessão;

g) Controle de prazo para julgamento de feitos: como mencionado acima, a previsão de julgamento é realizada já na triagem, quando é considerado na divisão de atribuições;

h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: é determinada a partir da triagem (que leva em consideração a estimativa de trâmite processual antes do julgamento). Além de metas coletivas do Gabinete, há metas individuais;

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades: o Gabinete informa a realização de um controle de produção semanal. O planejamento de atividades é semestral. Nessa oportunidade o resultado do trabalho é analisado e novas metas podem ser determinadas. O controle estatístico é realizado por meio do sistema G4 ou com auxílio da informática;

j) Desempenho: o Gabinete informa que afere o desempenho da unidade a partir dos controles semanais e semestrais, bem como pela produção mensal;

k) Produtividade e metas: a produtividade individual é analisada a partir da conjugação entre quantidade de minutas por dia e o grau de complexidade de cada processo. A meta de processos é determinada por servidor;

l) Gestão de pessoal e recursos materiais: a unidade está com 16 servidores, que estão na área fim. Há 1 vaga de agente de segurança em aberto. As vagas de estagiários estão preenchidas;

m) Atendimento a advogados: o Gabinete informa que atende as partes e os advogados imediatamente, sem a necessidade de prévio agendamento. Há possibilidade de agendamento quando os advogados ou as partes não estão em Porto Alegre/RS; e

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: não existem recomendações ou processos pendentes da última inspeção.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Realização de uma triagem em todos os processos que entram na unidade, momento em que fazem uma previsão de julgamento para cada feito, levando-se em consideração o grau de complexidade da matéria, o número de processos distribuídos e a projeção da força de trabalho, no período.

A 5ª Turma adotou o sistema de “Relatoria exclusiva por sessão”, onde apenas os processos do relator e os que foram distribuídos em seu nome e redistribuídos à Juíza Auxiliar são votados.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.
- b) Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ROGER RAUPP RIOS

Especialidades: Previdência e Assistência Social.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 5ª Turma.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 16/05/2016.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Há uma Juíza Federal em auxílio ao gabinete, convocada pelos Atos n. 778/2014 e n. 206/2017.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	16	--	--	--	05	21	14
Inspeção/2017	17	--	--	--	04	21	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	11.317
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	9.929
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	10.151
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	6.352
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	4.191
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	4.608

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

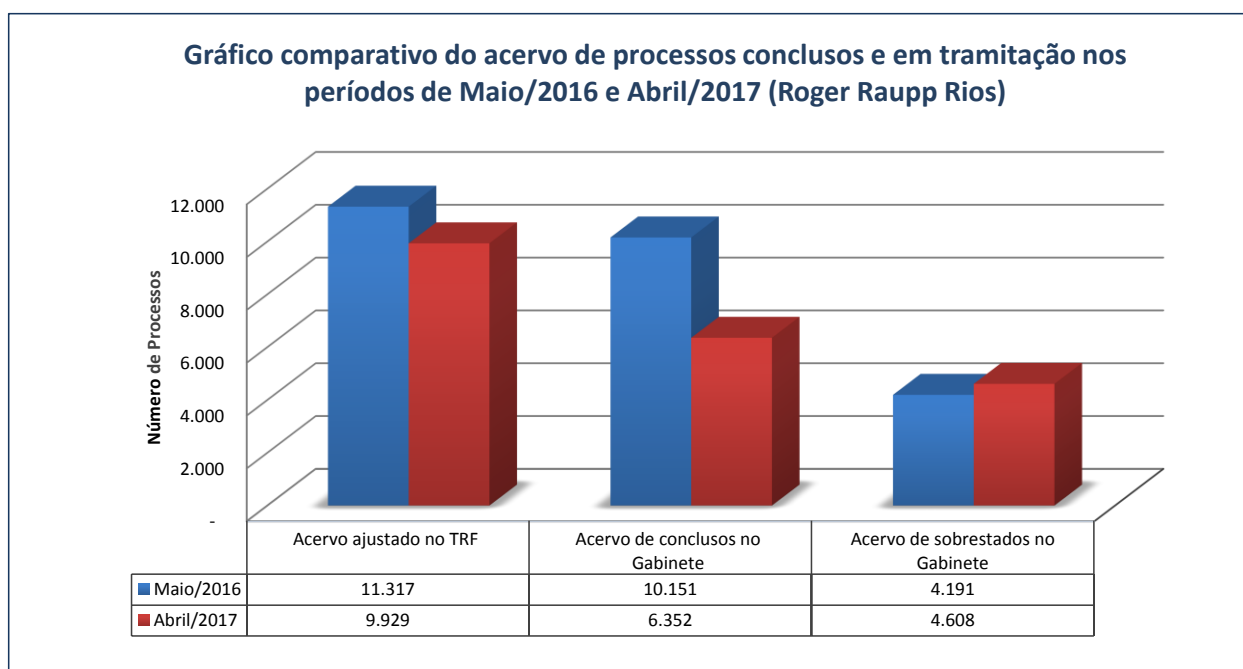
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos diminuiu em 3.799 e o número de sobrestados subiu em 417.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo a matéria de desaposentação.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.352 concluídos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 424 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.388 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	9.177
Total de Processos julgados*	7.418
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	1.759

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 9.177 e julgamento de 7.418 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	6.589
Total de processos julgados em mesa	381
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	448
Total geral de processos julgados*	7.418
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	71
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	15,8%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 7.418 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.177; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 381 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 448 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 15,8%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	168
b. Agravo Legal/Regimental	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 168 embargos de declaração e 9 agravos legais/regimentais.

Existem 66 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	5
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	4
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	8
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	15
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	49
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	97
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 179 processos, representando 2,82% do acervo de processos conclusos na unidade (6.352).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos nos anos de 2006 a 2013, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal. Deve-se ressaltar que a grande maioria foi distribuída em 2012 e 2013.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, não havia processo, e nem da Meta 6/2016.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017, por ano de distribuição:

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	1	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	1	-	-
2006	3	1	1
2007	3	1	-
2008	8	5	5
2009	27	44	5
2010	50	95	9
2011	455	212	20
2012	1.259	691	66
2013	2.192	1.169	112
2014	3.677	2.299	383
2015	1.996	3.851	1.036
2016	-	1.926	2.895
2017	-	-	1.820
Total	9.671	10.295	6.352

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 10.295; atualmente, há 6.352. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de 2017. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2015 a 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2011, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	15
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que, embora haja indicação de 15 processos do gabinete que aguardam voto-vista, conforme informação obtida junto ao Gabinete, não existem mais processos nesta condição. Neste universo não existem processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 5 processos conclusos para voto-vista. Nessas situações existem feitos sem movimentação há mais de 30 dias:

50019305620154047028	00016349620164049999	00025000720164049999
50026137020164049999	50061416020144047129	

Recomenda-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque que, em relação à Lei n. 13.140/15, a prática de conciliação ou mediação fica a cargo de setor específico na Corte que, no momento, está com atuação reduzida em razão da dificuldade de acordo com os procuradores do INSS. Já em relação à Lei 13.146/2015, esta é objeto de estudos por Comissão específica na Corte, da qual o Desembargador Roger Raupp Rios é integrante.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 78 processos selecionados para inspeção, 71 foram inspecionados. Destes, 20 físicos e 51 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os Processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

50102064320174040000	50115332320174040000	50220753720164040000
50329661120124047000	50475855220164040000	50555447420164040000

A amostragem revelou a existência de 16 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2013.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 90 dias:

00030893820124049999	00140143020114049999	00148215020114049999
00170426920124049999	200771000240745	200870080005793
00018435820094047009	200971990013955	50089097620104047200
50002926820134047121	50006469120114047112	50006696620134047015
50009768820114047112	50011549120124047212	50012425520144047214
50019063520134047016	50022471620124047107	50095227620134047108
50024237720124047112	50028387120134047000	50028756920124047215
50034448820124047112	50035026320134047207	50035918520104047112
50037822120144047006	50039308920154047202	50117600820124047107
50041186120104047201	50047120720124047007	50057383520154047104
50064397320134047101	50064635020124047000	50066711920124047005
50076256920114047112	50081165820104047000	50086297620134047208
50124746520124047107	50161886020124047001	50163462120124047000
50251926120114047000	50258802320114047000	50336734220134047000
50524689620134047000		

b) Julgar/dar andamento em 60 dias:

00030640720084047108	00062308420154040000	50023831420104047000
00130961620124040000	00130979820124040000	50039687120104047107
50096762220124047208	50141136020164040000	50159479820164040000
50186015820164040000	50194786620144040000	50195403820164040000
50499585620164040000	00002049320094047012	

c) Julgar/dar andamento em 10 dias:

00009162620164040000	00016349620164049999	00025000720164049999
200870000164472	50611812220114047100	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Triagem inicial de processos: a triagem inicial, tanto dos processos físicos como dos eletrônicos, é realizada por dois servidores. Os físicos são colocados em armários e os eletrônicos em pastas do sistema e-Proc. Todos os processos se concentram nos escaninhos da unidade. Dá-se especial atenção aos processos de jurisdição delegada bem como aos processos apenas com remessa oficial;

b) Classificação e separação física de processos: os processos são classificados e separados por matéria dentro do ramo de Direito Previdenciário;

c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual: cada servidor atua em processos de acordo com o seu perfil. Os processos com questões mais complexas são de responsabilidade dos servidores com gratificações mais elevadas. Parte da equipe que já trabalhava com o Desembargador anterior não sofreu mudanças de atribuições. As pequenas alterações foram realizadas a partir do exame do perfil de cada servidor;

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: o Gabinete informa que, na medida do possível, dá preferência aos processos com prioridade legal ou de Meta do CNJ quando há pedido expresso formulado por petição ou telefonema. Ressalta dificuldades na priorização de processos em razão do tamanho do acervo e das características das questões previdenciárias;

e) Medidas de conciliação e desistência de recursos: o Desembargador informou que, em razão da recusa dos procuradores do INSS em conciliar, houve redução drástica dos acordos;

f) Priorização de feitos adiados e pendentos de julgamento em mesa: os processos adiados ou pendentos de julgamento em mesa são, imediatamente, incluídos na próxima sessão;

g) Controle de prazo para julgamento de feitos: o Gabinete informa que priorizam, ao máximo, o julgamento dos feitos mais antigos por meio do sistema G4, que é capaz de indicar os processos mais antigos. Porém, ainda há processos sem movimentação desde a distribuição;

h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: as metas são fixadas por listas mensais de processos e são diferenciadas por matéria;

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades: a produção do servidor é controlada pela inclusão dos processos nas pautas mensais. Semanalmente, a lista de produtividade é comparada com o padrão esperado;

j) Desempenho: houve diminuição considerável de feitos desde a assunção do Desembargador no gabinete. Segundo aferição da informática do Tribunal, de 10.278 processos em abril de 2016, o atual acervo diminuiu para 6.352 processos em abril de 2017;

k) Produtividade e metas: as metas vêm sendo atingidas, apesar de ainda restarem processos sem movimentação desde a distribuição;

l) Gestão de pessoal e recursos materiais: o gabinete informa que seu quadro está completo, com 17 servidores. Mas destaca a impossibilidade de incluir mais um estagiário, tendo em vista a falta de estação de trabalho;

m) Atendimento a advogados: o Gabinete informa que audiências com advogados são realizadas a qualquer momento, desde que haja disponibilidade. Também destaca o agendamento de audiências. Os advogados são atendidos pelos servidores – pessoalmente ou por telefone –, em horário de expediente. Os processos são retirados com carga por meio de solicitação à secretaria;

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: o Gabinete informa que as pendências dos processos da inspeção anterior foram solucionadas antes do Desembargador assumir os trabalhos.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou a necessidade de priorização do julgamento dos feitos mais antigos.

A 5ª Turma adotou o sistema de “Relatoria exclusiva por sessão”, onde apenas os processos do relator e os que foram distribuídos em seu nome e redistribuídos à Juíza auxiliar são votados.

Quando da entrevista, o Desembargador Roger Raupp Rios sugeriu à Corregedoria-Geral que envidasse esforços a fim de que o sistema de processamento eletrônico fosse uniformizado em todos os tribunais do país.

Sugeriu também o aumento do Tribunal com a criação de mais duas turmas especializadas em Direito Previdenciário, a fim de melhorar a relação Desembargador/Servidor, por matéria. Afirmou que a distribuição de feitos previdenciários é bem maior que a de feitos de outra matéria.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.
- b) Priorizar o julgamento dos feitos mais antigos.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

Especialidades: Previdência e Assistência Social.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 3ª Seção e 6ª Turma com competência em matéria previdenciária.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 3/4/2014.

No período de cinco anos, a Magistrada não realizou remoções internas.

O gabinete tem o auxílio do Juiz Federal MARCELO DE NARDI, que atua exclusivamente na unidade inspecionada, nos termos dos Atos n. 261, de 15/06/2016, de 20/06/2016 a 20/06/2017; e n. 210, de 24/05/2017, no período de 21 a 22/06/2017; bem como do Juiz Federal HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR, convocado em auxílio à 6ª Turma, por meio dos Atos n. 324, de 19/06/2015, de 22/06/2015 a 21/06/2016; Ato n. 267, de 20/06/2016, de 22/06/2016 a 20/06/2017; e Ato n. 206, de 23/05/2017, de 21 a 22/06/2017.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17	-	-		7	24	15
Inspeção/2017	16	-	3		5	24	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016. Houve manutenção de 15 servidores na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	10.548
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	8.205
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	9.638
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	6.898
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	5.432
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	6.234

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 2.740 e o número de sobrestados subiu em 802.

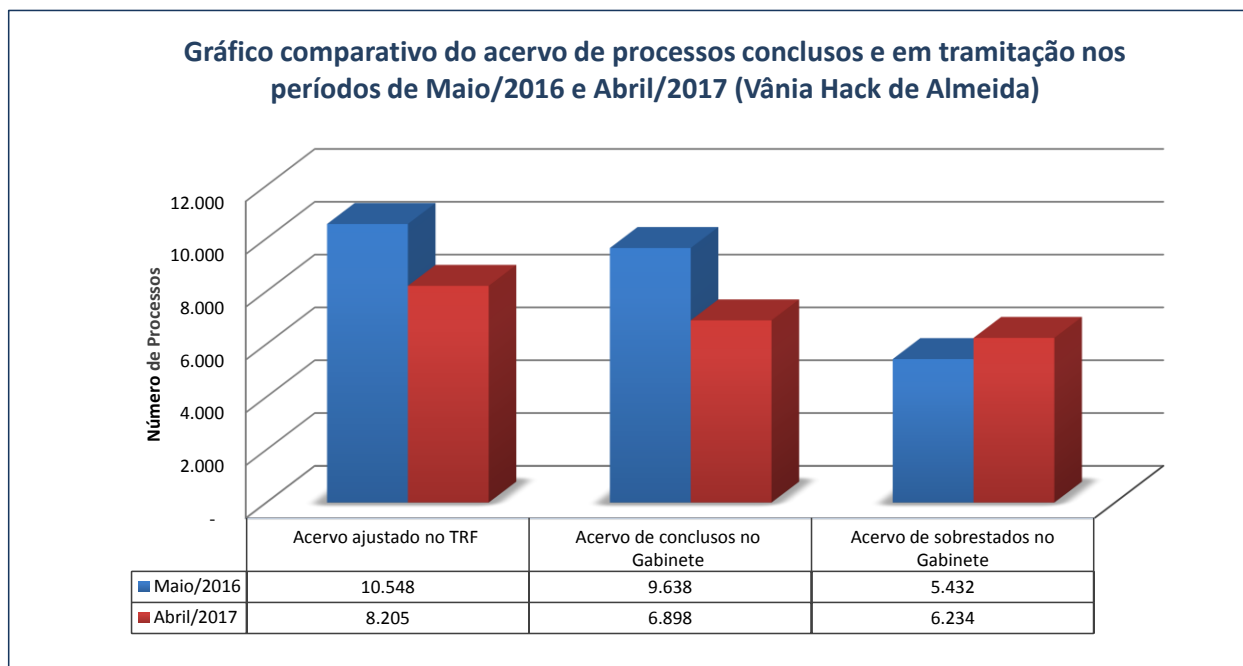
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelos STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: auxílio-doença como cômputo de tempo especial; adicional de 25% sobre outros benefícios; desaposentação; fator previdenciário; questões sobre o artigo 100, § 12, da Constituição Federal, e sobre o artigo 29, incisos I e II, da Lei n. 8.213/91. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou o sobrestamento determinado pela própria relatora.

O gabinete apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.898 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 460 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 2.343 processos.

Nesse período a unidade contou com trabalho dos Juízes Federais convocados MARCELO DE NARDI, em auxílio ao gabinete, e HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR, em auxílio à 6ª Turma, de modo a oferecer auxílio à redução do estoque de processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	9.161
Total de Processos julgados*	6.009
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	3.152

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 9.161 e julgamento de 6.009 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	5.484
Total de processos julgados em mesa	11
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	514
Total geral de processos julgados*	6.009
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	102
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	19,8%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.009 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.161; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 11 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 514 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 19,8%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	456
b. Agravo Legal/Regimental	46

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 456 embargos de declaração e 46 agravos legais/regimentais.

Existem 75 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	3
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	4
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	35
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	149
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	308
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril de 2017, era de 501 processos, representando 7,26% do acervo de processos conclusos na unidade 6.898.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2013, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal, constando 193 distribuídos até o ano 2012, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não há processos das Metas 4 e 6/2016 do CNJ.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	1	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	1	-	-
2005	2	-	-
2006	1	-	-
2007	2	2	1
2008	6	1	2
2009	74	44	4
2010	139	81	15
2011	365	234	59
2012	1.045	673	291
2013	1.678	1.013	342
2014	2.966	1.753	659
2015	2.368	3.593	1.099
2016	-	2.018	2.613
2017	-	-	1.813
Total	8.648	9.412	6.898

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados.

O acervo de processos concluídos no mês de abril de 2015 era de 8.648; sendo que em abril de 2016 chegou a 9.412, e, atualmente, há 6.898. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de 2016. Verifica-se que em abril de 2015 o acervo dominante era composto por feitos distribuídos em 2014/2015, com pequenos saldos relativos a anos anteriores a 2012; em abril de 2016 reduziu-se esse estoque, deslocando-se a concentração nos feitos distribuídos em 2015/2016; por fim, em abril de 2017, reduziu-

se acentuadamente o rol dos feitos distribuídos até 2014, prevalecendo no estoque os feitos distribuídos em 2016/2017. Esse quadro evidencia que a unidade tem promovido a redução da idade do acervo ao longo do período.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	50
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	50

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, nem para declaração de voto ou lavratura de acórdão. Existem 50 feitos aguardando voto-vista, dentre os quais 22 aguardam providências há mais de 30 dias, conforme relação abaixo, configurando pendência externa.

50019305620154047028	50444207120154047100	00060669520154049999
50010855020114047000	50013581820154047120	00013461720174049999
00015661520174049999	00019057120174049999	00020823520174049999
00025015520174049999	00025076220174049999	00032259320164049999
00069087520154049999	00077444820154049999	00082035020154049999
00101630720164049999	00111946220164049999	00150061520164049999
50384733520164049999	50535828920164049999	5004222920104047112
00059718920154040000		

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	45
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	45

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não há processos conclusos para revisão, nem para declaração de voto ou lavratura de acórdão. Há, porém, 45 processos para voto-vista. Nessa situação há 33 feitos sem movimentação há mais de 30 dias, conforme relação abaixo, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

50172673420134047100	50294137220154049999	50034166720144047107
50293781520154049999	50316738820164049999	50346880220154049999
50470630720124047100	50284659620164049999	50518212320164049999
50036242720174040000	50338849720164049999	50506660920164040000
00068333620154049999	50008918820174040000	50026672620174040000

50043950520174040000	50044842820174040000	50058579420174040000
50064269520174040000	50144303420164049999	50185370920124047107
50147902920134047200	50573457020134047100	00014495820164049999
00016111920174049999	00040616620164049999	00085346620144049999
00090352020144049999	00100866620144049999	00157310420164049999
50015612920174040000	50078570920144047005	50234485720134047001

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque o fato de a unidade estimular a participação dos servidores nos cursos fornecidos pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Além disso, são realizadas reuniões entre todos os Desembargadores e Juízes Federais convocados, integrantes da 3ª Seção, para debate acerca de temas, inclusive visando uniformizar entendimentos; bem assim entre os Assessores e Chefes de Gabinete para padronização de providências.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 78 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 29 físicos e 49 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não existem processos em unidades externas.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Não se verificaram na unidade discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Verificou-se que ainda existem pendências quanto ao cumprimento das providências determinadas pela última Inspeção quanto a 35 feitos, dos quais 6 estão sobrestados.

Constatou-se que 75 tutelas provisórias concedidas por decisão monocrática não foram levadas a julgamento no colegiado.

A unidade possui em processamento 275 mandados de segurança.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) publicar acórdão em 10 dias:

00038829320154040000	00006599820164040000	00038871820154040000
50158756920124047108	50342266920154040000	50019881320154047205
50007672520114047208		

b) analisar pedido de tutela em 10 dias:

50158756920124000000	50023085320124000000	
----------------------	----------------------	--

c) julgar em 30 dias:

00038829320154040000	00006599820164040000	00038871820154040000
50158756920124047108	50342266920154040000	50019881320154047205
50007672520114047208		

d) julgar em 60 dias:

00042979120114049999	200872000057866	00068276820114049999
50008525720154047212	50010220420114047007	50042222920104047112
50012942320104047107	50011695920144047028	50032538320114047207
50026417620104047112	50019821420124047107	50047037020114047107
50087147220114047001	50088754020114047112	50141891220114047000
50022905620124000000	50154276320114047001	50210171620144047001
50222255220154040000	50214343120124047100	50042942720114047000
50278906520104047100	50265324920154040000	50259070620114047000
50315869320154040000	50001311720104047201	50297455420114047000
50119276420164040000	50065465320144000000	00158497720164049000
00007274820164040000	00093825820114049900	00099936920154049900
00073706620144049900	00055855920154040000	

e) proceder ao exame em sede de juízo de retratação em 60 dias:

50243906320114047000		
----------------------	--	--

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Dentre as práticas informadas pela magistrada na entrevista bem como pela unidade no questionário merecem destaque:

a) triagem inicial de processos realizada de forma rigorosa, considerada a principal preocupação para fins de organizar o acervo;

b) classificação e separação de processos por temas, observando-se as prioridades legais e as metas;

c) especialização de servidores por matéria de forma a empregar a expertise de cada um; conferência das minutas pela Assessora e pela Chefe de Gabinete, em conjunto;

d) controle de prazo para julgamento de feitos é realizado por matérias, metas do E. CNJ, ordem cronológica e prioridades legais, por intermédio dos sistemas de controle da Corregedoria e do G4.

e) fixação das metas de trabalho pela magistrada com participação dos servidores, realização de reuniões para constante avaliação dos objetivos da unidade;

f) planejamento e avaliação periódica de atividades, com realização de mutirões em determinadas matérias;

g) foi construído um banco de modelos, separados por tópicos de temas recorrentes, com glossário de assuntos específicos;

h) a contagem do tempo para aposentadorias é realizada por meio de tabela no *excell*, criada pelo gabinete;

i) quanto à produtividade, não há metas individuais, apenas coletivas; há orientação no sentido de que devem ser pautados processos em número superior aos distribuídos por mês, observadas as prioridades; e

j) as partes e advogados são recebidos por servidor ou pela magistrada sem necessidade de agendamento.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) há feitos pendentes da Inspeção anterior, dentre os quais 6 estão sobrestados;

b) a magistrada e sua equipe atuam no sentido de diminuir o estoque de processos, contando, em caráter temporário, com os Juízes Federais Marcelo De Nardi e Hermes Siedler da Conceição Júnior, convocados em auxílio ao gabinete e à 6ª Turma, respectivamente;

c) a unidade manifesta-se pela necessidade de incrementar a força de trabalho, tendo em vista que o auxílio dos juízes convocados é transitório;

d) consta do questionário respondido pelo gabinete que há 456 embargos de declaração, sendo que 261 têm conclusão há mais de 30 dias;

e) existem, conforme o questionário, 75 tutelas provisórias concedidas pela Relatora, por decisão monocrática, há mais de 60 dias e não submetidas ao exame do colegiado;

f) extrai-se do questionário que há em tramitação 10 mandados de segurança;

g) há 30 conflitos de competência em tramitação;

h) o julgamento de temas que não encontram unanimidade na Turma requer, por força da regra prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil, a participação de outro magistrado, quando o colegiado é integrado por quatro membros, e de dois quando a composição da Turma é de apenas três membros, a fim de integrar o quórum de cinco votos. Essa providência demanda acréscimo de tempo para permitir à magistrada a compreensão do entendimento esposado no outro colegiado, bem assim para integrar a sessão de julgamento, considerando-se que as Turmas não são compostas por cinco membros; e

i) a realização de conciliação é praticamente inexistente em face à ausência de apresentação, pelo INSS, de proposta de acordo.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Priorizar o processamento dos feitos pendentes da Inspeção anterior;

c) Priorizar os processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferências legais de julgamento;

d) Julgar as 75 tutelas provisórias concedidas pela Relatora, por decisão monocrática, no prazo de 60 dias, em observância à Meta 2/2017, fixada pelo CNJ;

e) Reduzir o tempo de apreciação dos feitos com embargos de declaração, pedidos de vista, agravos legais/regimentais pendentes, procedendo ao julgamento em 60 dias;

f) Impulsionar os 30 conflitos de competência e os 10 mandados de segurança;

g) Considerar a possibilidade de realizar conciliação por matérias, instando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, diretamente ou por intermédio do Gabinete da Conciliação.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA

Especialidades: Previdência e Assistência Social.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 6ª Turma.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 06/02/2004.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

O Juiz Federal HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR está convocado em auxílio à Sexta Turma, por meio dos Atos n. 324, de 19/06/2015, de 22/06/2015 a 21/06/2016; Ato n. 267, de 20/06/2016, de 22/06/2016 a 20/06/2017; e Ato n. 206, de 23/05/2017, de 21 a 22/06/2017.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	17				6	23	15
Inspeção/2017	17				7	24	15

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Todavia, houve manutenção do número de servidores na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados”.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	7.528
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	5.573
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	6.206
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	4.225
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	5.375
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	6.150

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

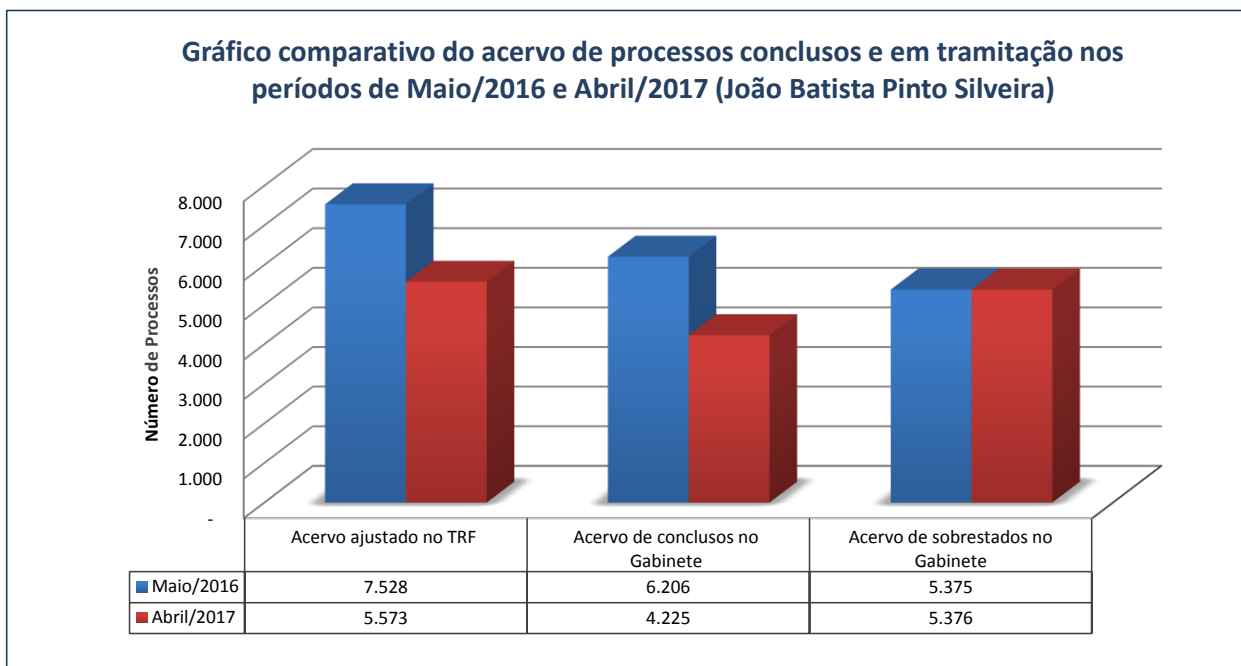
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.981 e o número de sobrestados subiu em 775.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: No STF, o fator previdenciário e a desaposentação. No TRF da 4ª Região, a aplicação da regra prevista no art. 29, I e II da Lei n. 8.231/91; inclusão no cômputo do serviço especial do tempo de gozo de auxílio-doença de natureza não acidentária; inclusão do acréscimo de 25% previsto no artigo 45 da Lei n. 8.213/91 para aposentadoria por invalidez aos demais tipos de aposentadoria. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.225 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 281,66 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.955 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	9.192
Total de Processos julgados*	6.673
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	2.519

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 9.192 e julgamento de 6.673 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	6.258
Total de processos julgados em mesa	136
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	279
Total geral de processos julgados*	6.673
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	50
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	17,9%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.673 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.192; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 136 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 279 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 17,9%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	264
b. Agravo Legal/Regimental	17

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 264 embargos de declaração e 17 agravos legais/regimentais.

Existem 35 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	3
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	5
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	12
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 23 processos, representando 0,54% do acervo de processos conclusos na unidade de 4.225.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 1 processo distribuído no ano 2008, 2 em 2009, 3 em 2011, e 5 em 2012, portanto, constata-se que somente 11 feitos superaram os cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não há processos das Metas 4 e 6/2016 do CNJ.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

Evolução do acervo de processos concluídos nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	1	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	1	-
2007	2	-	-
2008	1	6	1
2009	5	60	2
2010	11	78	-
2011	184	154	15
2012	589	266	149
2013	750	156	19
2014	2.445	787	50
2015	1.787	3.185	270
2016	-	1.916	2.203
2017	-	-	1.516
Total	5.775	6.609	4.225

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados.

O acervo de processos concluídos no mês de abril de 2015 era de 5.775; sendo que em abril de 2016 chegou a 6.609, e, atualmente, há 4.225. Verifica-se que em abril de 2015 o acervo dominante era composto por feitos distribuídos em 2014/2015, com saldos menores relativos a anos anteriores a 2012; em abril de 2016 reduziu-se esse estoque, deslocando-se a concentração nos feitos distribuídos em 2015/2016; por fim, em abril de 2017, reduziu-se acentuadamente o rol dos feitos distribuídos até 2015, prevalecendo no estoque os feitos distribuídos em 2016/2017. Esse quadro evidencia que a unidade tem promovido a redução da idade do acervo ao longo do período.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	18
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	1
TOTAL	19

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos pendentes para revisão, nem declaração de voto, porém, há 18 feitos que aguardam voto-vista e 1 lavratura de acórdão. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, conforme abaixo indicados, configurando pendência externa.

201004990116985	201404990140257	201604990008959
201604990010097	201604990013050	201604990014819
201604990016841	201604990044459	201504990027573
201604990106155	201404990145310	201604990158490
50051274120134047108	50293781520154049999	50294137220154049999
50346880220154049999	50316738820164049999	50518212320164049999

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	170
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	11
TOTAL	182

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não há processos concluídos para revisão. Há, porém, 170 processos para voto-vista sem movimentação há mais de 30 dias, 1 para declaração de voto e 11 para lavratura de acórdão, conforme relação abaixo, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

201204990190690	201304990060312	201404990039777
201404990040305	201404990055503	201404990055564
201404990066136	201404990085349	201404990100867
201404990105786	201404990132108	201404990135572
201404990148839	201404990178078	201104990140890
201404990245559	201204990124656	201504990060667
201504990069087	201504990082031	201504990086358
201504990115589	201504990136301	201504990143226
201504990150619	201504990165210	201504990175045
201604990032251	201604990066753	201604990078470
201604990101637	201604990109508	201604990111941
201604990119459	201604990124303	201604990140023
201604990150065	201604990164477	201704990007303
201704990013467	201704990015660	201704990015968
201704990018969	201704990019056	201704990020824
201704990025019	201704990025070	50010855020114047000
50146325720114047001	50490732420124047100	50134213120124047201
50051274120134047108	50051274120134047108	50184810620124047000
50022537520124047122	50324980320144049999	50007503920144047028
50015755720154049999	50021108120144047101	50059362020154049999
50061180620154049999	50063225020154049999	50116271520154049999
50137196320154049999	50141266920154049999	50177052520154049999
50179798620154049999	50247282320144047100	50265391720154049999
50266795120154049999	50272728020154049999	50282627120154049999
50300745120154049999	50302486020154049999	50305854920154049999
50309362220154049999	50318318020154049999	50333136320154049999
50351168120154049999	50354952220154049999	50359014320154049999
50360434720154049999	50363596020154049999	50002807120154047028
50003136120154047028	50610718620124047100	50371244120144047000
50457391020154049999	50460032720154049999	50464172520154049999
50491809620154049999	50522493920154049999	50000622020164049999
50272432220144047200	50861804320144047000	50003482220164040000
50045572420144047010	50008859120164049999	50369093220144047108
50160606320144047003	50038617120164049999	50022810420154047101
50059047820164049999	50061836420164049999	50046300220144047202
50072731020164049999	50233268020144047107	50091187720164049999
50094219120164049999	50008268520134047129	50113921420164049999
50123708820164049999	50254510820154047100	50128636520164049999
50156081820164049999	50053079220154047009	50042039020144047012
50161581320164049999	50167213120164040000	50169064520164049999
50178894420164049999	50191489820164040000	50198753320164049999
50230807020164049999	50240601720164049999	50122898020144047002
50266066920164040000	50002996220154047130	50044106120154047107
50281670720164049999	50320817920164049999	50562902520154047000
50095867420134047112	50384733520164049999	50070773320144047114
50033993720144047105	50407606820164049999	50413980420164049999
50420562820164049999	50421126120164049999	50438569120164049999
50004223220154047010	50451369720164049999	50459451420164040000
50382230320154047100	50002204220164047100	50506919520164049999
50013581820154047120	50034483020134047100	50514889520164040000

50517357620164040000	50292887120154047100	5053148032016404999
50535828920164049999	50444207120154047100	50546396920164040000
50013489620174049999	50038961720154047105	50017864920174040000
50022201420174049999	50025016720174049999	50070434220154047108
50051621920174049999	50052133020174049999	50060042320174040000
50285428120164047000	50090571220174040000	50073438520164047102

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a concessão de preferência nos processos de portadores de deficiência.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 57 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 17 físicos e 40 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

00033490820134040000	00103406820164049999	00010226120164049999
00018488720164049999	00133144920144049999	00211256020144049999
00212364420144049999	00019369620144049999	00053884520094047201
00053884520094047201	00110020320144049999	200804000382783
200804000425381	200904000055685	00009673720164040000

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar em 60 dias:

50082863420174040000	50030786920174040000	50514741420164040000
50029678520174040000	50038789720174040000	50330225320164040000

50492370720164040000	00018488720164049999	50117033320114047201
50017669220134047115	50283293620154049999	50279077120144047000
00202725120144049999	00137356820164049999	50051274120134047108
50364054920154049999		

b) Julgar em 90 dias: 50052500520144047108.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Dentre as práticas informadas pelo magistrado na entrevista bem como pela unidade no questionário merecem destaque:

a) a triagem inicial é feita pelo critério de especialização por matérias/assuntos;

b) a unidade utiliza os sistemas G4, EPROCV2, GEDPRO e SIAPRO para fins de controle estatístico e da organização do acervo.

c) o planejamento das atividades é realizado a partir da antiguidade dos feitos, com exceção daqueles com pedido de preferência, que contêm prioridades legais, bem assim dos urgentes, tais como: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, benefício assistencial, pensão por morte e auxílio-maternidade;

d) a especialização de servidores observa a distribuição por matérias, de acordo com o perfil e a qualificação de cada um;

e) são fixadas metas individuais e em grupo, cuja aferição se dá periodicamente;

f) o magistrado despacha com todos os servidores;

g) os casos inseridos nas metas do CNJ e nas prioridades legais têm tratamento específico;

h) o atendimento a advogados é feito pelo magistrado e pelos servidores, com ou sem hora marcada; e

i) a unidade observa as recomendações das inspeções anteriores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) não há feitos pendentes da inspeção anterior;

b) o magistrado e sua equipe atuam no sentido de diminuir o estoque de processos, contando em caráter temporário com o Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior, em auxílio aos gabinetes da 6ª Turma;

c) a unidade utiliza o sistemas eletrônicos de gestão processual como ferramentas de autogestão;

d) existem, conforme o questionário, 35 tutelas provisórias concedidas pelo Relator, por decisão monocrática, há mais de 60 dias e não submetidas ao exame do colegiado;

e) há 15 conflitos de competência em tramitação;

f) existem em tramitação 5 mandados de segurança originários cíveis;

g) o julgamento de temas que não encontram unanimidade na Turma requer, por força da regra prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil, a participação de outro magistrado, quando o colegiado é integrado por quatro membros, e de dois quando a composição da Turma é de apenas três membros, a fim de integrar o quórum de cinco votos. Essa providência demanda acréscimo de tempo para permitir ao magistrado a compreensão do entendimento esposado no outro colegiado, bem assim para integrar a sessão de julgamento, considerando-se que as Turmas não são compostas por cinco membros; e

h) a realização de conciliação é praticamente inexistente em face à ausência de apresentação, pelo INSS, de proposta de acordo.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Manter a constante priorização dos processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferências legais de julgamento;

c) Levar a julgamento no colegiado as 35 tutelas provisórias concedidas pelo Relator, por decisão monocrática, no prazo de 60 dias, em observância à Meta 2/2017, fixada pelo CNJ;

d) Reduzir o tempo de apreciação dos feitos com embargos de declaração, pedidos de vista, agravos legais/regimentais pendentes, procedendo ao julgamento em 60 dias;

e) Impulsionar os 15 conflitos de competência e os 5 mandados de segurança;

f) Considerar a possibilidade de realizar conciliação por matérias, instando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, diretamente ou por intermédio do Gabinete da Conciliação.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

Especialidades: Previdência e Assistência Social.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 6ª Turma.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 16/05/2016.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

O Juiz Federal HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR está convocado em auxílio à Sexta Turma, por meio dos Atos n. 324, de 19/06/2015, de 22/06/2015 a 21/06/2016; Ato n. 267, de 20/06/2016, de 22/06/2016 a 20/06/2017; e Ato n. 206, de 23/05/2017, de 21 a 22/06/2017.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	15	0	0	0	6	21	14
Inspeção/2017	17	0			5	22	17

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 3 servidores na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	10.150
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	8.132
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	9.236
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	5.937
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	4.928
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	5.376

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 3.299 e o número de sobrestados subiu em 448.

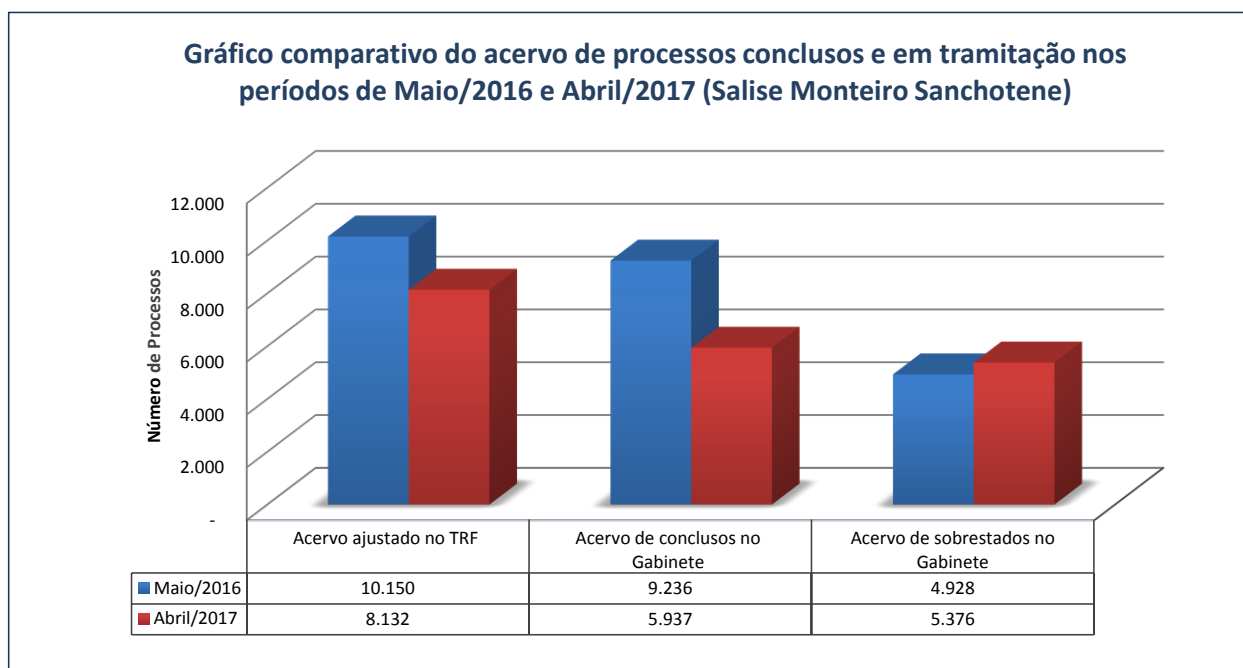
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: No STF (Fator Previdenciário. Incidência benefícios concedidos antes de 16/12/1998; decadência administração revisar pensão benefício (ex-combatente). No STJ (Decadência Revisão pelo melhor benefício – direito adquirido). No TRF (discute-se a aplicação da regra prevista no art. 29, I e II da Lei n. 8.231/91, quando mais favorável que a regra de transição prevista no art. 3º da Lei 9.876/99; acréscimo de 25% (art. 45), disposições diversas relativas às prestações, direito previdenciário; possibilidade de se computar, como tempo de serviço especial, para fins de inativação, o período em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença de natureza não acidentária. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.937 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 349,17 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 2.018 processos.

Nesse período a unidade contou com trabalho do Juiz Federal HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR, convocado em auxílio à Sexta Turma.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	9.171
Total de Processos julgados*	5.944
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	3.227

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 9.171 e julgamento de 5.944 processos, resultando, assim, em aumento do acervo o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	4.692
Total de processos julgados em mesa	12
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.240
Total geral de processos julgados*	5.944
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	193
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	15,6%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.944 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.171; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 12 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.240 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 15,6%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	92
b. Agravo Legal/Regimental	20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 92 embargos de declaração e 20 agravos legais/regimentais.

Constam 16 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	4
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 8 processos, representando 0,13% do acervo de processos conclusos na unidade de 5.937.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e

julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 2 processos distribuídos no ano 2009, 2 em 2012, e 4 em 2013, portanto, constata-se que tão somente 4 feitos superam os cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não há processos das Metas 4 e 6/2016 do CNJ.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

Evolução do acervo de processos concluídos nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	1	-
2008	3	3	-
2009	6	33	2
2010	14	53	-
2011	35	88	2
2012	178	109	38
2013	1.177	608	11
2014	2.557	1.648	332
2015	1.892	3.970	1.293
2016	-	1.906	2.811
2017	-	-	1.448
Total	5.862	8.419	5.937

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados.

O acervo de processos conclusos em mês de abril de 2015 era de 5.862; sendo que em abril de 2016 chegou a 8.419, e, atualmente, há 5.937. Verifica-se que em abril de 2015 o acervo dominante era composto por feitos distribuídos em 2014/2015, com saldos menores relativos a anos anteriores a 2012; em abril de 2016 reduziu-se esse estoque, deslocando-se a concentração nos feitos distribuídos em 2015/2016; por fim, em abril de 2017, reduziu-se acentuadamente o rol dos feitos distribuídos até 2014, prevalecendo no estoque os feitos distribuídos em 2016/2017. Esse quadro evidencia que a unidade tem promovido a redução da idade do acervo ao longo do período.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	66
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	66

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que há no gabinete 66 feitos que aguardam voto-vista, conforme abaixo identificados. Neste universo há 65 processos que esperam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa.

201304990060312	201404990039777	201404990040305
201404990048778	201404990085349	201404990115172
201404990100867	201404990148839	201404990195283
201404990245559	201504990068332	201504990136301
201504990150619	201504990175045	201604990025003
201604990164477	201704990007303	50184810620124047000
50015755720154049999	50021108120144047101	50061180620154049999
50003136120154047028	50034166720144047107	50861804320144047000
50003482220164040000	50045572420144047010	50369093220144047108
50022810420154047101	50046300220144047202	50072731020164049999
50233268020144047107	50008268520134047129	50123708820164049999
50128636520164049999	50053079220154047009	50042039020144047012
50161581320164049999	50167213120164040000	50169064520164049999
50191489820164040000	50198753320164049999	50230807020164049999
50002996220154047130	50044106120154047107	50320817920164049999
50562902520154047000	50070773320144047114	50033993720144047105
50421126120164049999	50438569120164049999	50004223220154047010
50451369720164049999	50459451420164040000	50382230320154047100
50002204220164047100	50506919520164049999	50034483020134047100
50292887120154047100	50013489620174049999	50025016720174049999

50051621920174049999	50052133020174049999	50060042320174040000
50090571220174040000	50073438520164047102	

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não há processos conclusos para revisão, nem para declaração de voto ou lavratura de acórdão. Há, porém, 4 processos para voto-vista sem movimentação há mais de 30 dias, conforme relação abaixo, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

50042222920104047112	50064251320174040000	50532554720164049999
50016784620114047011		

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque: a atribuição de preferência quanto ao julgamento de feitos de pessoa com deficiência; e a realização de estudos sobre a aplicação das regras do CPC de 2015 quanto à aplicação da prescrição na esfera previdenciária, considerando os casos em que a parte se trata de pessoa com deficiência ou enfermidades que acarrete a falta de discernimento.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 47 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 3 físicos e 44 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem revelou a existência de 3 processos sem movimentação desde a distribuição, todos remontando ao ano de 2014: 5021957-86.2011.4.04.7000 (02/04/2014), 5010707-85.2013.4.04.7000 (15/04/2014) e 5013919-55.2011.4.04.7107 (02/05/2014).

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar em 30 dias: 00230148320134049999.

b) julgar em 60 dias:

50036542920134047202	50001497320164049999	50861804320144047000
50034166720144047107	50040734320134047204	50107078520134047000
50117105420134047201	50184810620124047000	50161673520134047200
50151473620174040000	50151378920174040000	50139195520114047107
50107078520134047000	50151473620174040000	50161673520134047200
50214201320134047100	50219578620114047000	50386914420134047000
50459451420164040000	50562902520154047000	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Dentre as práticas informadas pela magistrada na entrevista bem como pela unidade no questionário merecem destaque:

a) a unidade utiliza o sistema G4 para fins de organização e impulso do acervo. Trata-se de ferramenta criada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região para automatizar os trabalhos, de forma a auxiliar o impulso processual segundo as prioridades predefinidas, possibilitando o controle amplo e irrestrito do acompanhamento de todas as espécies de ações, suas classes, fases processuais, pedidos de tutela, data de início da demanda em primeiro grau, data de distribuição no Tribunal, idade da parte, subseção ou comarca de origem, juiz de direito ou juiz federal prolator da sentença, controle de todos os prazos e demais funcionalidades. A ferramenta conta com filtros para a produção de planilhas, viabilizando a observância das metas do CNJ e das prioridades legais com segurança;

b) classificação e separação física de processos é realizada por grupos de matérias;

c) especialização de servidores por matéria;

d) fixação das metas de trabalho em reuniões mensais da desembargadora com servidores e estagiários para orientações sobre o planejamento dos objetivos para o mês e avaliação de atividades realizadas;

e) o gabinete editou a Portaria 744 de 21/07/2016, autorizando os servidores a proceder à intimação de decisões e despachos no sistema do processo eletrônico; bem

como expedir atos meramente ordinatórios para fins de diligências simples, com apoio no art. 93, inciso XIV, da CF e art. 203, § 4º, do CPC/2015;

f) atendimento a advogados a qualquer horário independentemente de agendamento; e

g) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) não há feitos pendentes da inspeção anterior;

b) a magistrada e sua equipe atuam no sentido de diminuir o estoque de processos, contando, em caráter temporário, com o Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior, em auxílio aos gabinetes da 6ª Turma;

c) a unidade utiliza o sistema de gestão G4 como principal ferramenta de autogestão, e considera necessária a realização de melhoria do sistema, especialmente no que tange ao cruzamento de dados para identificação do que tem de ser enfrentado inicialmente, especificando-se as primeiras prioridades de julgamento;

d) existem, conforme o questionário, 16 tutelas provisórias concedidas pela Relatora, por decisão monocrática, há mais de 60 dias e não submetidas ao exame do colegiado;

e) há 10 conflitos de competência em tramitação;

f) existem em tramitação 6 mandados de segurança originários cíveis;

g) o julgamento de temas que não encontram unanimidade na Turma requer, por força da regra prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil, a participação de outro magistrado, quando o colegiado é integrado por quatro membros, e de dois quando a composição da Turma é de apenas três membros, a fim de integrar o quórum de cinco votos. Essa providência demanda acréscimo de tempo para permitir à magistrada compreensão do entendimento esposado no outro colegiado, bem assim para integrar a sessão de julgamento, considerando-se que as Turmas não são compostas por cinco membros; e

h) a realização de conciliação é praticamente inexistente em face à ausência de apresentação, pelo INSS, de proposta de acordo;

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Manter a constante priorização dos processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferências legais de julgamento;

c) Levar a julgamento no colegiado as tutelas provisórias e medidas liminares concedida pela Relatora, por decisão monocrática, no prazo de 60 dias, em observância à Meta 2/2017, fixada pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ;

d) Reduzir o tempo de apreciação dos feitos com embargos de declaração, pedidos de vista, agravos legais/regimentais pendentes, procedendo ao julgamento em 60 dias;

e) Impulsionar os 10 conflitos de competência e os 6 mandados de segurança;

f) Considerar a possibilidade de realizar conciliação por matérias, instando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, diretamente ou por intermédio do Gabinete da Conciliação.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

Especialidade: Penal.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 7ª Turma e 4ª Seção.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 07/2014.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	10	0	0	0	3	13	10
Inspeção/2017	11	0	0	0	3	14	11

A força de trabalho em exercício aumentou em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	592
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	689
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	386
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	519
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	1
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

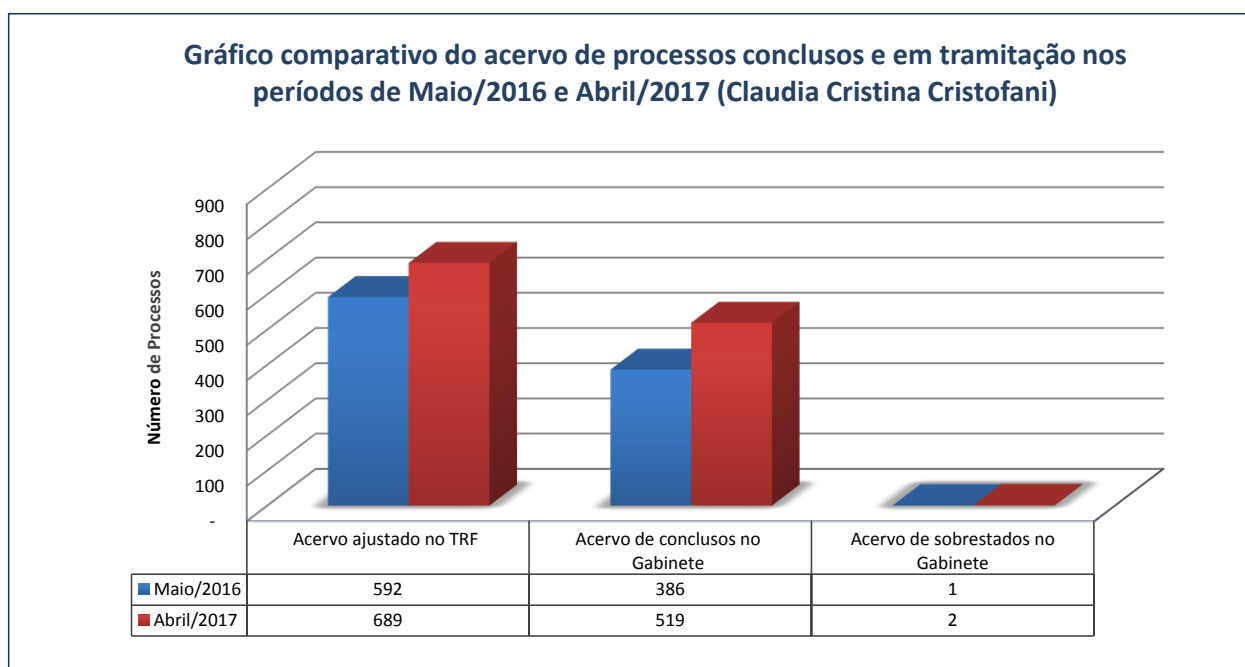
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 133 e o número de sobrestados subiu em 1 processo.

O gabinete apresentou, em abril de 2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 519 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 47,18 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 97 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	1.157
Total de Processos julgados*	1.064
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	93

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 1.157 e julgamento de 1.064 processos, resultando, assim, em aumento não significativo do acervo.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	759
Total de processos julgados em mesa	235
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	70
Total geral de processos julgados*	1.064
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	10
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	14,3%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.064 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.157; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 235 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 70 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 14,3%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	8
b. Agravo Legal/Regimental	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existiam, pendentes de julgamento em abril de 2017, 8 embargos de declaração e 1 agravo regimental.

Não há processos com pedido de tutela de urgência pendente de análise há mais de 90 dias.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - (Período Base: janeiro a Dezembro/2016)	
Casos novos criminais	1.110
Processos criminais baixados	1.051

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos criminais no ano corrente.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014) *	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril de 2017, era de 1 processo, representando 0,19% do acervo de processos conclusos na unidade.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são corretamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2016 e 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2017 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, não havia processo.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	1	-	1
2010	1	-	-
2011	1	1	1
2012	4	3	-
2013	8	3	1
2014	189	4	4
2015	238	139	4
2016	-	285	247
2017	-	-	261
Total	442	435	519

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 435; atualmente, há 519 processos. Embora não tenha havido diminuição do acervo de processos concluídos, verifica-se que a maior parte do acervo é posterior ao ano de 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

A comparação dos acervos evidencia o esforço e muito bom trabalho da unidade, pressionada pelo volume de processos de 2016 e 2017.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	24
Remetidos para voto-vista	6
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	30

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que há 24 processos do gabinete liberados para revisão, bem como 6 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 2 processos concluso para revisão. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 45 processos selecionados para inspeção, foram inspecionados 35 processos. Destes, 5 físicos e 29 eletrônicos.

Ao analisar o relatório e os sistemas de consulta, constatou-se que o *habeas corpus* 0000035-15.2017.404.0000 constou em duplicidade, com identificação de número interno, qual seja: 201704000000358. O setor de informática foi comunicado acerca da falha no sistema.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção, à exceção daqueles que já estiverem baixados.

00000216020114047010 (baixado)	00029581920144040000	50004892120154047002
00000351520174040000	00117605620084047100	50128338820154040000
50210368920144047205	503350957220154040000	

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 8 feitos criminais com réu preso, todos vinculados a feitos recursais.

201704000000358 00000351520174040000	50006201420164047017	50008801820124047119
50011388920154047000	50014482820114047003	50028746020164047016
50114164920154047001	50699432220144047100	

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito boa, não havendo acúmulo de feitos sem movimentação. Embora não se verifique a redução do acervo, verifica-se que o aumento não decorre da paralisação dos feitos, mantendo-se razoável tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos;

O fluxograma de trabalho no gabinete rege-se pela triagem dos feitos em tipos penais mais recorrentes, distribuindo-se entre servidores com maior domínio da matéria, racionalizando o serviço, aumentando a produtividade e evitando a oscilação de precedentes já produzidos.

b) classificação e separação física de processos;

Há poucos processos físicos atualmente, os quais, quando distribuídos, vão diretamente para a mesa dos servidores para confecção das minutas.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual;

Os processos são distribuídos entre os servidores conforme a matéria que mais dominam, respeitando a ordem cronológica da distribuição do feito, dando-se prioridade

a) processos com réu preso, *habeas corpus*, recursos em sentido estrito, agravos, embargos infringentes e correições parciais.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;

Dá-se preferência ao julgamento dos recursos com prioridade, como processos com réus presos, determinadas classes e crimes, bem como àqueles que se enquadram entre as metas do CNJ.

e) controle de prazo para julgamento de feitos;

A unidade trabalha com uma meta geral, cujo objetivo é julgar os recursos no prazo máximo de 6 meses após a distribuição. Atualmente, em razão de mudanças na equipe, estão sendo julgados processos com aproximadamente 11 meses da distribuição.

f) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores;

Nas reuniões mensais, colhem-se sugestões da equipe para melhorar a produtividade, aperfeiçoar a qualidade e afastar entraves.

g) planejamento e avaliação periódica de atividades;

Nas reuniões mensais, realizadas com todos os servidores é realizado um balanço, comparando-se o resultado alcançado naquele período diante da meta estipulada.

h) desempenho;

O acompanhamento do desempenho é feito mensalmente pela quantidade/complexidade das minutas de voto enviadas à Desembargadora.

i) produtividade e metas;

Cada servidor tem um acervo próprio de processos para minutar, de acordo com a matéria já designada. O objetivo é alcançar o prazo de 6 meses da distribuição. Em determinados períodos, quando a meta geral está distante, é fixado um número mínimo de votos a produzir, distribuídos pela assessoria.

j) atendimento a advogados;

Todos os advogados são recebidos pela Desembargadora a qualquer momento no gabinete. Para os advogados não residentes facultam-se o agendamento para lhes garantir o horário e dia da audiência.

k) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

Não há processos com determinações da Inspeção anterior pendentes de cumprimento ou regularização pela Unidade.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe constatou que houve aumento do número de feitos distribuídos, porém sem prejudicar a produtividade da unidade jurisdicional.

O aumento expressivo do número de feitos distribuídos a partir de 2016 não prejudicou o gerenciamento dos trabalhos e a produtividade. Há gerenciamento de trabalhos no sentido de cumprir a meta 1 do CNJ.

Sugestão da unidade: A unidade sugeriu, por ocasião da Inspeção que seja autorizada a digitalização dos processos físicos, pois eliminaria mais um tipo de controle e a necessidade de aplicação de práticas processuais diversas daquelas aplicadas aos feitos eletrônicos. Como o número é reduzido, o trabalho de digitalização seria facilmente compensado.

6) RECOMENDAÇÕES:

Em relação aos processos, recomenda-se:

6.1 Dar andamento ao processo que estava no gabinete na data da inspeção na condição de revisora e àqueles das Metas 2 e 4 do CNJ;

6.2 Julgar em 30 dias os processos pendentes de julgamento de embargos de declaração (8);

6.3 Incluir na próxima autoinspeção os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis para inspeção da Corregedoria-Geral, à exceção daqueles que já estiverem baixados;

6.4 Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

A Corregedoria-Geral recomendará à Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que adote medidas para solução da sugestão da unidade, no sentido de que ocorra a digitalização dos processos físicos, pois eliminará mais um tipo de controle e a necessidade de aplicação de práticas processuais diversas daquelas aplicadas aos feitos eletrônicos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA

Especialidade: Penal.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 7ª Turma e 4ª Seção.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 04/2010.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	11	0	0	0	1	12	11
Inspeção/2017	10	0	0	0	3	13	9

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016. Houve a redução de 1 servidor e o acréscimo de 2 estagiários. A quantidade de servidores na força de trabalho, destinada à atividade fim sofreu decréscimo de 2 servidores.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	561
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	559
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	444
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	476
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	4
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	-

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

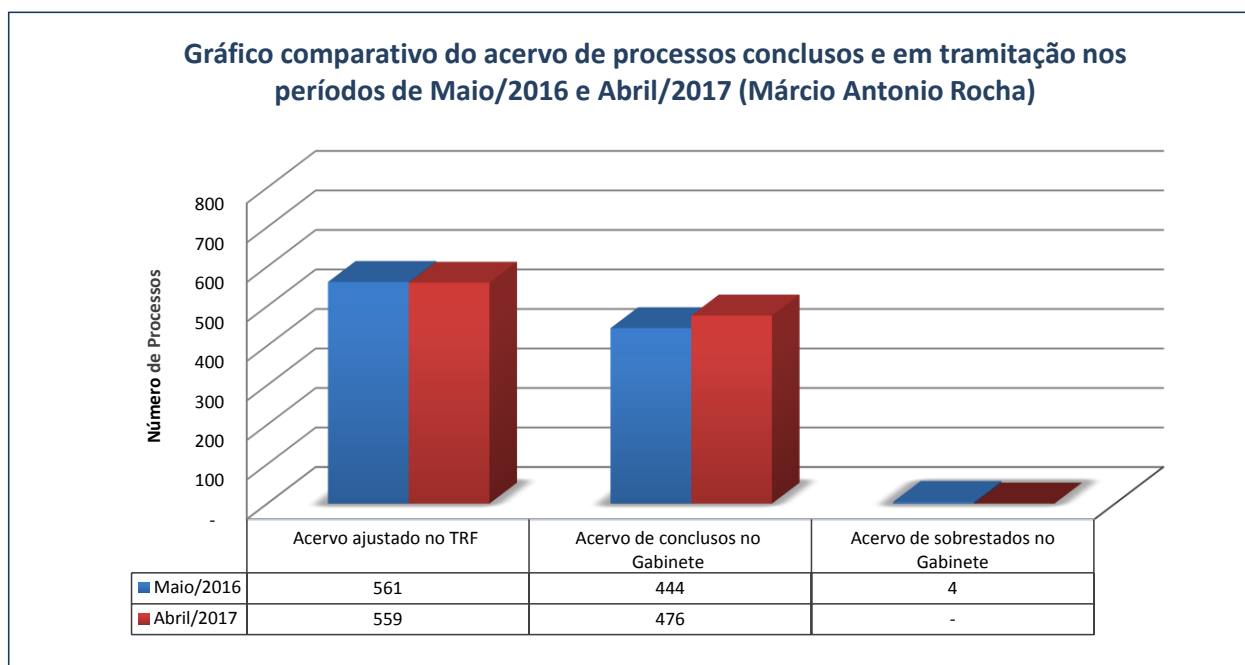
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos teve aumento de 32 e o número de sobrestados reduziu em 4, não havendo mais processos suspensos.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 476 conclusos, que, quando cotejado ao número de servidores em atividade, resulta em 52,88 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 2 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	1.161
Total de Processos julgados*	1.177
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	-16

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 1.161 e julgamento de 1.177 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro positivo e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	814
Total de processos julgados em mesa	274
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	89
Total geral de processos julgados*	1.177
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	12
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	13,5%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.177 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.161; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 274 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 89 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 13,5%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	12
b. Agravo Legal/Regimental	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 12 embargos de declaração e nenhum agravo legal/regimental.

Existe 1 processo com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - (Período Base: janeiro a Dezembro/2016)	
Casos novos criminais	1.102
Processos criminais baixados	1.125

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos criminais no ano corrente.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014) *	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 1 processo, representando 0,21% do acervo de processos conclusos na unidade (476).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são corretamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente nos anos de 2016 e 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2017 do CNJ, há um processo distribuído até 31/12/2014, e apurado em abril/2017.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	1	-	-
2009	-	1	-
2010	-	-	-
2011	2	2	-
2012	8	2	1
2013	10	9	1
2014	153	19	4
2015	231	167	30
2016	-	230	158
2017	-	-	282
Total	405	430	476

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2015 era de 405; atualmente, há 476. Embora não tenha havido diminuição dos feitos concluídos, verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

A comparação dos acervos evidencia o esforço e muito bom trabalho da unidade, pressionada pelo volume de processos de 2016 e 2017.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	3
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão ou que aguardam declaração de voto. Há 3 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	57
Recebidos para voto-vista	9
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	66

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 57 processos conclusos para revisão, 9 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há 17 feitos sem movimentação há mais de 30 dias, conforme lista abaixo:

Conclusos para revisão há mais de 30 dias:

5007296-92.2013.404.7207	5046134-37.2013.404.7100	5005941-73.2015.404.7208
5002067-34.2011.404.7010	0000243-60.2009.404.7216	0000740-73.2010.404.7108
5035229-36.2014.404.7100	5004815-86.2013.404.7004	5002292-02.2016.404.7100
5005685-38.2016.404.7001	5010541-21.2011.404.7001	5010960-04.2012.404.7002

Conclusos para voto-vista há mais de 30 dias

5032255-15.2016.4.04.0000	5046401-18.2013.4.04.7000	5004164-32.2014.4.04.7000
5001138-89.2015.4.04.7000	5037624-24.2015.4.04.0000	

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 41 processos selecionados para inspeção, 39 foram inspecionados. Destes, 8 físicos e 31 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram analisados com base no respectivo extrato processual.

Os processos a seguir identificados deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção:

0000206-77.2006.404.7106
5007459-23.2017.4.04.0000

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também verificou-se, na amostragem, a existência de 9 feitos criminais com réus presos, quais sejam:

50228053520144047108	50152952520154047208	50264479420154047200
50177958820154047200	50001337120164047008	50094712420154047002
50023906320164047010	50699752720144047100	50025084220164047009

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

1) O julgamento, em 30 dias, dos processos pendentes de julgamento de embargos de declaração e do processo com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levado para exame do colegiado.

2) Dar andamento aos processos conclusos para revisão e para voto-vista, conforme lista abaixo:

Conclusos para revisão há mais de 30 dias:

5007296-92.2013.404.7207	5046134-37.2013.404.7100	5005941-73.2015.404.7208
5002067-34.2011.404.7010	0000243-60.2009.404.7216	0000740-73.2010.404.7108
5035229-36.2014.404.7100	5004815-86.2013.404.7004	5002292-02.2016.404.7100
5005685-38.2016.404.7001	5010541-21.2011.404.7001	5010960-04.2012.404.7002

Conclusos para voto-vista há mais de 30 dias

5032255-15.2016.4.04.0000	5046401-18.2013.4.04.7000	5004164-32.2014.4.04.7000
5001138-89.2015.4.04.7000	5037624-24.2015.4.04.0000	

3) Incluir na próxima autoinspeção os processos abaixo:

0000206-77.2006.404.7106
5007459-23.2017.4.04.0000

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é de muito boa administração.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos;

Verificou-se, a partir do Questionário de Inspeção do CJF e da entrevista com a equipe do gabinete, que os processos são separados por matérias, separando-se as urgências e encaminhando-se diretamente aos servidores responsáveis. As movimentações são registradas nos sistemas pertinentes, de modo a manter o controle de tramitação.

b) classificação e separação física de processos;

As atividades são planejadas conforme prioridades legais e metas, dando-se prioridade a *habeas corpus*, réus presos e outras urgências.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual;

O controle de produtividade é quantitativo, visando a redução do acervo, e qualitativo, buscando a melhoria na qualidade da jurisdição prestada, cuidando-se especialmente de cumprir as metas do CNJ, além dos processos mais antigos e com réu preso.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;

Os processos com prioridade legal ou Meta têm tratamento específico, sendo separados, identificados e encaminhados aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas.

e) produtividade e metas;

Há metas individuais de produtividade para cada servidor, definida e avaliada conforme quantidade e complexidade de processos atribuídos, haja vista o reconhecimento de que cada processo exige trabalho específico.

f) atendimento a advogados;

O Desembargador atende aos advogados em gabinete, no horário de expediente. Os servidores prestam o atendimento aos advogados e às partes, inclusive prestando por telefone as informações cabíveis. A consulta aos autos é feita em antessala com acomodação própria, observadas as regras legais de acesso.

g) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

Não há processos com determinações da Inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização pela unidade.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe constatou que houve aumento do número de feitos distribuídos, porém sem prejudicar a produtividade da unidade jurisdicional.

O aumento expressivo do número de feitos distribuídos a partir de 2016 não prejudicou o gerenciamento dos trabalhos e a produtividade. Há gerenciamento de trabalhos no sentido de cumprir a meta 1 do CNJ.

6) RECOMENDAÇÕES:

Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ

Especialidade: Penal.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 7ª Turma e 4ª Seção.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 12/2013.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	11	0	0	0	3	14	11
Inspeção/2017	10	0	0	0	2	12	10

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	331
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	435
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	236
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	260
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	3
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

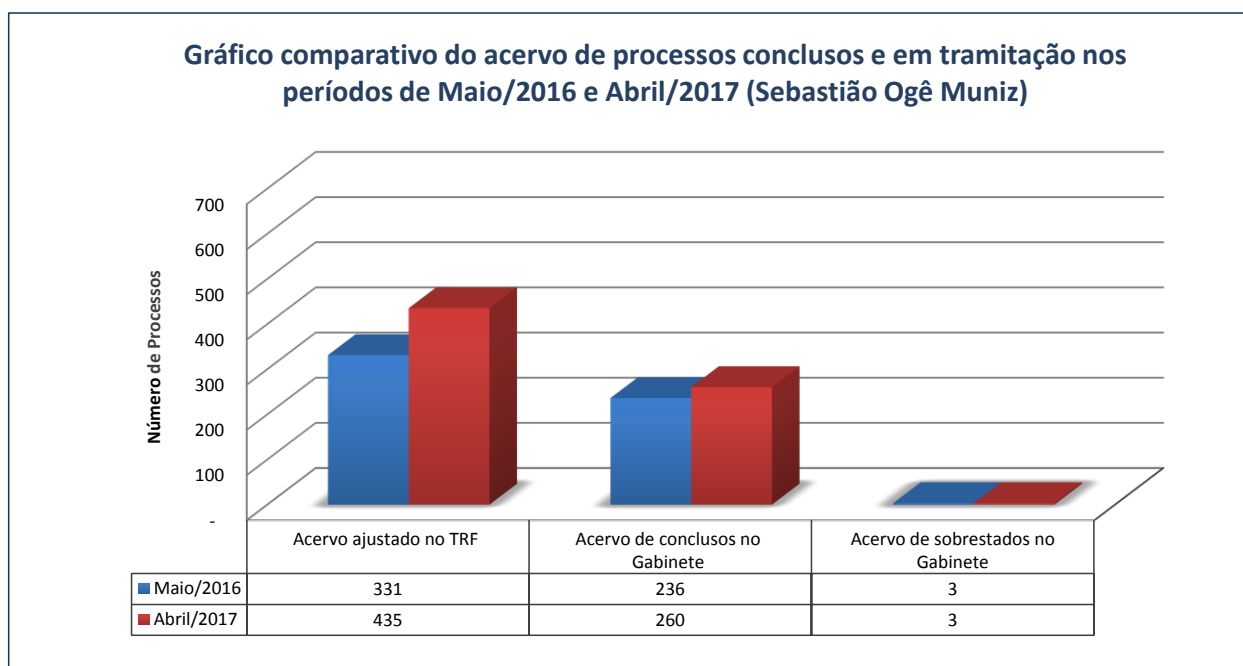
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 24 e o número de sobrestados manteve-se em 3.

Importante destacar, no tocante aos processos sobrestados, que não decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ. Os sobrestamentos foram determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 260 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 26 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 104 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	1.179
Total de Processos julgados*	1.056
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	123

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 1.179 e julgamento de 1.056 processos, resultando, assim, em aumento não significativo do acervo.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	731
Total de processos julgados em mesa	268
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	57
Total geral de processos julgados*	1.056
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	3
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	5,3%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.056 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.179; ou seja, o número de julgados não superou por pouco o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 268 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 57 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 5,3%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	9
b. Agravo Legal/Regimental	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 9 embargos de declaração e nenhum agravo legal/regimental.

Segundo informações prestadas pelo gabinete durante a semana de inspeção, não existem processos com tutela provisória concedida pelo relator, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - (Período Base: janeiro a Dezembro/2016)	
Casos novos criminais	1.127
Processos criminais baixados	1.012

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos criminais no ano corrente.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014) *	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de somente 1 processo, representando 0,38% do acervo de processos conclusos na unidade (260).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são corretamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano 2017, portanto com menos de um ano de tramitação no Tribunal.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	1	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	2	-	-
2012	5	3	-
2013	7	2	1
2014	25	10	4
2015	97	52	3
2016	-	176	91
2017	-	-	161
Total	137	243	260

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em 2016 era de 243; e atualmente há 260. Embora não tenha havido diminuição dos feitos concluídos, verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2016 e 2017.

A comparação dos acervos evidencia o esforço e muito bom trabalho da unidade, pressionada pelo volume de processos de 2016 e 2017.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	58
Remetidos para voto-vista	4
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	62

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que há 58 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor até abril/2017, bem como 4 feitos que aguardam voto-vista e nenhum aguardando declaração de voto. Neste universo há 28 processos que aguardam providências há mais de 30 dias, remetidos para revisão. São eles:

5005941-73.2015.4.04.7208	5012850-43.2015.4.04.7205	5013280-19.2015.4.04.7003
5002067-34.2011.4.04.7010	5008404-49.2014.4.04.7102	5000225-42.2013.4.04.7206
50352293-6.2014.4.04.7100	5030930-79.2015.4.04.7100	5006110-27.2014.4.04.7004
5004815-86.2013.4.04.7004	5002257-52.2010.4.04.7100	5004733-61.2013.4.04.7002
5002292-02.2016.4.04.7100	5002179-77.2014.4.04.7210	5012313-79.2012.4.04.7002
5005685-38.2016.4.04.7001	5000957-23.2013.4.04.7206	5004676-13.2013.4.04.7206
5010541-21.2011.4.04.7001	5012991-23.2014.4.04.7003	0000243-60.2009.4.04.7216
5010960-04.2012.4.04.7002	5030603-62.2014.4.04.7200	0000740-73.2010.4.04.7108
5000862-25.2015.4.04.7011	5009698-59.2016.4.04.7202	
5004343-87.2015.4.04.7110	5000473-61.2011.4.04.7114	

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	25
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	27

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 25 processos conclusos para revisão e 2 para voto-vista.

Segundo informações colhidas com o gabinete, não há pendências na unidade quanto a feitos de outros relatores. O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 25 processos selecionados para inspeção, 24 foram inspecionados. Destes, 4 físicos e 20 eletrônicos.

O processo físico n. 0000872-07.2016.4.04.0000 não foi inspecionado por não estar na unidade. Trata-se de IPL distribuído em 31/08/2016 e baixado definitivamente em 11/05/2017.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Os processos nessa situação estavam com tramitação regular, não havendo necessidade de serem incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. São eles:

0000867-82.2016.4.04.0000	Trata-se de questão incidental decorrente da fase investigativa em que se discute apenas a destinação de armas de fogo acauteladas, com previsão de resolução após o retorno dos autos do MPF. Processo em ordem.
0001054-90.2016.4.04.0000	Ordenada a inclusão em pauta para a sessão de 30/05/2017
0000584-59.2016.4.04.0000	Ordenada a inclusão em pauta para a sessão de 01/06/2017

Dentre os processos eletrônicos, 6 eram inquéritos policiais que tramitavam diretamente entre o MPF e a PF, sem qualquer provimento jurisdicional.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito boa.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos:

Existe um servidor com a atribuição específica de triagem e movimentação de processos.

b) classificação e separação física de processos:

O gabinete conta com poucos processos físicos pendentes de elaboração de minutas. Todos eles estão localizados nas mesas dos servidores responsáveis pela

análise. A localização, movimentação e distribuição do acervo fica centralizada, via de regra, com a chefia de gabinete, desde a chegada do processo na unidade até a sua saída para alguma providência.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual:

Os servidores com características de trabalho dotadas de maior detalhamento são responsáveis pelos processos mais complexos. Os servidores com maior agilidade são responsáveis por crimes cujo número de processos é maior. Os processos urgentes são concentrados em uma só pessoa.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

Os processos de alguma meta eleita pelo CNJ são identificados como tal, com lembretes (processo eletrônico) ou etiquetas (processo físicos), deixando clara a sua prioridade.

e) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

Os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa são priorizados.

f) controle de prazo para julgamento de feitos:

O controle é feito através de estatísticas diárias e mensais fornecidas pelo sistema G4 do Tribunal e pelo próprio sistema e-proc, especialmente no que diz respeito aos réus presos e processos mais antigos em tramitação. Também é feito controle próprio da prescrição.

g) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

O planejamento das atividades é realizado em conjunto e envolve a assessoria, a chefia do gabinete e o Desembargador Federal, considerando a distribuição (processos novos) e o acervo (remanescentes). Atualmente, a meta é zerar os processos conclusos ao Desembargador Federal.

h) planejamento e avaliação periódica de atividades;

Semanalmente a listagem dos processos atribuídos à unidade é verificada, com o objetivo de acompanhar se os processos julgados estão superando os distribuídos.

i) desempenho:

A chefia do gabinete verifica a antiguidade do processo no localizador do servidor semanalmente. Considerando o grau de dificuldade do processo e o número de feitos que lhe são atribuídos, o servidor poderá ajudar outro colega ou ser ajudado por alguém.

j) produtividade e metas:

A meta é zerar os processos conclusos ao Desembargador Federal. Quando há algum tipo de acúmulo e meta a cumprir, realiza-se força tarefa entre os servidores e o Desembargador para que os processos sejam levados a julgamento.

k) atendimento a advogados:

O atendimento é feito por telefone e pessoalmente, com ou sem horário marcado.

l) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

Todas as recomendações formuladas à unidade em inspeções anteriores foram devidamente cumpridas.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe constatou que houve aumento do número de feitos distribuídos, porém sem prejudicar a produtividade da unidade jurisdicional.

O aumento expressivo do número de feitos distribuídos a partir de 2016 não prejudicou o gerenciamento dos trabalhos e a produtividade. Há gerenciamento de trabalhos no sentido de cumprir a meta 1 do CNJ.

6) RECOMENDAÇÕES:

Em relação aos processos, recomenda-se:

6.1 Dar andamento ao processo da Meta 2 CNJ;

6.2 Julgar em 30 dias os processos pendentes de julgamento de embargos de declaração (9) e pendentes de voto-vista (2);

6.3 Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

Especialidade: Penal.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 8ª Turma e 4ª Seção

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 21 de junho de 2013

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	10				3	13	10
Inspeção/2017	11	-	-	-	2	13	11

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016, contando, atualmente, com 1 servidor a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	397
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	516
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	226
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	251
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	6
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

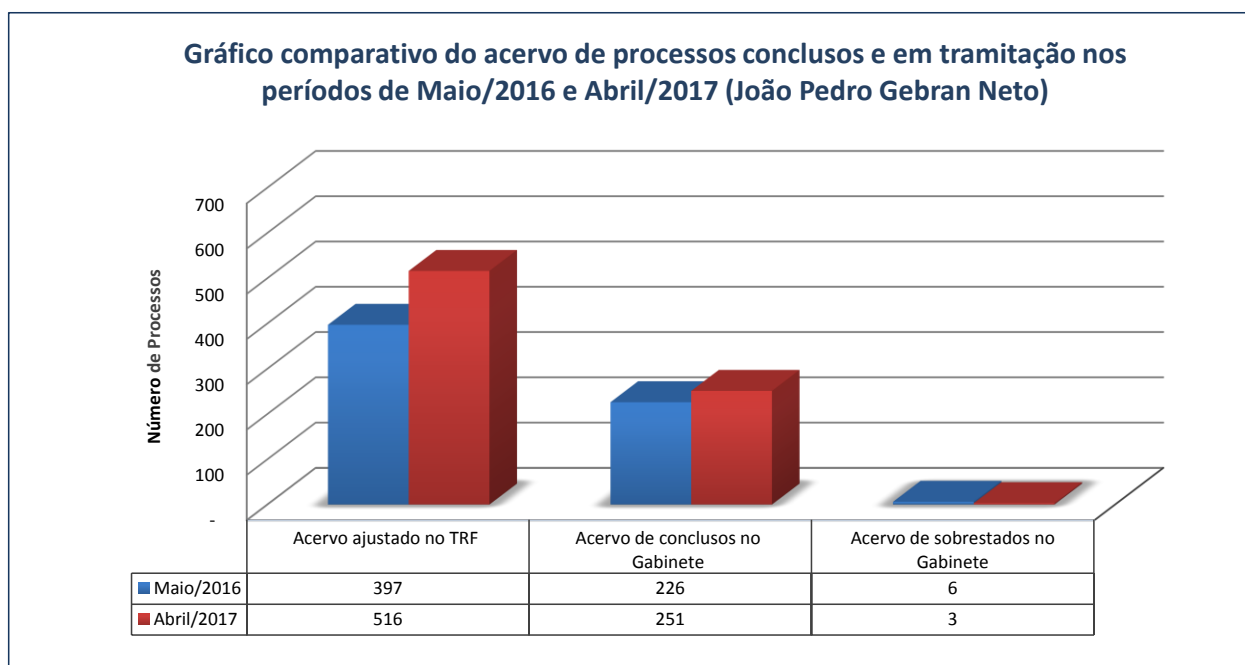
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 25 processos e o número de sobrestados reduziu em 3 processos.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 251 processos no acervo, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 22,81 processos por servidor.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 119 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	1.182
Total de Processos julgados*	1.033
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	149

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 1.182 e julgamento de 1.033 processos, resultando, assim, em aumento não significativo do acervo, pois verifica-se um aumento expressivo do número de feitos distribuídos no tribunal a partir de 2016, em decorrência de investigações que resultam em operações deflagradas pela Polícia Federal. Não obstante o aumento do número de feitos distribuídos, verifica-se o correto gerenciamento dos trabalhos no sentido de cumprir a meta 1 do CNJ.

O saldo residual é pequeno e não significa dado negativo, haja vista a complexidade das matérias e dos processos, especialmente aqueles decorrentes da operação “Lava Jato”, da qual resultaram vários processos de conhecimento, incidentes processuais e *habeas corpus*.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	717
Total de processos julgados em mesa	200
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	116
Total geral de processos julgados*	1.033
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	30
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	25,9%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.033 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.182; ou seja, o número de julgados não superou por pouco o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 200 processos em mesa.

Nos últimos doze meses foram proferidas 116 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 25,9%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	11
b. Agravo Legal/Regimental	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 11 embargos de declaração e 1 agravo legal/regimental.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - (Período Base: janeiro a Dezembro/2016)	
Casos novos criminais	1.137
Processos criminais baixados	1.019

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos criminais no ano corrente.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014) *	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, não há feitos distribuídos até 31/12/2013 conclusos na unidade, apurado em abril de 2017.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são rigorosamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos principalmente nos anos de 2016 e 2017, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2015 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril de 2017, não há processo.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	1	-	-
2010	1	-	-
2011	1	-	-
2012	4	1	-
2013	50	2	-
2014	89	15	-
2015	136	46	13
2016	-	137	91
2017	-	-	147
Total	282	201	251

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os processos antigos quanto os mais recentes estão sendo devida e diligentemente julgados. A comparação dos acervos de processos concluídos em abril/2016 e abril/2017 evidencia o esforço e muito bom trabalho da unidade, pressionada pelo volume de processos de 2016 e 2017.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	116
Remetidos para voto-vista	6
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	122

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que há 116 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 6 feitos que aguardam voto-vista. Não há processos aguardando declaração de voto.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	15
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	17

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 15 processos conclusos para revisão e 2 para voto-vista. Não há pendências para declaração de voto. Nestas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

A situação da Oitava Turma do TRF4, encarregada dos processos da denominada “Lava Jato”, justifica eventuais alongamentos nos prazos de revisão e elaboração de votos-vista e embargos de declaração, haja vista a complexidade fática e jurídica dos processos que são acompanhados por atores processuais extremamente qualificados e combativos.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 40 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 2 físicos e 38 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Verificou-se a existência, no acervo do gabinete, de 55 feitos criminais com réus presos, dos quais 25 estão vinculados a processos originários e 30 a recursais. Constatou-se durante a inspeção que é dado andamento prioritário aos processos com réus presos.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a serem feitas pela Corregedoria-Geral, haja vista a regularidade dos trabalhos.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é de muito boa administração, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos;

Há triagem de processos. O acervo é separado por matéria e o servidor designado controla o seu acervo com a fiscalização do grupo de assessoria. A triagem identifica também as prioridades: *habeas corpus*, recursos criminais em sentido estrito, processo com réu preso, antiguidade, processos da 4ª Seção, embargos de declaração, ou processos com prescrição próxima.

b) classificação e separação física de processos;

Os processos físicos ficam acomodados em armários com sistema de localização, conforme a matéria e o respectivo servidor responsável.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual;

Um servidor é encarregado da movimentação processual, os demais atuam na análise de processos e elaboração de minutas, auxiliando o Desembargador na revisão de pauta da Turma, Seção e Plenário. As orientações de voto são feitas diretamente pelo Desembargador ao servidor.

d) controle de prazo para julgamento de feitos;

O controle de prazos e a inclusão em pauta dá-se da seguinte maneira: nos processos cuja sentença absolveu sumariamente, em feitos em que o crime prevê pena de detenção, agravo em execução penal e recurso em sentido estrito são remetidos à

secretaria para inclusão em pauta. Os feitos que necessitam de revisão são incluídos em pauta pelo revisor.

e) fixação das metas de trabalho, planejamento e avaliação periódica de atividades;

As metas internas são estabelecidas e depois discutidas entre os servidores, sendo constantemente revisadas pelo grupo de assessoria, a fim de corrigir ou prevenir problemas.

f) produtividade e metas;

Dada a diferença de complexidade entre as diversas matérias tratadas em direito penal, optou-se pela fixação de uma meta coletiva de produtividade.

g) atendimento a advogados;

O atendimento aos advogados e partes é feito pelo Desembargador e pelo grupo de assessoria. Na eventual ausência do Desembargador, a assessoria recebe os solicitantes.

h) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

Não há pendências relacionadas à Inspeção anterior.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe constatou que houve aumento do número de feitos distribuídos, porém sem prejudicar a produtividade da unidade jurisdicional.

O aumento expressivo do número de feitos distribuídos a partir de 2016 não prejudicou o gerenciamento dos trabalhos e a produtividade. Há gerenciamento de trabalhos no sentido de cumprir a meta 1 do CNJ.

Considerações da própria Unidade: A unidade sugere a implementação de rotinas mais adequadas para o controle de processos e suas movimentações, havendo justificado que o processo eletrônico não permite que o acórdão seja remetido para a secretaria publicar quando existe algum voto não assinado, o que gera a dependência de atuação de outros gabinetes.

6) RECOMENDAÇÕES:

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

6.1 Dar andamento aos processos conclusos para revisão e para voto-vista na data da inspeção (15 processos conclusos para revisão e 2 para voto-vista);

6.2 Julgar em 30 dias os processos pendentes de julgamento de embargos de declaração (11) e agravo legal/regimental (1);

6.3 Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

Recomenda a Corregedoria-Geral, ainda, que seja oficiado à Presidência do Tribunal com a sugestão de natureza técnica em relação ao processo eletrônico que consta do item 5.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS

Especialidade: Penal.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 8ª Turma e 4ª Seção

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 09/2009

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	11	0	0	0	4	15	11
Inspeção/2017	8	0	0	0	4	12	7

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro/2016. Houve redução de 3 servidores e 4 na área fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	699
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	1.106
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	444
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	469
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	20
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

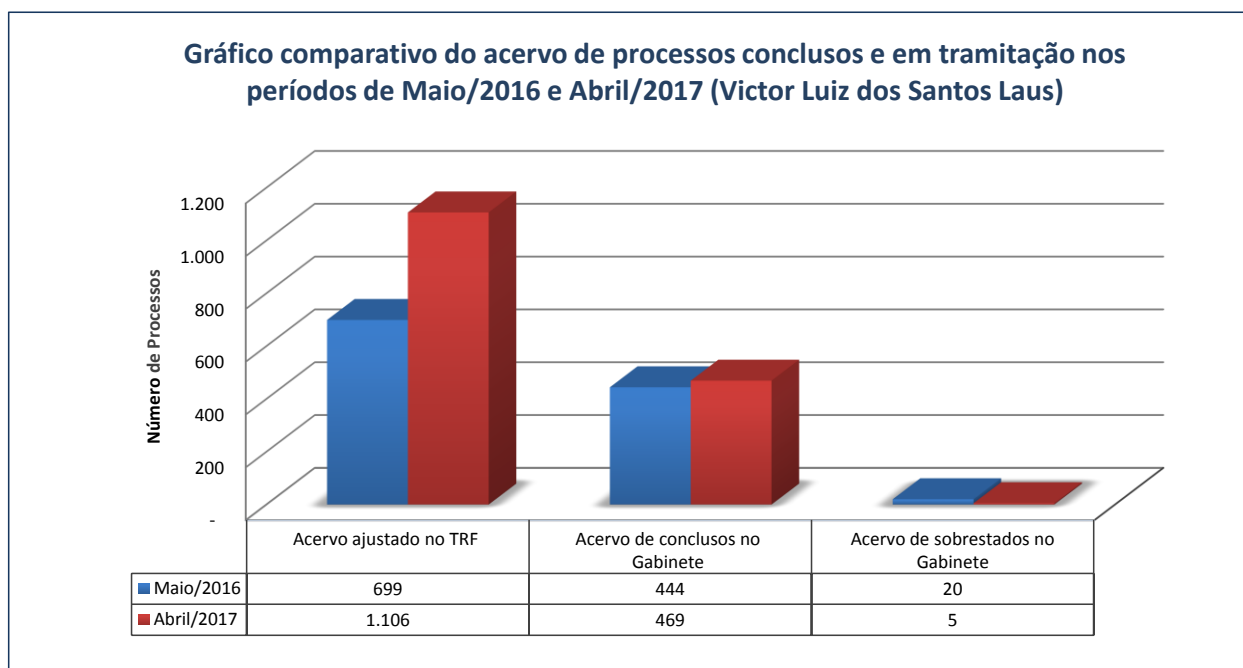
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 25 e o número de sobrestados reduziu em 15.

Importante destacar, no tocante aos processos sobrestados, que não decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ. Os sobrestamentos foram determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 469 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 67 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 407 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	1.150
Total de Processos julgados*	1.170
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	-20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 1.150 e julgamento de 1.170 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece positivo registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual, considerando, principalmente, que houve redução da força de trabalho no período.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	796
Total de processos julgados em mesa	143
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	231
Total geral de processos julgados*	1.170
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	35
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	15,2%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.170 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.150; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 143 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 231 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 15,2%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	14
b. Agravo Legal/Regimental	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 14 embargos de declaração e nenhum agravo legal/regimental.

Segundo informações prestadas pelo gabinete, não existem processos com tutela provisória concedida pelo relator, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	3
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - (Período Base: janeiro a Dezembro/2016)	
Casos novos criminais	1.099
Processos criminais baixados	784

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos criminais no ano corrente.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014) *	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 5 processos, representando 1,07% do acervo de processos conclusos na unidade (469).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são corretamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano 2017, portanto, com menos de um ano de tramitação no Tribunal.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	1
2008	-	-	-
2009	3	-	1
2010	3	-	-
2011	5	-	-
2012	22	-	1
2013	111	13	4
2014	224	74	20
2015	188	153	49
2016	-	200	180
2017	-	-	213
Total	556	440	469

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 440; atualmente, há 469. Embora não tenha havido diminuição dos feitos concluídos, verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

A comparação dos acervos evidencia o esforço e ótimo trabalho da unidade, pressionada pelo volume de processos de 2016 e 2017.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	14
Remetidos para voto-vista	7
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que há 14 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 7 feitos que aguardam voto-vista e nenhum aguardando declaração de voto.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	20
Recebidos para voto-vista	10
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	30

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 20 processos conclusos para revisão, 10 para voto-vista e nenhum para declaração de voto.

A situação da Oitava Turma do TRF4, encarregada dos processos da denominada “Lava Jato”, justifica eventuais alongamentos nos prazos de revisão e elaboração de votos-vista e embargos de declaração, haja vista a complexidade fática e jurídica dos processos que são acompanhados por atores processuais extremamente qualificados e combativos.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 50 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 10 físicos e 40 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Os processos nessa situação estavam com tramitação regular, não havendo

necessidade de serem incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 11 feitos criminais com réu preso.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é de muito boa administração.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos:

Os processos, após a triagem inicial e saneamento, já com o parecer ministerial, são recebidos pelos estagiários e distribuídos sob a orientação da chefia, passando por nova triagem minuciosa de servidor especializado e inserção em tabelas de controle prescricional e identificação de prioridades.

b) classificação e separação física de processos:

Os processos físicos recebem localizadores próprios nos armários, com separação por prioridades.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual:

O gabinete organiza-se pela divisão bem definida de tarefas entre as chefias (assessoria, chefia de gabinete e assessoria-adjunta). Há auxílio mútuo, sempre que necessário, com especialização dos servidores e estagiários por matéria.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

É feito controle dos processos com prioridade legal ou meta do CNJ, com inserção dos dados em planilha por crimes e também em planilhas específicas de metas, as quais

são monitoradas diretamente pela chefia, com controle da distribuição do trabalho por preferência dentre as prioridades.

e) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

Os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa são priorizados.

f) controle de prazo para julgamento de feitos:

A chefia de gabinete monitora o acervo dos processos atribuídos a cada servidor e estagiário por meio de planilhas de controle interno. Conforme os servidores e estagiários entregam as minutas prontas para a correção pela assessoria, a planilha é devidamente atualizada.

g) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

O gabinete trabalha apenas com metas do conjunto, estimulando o espírito de equipe, com a ideia de auxílio ao(s) colega(s) momentaneamente sobrecarregado(s), considerando a dinâmica do acervo, ou mesmo visando maior responsabilização do grupo pelo saneamento e bom andamento das atividades.

h) planejamento e avaliação periódica de atividades:

Mensalmente são reavaliados pelas chefias os pontos positivos e negativos do período, com retorno aos servidores e estagiários, tomando-se medidas de saneamento com o intuito de otimizar o desempenho da equipe e a distribuição do trabalho.

i) produtividade e metas:

Em momentos de maior necessidade de controle e saneamento do acervo, há fixação de metas de produtividade ao grupo.

j) gestão de pessoal e recursos materiais:

A gestão de pessoas é feita pela chefia de gabinete, com a soma das abordagens da assessoria no âmbito de suas atividades, de modo a distribuir as atividades conforme o perfil, conhecimento técnico e interesse de cada membro da equipe.

k) atendimento a advogados:

O atendimento das partes e advogados em gabinete é feito pela chefia sem prévio agendamento ou, na ausência, pela assessoria ou assessoria-adjunta, e pelo Desembargador Federal, preferencialmente, com agendamento prévio.

l) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

Todas as recomendações formuladas à unidade em inspeções anteriores foram devidamente cumpridas.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe constatou que houve aumento do número de feitos distribuídos, porém sem prejudicar a produtividade da unidade jurisdicional.

O aumento expressivo do número de feitos distribuídos a partir de 2016 não prejudicou o gerenciamento dos trabalhos e a produtividade. Há gerenciamento de trabalhos no sentido de cumprir a meta 1 do CNJ.

Uma das principais dificuldades apontadas pela unidade é a lotação de apenas onze servidores, muito aquém do que o gabinete considera necessário diante da complexidade da matéria criminal. Além disso, o gabinete sofre com problemas de lotação que comprometem o ritmo de trabalho e sobrecarregam os servidores em chefia.

A Corregedoria-Geral oficiará à Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região com a sugestão de que dê atenção especial e realize estudos referentes às solicitações dos Desembargadores que compõem as Turmas com competência criminal no que diz respeito a melhor estruturação de pessoal, notadamente em relação ao gabinete do Desembargador VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, no qual há “claro” de servidores.

6) RECOMENDAÇÕES:

Em relação aos processos, recomenda-se:

6.1 Dar andamento aos processos da Meta 2 CNJ e àqueles conclusos para revisão e para voto-vista na data da inspeção (20 processos conclusos para revisão e 10 para voto-vista);

6.2 Julgar em 30 dias os processos pendentes de julgamento de embargos de declaração (14);

6.3 Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LEANDRO PAULSEN

Especialidade: Penal.

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 8ª Turma e 4ª Seção

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 06/2013

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	11	0	0	0	3	14	11
Inspeção/2017	11	0	0	0	3	14	11

A força de trabalho em exercício não sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro de 2016.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	718
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	757
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	664
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	573
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	8
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

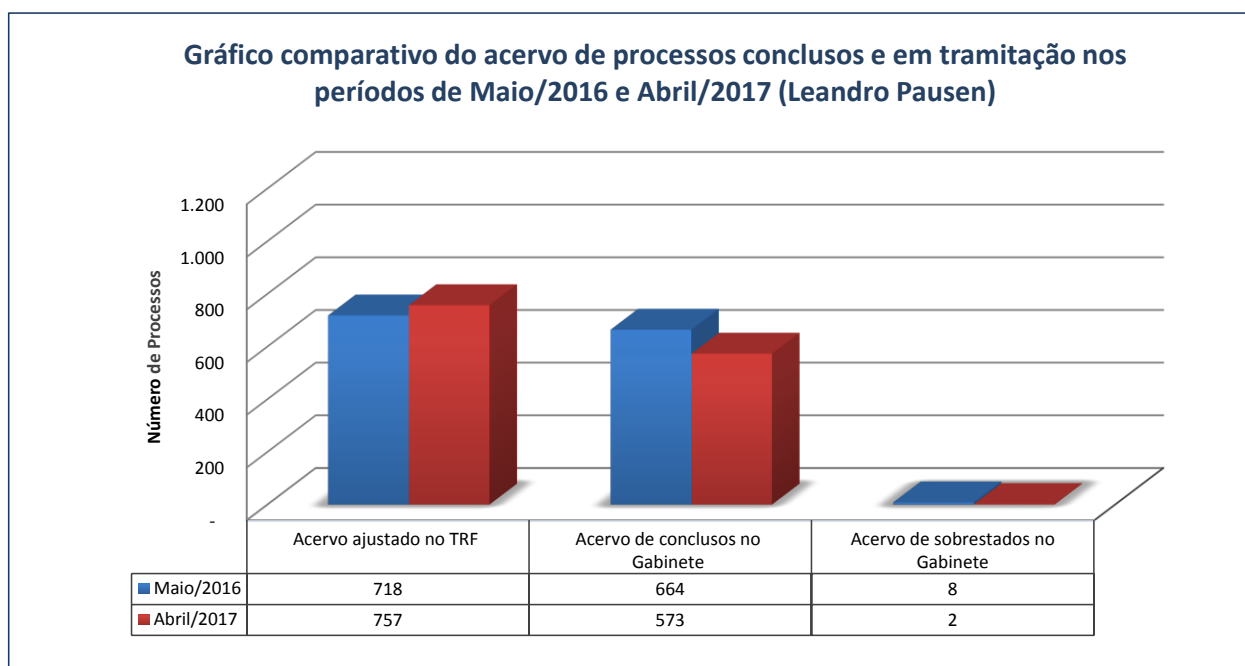
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 91 e o número de sobrestados reduziu em 6.

Importante destacar, no tocante aos processos sobrestados, que não decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ. Os sobrestamentos foram determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 573 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 52,09 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 39 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	1.149
Total de Processos julgados*	1.128
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 1.149 e julgamento de 1.128 processos, resultando, assim, em pequeno aumento do acervo, sem que signifique dado negativo.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017) *	
Total de processos julgados por pauta	807
Total de processos julgados em mesa	229
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	92
Total geral de processos julgados*	1.128
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	14
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	15,2%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.128 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.149; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 229 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 92 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 15,2%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	12
b. Agravo Legal/Regimental	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 12 embargos de declaração e nenhum agravo legal/regimental.

Segundo informações prestadas pelo gabinete durante a semana de inspeção, não existem processos com tutela provisória concedida pelo relator, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - (Período Base: janeiro a Dezembro/2016)	
Casos novos criminais	1.089
Processos criminais baixados	1.083

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos criminais no ano corrente.

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014) *	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ não havia processos.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 1 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano 2017, portanto, com menos de um ano de tramitação no Tribunal.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	1	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	1	-
2010	-	-	-
2011	-	-	-
2012	3	-	-
2013	99	6	-
2014	251	15	4
2015	240	275	14
2016	-	313	204
2017	-	-	351
Total	594	610	573

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 610; atualmente, há 573. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2017, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado positivo.

A comparação dos acervos evidencia o esforço e muito bom trabalho da unidade, pressionada pelo volume de processos de 2016 e 2017.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	24
Remetidos para voto-vista	5
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	29

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que há 24 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 5 feitos que aguardam voto-vista e nenhum aguardando declaração de voto. Neste universo há 3 processos que aguardam providências há mais de 30 dias, abaixo identificados:

0000912-64.2009.404.7103	Remetido para revisão
5010166-97.2014.4.04.7200	Remetido para voto-vista
5007373-54.2015.4.04.7200	Remetido para voto-vista

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	118
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	124

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 118 processos conclusos para revisão, 6 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há 63 que aguardam providências há mais de 30 dias, recebido para revisão. São eles:

5001801-03.2013.4.04.7002	5005601-53.2015.4.04.7201*	5003127-58.2014.4.04.7003*
5006310-05.2012.40.4.7101	5012256-58.2012.4.04.7003*	5000148-74.2015.4.04.7202*
5001075-97.2011.4.04.7002*	5002102-34.2010.4.04.7105*	5000148-80.2015.4.04.7103*
5001551-35.2016.4.04.7205*	5002986-63.2015.4.04.7210*	5000648-27.2016.4.04.7002*
5002992-78.2016.4.04.7002*	5006814-90.2012.4.04.7010*	5001175-52.2016.4.04.7010*
5000838-78.2016.4.04.7005*	5007231-04.2016.4.04.7204*	5001920-16.2013.4.04.7017*
5001171-96.2013.4.04.7017*	5013065-62.2014.4.04.7202*	5002066-10.2010.4.04.7002*
5005149-49.2015.4.04.7005*	5013408-42.2015.4.04.7002*	5003549-41.2016.4.04.7107*
5011589-70.2015.4.04.7002*	5004506-79.2015.4.04.7009*	5003643-71.2011.4.04.7007*
5000234-18.2010.4.04.7203*	5005113-79.2016.4.04.7002*	5003794-73.2016.4.04.7003*
5000481-73.2017.4.04.7002*	5043564-87.2013.4.04.7000*	5004562-30.2015.4.04.7004*
5000786-82.2016.4.04.7005*	0011115-22.2008.4.04.7200	5008271-79.2015.4.04.7002*
5000826-63.2013.4.04.7007*	2006.70.11.002053-8	5008594-29.2016.4.04.7009*
5005508-75.2015.4.04.7206*	5000246-07.2016.4.04.7111*	5009491-28.2014.4.04.7009*
5006873-22.2014.4.04.7200*	5000386-24.2014.4.04.7010*	5011524-75.2015.4.04.7002*
5008507-03.2016.4.04.7000*	5000708-92.2015.4.04.7209*	5012186-40.2014.4.04.7110*
5012752-22.2014.4.04.7002*	5003478-09.2016.4.04.7117*	5032680-44.2014.4.04.7200*
5044566-24.2015.4.04.7000*	5004909-69.2015.4.04.7002*	5078459-40.2014.4.04.7000*
5006803-47.2015.4.04.7110	5007069-33.2016.4.04.7002*	5002943-65.2011.4.04.7211*
5000278-26.2013.4.04.7205*	0008443-26.2008.4.04.7108	5058439-19.2014.4.04.7100*
5001013-48.2011.4.04.7005*	5001079-19.2011.4.04.7202*	5010670-47.2016.4.04.7002**

*Processos com pedido de dia pelo revisor.

**Segundo informações do gabinete, será levado em mesa na sessão de 06/06/17.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 51 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 6 físicos e 45 eletrônicos.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Os processos nessa situação estavam com tramitação regular, não havendo necessidade de serem incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. São eles:

0000864-30.2016.4.04.0000	Julgado na sessão de 20/04/2017
0001796-73.2007.4.04.7100	Despacho proferido em 29/05/2017 determinando a cisão do feito
0002371-09.2006.4.04.7006	Ordenada a inclusão em pauta para a sessão de 14/06/2017
0004885-34.2008.4.04.7112	Ordenada a inclusão em pauta para a sessão de 14/06/2017
0036702-89.2007.4.04.7100	Ordenada a inclusão em pauta para a sessão de 14/06/2017
1996.70.00.012727-6	Acórdão publicado no dia 16/05/2017

Dentre os processos eletrônicos, 3 eram inquéritos policiais que tramitavam entre o MPF e a PF, sem qualquer provimento jurisdicional.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 19 feitos criminais com réu preso. São eles:

5000607-49.2015.4.04.7114	5001744-69.2015.4.04.7016
5002234-02.2016.4.04.7002	5002542-48.2015.4.04.7107
5004103-89.2015.4.04.7016	5005537-97.2016.4.04.7204
5006056-96.2016.4.04.7002	5009392-14.2016.4.04.7001
5014303-37.2014.4.04.7002	5016600-53.2015.4.04.7108
5024626-39.2016.4.04.7000	5032644-02.2014.4.04.7200
5032754-44.2013.4.04.7100	5036276-83.2016.4.04.7000
5049351-43.2016.4.04.0000	5061781-13.2015.4.04.7000
5066391-49.2014.4.04.7100	5073373-45.2015.4.04.7100
5093741-12.2014.4.04.7100	

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito boa, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos:

Os trabalhos na unidade pautam-se pela cronologia, ou seja, pela data de distribuição dos processos no Tribunal. Além disso, processos em que há réu preso e outras medidas de urgência possuem tramitação prioritária. Parte da equipe trabalha observando a data de ingresso do processo no TRF e os demais trabalham nos feitos prioritários.

b) classificação e separação física de processos:

Existem poucos autos físicos na unidade. Todos ficam acondicionados em armários, na parte central do gabinete, à vista de todos. Trabalha-se com relatórios de processos por ordem cronológica, não havendo risco de os processos físicos não serem julgados em tempo razoável.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual:

São utilizados vários critérios para a distribuição das atividades entre os servidores, com destaque para as competências individuais e o perfil de cada um. Procura-se sempre destinar os recursos humanos às atividades com o melhor custo/benefício.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

Os trabalhos são organizados com o objetivo de atingir as Metas do CNJ, já que as minutas são preparadas por ordem cronológica. Além disso, são selecionados e priorizados os processos com réu preso, havendo destaque em ambos os sistemas (eletrônico e físico).

e) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

Os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa são priorizados.

f) controle de prazo para julgamento de feitos:

Adota-se como meta o julgamento em ordem cronológica, como forma justa e uniforme de se prestar a jurisdição. O controle é feito através de relatórios gerados com as ferramentas disponíveis no GEDPRO, Eproc-V2 e G4. São priorizados os processos com réu preso e há controle rigoroso quanto à prescrição, mediante anotações nos próprios autos (físicos e eletrônicos).

g) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

Não há metas individuais específicas. Contudo, é feito acompanhamento constante no sentido de que a produção esteja condizente com o objetivo pretendido (julgamento em ordem cronológica). Segundo informações prestadas pelo gabinete, na data da inspeção estavam sendo minutados processos que ingressaram no TRF em julho de 2016.

h) planejamento e avaliação periódica de atividades:

Sempre que necessário, seja semanalmente ou mesmo diariamente, a assessora e o chefe de gabinete reúnem-se para tratar dos assuntos relacionados à produtividade dos servidores e da unidade como um todo. É feito controle periódico de produtividade com a utilização da ferramenta disponível no GEDPRO.

i) desempenho:

A organização dos trabalhos não privilegia apenas diminuir o número de processos conclusos na unidade. O que se observa é a data de antiguidade e não o grau de complexidade dos feitos. Contudo, sempre que necessário e por orientação do Desembargador, os servidores trabalham nos processos mais singelos, com o específico fim de reduzir o número total de processos da unidade.

j) produtividade e metas:

No ano de 2016 a meta fixada era de minutar todos os processos que haviam ingressado na unidade antes de 2015. No ano de 2017, a meta é minutar todos os que ingressaram em 2016, e assim por diante. Há acompanhamento constante para que a produção atual esteja condizente com os objetivos que se quer alcançar.

k) atendimento a advogados:

O atendimento é realizado, na grande maioria das vezes, pela assessora, que, após breve conversa com os advogados, os encaminha ao Desembargador. É exigência do Desembargador que sempre tenha algum servidor presente nos atendimentos aos advogados em seu gabinete pessoal.

l) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

Todas as recomendações formuladas à unidade em inspeções anteriores foram devidamente cumpridas.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe constatou que houve aumento do número de feitos distribuídos, porém sem prejudicar a produtividade da unidade jurisdicional.

O aumento expressivo do número de feitos distribuídos a partir de 2016 não prejudicou o gerenciamento dos trabalhos e a produtividade. Há gerenciamento de trabalhos no sentido de cumprir a meta 1 do CNJ.

6) RECOMENDAÇÕES:

Em relação aos processos, recomenda-se:

6.1 Dar andamento aos processos de revisão;

6.2 Julgar em 30 dias os processos pendentes de julgamento de embargos de declaração (12);

6.3 Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

GABINETES DE JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

JUÍZA FEDERAL TAÍS SCHILLING FERRAZ – em auxílio à 5ª Turma

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: Gabinete de auxílio à 5ª Turma (competência: previdência e assistência social).

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 10/12/2013.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

A Juíza Federal está em auxílio aos gabinetes da 5ª Turma, convocada pelos Atos n. 778/2014 e n. 206/2017. Os feitos são, em um primeiro momento, distribuídos a um dos três Desembargadores da 5ª Turma e após, são redistribuídos à Juíza convocada.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Juíza convocada.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2016	09	--	--	--	04	13	08
Inspeção/2017	10	--	--	--	03	13	09

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro/2016. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	9.574
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	8.272
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	8.652
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	7.203
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	2.475
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	3.996

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

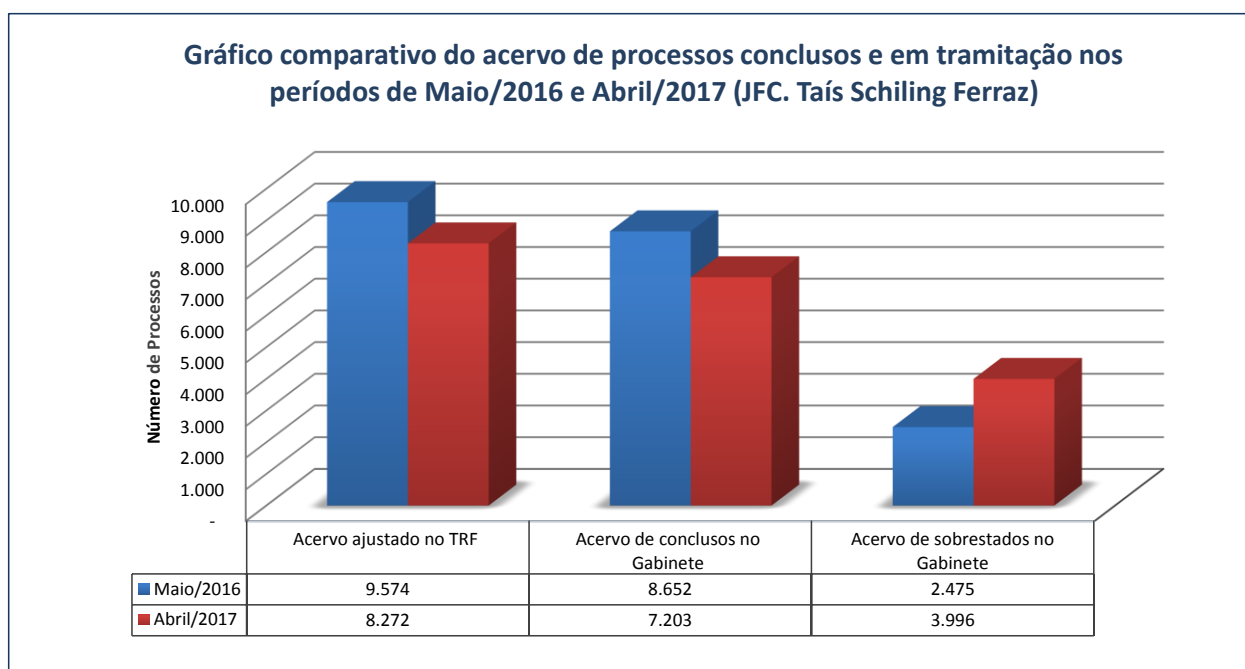
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos diminuiu 1.449 e o número de sobrestados subiu em 1.521.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo a matéria de desaposentação.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 7.203 concluídos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 800 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.302 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos e redistribuídos	6.566
Total de Processos julgados*	4.708
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	1.858

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 6.566 e julgamento de 4.708 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017)*	
Total de processos julgados por pauta	3.632
Total de processos julgados em mesa	2
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.074
Total geral de processos julgados*	4.708
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	78
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	7,3%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.708 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 6.566; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 2 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.074 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 7,3%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	158
b. Agravo Legal/Regimental	46

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 158 embargos de declaração e 46 agravos legais/regimentais.

Existem 13 processos com tutela provisória há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	7
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	130
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 138 processos, representando 1,91% do acervo de processos conclusos na unidade (7.203).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos nos anos de 2011 a 2013, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal. Deve-se ressaltar que a grande maioria foi distribuída em 2013, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, não havia processo e nem da Meta 6/2016.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	11	3	1
2012	658	353	9
2013	1.152	1.008	135
2014	2.485	1.654	730
2015	1.663	3.881	1.732
2016	-	1.937	3.060
2017	-	-	1.536
Total	5.969	8.836	7.203

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2016 era de 8.836; atualmente, há 7.203. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de 2017. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015 e 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2011, o que se revela um dado positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como não há feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 66 processos selecionados para inspeção, 58 foram inspecionados. Destes, 12 físicos e 46 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

50121724120174040000	50130168820174040000	50136360320174040000
----------------------	----------------------	----------------------

A amostragem revelou a existência de 16 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2012.

Na unidade, se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos (processo n. 00002454720144049999 e 00002844420144049999).

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00000271920144049999	00001995820144049999	00002454720144049999
00002844420144049999	00011748020144049999	00039583020144049999
00040657420144049999	00042484520144049999	00043410820144049999
50002837020124047209	50009916820134047118	50012399720134047000
50016069220124047118	50020587120134047117	50024886820134047102
50028356820134047113	50042970520134047002	50049103520124047107
50076805320114047101	50082852220134047200	50093654020124047108
50093842720134047200	50098114320124047108	50104701320114047100
50112283120124047108	50126281320124047001	50157129320104047000
50236981620154047100	50382611520154047100	50399357620114047000
50509215520124047000	50592775920144047100	50685220220114047100

b) apreciar/julgar em 30 dias: 00010071920164040000.

c) apreciar/julgar em 60 dias:

00010583020164040000	50004869220144047134	50048421620164047117
50066017120134047100	50067353120144047111	50083873620164047201
50134008520164040000	50136495520164047107	50158024220164040000
50217480520154049999	50392884320144047108	50398598120134047000
50438691720164040000	50500592120114047000	50512541620164040000
50545097920164040000		

d) providenciar intimação da parte: 50172969020134047001.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos: a triagem é realizada por um servidor. Os físicos são colocados em armários e os eletrônicos em pastas do sistema E-Proc. Todos os processos se concentram nos escaninhos da unidade;

b) classificação e separação física de processos: os processos são classificados e separados por matéria dentro do ramo de Direito Previdenciário. O Gabinete informa que a movimentação de processo é registrado no sistema WEMUL (processo físico) ou no E-Proc (processos eletrônicos). A movimentação de processos entre unidades é feita por guia de remessa;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: as atividades são distribuídas a partir do conhecimento de cada servidor sobre determinada matéria. O Gabinete informa que seus servidores participam de curso de capacitação para eventual mudança de atribuições;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: os processos com prioridade legal ou de Meta CNJ são cadastrados com lembretes. Esses processos são separados e localizados com os servidores responsáveis pela minuta;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: em razão da recusa dos procuradores do INSS em conciliar, houve redução drástica dos acordos;

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: o Gabinete informa que não possui processos adiados;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: o Gabinete informa que controla o processamento por meio do G4, sistema que possibilita gerenciar o passivo por meio do cruzamento de variáveis, de sorte a otimizar o julgamento dos feitos;

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: o Gabinete informa que as metas individuais são estabelecidas de acordo com a matéria que trabalha, o grau de dificuldade na análise do processo e a capacidade individual. Em regra, a meta é semanal e a sua quantificação é determinada pela matéria do processo;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: o Gabinete informa que observa o cronograma semestral de sessões para fins de inclusão de feitos em pauta de julgamento. O Gabinete procura analisar os processos com prioridade legal e aqueles que podem auxiliar na redução do acervo. Há também a orientação de que embargos de declaração e agravos internos sejam pautados na sessão seguinte ao recebimento no gabinete. Informa que, por determinação da 5ª Turma, os processos em pauta do Gabinete de Auxílio são analisados em apenas uma sessão do mês. Periodicamente, há reuniões de avaliação de resultados com o fim de ajustar metas;

j) produtividade e metas: tem-se a estipulação, por servidor, de produção semanal de 8 a 10 processos de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, pensão por

morte e aposentadoria rural por idade. Em relação aos processos versando incapacidade pede-se a produção semanal entre 10 e 15 feitos por servidor. Nas ações revisionais a meta semanal é de 25 processos por servidor;

k) gestão de pessoal e recursos materiais: o Gabinete informa que tem 10 servidores e 3 estagiários de nível superior. Reclama o aumento do quadro;

l) atendimento a advogados: o Gabinete informa que o atendimento é feito no Gabinete e realizado por uma servidora responsável ou pela assessora da Juíza. Caso as partes ou advogados solicitem falar diretamente com a magistrada, é feito o agendamento ou o atendimento imediato, sempre que possível;

m) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: o Gabinete informa, ainda, a pendência do processo n. 501571293.2010.4.04.7000, cuja previsão de julgamento é 06/06/2017.

Em relação às boas práticas, observa-se a adoção, ainda que inicial, do trabalho remoto a fim de propiciar aumento na produtividade do gabinete. Houve também aumento no número de decisões monocráticas, principalmente em feitos com remessa oficial ou apelação que versa apenas consectários legais.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete é muito reduzido seja em número de funcionários, seja em quantidade de funções.

b) o gabinete informou que recebeu o acervo de processos muito antigos e complexos, o que demanda maior tempo para julgamento. A Magistrada informou que priorizou o julgamento dos feitos mais antigos.

c) o problema do fluxo processual não foi resolvido a contento.

d) a Magistrada auxilia os três Desembargadores e, em razão da 5ª Turma ter adotado o sistema de “Relatoria exclusiva por sessão”, são levados a julgamento apenas os processos originariamente distribuídos ao relator que pautou.

A Magistrada relatou que o número reduzido de funcionários e de funções diante do número expressivo de feitos distribuídos mensalmente tem gerado dificuldades que comprometem os trabalhos no gabinete.

Sugere a criação de 2 turmas especializadas em matéria Previdenciária como forma de reduzir o tempo de tramitação dos feitos.

Mostra, ainda, sua preocupação em relação ao aumento significativo de feitos julgados por magistrados com competência delegada como forma de “fugir” dos Juizados em razão da forma como, segundo ela, os feitos vêm sendo julgados pelos Juízes do JEF.

Sugere, também, à Corregedoria-Geral que auxilie na retomada das conciliações.

Em relação ao contingenciamento, relata que não surtiu efeito em sua unidade.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Tomar medidas pertinentes e adequadas para resolver o problema do fluxo processual.

GABINETES DE JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

JUIZ FEDERAL MARCELO DE NARDI

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: 6ª Turma - Gabinete de auxílio à Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 20/06/2016, nos termos do Ato n. 261, de 15/06/2016, de 20/06/2016 a 20/06/2017; e Ato n. 210, de 24/05/2017, no período de 21 a 22/06/2017.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Federal convocado.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2017	3				2	5	3

Não há registro comparativo da força de trabalho em exercício anterior.

A avaliação sobre a alteração da força de trabalho em exercício não se aplica, tendo em vista tratar-se de unidade em auxílio ao gabinete da Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida, com atividade temporária.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

Ademais, por se tratar de unidade dedicada a propósito específico e com atuação provisória, não se aplica a avaliação comparativa com os dados da última inspeção.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	-
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	1.250
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	-
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	506
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	-
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	25

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: discussão sobre o direito do menor sob guarda à pensão por morte – tema 732; e a conversão de aposentadoria proporcional em integral – tema 503. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 506 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 168 processos por servidor.

Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos	2.009
Total de Processos julgados*	1.054
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	955

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve distribuição de 2.009 e julgamento de 1.054 processos, resultando, assim, em saldo de 955 feitos.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017)*	
Total de processos julgados por pauta	1.028
Total de processos julgados em mesa	2
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	24
Total geral de processos julgados*	1.054
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	-
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	0,0%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.054 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2009; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 2 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 24 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 0,0%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	10
b. Agravo Legal/Regimental	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 10 embargos de declaração; não há agravos legais/regimentais.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	4
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	4
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 8 processos, representando 1,58% do acervo de processos conclusos na unidade 506.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2012, portanto, com cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não há processos das Metas 4 e 6/2016 do CNJ.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	-	-	-
2012	-	-	4
2013	-	-	5
2014	-	-	31
2015	-	-	256
2016	-	-	210
2017	-	-	-
Total	-	-	506

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que por se tratar de gabinete de auxílio, de natureza provisória, não existem dados anteriores a 2017.

O acervo de processos concluídos em mês de abril de 2017 é de 506 processos. O acervo dominante é composto por feitos distribuídos em 2015/2016, com pequenos saldos relativos a anos anteriores a 2014. Esse quadro evidencia que a unidade tem promovido a redução da idade do acervo ao longo do período.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	51
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	10
TOTAL	61

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão ou pendente de declaração de voto. Há 51 feitos que aguardam voto-vista e 10 aguardam a lavratura de acórdão. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, identificados abaixo, configurando pendência externa.

201404990055503	201404990055564	201404990066136
201404990105786	201404990132108	201404990178078
201104990140890	201204990124656	201504990165210
50490732420124047100	50007503920144047028	50059362020154049999
50116271520154049999	50137196320154049999	50141266920154049999
50177052520154049999	50179798620154049999	50247282320144047100
50265391720154049999	50266795120154049999	50272728020154049999
50282627120154049999	50300745120154049999	50302486020154049999
50305854920154049999	50309362220154049999	50318318020154049999
50333136320154049999	50351168120154049999	50354952220154049999
50359014320154049999	50360434720154049999	50363596020154049999
50002807120154047028	50457391020154049999	50460032720154049999
50464172520154049999	50491809620154049999	50000622020164049999
50272432220144047200	50008859120164049999	50160606320144047003
50038617120164049999	50059047820164049999	50061836420164049999
50091187720164049999	50094219120164049999	50113921420164049999
50254510820154047100	50156081820164049999	50178894420164049999

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
TOTAL	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não há pendências na unidade quanto a feitos de outros relatores.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque o cuidado na elaboração das decisões e votos proferidos.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 32 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 1 físico e 31 eletrônicos.

O auto físico, localizado na unidade, estava identificado e com registro processual pertinente.

Havia apenas um processo que tramitava em unidade externa e que não estava fisicamente disponível, o qual foi inspecionado com base no respectivo extrato processual. De todo modo, o feito encontra-se com tramitação regular.

A amostragem revelou a existência de 1 processo sem movimentação desde a distribuição: 50022534620144047012.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) lavrar acórdão em 10 dias: 50087814220134047009.
- b) analisar petição em 10 dias: 50112048620104047200.
- c) julgar em 60 dias:

50008901720114047016	50022534620144047012	50035296420134047007
50046387220114047205	50079330420164049999	50135296620164049999
50237391620154049999	50249006120154049999	50310169820114047000
50360937320154049999	50113921420164049999	50144979620164049999
50016784620114047011	50016784620114047011	50043103420144047013

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução do acervo redistribuído do gabinete da Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Dentre as práticas informadas pelo magistrado na entrevista:

- a) triagem inicial de processos é realizada por matérias, prioridades legais e metas do CNJ;

b) a distribuição dos trabalhos busca a especialização conforme a capacidade dos recursos humanos;

c) há controle diário de produtividade, conforme o movimento dos processos pelos localizadores, que possibilita o acompanhamento por meio dos relatórios gerenciais, principalmente quanto à velocidade de diminuição do acervo;

d) controle de prazo para julgamento de feitos é realizado pela ordem cronológica, mediante a utilização de sistemas de gerenciamento;

e) fixação das metas de trabalho estabelecidas individualmente, conforme a complexidade do acervo e a capacidade do executante da tarefa;

f) planejamento mediante a análise das datas de julgamentos e de fechamento das pautas.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) não há feitos pendentes da inspeção anterior;

b) o trabalho do gabinete de auxílio contribuiu, no período, para a redução do estoque de processos do gabinete da Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA;

c) os feitos são distribuídos inicialmente ao gabinete da Desembargadora Federal, e, após, redistribuídos ao gabinete de auxílio;

d) a redistribuição alcança os processos do estoque;

e) a sistemática de funcionamento do gabinete de auxílio visa à elaboração de decisões monocráticas, em sede de juízo de retratação e votos;

f) a inclusão dos feitos na pauta de julgamento da 6ª Turma observa as datas previstas no cronograma estabelecido para as sessões ordinárias;

g) quanto à composição do colegiado, o juiz federal convocado não participa da composição do quórum de julgamento dos feitos dos desembargadores federais da 6ª Turma, até porque somente integra o colegiado para julgar as causas que lhe foram redistribuídas;

h) a formação do quórum da 6ª Turma para julgamento dos feitos levados pelo juiz em auxílio é composto por ele e outros dois desembargadores integrantes da Turma, excetuando-se a participação da desembargadora federal de cujo gabinete o processo veio redistribuído;

i) na hipótese de ausência de unanimidade de votos, o julgamento é suspenso e prossegue com a convocação de dois desembargadores federais integrantes de outra Turma, na forma do disposto pelo artigo 942 do CPC de 2015;

j) a realização de conciliação é praticamente inexistente em face à ausência de apresentação, pelo INSS, de proposta de acordo.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Priorizar os processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferências legais de julgamento;

c) Dar impulso ao processo 50022534620144047012, sem movimentação desde a distribuição;

d) Proceder ao julgamento dos 10 embargos de declaração.

GABINETES DE JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

JUIZ FEDERAL HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR em auxílio à 6ª Turma

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Órgãos de atuação: auxílio à 6ª Turma - GAB. 6TS / GAUX1

Convocação por meio dos Atos n. 324, de 19/06/2015, de 22/06/2015 a 21/06/2016; Ato n. 267, de 20/06/2016, de 22/06/2016 a 20/06/2017; e Ato n. 206, de 23/05/2017, de 21 a 22/06/2017.

1.2. Tempo de atuação no acervo: desde 22/07/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Federal convocado.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2017	9		1		3	13	9

Não há registro comparativo da força de trabalho em exercício anterior.

A avaliação sobre a alteração da força de trabalho em exercício não se aplica, tendo em vista tratar-se de unidade em auxílio aos gabinetes da 6ª Turma, com atividade temporária.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (maio/2016)**	5.351
Acervo ajustado no TRF (abril/2017)**	5.644
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2016)	4.797
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2017)	4.946
Acervo de sobrestados no Gabinete (maio/2016)	3.897
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2017)	4.738

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculadas ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

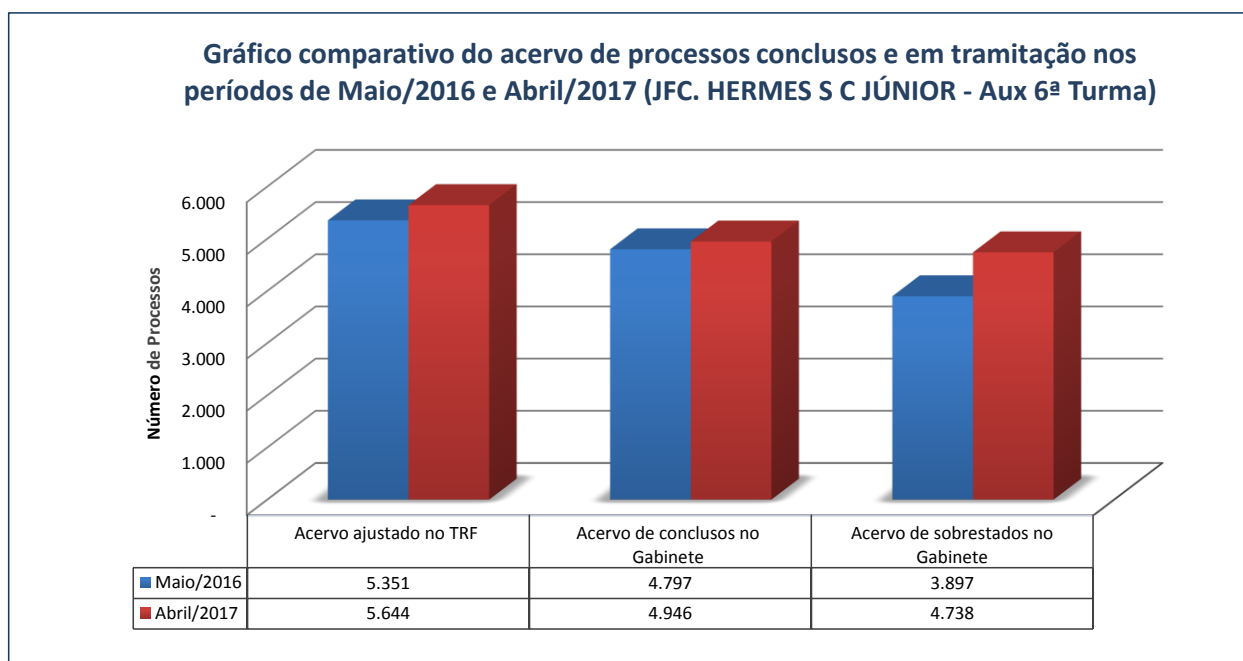
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 149 e o número de sobrestados subiu em 841.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: no STF, a incidência da fator previdenciário – tema 616; a conversão de aposentadoria proporcional em integral – tema 503; no TRF 4ª Região, o adicional de 25% em benefícios de aposentadoria por invalidez; a aplicação da regra prevista no art. 29, I e II da Lei n. 8.231/91, quando mais favorável que a regra de transição prevista no art. 3º da Lei 9.876/99. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2017, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.946 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade fim, resultou em 549,6 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 293 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (maio/2016 a abril/2017)	
Total de Processos distribuídos/redistribuídos	6.612
Total de Processos julgados*	3.565
Saldo processual no gabinete (distribuídos - julgados)	3.047

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: *Total de Processos julgados – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados por pauta, em mesa e por decisão monocrática. Não inclui as petições de embargo de declaração e agravo legal/regimental julgadas.

No período de doze meses, houve redistribuição de 6.612 e julgamento de 3.565 processos, resultando, assim, em aumento do acervo.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (maio/2016 a abril/2017)*	
Total de processos julgados por pauta	3.171
Total de processos julgados em mesa	4
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	390
Total geral de processos julgados*	3.565
petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes	26
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas **	6,7%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Considerar somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não incluir os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

** O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre todas as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados por decisão monocrática e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.565 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 6.612; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 4 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 390 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 6,7%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2017)	
a. Embargos de Declaração	135
b. Agravo Legal/Regimental	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem pendentes de julgamento 135 embargos de declaração e 1 agravo legal/regimental.

Existem 19 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	9
META 2/2017 (distribuídos em 2013)	1
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2012)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META 4/2017* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2012)	0
META 6/2017** (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: * Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

** Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2013, apurado em abril/2017, era de 12 processos, representando 0,243% do acervo de processos conclusos na unidade de 4.946.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 2 processos distribuídos no ano 2011, 9 em 2012, e 1 em 2013, portanto, constata-se que tão somente 12 feitos superam os cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não há processos das Metas 4 e 6/2016 do CNJ.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.

**Evolução do acervo de processos concluídos nos anos
2015, 2016 e 2017 por ano de distribuição.**

ANOS	abr/15	abr/16	abr/17
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	2	1	2
2012	15	11	9
2013	11	5	2
2014	1.326	554	54
2015	1.463	2.210	551
2016	-	1.499	2.582
2017	-	-	1.746
Total	2.817	4.280	4.946

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados.

O acervo de processos concluídos no mês de abril de 2015 era de 2.817; sendo que em abril de 2016 chegou a 4.280, e, atualmente, há 4.946. Verifica-se que em abril de 2015 o acervo dominante era composto por feitos distribuídos em 2014/2015, com pequenos saldos relativos a anos anteriores a 2013; em abril de 2016 reduziu-se esse estoque, deslocando-se a concentração nos feitos distribuídos em 2015/2016; por fim, em abril de 2017, reduziu-se acentuadamente o rol dos feitos distribuídos até 2015,

prevalecendo no estoque os feitos distribuídos em 2016/2017. Esse quadro evidencia que a unidade tem promovido a redução da idade do acervo ao longo do período.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2017)	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	24
Remetidos para declaração de voto	0
Remetidos para lavratura de acórdão	1
TOTAL	25

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão ou pendente de declaração de voto. Há 24 feitos que aguardam voto-vista e 1 a lavratura de acórdão. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, identificados abaixo, configurando pendência externa.

201504990143226	201504990174855	201604990010863
201604990014297	201604990016348	201604990130157
201604990033840	201604990042190	50172673420134047100
50080724320174040000	50185370920124047107	50026137020164049999
50144303420164049999	50284659620164049999	50338849720164049999
50506660920164040000	50008918820174040000	50017864920174040000
50026672620174040000	50036242720174040000	50043950520174040000
50044842820174040000	50058579420174040000	50064269520174040000

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2017)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
TOTAL	2

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não há pendências quanto a revisão ou declaração de voto, apurou-se a existência de 1 processo para voto-vista e 1 para lavratura de acórdão. Nessas situações há feitos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade prioriza o julgamento de processos que envolvem incapacidade e benefício assistencial, assim como pedidos de antecipação de tutela; além disso, incentiva os servidores a participar dos cursos, disponibilizados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tanto presencial como a distância (Ead), sobre as

alterações e impactos dos novos diplomas legais sobre a atividade jurisdicional, voltados às especificidades que afetam o trabalho no gabinete previdenciário.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 37 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 9 físicos e 28 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os 3 processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção:

000109642200164040000	00021676020134049999	00191518520144049999
-----------------------	----------------------	----------------------

A amostragem revelou a existência de 9 processos sem movimentação desde a distribuição, os quais estão abaixo indicados.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Corrigir andamento processual, no prazo de 10 dias: 00168134120144049999.

b) julgar, no prazo de 30 dias:

5053729622014404700	50027762920124047109
---------------------	----------------------

c) julgar, no prazo de 60 dias:

50011052520144047133	50005875020134047107	00010964220164040000
50046969320154049999	50046238220154047005	50018284520154049999
50016493720134047104	50432917420144047000	50020321820134047103
50129235720114047107	50100327820154049999	50063346220144047004
00021676020134049999	00196697520144049999	00252471920144049999
00176820420144049999	50284659620164049999	00191518520144049999
00158088120144049999	00167752920144049999	50007764020134047200
50036242720174040000	50062687020144047105	50143449620134047112
50172673420134047100		

d) julgar, no prazo de 90 dias: 50002950920154047200.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução do acervo redistribuído dos gabinetes integrantes da 6ª Turma.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Dentre as práticas informadas pelo magistrado na entrevista bem como pela unidade no questionário merecem destaque:

- a) triagem inicial de processos é realizada por matérias/assunto e em ordem de antiguidade;
- b) para controle do acervo são utilizadas as ferramentas do sistema G4;
- c) a distribuição dos trabalhos considera o acervo do gabinete e o número de feitos em cada matéria, observando-se a expertise de cada servidor;
- d) há controle diário do GEDPRO para fins de aferir a produtividade e a qualidade dos processos minutados;
- e) é realizada consulta semanal a localizadores e dados fornecidos pelo G4, para saber a produção e controle de prazo para julgamento de feitos;
- f) não há fixação de metas de trabalho individualmente, mas existe acompanhamento de cada servidor;
- g) os advogados são atendidos a qualquer hora independentemente de agendamento;
- h) são observadas as recomendações das inspeções anteriores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) não há feitos pendentes da inspeção anterior;
- b) o trabalho do gabinete de auxílio contribuiu, no período, para a redução do estoque de processos dos gabinetes dos Desembargadores Federais JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, VÂNIA HACK DE ALMEIDA e SALISE MONTEIRO SANCHOTENE;

c) os feitos são distribuídos inicialmente aos respectivos gabinetes dos Desembargadores integrantes da 6ª Turma, e, após, são redistribuídos ao gabinete de auxílio;

d) o número de processos conclusos por relator originário, em abril/2017, era de:

órgão	magistrado	eproc	siapro	total
Gab.61	Des. Fed. João Batista Pinto Silveira	1.056	591	1.647
Gab.62	Des Fed. Salise Monteiro Sanchotene	1.088	593	1.681
Gab.64	Des. Fed. Vânia Hack de Almeida	1.053	557	1.610
		3.197	1.741	4.938

e) a redistribuição não excepciona nenhum feito, de forma que não somente os processos antigos do estoque, mas também os distribuídos na atualidade, são remetidos à redistribuição;

f) além disso, tendo em vista que a redistribuição alcança novos processos, também são recebidos pelo gabinete de auxílio feitos com pedido de tutela de urgência e liminares;

g) a sistemática de funcionamento do gabinete de auxílio visa à elaboração de decisões em sede de cognição sumária (tutelas e liminares) e definitiva (decisões monocráticas, decisões em sede de juízo de retratação e votos);

h) a inclusão dos feitos na pauta de julgamento da 6ª Turma observa as datas previstas no cronograma estabelecido para as sessões ordinárias;

i) quanto à composição do colegiado, o juiz federal convocado não participa da composição do quórum de julgamento dos feitos julgados pelos desembargadores federais da 6ª Turma, pois somente integra o colegiado para julgar as causas que lhe foram redistribuídas;

j) a formação do quórum da 6ª Turma para julgamento dos feitos levados pelo juiz em auxílio é composto por ele e outros dois desembargadores integrantes da Turma, excetuando-se a participação do desembargador federal de cujo gabinete o processo veio redistribuído;

k) na hipótese de ausência de unanimidade de votos, o julgamento é suspenso e prossegue com a convocação de dois desembargadores federais integrantes de outra Turma, na forma do disposto pelo artigo 942 do CPC de 2015;

l) o gabinete de auxílio contava com 1.556 processos por ocasião da autoinspeção realizada em novembro de 2016, sendo que baixou esse acervo para 556 processos.

m) existem 19 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias, pendentes de submissão ao colegiado;

n) consta do questionário respondido pelo gabinete que há 10 embargos de declaração, sendo que apenas 1 tem conclusão há mais de 30 dias;

o) a realização de conciliação é praticamente inexistente em face à ausência de apresentação, pelo INSS, de proposta de acordo.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) Priorizar os processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferências legais de julgamento;
- c) Levar a julgamento no colegiado as 19 tutelas provisórias concedidas pelo Relator, por decisão monocrática, no prazo de 60 dias, em observância à Meta 2/2017, fixada pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ;
- d) Appreciar o feito com embargos de declaração.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

DIRETORIA JUDICIÁRIA

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Secretaria: Diretoria Judiciária

1.2. Diretor de Secretaria: Eduardo Júlio Eidelvain

1.3. Tempo de atuação: desde 2013 (já havia atuado como diretor anteriormente. Está vinculado à Secretaria Judiciária desde 2001).

1.4. Órgãos vinculados: Secretaria dos Órgãos Julgadores, Secretaria de Recursos, Secretaria de Registros e Informações Processuais, Secretaria de Precatórios, Núcleo de Registros das Sessões e Eventos Judiciais, Núcleo de Digitalização de Processos Judiciais e Divisão de Cálculos Judiciais.

1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área fim
Inspeção/2017	5					5	5

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS E INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE:

O setor exerce apoio administrativo e auxílio a todos os usuários do sistema e-Proc – servidores e público externo, bem como junto aos órgãos que lhe são vinculados.

O Diretor de Secretaria – assim como os servidores que prestaram informações à inspeção – demonstraram bastante experiência administrativa e conhecimento sobre as ações de todos os setores a ele vinculados, assim como da atuação do Tribunal como um todo.

A jornada de trabalho é de 8 horas, não havendo servidores em sistema de teletrabalho.

Não obstante o fato de a equipe não ter recebido treinamento externo quanto às atualizações advindas do Código de Processo Civil de 2015, foi evidenciado a constante busca pelo aprimoramento técnico, tendo todos os entrevistados demonstrado, não só comprometimento com o trabalho, como conhecimento necessário ao bom desenvolvimento do mister.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor e pelos servidores Evandro Luís Falcão e Regaldo Mildebrat que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Diretoria Judiciária está localizada no 6º andar do prédio judicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A Diretoria em questão, assim como a de Recursos Humanos, a Administrativa, a de Tecnologia da Informação e a de Orçamento, Finanças e Contabilidade fazem parte da estrutura organizacional da Diretoria-Geral do Tribunal. (ex vi da RITRF4 e Resolução n. 12/2017).

No organograma da unidade, como vinculados à unidade constam os seguintes órgãos: Núcleo de Digitalização de Processos Judiciais, Núcleo de Registro das Sessões e Eventos Judiciais, Secretária de Recursos, Secretária de Registro e Informações Processuais, Secretária de Precatórios, Secretária dos Órgãos Julgadores e Divisão de Cálculos Judiciais.

Não obstante a Secretária de Recursos, a de Registro de Informações Processuais, a dos Órgãos Julgadores e a de Precatórios tenham sido inspecionadas em separado, algumas informações relativas à essas unidades foram prestadas pelo Diretor da Judiciária e, dada a sua relevância, serão a seguir consignadas.

A Secretaria de Registro de Informações Processuais (SRIP), após a implantação do sistema processual eletrônico (E-Proc) perdeu inúmeras de suas funções. Desde a implementação do sistema, o Tribunal não recebe processos físicos. Em decorrência, a autuação, antes tarefa rotineira, hoje está circunscrita aos processos físicos oriundos de competência delegada. Os servidores da unidade, basicamente, desempenham tarefas relacionadas ao cadastramento de processos no sistema e, sendo necessária sua digitalização, encaminham-no à unidade competente, que, na sequência, fará a distribuição do mesmo. Com a sistematização dos procedimentos, a unidade sofreu considerável redução de contingente humano, tendo seu quadro sido reduzido de 60 para 23 servidores.

As inúmeras ferramentas ínsitas no sistema E-Proc permitiram mudanças que impactaram em outros setores de processamento de feitos. As intimações determinadas pelos relatores – em processos eletrônicos – além ser feita de forma automática pelo sistema, têm também seu prazo controlado pelo E-Proc. Tal funcionalidade permite que o feito aguarde decurso de prazo no gabinete, dispensando, pois, o envio dos processos à área administrativa. Tal situação permitiu que todas as secretarias dos órgãos julgadores fossem aglutinadas em uma única, a Secretaria de Órgãos Julgadores.

Consoante informações prestadas, o Núcleo de Registro das Sessões e Eventos Judiciais é o responsável pela implantação e gerenciamento do sistema de gravações das sessões de julgamento. Todas as sessões – exceto criminais e com trâmite mediante segredo de justiça – do Tribunal são transmitidas no portal do Tribunal na rede mundial de computadores. Além de serem realizadas sustentações orais por videoconferências

com todas as unidades da Justiça Federal da 4ª Região, é possível que Desembargadores participam, a distância, através da mesma sistemática, das sessões de julgamento.

As salas de sessão foram visitadas pela equipe. Oportunidade em que foi possível perceber que a unidade tem estrutura humana e material considerável e suficiente ao desempenho de suas atividades. Foi constatada a presença de câmeras de filmagem em lugares estratégicos, bem como aparelhos de televisão estrategicamente posicionados para que as pessoas presentes na sessão possam acompanhar de forma clara os atos realizados por videoconferência.

Outra questão digna de registro está no fato de ter o Tribunal abolido à juntada das notas taquigráficas aos processos. As notas foram substituídas pela filmagem da sessão de julgamento. O antigo Núcleo de Taquigrafia, hoje Núcleo de Registros Judiciais, é responsável pelas marcações dos vídeos de forma que somente a parte referente ao processo seja juntada aos autos que lhe são equivalentes.

A equipe de inspeção foi informada de uma ferramenta estatística sob constante gerenciamento da Unidade – o G4. No programa é possível acompanhar, em tempo real, o número de processos distribuídos, julgados e em tramitação, separados não só por instância, como por ritos. Dentro do Tribunal é possível acessar a estatística dos gabinetes, obtendo-se, em separado, dados referentes a liminares, votos divergentes, votos revisão, mandados de segurança e agravos de instrumento todos com pendência de apreciação. Essa ferramenta demonstra que o Tribunal tem um bom controle de tempo em que a prestação jurisdicional tem sido realizada.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 Estatuto Deficiente Físico, foi observado que a unidade atualizou alguns procedimentos merecendo destaque a adaptação do sistema de processo eletrônico para a nova sistemática processual. Foi criada uma ferramenta por meio da qual as partes indicam, quando do peticionamento eletrônico, a possibilidade de conciliação/mediação. Em caso de manifestação favorável, o feito será encaminhado diretamente ao núcleo de conciliação e, em caso de êxito, encerrará seu trâmite na própria unidade.

Em relação ao Estatuto do Deficiente, nenhuma providência foi tomada pelo setor, porquanto não há medidas compatíveis com as funções ali desempenhadas.

4) BOAS PRÁTICAS:

O Diretor da Secretaria Judiciária apontou como boas práticas as seguintes:

a) possibilidade de sustentação oral nas sessões de julgamento por meio de vídeo conferência, existente no Tribunal desde 2005. De fato, a possibilidade de sustentação materializa o direito de acesso à justiça, tornando menos onerosa a efetiva participação

das partes nas sessões de julgamento, devendo ser difundida para os demais tribunais, mormente aqueles de grande extensão territorial.

b) transmissão *on-line* de todas as sessões de julgamento com acesso direto pelo portal do Tribunal.

c) interação entre os diversos setores do Tribunal para o planejamento e implementação de ações que visam ao aprimoramento do serviço prestado;

d) a existência de um fórum de discussões, ferramenta criada em uma lista de *e-mails* integrada por servidores da judiciária, tecnologia da informação e corregedoria. O objetivo do fórum é fomentar discussões entre os participantes no intuito de detectar problemas operacionais, notadamente quanto ao E-Proc e propor soluções rápidas e pontuais.

e) foi inserido dentro da página do Tribunal na rede mundial de computadores, bem como no sistema E-Proc um *link* denominado “Controle de Paradigmas”. O intuito da ferramenta é informar não só os usuários internos, como também os externos quanto ao trâmite e o julgamento dos processos sujeitos ao microssistema de resolução de demandas repetitivas.

5) RECOMENDAÇÕES:

Do que foi apurado, a única recomendação a ser registrada é a manutenção da linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

Considerando que o funcionamento da unidade é digno de elogios, não há recomendações gerais a serem feitas.

SECRETARIA DE RECURSOS

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. **ÓRGÃO:** Secretaria de Recursos.

1.2. **Diretor:** José David Vendramin.

1.3. **Tempo de atuação:** desde junho de 2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria, bem como pelos Diretores da Divisão de Procedimentos Diversos e da Divisão de Processamento.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Secretaria de Recursos
Servidores efetivos	20
Servidores sem vínculo	
Servidores requisitados	
Servidores prestando serviços em outros setores	
Terceirizados	
Vagas não ocupadas	
Estagiários	7
TOTAL	27
Servidores em área fim	20

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

a) Análise dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários;

b) Publicação das decisões de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários;

c) Intimação, mediante ato ordinatório, das partes para contrarrazões aos recursos especiais e extraordinários e aos agravos interpostos contra decisões que não admitem recursos excepcionais;

d) Sobrestamento dos recursos especiais e extraordinários que tratam de matérias objeto de temas de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal;

e) Envio dos processos eletrônicos aos tribunais superiores; e

f) Baixa dos processos devolvidos pelas cortes superiores ou das peças do julgamento do REsp e/ou do RE quando os autos físicos já se encontram em primeiro grau.

3) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Secretaria de Recursos (maio/2016)	5.889
Processos em tramitação na Secretaria de Recursos (abril/2017)	9.193

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Há na unidade 7.503 processos eletrônicos e 1.690 físicos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de fase atual em que se encontram (sobrestados, controle de prazo, aguardando publicação, etc.). Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, período da inspeção, foram publicadas 12.705 decisões em processos físicos e 82.762 decisões em processos eletrônicos.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	49
Processos sobrestados na Secretaria de Recursos (abril/2017)	80.799 (30.666 físicos e 50.133 eletrônicos)
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	427 eletrônicos
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	7
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	47 (todos físicos)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 80.799 feitos, sendo 30.666 físicos e 50.133 eletrônicos, encontrando-se os feitos devidamente armazenados em estantes e organizados segundo o tema que ensejou o sobrestamento.

Foram identificados, em abril de 2017, 49 processos com carga ou vista. Não havia processo paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado nem processo aguardando cumprimento de carta de ordem ou precatória. Foram identificados 427 feitos eletrônicos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 5 dias, o que se revela adequado.

Há 7 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

O tempo médio para a juntada é de 1 dia, segundo informação prestada à equipe de inspeção. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 47 processos físicos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 15/02/2017.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, tendo sido relatada a realização de cursos de capacitação dos servidores pelo Tribunal.

4) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 100 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 19 são físicos e 81 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

A grande maioria dos processos da amostragem analisados se encontra em ordem.

Na unidade, não se verificaram, no geral, discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Apenas no processo físico n. 00186218120144049999 verificou-se ato ordinatório de abertura de vista ao INSS não lançado na movimentação processual.

No processo físico n. 00256253820104040000 foi verificada a ausência da primeira página da petição inicial e no processo físico n. 200771140003800 faltava metade da capa do último volume.

O processo eletrônico n. 501871164201140047200 estava com a tramitação atrasada, especificamente quanto ao cumprimento de ofício oriundo do STJ noticiando a

reforma parcial do julgado recorrido, com determinação de devolução dos autos ao julgador para continuidade do julgamento.

Na listagem, não constaram processos extraviados: e, no acervo geral, não foram apurados autos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) atualizar a movimentação processual do processo n. 00186218120144049999;
- b) diligenciar no sentido de se encontrar a primeira página da petição inicial do processo n. 00256253820104040000 para juntada aos autos;
- c) providenciar a restauração da capa do último volume do processo n. 200771140003800; e
- d) agilizar a tramitação do processo n. 50187116420114047200.

5) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A Secretaria da Recursos se encontra organizada da seguinte forma:

a) *Divisão de Procedimentos Diversos*, subdivida em: 1) Seção de Contrarrazões; 2) Seção de Publicação de Expedientes; e 3) Seção de Procedimentos Diversos. O Diretor da Divisão de Procedimentos Diversos mantém contato com o Superior Tribunal de Justiça para obter informações e suporte quanto ao procedimento e envio de processos eletrônicos àquele Tribunal Superior;

b) *Divisão de Processamento*, subdividida em: 1) Seção de Processamento de Recursos; 2) Seção de Processamento de Agravos de Instrumento; e 3) Seção de Recursos Extraordinários; e

c) *Seção de Atendimento e Apoio ao e-Proc*, vinculada diretamente à Diretoria da Secretaria.

Os processos recebidos na Secretaria de Recursos são triados e distribuídos para as duas divisões (Procedimentos Diversos e Processamento) conforme as suas atribuições e a fase em que é recebido cada processo. Os processos físicos se encontram bem localizados em estantes, com a identificação da fase em que se encontram (controle de prazo, aguardando remessa externa, sobrestados, etc.).

Quanto aos processos sobrestados na unidade processante, cada estante contém a indicação do número do tema referente ao recurso repetitivo no STJ ou no STF que ensejou o sobrestamento.

De acordo com informação prestada pelo Diretor da Secretaria de Recursos, há controle diário de todos os processos recebidos naquela unidade processante, tanto dos processos eletrônicos como dos físicos, que são imediatamente recebidos no sistema e

encaminhados para análise, havendo uma meta geral no sentido de que não seja deixado para o dia seguinte nenhum processo pendente de movimentação na Secretaria.

Segundo relatado pelo Diretor da Secretaria, não há pendências em relação às recomendações das inspeções anteriores.

Presteza e agilidade são dispensadas aos processos inseridos nas metas do CNJ e àqueles com prioridade legal.

Há três servidores trabalhando em regime de teletrabalho.

No que diz respeito ao novo CPC, foi relatada a realização de cursos de capacitação de servidores pelo Tribunal.

Em relação às boas práticas identificadas na Unidade, além daquelas relatadas na inspeção anterior, que permanecem, devem ser destacadas: a) a existência de um sistema interno de organização e controle de processos sobrestados, que identifica e localiza os feitos, de acordo com os respectivos temas de repercussão geral e/ou de recurso repetitivo, possibilitando também a identificação e localização de processos com mais de um tema, mediante cruzamento de informações; e b) a existência de Portaria (n. 618/2016) do Vice-Presidente do Tribunal prevendo a delegação, para a Secretaria de Recursos, de atos ordinatórios que antes estavam a cargo da Vice-Presidência - como, por exemplo, a intimação da parte para a regularização de representação processual -, o que gerou diminuição na carga de trabalho deste último órgão.

6) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a Secretaria de Recursos é órgão bem estruturado, com excelente organização de pessoal; os servidores parecem motivados e há constante planejamento das ações;

b) permanecem as dificuldades relatadas na inspeção anterior em relação ao envio de processos eletrônicos para o Superior Tribunal de Justiça, ante a incompatibilidade do sistema e-Proc com o daquela Corte Superior, o que exige o cadastro e indexação dos feitos no sistema do STJ; e

c) o problema relatado na inspeção anterior relativo à comunicação, pela instância inferior, de prolação de sentenças nos feitos originários de agravos de instrumento e outros incidentes (medidas cautelares, agravos de execução penal, etc.) já foi, conforme informação prestada pelo Diretor da Unidade, solucionado, com a inclusão de um fluxo no sistema e-Proc destinado à identificação imediata de processos eletrônicos nessa situação.

7) RECOMENDAÇÕES:

Considerando que o funcionamento da Secretaria é digno de elogios, não há recomendações gerais a serem feitas, devendo ser observadas, entretanto, aquelas registradas no item 4, referentes aos processos da amostragem examinados pela equipe de inspeção.

SECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. ÓRGÃO: Secretaria de Registros e Informações Processuais.

1.2. Diretor: Adelar Geronimo Gallina.

1.3. Tempo de atuação: desde 2001.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela servidora Ada Julieta Freire Calegari, substituta do Diretor da Unidade, que se encontrava no gozo de férias regulamentares.

1.4. Quadro de pessoal:

1) Quadro de Pessoal	Secretaria de Registros e Informações Processuais
Servidores efetivos	20
Servidores sem vínculo	
Servidores requisitados	
Servidores prestando serviços em outros setores	
Terceirizados	
Vagas não ocupadas	
Estagiários	
TOTAL	
Servidores em área fim	20

Conforme relatado pela servidora que recebeu a equipe da Corregedoria-Geral, houve uma diminuição no número de servidores efetivos da Unidade, que, por ocasião da inspeção anterior, contava com 23 servidores. Não há mais estagiários na Unidade.

A teor do que relatado pela servidora, o Diretor da Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

As atribuições da SRIP são:

a) protocolar, autuar e distribuir os processos físicos, certificando nos autos os casos em que o sistema acusa a existência de prevenção;

- b) prestar informações processuais e dar apoio ao usuário do processo eletrônico;
- e
- c) expedir certidões de distribuição.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 23 processos (todos físicos) selecionados para inspeção, nenhum foi inspecionado. A equipe de inspeção, em consultas processuais realizadas no sítio eletrônico do TRF, observou que todos os feitos já haviam sido distribuídos e não se encontravam mais na Unidade processante inspecionada.

Também por meio de consulta processual, a equipe de inspeção constatou que todos os processos listados na amostragem se encontram com carga para o Ministério Público Federal há mais de 120 dias, sendo que a carga mais antiga data de 28/07/2015.

Conforme informado pela servidora Ada, os processos em que há necessidade de manifestação prévia do Ministério Público Federal – apelações ou reexames necessários na classe Mandado de Segurança, causas de interesse de incapazes ou de classes e matérias previamente autorizados pelos magistrados – são distribuídos e imediatamente remetidos pela própria Unidade ao MPF. Também foi informado que esse procedimento encontra amparo na Instrução Normativa n. 42/2009, do TRF da 4ª Região.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, não há recomendações específicas para a Secretaria de Registros e Informações Processuais, uma vez que o acompanhamento dos processos com prazo de vista excedido incumbe à SOJ, tendo sido registradas essas recomendações no relatório daquele Secretaria.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A Secretaria de Registros e Informações Processuais está organizada da seguinte forma: a) Divisão de registros e autuação de processos físicos; b) Divisão de registros em sistemas processuais e suporte ao processo eletrônico; e c) Núcleo de informações processuais, cadastro de usuários e certidões.

Foi informado pela servidora que recebeu a equipe da Corregedoria-Geral que, com poucas exceções, como no caso de alguns feitos originários, praticamente não há mais autuação e distribuição de processos físicos, e que os processos que ainda dão entrada no Tribunal por este meio, salvo as ditas exceções, são remetidos à digitalização, inclusive os feitos oriundos de competência delegada.

A autuação e distribuição dos processos eletrônicos, incluindo a acusação de possível prevenção, são realizadas automaticamente pelo sistema e-Proc.

Os poucos processos físicos são colocados em estantes, com localização controlada pela respectiva guia de remessa recebida.

O tempo médio entre o recebimento pelo setor e a distribuição dos processos físicos atualmente é de 4 a 5 dias.

Na Unidade há hoje um servidor designado para trabalhar em regime de teletrabalho e a experiência foi classificada como positiva pela servidora que recebeu a equipe de inspeção.

No que diz respeito ao novo CPC, foi relatada a realização de cursos de capacitação de servidores realizados pelo Tribunal.

5) RECOMENDAÇÕES:

Considerando que houve diminuição do tempo médio para a distribuição dos processos físicos em comparação ao que identificado na inspeção anterior, mesmo porque remanescem poucos feitos a serem distribuídos por esse meio, a recomendação é de que seja mantida essa linha de gestão.

SECRETARIA DE PRECATÓRIOS

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. ÓRGÃO: Secretaria de Precatórios.

1.2. Diretor: Álvaro Madsen.

1.3. Tempo de atuação: desde outubro de 2000.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Secretaria de Precatórios
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	0
TOTAL	15
Servidores em área fim	15

O Diretor da Secretaria de Precatórios tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados, e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor.

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

Recebimento, autuação, controle, acompanhamento, atualização e pagamento de requisitórios de pagamento (Requisições de Pequeno Valor - RPV e Precatórios).

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor, que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelo Setor.

Constatou-se que não houve alterações na organização da unidade com relação ao relatado na inspeção anterior. A Secretaria permanece organizada da seguinte forma:

a) *Divisão de Processamento*, responsável pelo recebimento e pela análise dos pedidos das partes e interessados, encaminhando-os para a Presidência com minutas de despachos;

b) *Núcleo de Cálculos e Alterações de Requisições de Pagamento*, competente para promover as alterações nos requisitórios de pagamento (RPVs e Precatórios), como inclusão ou substituição de favorecidos e redução de valores. Necessário se faz ressaltar que a alteração nas requisições de pagamento só é possível se houver despacho determinando. Do contrário, o sistema sequer permite que o servidor tenha acesso aos dados do requisitório;

c) *Seção de Pagamento de RPVs*, com as atribuições de executar e acompanhar o pagamento de RPVs;

d) *Seção de Pagamento de Precatórios*, que executa e acompanha o pagamento de Precatórios;

e) *Setor de Autuação*, responsável pelo recebimento, triagem, conferência e autuação de RPVs e Precatórios;

f) *Setor de Atendimento*, voltado para o atendimento das partes, prestando informações sobre o andamento dos requisitórios de pagamento.

Conforme dados atualizados em 31/05/2017, havia 67 procedimentos administrativos em trâmite na Secretaria de Precatórios, excluídos os relativos a precatórios/RPVs.

Os dados estatísticos apresentados na tabela abaixo revelam que, no período de maio/2016 a abril/2017, foram distribuídas 327.879 e pagas 321.096 RPVs. No mesmo período, foram distribuídos 24.292 precatórios. A unidade informou que o pagamento está integralmente informatizado, inclusive para a Justiça Estadual no exercício da competência delegada.

Quantitativo de RPVs distribuídos e pagos na 4ª Região

Período	fev-15	mar-15	abr-15	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	Total
Distribuídos	26.423	39.949	17.955	29.176	30.535	28.060	26.473	18.886	17.597	26.802	36.248	29.775	327.879
Pagos	23.203	26.410	39.932	17.946	29.130	30.517	28.050	26.445	18.868	17.575	26.788	36.232	321.096

Fonte: TRF 4ª Região

Quantitativo de Precatórios distribuídos na 4ª Região

Período	mai-16	jun-16	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	dez-16	jan-17	fev-17	mar-17	abr-17	Total
Distribuídos	1.831	8.543	3.091	530	1.051	1.462	901	1218	611	1393	1.566	2095	24.292

Fonte: TRF 4ª Região

A Secretaria informou que existem apenas 3 precatórios com atraso no pagamento, constando, em todos eles, a Ordem dos Músicos do Brasil como devedora.

A Secretaria informou que, em caso de atraso de pagamento de precatórios, as medidas voltadas para o sequestro de valores (bloqueio via sistema BACEN-JUD) dependem de requerimento da parte interessada, não sendo tais medidas efetivadas de ofício pelo Tribunal.

Destacou que em todos os precatórios com pagamentos atrasados foi providenciada a intimação da parte credora, tentativas de bloqueio no BACEN-JUD, além de outras medidas previstas em lei.

Segundo a Secretaria, o sistema (e-Proc) só permite alterações nas requisições de pagamento após o lançamento de despacho da Presidência.

Os precatórios são atualizados pelo sistema e-Proc, de forma automática, observando-se o IPCA-E, nos termos da Portaria n. 268, de 1 de julho de 2015, do Conselho da Justiça Federal.

Foi destacado pelo Diretor da unidade que, conforme determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, a atualização monetária dos precatórios tributários segue o índice de correção previsto no parágrafo único do artigo 31 da Lei n. 13.408/2016.

A Secretaria informou que, no período de 1º/1/2016 a 14/12/2016, foram elaboradas 3.192 minutas de despacho, tendo sido expedidos 98 ofícios às entidades devedoras e juízos requisitantes, bem como realizadas 6.981 comunicações eletrônicas, por meio do SISCOM, em cumprimento a despachos da Presidência.

Cumprе salientar que houve diminuição do número de comunicações eletrônicas em relação ao período anteriormente inspecionado (1º/1/2015 a 18/12/2015) devido à alteração do sistema, com a possibilidade de inserção dos dados no sistema e-Proc diretamente pelo magistrado .

O valor pago a título de RPVs e Precatórios, no período de janeiro/2016 a dezembro/2016 foi de R\$ 5.405.979.596,84 (cinco bilhões, quatrocentos e cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa de seis reais e oitenta e quatro centavos).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, foi relatada a realização de cursos de capacitação de servidores, bem como as adequações no sistema e-Proc.

Quanto às boas práticas, destacam-se:

a) permanente busca por melhorias no sistema de processamento das requisições de pagamento, mediante frequentes trocas de informações entre a Secretaria e o Setor de Informática;

b) estabelecimento de metas voltadas para o acompanhamento diário das RPVs e dos precatórios;

c) implantação do Portal de Precatórios, ocorrida em fevereiro de 2015, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Regional da 4ª Região.

d) criação de novo sistema de requisição para a 1ª instância dentro do sistema e-Proc, que está atualmente em fase de teste e será implantado para todas as varas federais em breve, permitindo a inserção dos dados no sistema pelo próprio magistrado.

4) RECOMENDAÇÕES:

Não há recomendações específicas destinadas à Secretaria de Precatórios.

**SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES
(TURMAS, SEÇÕES, CORTE ESPECIAL E PLENÁRIO)**

ESPECIALIDADES:

Primeira Seção (1ª e 2ª Turmas): Trabalhista e Tributária;

Segunda Seção (3ª e 4ª Turmas): Administrativa, Civil e Comercial;

Terceira Seção (5ª e 6ª Turmas): Previdência e Assistência Social; e

Quarta Seção (7ª e 8ª Turmas): Penal.

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Secretaria: Secretaria dos Órgãos Julgadores – SOJ.

1.2. Diretora de Secretaria: Jaqueline Paiva Nunes Goron.

Tempo de atuação: na SOJ desde a sua criação em 07/01/2015 (anteriormente era Diretora da Secretaria das Seções, Corte Especial e Plenário)

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretora da Secretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Secretaria dos Órgãos Julgadores
Servidores efetivos	35
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	6
TOTAL	41
Servidores em área fim	35

A Secretaria dos Órgãos Julgadores, criada em 07/01/2015, nos termos da Resolução 120, de 23/09/2014, que unificou as Secretarias das oito turmas e a Secretaria das Seções, Corte Especial e Plenário, conta com 35 servidores e 6 estagiários de nível superior, num total de 41 auxiliares na área fim.

A força de trabalho em exercício sofreu pequenas alterações em relação à existente na inspeção realizada em fevereiro/2016, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Embora não exista fixação de metas, foi relatado pela Diretora que são priorizadas as situações de urgência e cumprimento das atividades diárias

propostas. Os servidores estão motivados pelo trabalho, participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados, embora haja reclamações quanto às gratificações que são escassas na unidade. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Secretaria.

2) PRINCIPAIS DADOS DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES POR UNIDADE

2.1. ESTATÍSTICAS DA 1ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	2.239
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	3.088

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 3.088 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	9
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	4
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	4
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	7
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	13
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	11
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	16
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	29
META 2/2017(distribuídos em 2013)	52
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria da 1ª Turma (3.088 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 145 processos, correspondendo a 4,7%. Em termos gerais, é possível concluir que

os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 12 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 e abril/2017 15.172 acórdãos, dentre os 15.129 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 37 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	15.129
Acórdãos publicados	15.172
Tempo médio de publicação	12
Publicações em prazo superior a 10 dias	303
Pendentes de publicação	37

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 1.143 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 16.315 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	51
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	4
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	26
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos da competência da 1ª Turma sobrestados,

Foram avistados, em abril de 2017, 51 processos com carga ou vista, 1 paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e 4 aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 26 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 3 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 05/12/2016 (50525654220164040000).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.2. ESTATÍSTICAS DA 2ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	2.213
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	2.839

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 2.839 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	13
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	5
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	6
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	3
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	39
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	18
META 2/2017(distribuídos em 2013)	27
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (2.839 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 115

processos, correspondendo a 4,05%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 7 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 e abril/2017 15.004 acórdãos, dentre os 14.977 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia apenas 1 acórdão pendente de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	14.977
Acórdãos publicados	15.004
Tempo médio de publicação	7
Publicações em prazo superior a 10 dias	70
Pendentes de publicação	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 1.482 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 16.486 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	42
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	3
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	33
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos sobrestados na unidade.

Foram avistados, em abril de 2017, 42 processos com carga ou vista, nenhum processo paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, carta

de ordem ou precatória; e 3 aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 33 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 8 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 10/10/2016 (50090017820154047200).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.3. ESTATÍSTICAS DA 3ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	3.894
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	5.021

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

*Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.*

Há na unidade 5.021 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	5
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	6
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	14
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	14
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	11
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	44
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	318
META 2/2017(distribuídos em 2013)	350
META 4 (distribuídos até 2012)	2
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	2
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (5.021 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 764 processos, correspondendo a 15,22%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, era de 4, enquanto da Meta 6 havia apenas 1. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 16 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 e abril/2017 24.088 acórdãos, dentre os 24.091 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 18 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	24.091
Acórdãos publicados	24.088
Tempo médio de publicação	16
Publicações em prazo superior a 10 dias	174
Pendentes de publicação	18

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 2.978 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 27.066 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	23
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	10
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	4
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	12
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos sobrestados na unidade.

Foram avistados, em abril de 2017, 23 processos com carga ou vista, 4 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e 10 aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 12 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 7 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 15/09/2016 (50030679320164047107).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.4. ESTATÍSTICAS DA 4ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	4.068
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	4.078

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 4.078 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado

da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	4
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	4
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	8
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	15
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	8
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	41
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	61
META 2/2017(distribuídos em 2013)	81
META 4 (distribuídos até 2012)	3
META 4 (distribuídos até 2013)	5
META 4 (distribuídos até 2014)	11
META 6 (distribuídos até 2012)	4
META 6 (distribuídos até 2013)	17

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (4.078 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 224 processos, correspondendo a 5,49%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, era de 19, enquanto os da Meta 6 eram 21. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 20 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 e abril/2017 23.049 acórdãos, dentre os 23.055 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 32 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	23.055
Acórdãos publicados	23.049
Tempo médio de publicação	20
Publicações em prazo superior a 10 dias	160
Pendentes de publicação	32

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 3.357 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 26.406 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	22
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	12
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	11
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existe processos sobrestados na unidade.

Foram avistados, em abril de 2017, 22 processos com carga ou vista, apenas 1 processo paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e 12 aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 11 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo 3 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 01/07/2016 (50002728920134047214).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.5. ESTATÍSTICAS DA 5ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	5.066
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	7.777

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 7.777 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	3
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	9
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	9
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	23
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	121
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	362
META 2/2017(distribuídos em 2013)	617
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	1
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (7.777 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 1.146 processos, correspondendo a 14,74%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não havia feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, enquanto da Meta 6 era apenas 1. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 12 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 e

abril/2017 29.199 acórdãos, dentre os 29.756 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 320 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	29.756
Acórdãos publicados	29.199
Tempo médio de publicação	12
Publicações em prazo superior a 10 dias	3.465
Pendentes de publicação	320

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 4.382 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 33.581 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	160
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	392
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	438
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	427
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem processos sobrestados na unidade, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 392 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em abril de 2017, 160 processos com carga ou vista, apenas 1 processo paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e 438 aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 427 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 4 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 29/04/2015 (50095928220154049999)

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.6. ESTATÍSTICAS DA 6ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	4.247
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	7.277

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 7.277 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	4
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	18
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	17
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	29
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	79
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	206
META 2/2017(distribuídos em 2013)	451
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	1
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (7.277 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 804

processos, correspondendo a 11,05%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não havia feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, enquanto da Meta 6 era apenas 1. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 12 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 e abril/2017 30.248 acórdãos, dentre os 30.196 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 65 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	30.196
Acórdãos publicados	30.248
Tempo médio de publicação	12
Publicações em prazo superior a 10 dias	2.538
Pendentes de publicação	65

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 2.929 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 33.177 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	216
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	638
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	641
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	3
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	387
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 638 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados por tema.

Foram avistados, em abril de 2017, 216 processos com carga ou vista, 3 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e 641 aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 387 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 3 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 19/01/2017 (50527465320154049999).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.7. ESTATÍSTICAS DA 7ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	366
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	388

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

*Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.*

Há na unidade 388 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 2/2017(distribuídos em 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2012)	1
META 4 (distribuídos até 2013)	2
META 4 (distribuídos até 2014)	6
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)	6

Nota: Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Secretaria (388 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 4 processos, correspondendo a 1,03%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, era de 9, enquanto da Meta 6 não havia processo. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é 6.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 a abril/2017 3.307 acórdãos, dentre os 3.310 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia apenas 1 acórdão pendente de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	3.310
Acórdãos publicados	3.307
Tempo médio de publicação	9
Publicações em prazo superior a 10 dias	20
Pendentes de publicação	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 a abril/2017, houve 158 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 3.465 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	8
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	4
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	6
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	6
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos sobrestados na unidade.

Foram avistados, em abril de 2017, 8 processos com carga ou vista, 6 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhum para cumprimento de carta de ordem ou precatória; e 4 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 6 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 3 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 28/08/2016 (50086819320134047104).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.8. ESTATÍSTICAS DA 8ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	428
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	1.028

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 1.028 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017(distribuídos em 2013)	7
META 4 (distribuídos até 2012)	6
META 4 (distribuídos até 2013)	7
META 4 (distribuídos até 2014)	15
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)	19

Nota: Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Secretaria (1.028 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 12 processos, correspondendo a 1,17%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, era de 21, enquanto da Meta 6 não havia processo. Tendo em vista a

relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é de 19.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 39 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 a abril/2017 3.133 acórdãos, dentre os 3.151 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 29 acórdãos pendentes de publicação em abril/2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	3.151
Acórdãos publicados	3.133
Tempo médio de publicação	39
Publicações em prazo superior a 10 dias	61
Pendentes de publicação	29

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 a abril/2017, houve 384 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 3.517 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	14
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	7
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	4
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	4
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos sobrestados na unidade.

Foram avistados, em abril de 2017, 14 processos com carga ou vista, 4 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado; e 7 aguardando

cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 4 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 8 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 18/08/2016 (50084001220144047102).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.9. ESTATÍSTICAS DA 1ª SEÇÃO

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	76
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	75

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 75 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017(distribuídos em 2013)	7
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (75 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 11 processos, correspondendo a 14,67%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não havia feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2017, nem da Meta 6.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2016 e abril/2017, 213 acórdãos, dentre os 217 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Não havia acórdãos pendentes de publicação em abril/2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	217
Acórdãos publicados	213
Tempo médio de publicação	9
Publicações em prazo superior a 10 dias	1
Pendentes de publicação	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 125 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 338 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	8
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	3
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	0
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 3 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados por tema.

Foram avistados, em abril de 2017, 8 processos com carga ou vista, 1 paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e nenhum aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Não há petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo não existem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.10. ESTATÍSTICAS DA 2ª SEÇÃO

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	149
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	127

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

*Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.*

Há na unidade 127 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	7
META 2/2017(distribuídos em 2013)	4
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (127 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 17 processos, correspondendo a 13,39%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não havia feitos da Meta 4/2016 e da Meta 6.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 13 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2016 e abril/2017, 575 acórdãos, dentre os 577 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Não havia acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	577
Acórdãos publicados	575
Tempo médio de publicação	13
Publicações em prazo superior a 10 dias	13
Pendentes de publicação	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 222 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 797 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	11
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	2
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	4
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos sobrestados na unidade.

Foram avistados, em abril de 2017, 11 processos com carga ou vista, 1 paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 2 carta de ordem ou precatória; e não há processos aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 4 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 2 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.11. ESTATÍSTICAS DA 3ª SEÇÃO

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	210
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	444

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 444 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado

da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	3
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	12
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	41
META 2/2017(distribuídos em 2013)	20
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (444 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 82 processos, correspondendo a 18,47%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não há feitos da Meta 4/2016 do CNJ ou da Meta 6.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 21 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 e abril/2017 923 acórdãos, dentre os 902 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 1 acórdão pendente de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	902
Acórdãos publicados	923
Tempo médio de publicação	21
Publicações em prazo superior a 10 dias	156
Pendentes de publicação	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 397 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 1.320 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	62
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	1
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	3
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	7
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Existe 1 processo sobrestado, em razão de decisão do STF/STJ, que se encontra devidamente organizado e armazenado por tema.

Foram avistados, em abril de 2017, 62 processos com carga ou vista, 3 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e não há processo aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 7 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo não há processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.12. ESTATÍSTICAS DA 4ª SEÇÃO

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Turma (maio/2016)	241
Processos em tramitação na Turma (abril/2017)	192

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 192 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de fase processual e procedimentos, o que repercute positivamente no resultado

da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 2/2017(distribuídos em 2013)	14
META 4 (distribuídos até 2012)	14
META 4 (distribuídos até 2013)	13
META 4 (distribuídos até 2014)	19
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)	39

Nota: Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Secretaria (192 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril de 2017, era de 19 processos, correspondendo a 9,90%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril de 2017, era de 46. Não havia processos da Meta 6. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é 39.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 27 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2016 a abril/2017 353 acórdãos, dentre 364 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 14 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	364
Acórdãos publicados	353
Tempo médio de publicação	27
Publicações em prazo superior a 10 dias	57
Pendentes de publicação	14

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 a abril/2017, houve 223 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 576 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	19
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	4
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos sobrestados na unidade.

Foram avistados, em abril de 2017, 19 processos com carga ou vista, 1 processo paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Há 4 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo existem 11 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 07/07/2015 (50011897320154047106).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

2.13. ESTATÍSTICAS DA CORTE ESPECIAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Corte Especial (maio/2016)	11
Processos em tramitação na Corte Especial (abril/2017)	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: * As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 21 processos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO – METAS CNJ (abril/2017)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 2/2017(distribuídos em 2013)	1
META 4 (distribuídos até 2012)	0
META 4 (distribuídos até 2013)	0
META 4 (distribuídos até 2014)	0
META 6 (distribuídos até 2012)	0
META 6 (distribuídos até 2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

No acervo em tramitação na Secretaria (21 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em abril/2017, era de 1 processo, correspondendo a 4,76%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 11 dias. Foram publicados entre maio/2016 e abril/2017 24 acórdãos, dentre os 21 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Não havia acórdãos pendentes de publicação em abril de 2017.

Publicação de acórdãos (maio/2016 a abril/2017)	
Acórdãos lavrados	21
Acórdãos publicados	24
Tempo médio de publicação	11
Publicações em prazo superior a 10 dias	1
Pendentes de publicação	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2016 e abril/2017, houve 73 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 97 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2017)	1
Processos sobrestados na Turma (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2017)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2017)	0
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2017)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2017)	0
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Não existem processos sobrestados na unidade.

Foi avistado, em abril de 2017, apenas 1 processo com carga ou vista. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

Não há petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

No acervo não existe processo paralisado, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES

Não houve mudanças desde a última inspeção.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

As boas práticas constatadas na inspeção anterior foram mantidas, com destaque para o controle de prazo da fase processual, que é feito pelo acompanhamento dos expedientes de publicação, por meio de agenda eletrônica, e organização de pessoal e acervo realizado pela Diretora da Secretaria.

5) RECOMENDAÇÕES:

Em relação a processos, recomenda-se:

a) solicitar a devolução dos processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias:

00000124020074047010	00001238720164040000	00003091320164040000
00004226420164040000	00006131220164040000	00009171120164040000
00012767120074047211	00021582920084047104	00033231020134040000
00041208820104040000	00058812320164049999	00070996120044047201
00075329020164049999	00078220820164049999	00082647120164049999
00083227420164049999	00084318820164049999	00089265620084047108
00100071920164049999	00101642620154049999	00105878320154049999
00118372020114040000	00127945520154049999	00156652420164049999
00160594220094047100	00175475520154049999	00191974020154049999
00204604420144049999	00242019220144049999	200704000021368
200704000021370	200704000119538	200770000008172

b) solicitar a devolução dos processos encaminhados para realização de diligência:

00142146620134049999	00142111420134049999
----------------------	----------------------

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DE JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Coordenador: Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira.

1.2. Tempo de atuação: 2015/2017.

O Desembargador acumula as funções: Turma, Seção, Órgão Especial e Plenário.

Há 3 juízes federais em auxílio no gabinete: Dr. Luiz Carlos Canalli (convocado pelo Ato n. 354 de 29/06/2015), Dra. Daniela Tocchetto Cavalheiro (convocada pelo Ato n. 229 de 23/04/2014, sucessivamente prorrogado pelos Atos n. 806, de 18/12/2014; 320, de 19/06/2015; 207, de 23/05/2017), e Dr. Artur César de Souza (convocado pelo Ato n. 123, de 04/04/2016, prorrogado pelo Ato n. 222, de 29/05/2017).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Coordenadoria de Juizados Especiais Federais
Servidores efetivos	08
Servidores sem vínculo	
Servidores requisitados	
Servidores prestando serviços em outros setores	
Terceirizados	
Vagas não ocupadas	
Estagiários	02
TOTAL	10
Servidores em área fim	

1.3.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 07, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Coordenação dos JEFs	1			2		3	1		

2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

A Coordenadoria dos Juizados Especiais (COJEF) se encontra vinculada à Presidência. Existem dois Gabinetes de Auxílio ao COJEF, nos quais atuam os Juízes Luiz Carlos Canalli e Daniela Tocchetto Cavalheiro, especificamente à admissibilidade dos Pedidos de Uniformização de Jurisprudência regional e nacional e de Recursos Extraordinários interpostos nas Turmas Recursais que compõem a 4ª Região.

A unidade está organizada em setores, com respectivas funções e atribuições:

- Núcleo de Apoio à Presidência da Turma Recursal de Uniformização (Diretor de Núcleo – FC 06), subdividida em Setor de Análise de Recursos de Competência da Presidência da TRU (Supervisor Assistente – FC 04), e em Setor de Análise e Controle de Recursos Repetitivos (Supervisor Assistente – FC 04);

- Seção de Controle e Análise de Informações Gerenciais e Procedimentos dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais (Supervisor FC-06).

O atendimento às partes e aos advogados em audiência com o Desembargador Coordenador é por agendamento. O atendimento também pode ser feito pela Ouvidoria.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

Não há recomendações pendentes deixadas por outras inspeções.

A Meta 10/2010 do CNJ é cumprida pela unidade.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015 e da Lei nº 13.146/2015, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a previsão do IRDR – incidente de resolução de demandas repetitivas.

Quanto à existência de boas práticas:

Em primeiro grau, a criação de Juizados adjuntos de acordo com a especialização da Vara a fim de padronizar o entendimento.

Projeto piloto em Santa Maria com a criação de secretaria única para atender os juizados adjuntos a fim de padronizar os procedimentos. A secretaria faz a atermação, designa audiências e faz a distribuição. O Desembargador informou que é possível a realização de 50 audiências de conciliação, instrução e julgamento por dia e conduzidas por um só magistrado.

Há realização de cursos para magistrados dos Juizados tendo como foco o rito dos Juizados e a influência do novo CPC.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) O TRF da 4ª Região instituiu o Fórum Interinstitucional Previdenciário na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e do TRF da 4ª Região com o objetivo de fortalecer e fomentar a integração entre os órgãos da Justiça Federal e os demais órgãos do Sistema de Justiça;

b) O Juizado Especial possui os seguintes projetos: Fórum Interinstitucional Previdenciário; Gabinete de Apoio às Turmas Recursais da 4ª Região; aprimoramento da Gestão de Acervo no âmbito recursal dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região; criação de cargos e funções junto ao Conselho da Justiça Federal; padronização da estrutura das Turmas Recursais da 4ª Região; Banco de Laudos Técnicos Periciais das condições ambientais de trabalho; e Projeto de Regionalização da Central de Perícias Médicas;

c) Consta no Relatório Anual COJEF 2016, que o número de sentenças proferidas pelo Rito Ordinário se mantém constante desde o ano de 2006 (com leve aumento no ano de 2016). Porém, o número de sentenças proferidas no Juizado Especial teve seu ápice em 2010;

d) Verificou-se, no mesmo relatório, que o número de feitos distribuídos nos Juizados foi inferior aos distribuídos nas Varas Federais no ano de 2016.

Quanto às medidas de contingenciamento adotadas, relata o Magistrado que não estão comprometendo as atividades do gabinete, mas dificultam a implementação de novas práticas que poderiam trazer resultados mais efetivos para a jurisdição.

Como sugestão à Corregedoria-Geral, o Magistrado sugeriu a extinção das Turmas Regionais de Uniformização.

4) RECOMENDAÇÕES:

Recomenda-se que o Juizado Especial atue conjuntamente com a Assessoria de Gestão da Corregedoria, a fim de que sejam propostas medidas capazes de uniformizar o entendimento das Varas de Juizado e Turmas Recursais com o entendimento do STJ e STF.

SISTEMA DE CONCILIAÇÃO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Coordenador: Desembargador Federal **VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS**

1.2. Tempo de atuação: desde junho de 2015

O Desembargador acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete de Conciliação
Servidores efetivos	5
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	2
TOTAL	7
Servidores em área fim	7

1.3.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 5 funções gratificadas, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete de Conciliação	0	1	0	0	1	2	1	0	0

2) METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

A unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições.

São praticados atos processuais antes e após a conciliação como, por exemplo, a intimação das partes e a publicação.

Sobre o critério de triagem dos processos para conciliação, tais decorrem de pedido das partes, dos relatores ou das entidades públicas envolvidas, em assuntos determinados.

Existe um sistema virtual de conciliação, no qual as partes envolvidas podem transacionar via *chat*.

Há um sistema pelo qual a parte interessada pode, via internet, cadastra-se e postular a realização de audiência de conciliação em seu caso.

O núcleo de conciliação expede os requisitórios de pagamento derivados dos acordos celebrados, acompanha o pagamento e intima os beneficiários.

3) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE:

ESTATÍSTICA DE CASOS ENCERRADOS POR CONCILIAÇÃO NO 2º GRAU	
Percentual de casos encerrados por conciliação em 2014	1,28%
Percentual de casos encerrados por conciliação em 2015	0,44%
Percentual de casos encerrados por conciliação em 2016	0,01%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Em abril/2017, o total de processos na unidade era de 61. Destes, 26 físicos e 35 eletrônicos.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que, no período de maio/2016 a abril/2017, houve entrada de 2.111 processos, inclusive considerando os processos que tramitam no CEJUSCON de Porto Alegre, para onde são encaminhados os processos de segundo grau para a realização de audiência de conciliação. Em relação à produtividade, verifica-se que foram realizadas 1.446 tentativas de conciliação, gerando 455 acordos homologados.

4) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 6 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 6 físicos e 0 eletrônicos.

Os autos de processos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a triagem para a tentativa de conciliação.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Os 2 processos que não estavam disponíveis na unidade foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Ambos já haviam sido julgados, estando um deles baixado e o outro aguardando baixa.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) dar andamento em até 10 dias:

00200638220144049999	00063666220124049999	00209093620134049999
00021583020154049999	00190897920134049999	00190897920134049999

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o Desembargador Coordenador esclareceu que a greve da AGU atrapalhou a tramitação de muitas conciliações, haja vista o elevado percentual de acordos nos processos que envolvem esta entidade;

b) tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos. Foi dito que, em relação ao CPC, houve adaptação principalmente quanto ao art. 334. Entre os procedimentos adotados, há efetivação de contatos com as entidades públicas para o desenvolvimento conjunto de soluções possíveis para atender à imensa demanda de processos. Com relação às previsões da Lei n. 13.146/2015 não há procedimentos específicos por parte da unidade. Não há impedimento para a realização de cursos de formação de conciliadores, se a deficiência assim não impedir e que o deficiente faça parte do cadastro de conciliador. E em caso de vagas abertas para o curso é feita a reserva de vagas ao portador de deficiência; e

c) o Desembargador Coordenador criou um “Boletim Informativo”, que tem se mostrado um importante canal de comunicação entre os que trabalham com conciliação.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Observar as recomendações constantes do item 4 deste relatório;

b) Aplicar as recomendações feitas nos processos listados para todos os eventuais processos do acervo que se encontrem em situação processual semelhante; e

c) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e lhes dando motivação.

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. ÓRGÃO: Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - EMAGIS

1.2. Diretor: Desembargador Federal LUIS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE

Tempo de atuação: desde 13/04/2017, em virtude do falecimento do Desembargador Federal OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA.

1.3. Secretária Executiva: Isabel Cristina Lima Selau

1.4. Quadro de pessoal: 20 servidores e 3 estagiários

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

A Escola atua em diversas áreas do Tribunal congregando, além das ações educacionais destinadas aos magistrados, a Comissão de Concursos para Juiz Federal Substituto, a Comissão de Jurisprudência, a Comissão do Regimento Interno, a edição da Revista do Tribunal e o Centro de Educação Corporativa de Servidores da Justiça Federal de primeiro e segundo grau - CEDUCORP.

A EMAGIS também realiza ações de fomento à pesquisa e convênios com outras instituições.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Secretária Executiva, Isabel Cristina Lima Selau, que apresentou as instalações e discorreu sobre as atividades recentemente desenvolvidas pela Escola.

As ações educacionais desenvolvidas pela EMAGIS são pautadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM e pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Todos os cursos são submetidos ao processo de credenciamento, observadas as diretrizes pedagógicas estabelecidas pela Resolução ENFAM n. 11/2015.

A EMAGIS dispõe de projeto político-pedagógico próprio, que define o seu planejamento curricular, cuja proposta está assentada na busca do atendimento de demandas individuais espontâneas para aperfeiçoamento dos magistrados, bem assim no desenvolvimento de propostas destinadas à formação dos juízes a partir de necessidades práticas.

Além disso, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região mantém programa de estímulo ao aperfeiçoamento de magistrados de primeiro e segundos graus (PEAM), nos termos da Resolução TRF4 n. 48, de 02/07/2004, por meio do qual é oferecido incentivo à realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mediante custeio de 75% do valor da mensalidade de cursos de mestrado e doutorado.

O Conselho Consultivo da EMAGIS, visando atender ao disposto pela Resolução CJF n. 233/2013, que dispõe sobre o PNA, tem buscado imprimir ações visando qualificar permanentemente os servidores da Escola. Nesse aspecto, foi identificada a carência no serviço especializado de pedagogia.

As sucessivas Administrações da Escola têm realizado ações no sentido de aprimorar o sistema informatizado para fins das atividades relacionadas ao ensino, bem assim ao desenvolvimento dos concursos ao cargo de juiz federal substituto.

Verifica-se que a partir do ingresso no cargo os Juízes Federais Substitutos encontram na EMAGIS suporte para fins de constituir a gênese da carreira, especialmente mediante os cursos de formação inicial, realizados antes do início na jurisdição, bem como por meio da realização dos cursos de formação continuada.

A EMAGIS realiza parcerias com a Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no sentido de permitir a capacitação dos magistrados e a interdisciplinaridade.

Além das atividades de ensino, a EMAGIS atua na publicação mensal da revista do Tribunal, denominada Boletim Jurídico, que se encontra na edição 179ª, a qual traz ementas, incidentes jurisprudenciais e artigos de doutrina.

Na área de pesquisa, a EMAGIS incentiva ações dos magistrados e servidores no sentido de realizar estudos sobre temas de interesse da jurisdição federal, constituindo, inclusive, comissões específicas para o fomento de pesquisas de temas de interesse da Justiça Federal.

A Escola realiza parcerias com outras instituições para fins de viabilizar a participação de magistrados e servidores em cursos por elas ministrados. Os acordos visam especificamente compartilhar o oferecimento de vagas, que são disponibilizadas reciprocamente, em número previamente fixado, permitindo o intercâmbio de experiências no que toca aos temas que interessam também à jurisdição federal, bem assim quanto à logística da realização de cursos.

Dentre os convênios firmados com outras Instituições:

INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	18/08/2015	18/08/2017
APC-Associação Paranaense de Cultura	26/10/2015	26/10/2017
UNISINOS-Universidade do Vale do Rio dos Sinos	18/02/2016	18/02/2018
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	26/06/2014	26/06/2018
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	23/09/2016	23/09/2018
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	30/11/2016	30/11/2018
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	08/01/2015	08/01/2019
Instituto de Estudos Tributários	02/05/2017	02/05/2019
Advocacia-Geral da União	05/05/2014	04/05/2019
Itaipu Binacional	23/09/2014	23/09/2019
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	16/06/2015	18/06/2020

A Escola utiliza a avaliação de satisfação dos magistrados como instrumento de aperfeiçoamento de suas atividades, na medida em que os participantes dos cursos, juízes e servidores, são os destinatários diretos das melhorias e inovações, sem perder o foco, contudo, nos destinatários indiretos, quais sejam: os jurisdicionados, eis que a capacitação é oferecida, em última análise, objetivando a prestação judicial de qualidade.

Quanto ao orçamento, a EMAGIS constitui-se como unidade gestora e, nessa qualidade, manifesta-se no questionário pela insuficiência de recursos para a execução de suas atribuições.

Além das atividades de ensino, a EMAGIS atua na publicação mensal da revista do Tribunal, denominada Boletim Jurídico, que se encontra na edição 179ª, a qual traz ementas, incidentes jurisprudenciais e artigos de doutrina.

No que diz respeito à realização dos concursos públicos para o preenchimento de cargos de Juiz Federal Substituto, a EMAGIS está realizando atualmente o XVI Concurso, cuja Banca Examinadora, eleita pelo Plenário do Tribunal, foi constituída, inicialmente, nos termos da Resolução n. 106, de 06/10/2015, pelos seguintes membros titulares: Desembargador Federal Otávio Roberto Pamplona – Presidente; Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle; Juiz Federal Danilo Pereira Júnior; Doutor Eroulths Cortiano Júnior (representando a OAB) e Professor Diogo Nicolau Pítsica (representando a Academia), bem assim pelos seguintes membros suplentes: Desembargador Federal Rogério Favreto; Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz; Juíza Federal Maria Isabel Pezzi Klein; Doutor Luiz Fernando Casagrande Pereira (representando a OAB) e Professor Márcio Luiz Fogaça Vicari (representando a Academia).

Ocorre que, em razão do falecimento do Diretor da EMAGIS, o pranteado Desembargador Federal Otávio Roberto Pamplona, que acumulava as funções de Presidente da Comissão do Concurso e da Banca Examinadora, a Escola passou a ser dirigida pelo seu Vice-Diretor, o Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, que também assumiu a presidência da Comissão do Concurso e, ainda, por se

tratar do membro mais antigo dentre os integrantes da Banca Examinadora do XVII Concurso, passou a ser o seu Presidente, tudo conforme previsão no Regimento Interno do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Verifica-se, ainda, que em decorrência da posse do novo Corpo Diretivo do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, eleito pelo Plenário da Corte para o biênio 2017-2019, alterar-se-á, necessariamente, a titularidade dos cargos de Diretor e Vice-Diretor da EMAGIS. No entanto, não há previsão regimental quanto à eventual alteração da Presidência da Comissão de Concurso, que também responde pela Banca Examinadora, durante o andamento do certame, o que poderia causar dificuldade aos trabalhos.

Assim, considerando-se que a EMAGIS acumula a função da condução da Comissão de Regimento Interno, se afigura apropriado sugerir a alteração do Regimento Interno do Tribunal para incluir norma regimental à respeito do assunto.

De outra parte, a Escola realiza o acompanhamento dos candidatos durante todo o concurso, realizando, para tanto, todas as etapas do certame, desde a inscrição inicial, realização das provas, correção, julgamento dos eventuais recursos, avaliação dos títulos e, inclusive, investigação sobre as atividades anteriores, até a efetiva aprovação final.

No que toca à investigação das atividades pretéritas dos candidatos, para fins de realização da Terceira Etapa do XVII Concurso Público para o cargo de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal da 4ª Região, segundo informações prestadas pela Secretária Executiva da EMAGIS, Isabel Cristina Lima Selau, estão sendo realizadas no âmbito da própria Escola, objetivando o deferimento da Inscrição Definitiva, as pesquisas perante a Superintendência da Polícia Federal, as Universidades e as autoridades indicadas pelos participantes.

Não obstante, a interpretação do disposto pelo Conselho Nacional de Justiça no texto do artigo 5º, inciso II, letra “a” da Resolução CNJ n. 75, de 12/05/2009, que determina a realização de “sindicância da vida pregressa e investigação social”, conduz à norma no sentido de exigir que a pesquisa sobre a vida do candidato seja revestida de rigor e abrangência suficientes para afastar quaisquer indícios que viessem a desautorizar a sua aprovação na Terceira Etapa do certame, de modo a conduzir à conclusão, sem sombra de dúvidas, no sentido de que o candidato estaria apto à assunção do cargo de Juiz Federal Substituto, razão por que se afigura importante recomendar a intensificação das pesquisas.

4) RECOMENDAÇÕES:

a) Identificar no quadro de servidores do Tribunal e da Justiça Federal a existência de profissionais na Área de Pedagogia para fins de integrar o quadro da EMAGIS;

b) Ampliar, diante da necessidade de maior eficiência na realização da sindicância da vida pregressa e investigação social, destinadas aos concursos públicos para o cargo de Juiz Federal Substituto, o número de órgãos de consulta para fins de certificação quanto à aptidão social dos candidatos;

c) Instar a Comissão de Regimento Interno, que funciona no âmbito da EMAGIS, a conduzir proposta de alteração do Regimento do Tribunal no sentido de prever, expressamente, a situação transição do Presidente da Comissão do Concurso e da Banca Examinadora, no caso de ocorrência de assunção de novo Corpo Diretivo durante a realização de concurso público para o cargo de Juiz Federal Substituto.

ESTATÍSTICA

A Assessoria de Estatística da Corregedoria Geral da Justiça Federal – ASEST, utilizando-se de toda a sistemática aplicada para a realização dos trabalhos de inspeção, da coleta e tratamento dos mais variados tipos de dados fornecidos pelo setor de estatística do TRF da 4ª Região, concentrou esforços na identificação de possíveis dificuldades enfrentadas pela unidade e nas boas práticas existentes e relacionadas à gestão da informação.

Na etapa preparatória da inspeção, a referida Assessoria realizou, para fins de seleção dos processos a serem auditados, análise de toda a base processual em tramitação no tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas, tais como: o número do processo, data da última movimentação, data da distribuição, data da conclusão, e descrição de fases e da classe processual.

Os resultados desse trabalho preliminar permitiram perceber que o tribunal, por meio de seu sistema eletrônico (e-proc) e ferramenta de controle da informação (*Business Intelligence - BI*), demonstra ter alta qualidade no controle e nos lançamentos das movimentações processuais (fases). Ressalte-se que a massa de dados, recebida para seleção dos processos, apresentou ótima consistência.

A ferramenta de relatórios estruturados, adotada pelo tribunal, constitui uma excelente prática e permanece, ao longo dos últimos anos, em contínua evolução. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo tanto do primeiro quanto do segundo grau.

1) Estrutura e ambiente de trabalho à disposição do núcleo de Estatística

A estrutura do setor de estatística no tribunal permaneceu a mesma quando comparada com as últimas inspeções realizadas. Dispõe de um núcleo de estatística vinculado à Assessoria de Planejamento e Gestão – APLANG localizada na Diretoria Geral – DG. Essa estrutura foi criada em 2009 em decorrência do que estabelece o art. 2º da Resolução n. 49, de 18 dezembro de 2007, do CNJ, que dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.

Cabe a unidade dirigir e executar as atividades relativas à obtenção, centralização e tratamento dos dados processuais do tribunal e das seções e subseções judiciárias, visando divulgar as atividades jurisdicionais da 4ª Região e subsidiar a gestão de processos. Para atingir tais atribuições, apresenta ampla competência, tais como:

- Atuar como unidade central de fornecimento de informações estatísticas do Tribunal;
- Prover o sistema Justiça em Números, gerido pelo Conselho Nacional de Justiça, com informações relativas à Justiça Federal da 4ª Região;
- Reunir e encaminhar trimestralmente ao Conselho da Justiça Federal informações estatísticas da movimentação processual e dados relativos à Justiça Federal da 4ª Região;
- Manter atualizadas as informações estatísticas da movimentação processual das Varas Federais e Juizados Especiais Federais, das Subseções e Seções Judiciárias da 4ª Região e dos Órgãos Julgadores do Tribunal;
- Assessorar as unidades do Tribunal nas pesquisas e estudos que demandem técnicas estatísticas inferenciais ou descritivas, no planejamento amostral, e na realização de pesquisas junto ao público interno e externo que visem à obtenção de dados oficiais na Justiça Federal da 4ª Região;
- Consolidar e enviar informações referentes à transparência pública da Justiça Federal da 4ª Região, para disponibilização na internet,
- Proceder à coleta e à análise dos dados necessários à elaboração de relatórios estatísticos gerenciais do Tribunal e Seções Judiciárias da 4ª Região.

O ambiente de trabalho é bom e a equipe bastante comprometida. Houve grande evolução na produção e disponibilização às unidades do tribunal de diferentes tipos de relatórios estruturados que podem contribuir decisivamente nos trabalhos de gestão e no processo de tomada de decisão.

2) Atuais ferramentas utilizadas para levantamento de informações processuais.

O tribunal utiliza o *software MicroStrategy* para produção de grande parte de seus relatórios de estatística. A equipe da APLANG cumpre com eficiência e celeridade a implantação dos recursos de BI, principalmente no que se refere à gestão do acervo de processos. Utiliza, para tal fim, consultoria especializada de profissional contratado que atua em parceria com servidores no desenvolvimento e na aplicação da ferramenta. Outros instrumentos de consulta ainda são utilizados – “Controle de Acervo” e GEDPRO (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais) – servindo, inclusive, como fonte de dados para a ferramenta de *Business Intelligence*.

A unidade utiliza, ainda, o *software “R”* para análises estatísticas, *Excel* como planilha e *Access* como banco de dados, para realização dos trabalhos.

3) Verificar o cumprimento do provimento nº 2 de 22 de junho de 2009

Quanto ao Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da CGJF que trata da divulgação dos dados estatísticos das atividades do tribunal e dos órgãos judiciários de primeiro grau a eles vinculados, a equipe de estatística constatou que todos os modelos de relatórios foram desenvolvidos e estão sendo regularmente atualizados e publicados no portal do tribunal.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 10h do dia 2/6/2017, conforme ata, e posteriormente elaborado o presente relatório.

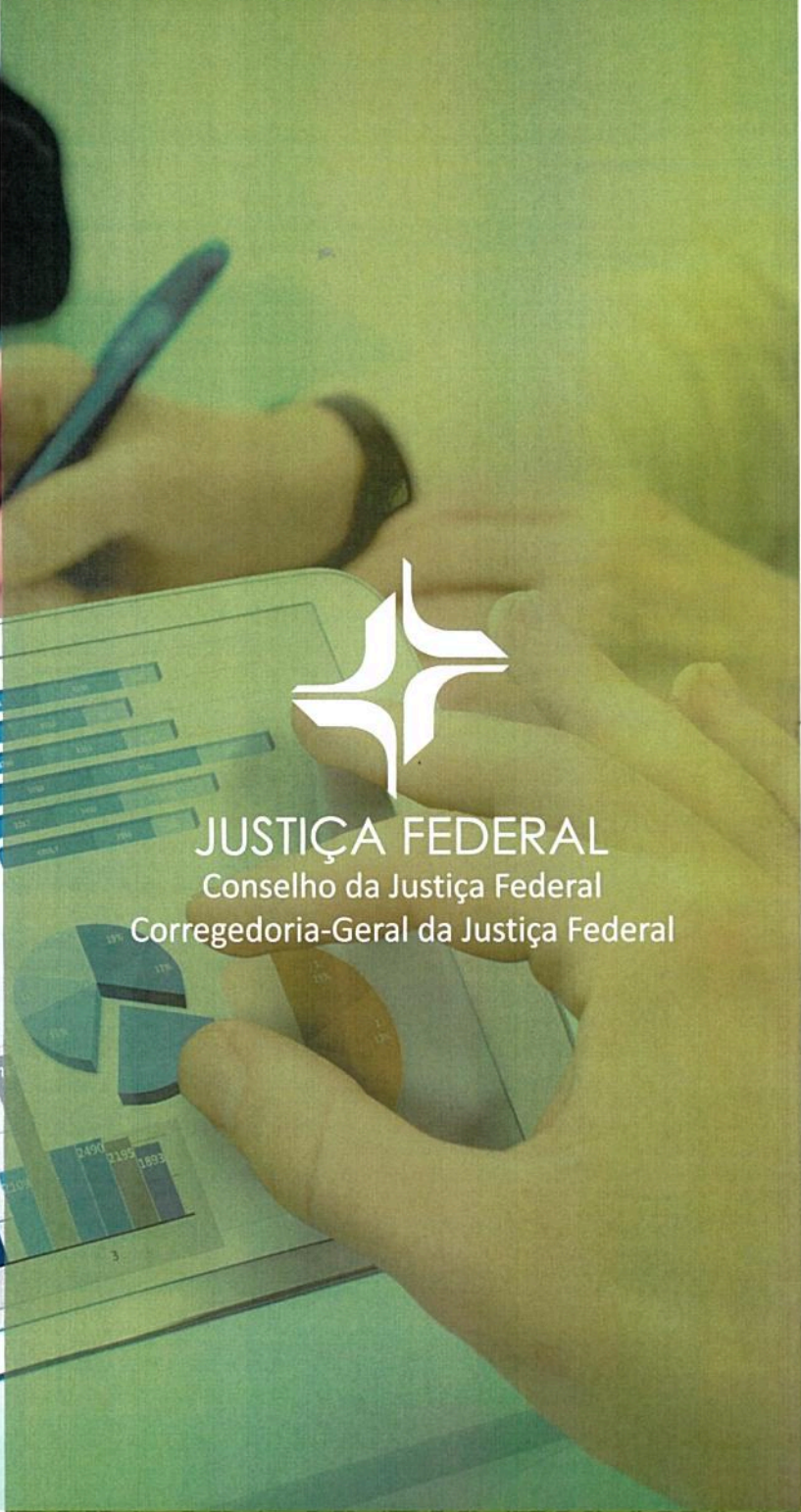
Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, a própria Secretaria da Corregedoria-Geral deverá acompanhar os prazos para o atendimento das recomendações e, uma vez decorridos, relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam, procedendo a sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Esclareço que a Secretaria da Corregedoria-Geral promoveu o acompanhamento dos processos de todas as áreas inspecionadas, tendo constatado que a grande maioria já foi julgada, o que confirma o nível de excelência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos os que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para tempestiva apresentação do relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

É o relatório.


Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**
Corregedor-Geral da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

